



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Assis
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – Assis e Franca

JESIANE DEBASTIANI

**A COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:
Terras e Braços nos negócios de Colonização no estado de São Paulo (1928-1950)**

FRANCA
2026

JESIANE DEBASTIANI

**A COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:
Terras e Braços nos negócios de Colonização no estado de São Paulo (1928-1950)**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras (FCL-Assis), para a obtenção do título de Doutor em história (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador(a): Paulo Cesar Gonçalves

D286e

Debastiani, Jesiane

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: Terras e Braços nos negócios de Colonização no estado de São Paulo (1928-1950)
222 p. : tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Franca
Orientador: Paulo Cesar Gonçalves

1. Imigração. 2. Trabalhador Nacional. 3. Companhia de
Agricultura, Imigração e Colonização. I. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: Terras e Braços nos negócios de Colonização no estado de São Paulo (1928-1950)

AUTORA: JESIANE DEBASTIANI

ORIENTADOR: PAULO CESAR GONÇALVES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em História, área: História e Cultura pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES (Participação Presencial)
UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs

Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA (Participação Presencial)
UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs

Prof. Dr. LUIS REZNIK (Participação Virtual)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. OSWALDO MARIO SERRA TRUZZI (Participação Virtual)
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prof. Dr. LELIO LUIZ DE OLIVEIRA (Participação Virtual)
Universidade de São Paulo (USP)

Assis, 06 de maio de 2026.

AGRADECIMENTOS

É com grande alegria poder finalizar este texto após anos de dedicação e pesquisa, devo salientar que só podemos chegar nesta etapa graças à ajuda e apoio de pessoas importantes. Primeiramente agradeço a Deus que me auxiliou em todos os momentos para poder conseguir alcançar o sonho de realizar a pesquisa e consequentemente, o Doutorado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Prof. Dr. Paulo Cesar Gonçalves pela enorme paciência, por disponibilizar parte do seu tempo em gentilmente me orientar. Seus conselhos são valiosos e que guardarei comigo. Agradeço pela sua dedicação em aceitar me orientar e me mostrar o caminho da pesquisa desde a Iniciação Científica até este momento.

A instituição Unesp, como seu Corpo Docente e a Seção Técnica de Pós-Graduação pelo auxílio ao longo de tantos anos.

A Banca de Qualificação, o Prof. Dr. Oswaldo Truzzi e Prof. Dr. Odair da Cruz Paiva que ao participarem colaboraram enormemente com a pesquisa, por meio de sugestões, notas e conselhos levantaram novos debates e olhares que auxiliaram na escrita final da tese.

A banca examinadora, Prof. Dr. Oswaldo Truzzi, Prof. Dr. Luis Reznik, Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira e a Prof^a Dra. Lucia Helena Oliveira Silva que gentilmente aceitaram participar da Defesa do Doutorado, e que certamente poderão contribuir com conselhos e sugestões que ajudarão a enriquecer esta pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, como do Centro de Memória da Unicamp que foram extremamente cordiais e nos ajudaram com a documentação.

Aos meus pais, João e Maria, pelo apoio, pela confiança, enfim, por estarem ao meu lado nesta jornada, sempre me motivando e me mostrando o correto a ser feito. Aos meus irmãos Gisele e João Neto pelos conselhos e por estar à disposição em todos os momentos que precisei. A minha amiga Mariana pelas horas em que passamos discutindo e trocando reflexões sobre a pesquisa. E ao meu companheiro Marcos, pela paciência em todos estes anos em me ouvir e permanecer ao meu lado para tudo.

RESUMO

A presente tese busca analisar a mão de obra empregada na Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) entre os anos de 1928 e 1950. A partir das décadas finais do século XIX, as expansões do café para as terras a oeste paulista tiveram como característica a forte demanda por trabalhadores, o que implicou políticas de arregimentação de braços de acordo com os interesses dos cafeicultores. Mesmo após o fim do subsídio de passagens aos imigrantes, Companhias particulares, como a CAIC, criada por um grupo de fazendeiros paulistas, por meio de acordos com o governo paulista introduziram imigrantes e nacionais na lavoura. Em virtude da diminuição da entrada de estrangeiros em São Paulo, devido ao contexto político e histórico do período, passou-se a incentivar a migração interna, principalmente de nordestinos.

Palavras-chave: Imigração; trabalhador nacional; Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização.

ABSTRACT

This thesis seeks to analyze the workforce employed at the Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) between the years 1928 and 1950. From the final decades of the 19th century onwards, the expansion of coffee to the lands west of São Paulo was characteristic. The strong demand for workers, which implied policies to recruit workers according to the interests of the coffee growers. Even after the end of the ticket subsidy for immigrants, private companies, such as CAIC, created by a group of farmers from São Paulo, through agreements with the government of São Paulo, introduced immigrants and nationals into the crop. Due to the decrease in the entry of foreigners into São Paulo, due to the political and historical context of the period, internal migration was encouraged, mainly by people from the Northeast.

Keywords: Immigration; national worker; Agriculture, Immigration and Colonization Company.

RESUMEN

Esta tesis analiza la fuerza laboral empleada por la Compañía Agrícola, de Inmigración y Colonización (CAIC) entre 1928 y 1950. Desde las últimas décadas del siglo XIX, la expansión del cultivo de café hacia las tierras al oeste de São Paulo se caracterizó por una fuerte demanda de trabajadores, lo que implicó políticas de reclutamiento laboral acordes con los intereses de los caficultores. Incluso después de la eliminación del subsidio para el paso de inmigrantes, empresas privadas, como la CAIC, creada por un grupo de agricultores de São Paulo, introdujeron inmigrantes y nacionales en la agricultura mediante acuerdos con el gobierno de São Paulo. Debido a la disminución de la entrada de extranjeros a São Paulo, a causa del contexto político e histórico de la época, se comenzó a fomentar la migración interna, principalmente desde el noreste de Brasil.

Palabras clave: Inmigración; trabajador nacional; Compañía Agrícola, de Inmigración y Colonización.

Índice de Tabelas

Tabela 1.1 Números de Estrangeiros entrados no Brasil ao longo dos anos de 1934 a 1939.....	52
Tabela 1.2 Brasil- Imigração Geral e Judaica por Períodos, 1872-1972.....	66
Tabela 1.3 Movimento Imigratório pelo Porto de Santos (1908-1939).....	76
Tabela 1.4: Migração Estrangeira e Nacional entre 1820-1961.....	84
Tabela 2.1: Balanço Geral das Despesas da CAIC referente a 1934.....	100
Tabela 2.2: Salário De Empregados em 30 de Abril de 1935.....	118
Tabela 2.3: Núcleo Colonial “Ibicatú” em 31 de Agosto de 1935.....	119
Tabela 2.4: NÚCLEO COLONIAL DE IBICATÚ: Folha de Pagamento de Outubro de 31-1935.....	119
Tabela 2.5: Demonstração das Áreas de Terras das Fazendas aa C.A.I.C: Situação em 31-12-1936.....	123
Tabela 2.6: Demonstração do Custo das Fazendas da C.A.I.C.....	124
Tabela 2.7: Demonstração das Áreas de Terras das Fazendas da CAIC: Situação em 31-12-1937.....	125
Tabela 2.8: Total de Terra vendidas pela CAIC 1935-1938.....	127
Tabela 2.9: Demonstração das Áreas das Terras das Fazendas da CAIC: Situação em 31-12-1938.....	127
Tabela 2.10: Terras adquiridas pela CAIC entre 1935-1940.....	129
Tabela 2.11: Áreas Vendidas pela CAIC entre 1935-1942.....	130
Tabela 2.12: Demonstração das Áreas de Terras das Fazendas Loteadas pela CAIC: Situação em 21-12-1942.....	130
Tabela 2.13: Culturas Produzidas pela CAIC.....	134
Tabela 2.14: Demonstração de Terras da CAIC em 1948.....	135
Tabela 3.1: Trabalhadores angariados pela agência de Maceió em 1935.....	160
Tabela 3.2: Trabalhadores e agência referentes ao ano de 1936.....	161
Tabela 3.3: Transportes e Trabalhadores introduzidos em 1936.....	162
Tabela 3.4: Trabalhadores Nacionais no ano de 1937.....	164
Tabela 3.5: Imigração Estrangeira e Nacional para o Estado de São Paulo- Período de 1820 a 1960.....	166
Tabela 3.6: Família recusada pela Secretaria de Agricultura.....	172
Tabela 3.7: Famílias da Rússia e da Polônia.....	181
Tabela 3.8: Entrada de imigrantes e Trabalhadores Nacionais no estado de São Paulo.....	190

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO I.....	24
A EXPANSÃO DA LAVOURA CAFEEIRA A E A DEMANDA POR MÃO DE OBRA NO INTERIOR PAULISTA.....	24
1.1 O desenvolvimento da cultura cafeeira	28
1.2 O trabalhador imigrante e a política imigratória brasileira.....	45
1.3 A mão de obra nacional e sua atração para São Paulo.....	73
CAPÍTULO II.....	86
ENTRE TERRAS E BRAÇOS: OS NEGÓCIOS DA CAMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.....	86
2.1 As origens: a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil.....	89
2.2 Seção de Imigração: trabalhadores estrangeiros e nacionais.....	101
2.3 Seção de Colonização: Da grande à pequena propriedade.....	111
CAPITULO III.....	142
RECRUTAMENTO DE BRAÇOS PARA A LAVOURA.....	142
3.1 De indisciplinado ao bom trabalhador: o debate acerca do trabalhador nacional	144
3.2 O angariamento de trabalhadores nacionais pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização	157
3.3 A ação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização na introdução de imigrantes	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
BIBLIOGRAFIA.....	203
ANEXOS.....	211

INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa se iniciou antes mesmo de cursar o Mestrado, quando realizamos a Iniciação Científica com o Prof. Dr. Paulo Cesar Gonçalves em que pretendíamos analisar a imigração para o Brasil. Com o Mestrado por meio da pesquisa intitulada “A Política Imigratória no Governo Vargas (1940-1945): Teses, práticas e debates na Revista de Imigração e Colonização”¹ compreendemos como se desenvolveria a política imigratória nas páginas de um periódico tão importante para o período, a RIC, que defendia as ideias do Conselho de Imigração e Colonização e consequentemente, do governo federal. Desta forma, para a realização desta etapa estudamos e analisamos a Revista de Imigração e Colonização e como esta em suas páginas defendia uma política restritiva e seletiva destinada aos estrangeiros.

Após um período para o amadurecimento de ideias, pretendíamos dar continuidade aos estudos e à pesquisa, para isso gostaríamos de entender como se organizava a entrada de imigrantes em São Paulo. Primeiramente tentamos buscar informações do funcionamento da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo, entretanto não chegamos a conclusões satisfatórias, e então decidimos por realizar uma visita ao Arquivo Público do estado de São Paulo, mais precisamente ao item Terras, Colonização e Imigração sob o nome de “Processos de introdução de trabalhadores na lavoura”. E em meio à documentação encontramos alguns arquivos referentes à Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC).

A documentação sobre a CAIC logo nos despertou interesse, pois gostaríamos de saber quem era a empresa que pretendia trazer trabalhadores para o estado de São Paulo. Inicialmente achávamos que seriam apenas estrangeiros, e tal foi nossa surpresa ao saber que a Companhia também angariava nacionais. Com isso, buscamos maiores informações sobre e nos deparamos com pouquíssimos trabalhos que abordam a CAIC. Em geral devemos destacar a ausência de pesquisas sobre empresas que introduziram trabalhadores no estado de São Paulo. Acreditamos que a ausência se deve à questão da localização em arquivos, pois também tivemos algumas dificuldades com a documentação da empresa citada.

Desta forma, iniciamos a atual pesquisa buscando compreender como se organizava a mão de obra recrutada e empregada pelo estado de São Paulo. Em meio aos arquivos encontramos a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, que nos despertou um

¹ DEBASTIANI, Jesiane. A Política Imigratória no Governo Vargas (1940-1945): Teses, práticas e debates na Revista de Imigração e Colonização. Dissertação de Mestrado. Unesp. Assis. 2018.

grande interesse.

O Brasil durante muitos anos foi um território que atraiu uma grande leva de trabalhadores das mais variadas partes do mundo, devido à disponibilidade de terras e ao cultivo de seus principais produtos, primeiramente o açúcar e posteriormente, o café, sendo este último o grande destaque as terras de São Paulo.

Entre 1827 e 1887 entraram em São Paulo apenas 85.000 imigrantes europeus, mas nos dez anos seguintes o estado recebeu 823.000 recém-chegados do Velho Continente, Destes quase dois terços eram italianos, enquanto espanhóis e portugueses representavam, cada um, 10% do total. Os imigrantes dirigiram-se principalmente às novas áreas de produção cafeeira no oeste do estado, as mais lucrativas. Muitos cafeicultores das regiões mais antigas, como o Vale do Paraíba, tiveram dificuldade para fazer a transição, e alguns deles tentaram introduzir o sistema de parceria como alternativa².

Segundo Emília Viotti da Costa,³ a partir da segunda metade do século XIX, à medida que o café se expandia em demanda de terras virgens e novas áreas eram desbravadas. O tráfico de escravizados passou, a partir de 1850, a ser severamente reprimido, o que criou dificuldades para o emprego do braço escravizado importado, exigindo novas soluções. As experiências de imigração e colonização multiplicaram-se, embora fossem os colonos escassos e insuficientes para substituir o braço escravizado⁴.

Antes de se iniciarem as tentativas de importar trabalhadores europeus, debateu-se a opção de utilizar o trabalhador chinês como mão de obra de transição do trabalho escravo para o livre. A vinda deste grupo para o Brasil data em 1810 quando vieram 400 estrangeiros. Com a vinda dos primeiros chineses diversos políticos, fazendeiros e intelectuais opinaram sobre as vantagens e desvantagens desta imigração⁵.

Os que eram a favor a vinda de chineses, como latifundiários e abolicionistas, que acreditavam que estes estrangeiros poderiam substituir os africanos. E, o grupo contrário, que reunia nacionalistas, racistas fervorosos, que afirmavam que os chineses eram biologicamente degenerados, os abolicionistas que temiam que os trabalhadores imigrantes viessem a se converter em uma classe de “neoescravos”, e alguns grandes proprietários de terras que acreditavam firmemente que apenas os africanos eram biologicamente adequados ao trabalho

² LUNA. Francisco Vidal. História econômica e social do estado de São Paulo, 1850-1950/Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein: tradução Laura Teixeira Motta- São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2019, p.175

³ COSTA. Emília Viotti da. Da senzala a colônia. 5 ed- São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.20

⁴ COSTA. Emília Viotti da. Da senzala a colônia. 5 ed- São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.21

⁵ LESSER. Jeffrey. A invenção da brasilidade. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

estafante da grande lavoura⁶. Cabe destacar que durante o século XIX ocorreram inúmeras tentativas para se introduzir chineses em território brasileiro, entretanto não obtiveram bons resultados, pois esta nacionalidade não se adaptava as condições climáticas, como também reclama constantemente das péssimas condições de trabalho.

Desta forma, com a mão de obra chinesa não oferecendo bons resultados implantou-se o Sistema de Parceria por iniciativa particular de Nicolau Campos Vergueiro, a par dos núcleos coloniais oficiais, organizados segundo o modo tradicional de distribuição de terra aos colonos⁷. Neste sistema de trabalho os colonos eram trazidos da Europa e levados para as fazendas cafeeiras, as despesas com o transporte, alimentação, manutenção eram pagas pelo fazendeiro até que os imigrantes tivessem condições econômicas para saldá-las. Com isso no ano de 1840 teve-se a primeira tentativa de Nicolau Vergueiro com a introdução de colonos portugueses, e em 1847 dirigiu-se a Suíça e Alemanha em busca de mais mão de obra.

Entretanto tal sistema também apresentava seus desgastes, principalmente por ser um tanto contraditório, onde os imigrantes sentiam-se como mão de obra escravizada e os fazendeiros não conseguiam atingir todos os seus interesses. Afinal buscava-se um modo de trabalho com base num sistema em que juntasse o interesse do fazendeiro que estavam habituados a lidar com escravizados ao mesmo tempo em que se haviam colonos que pretendiam conseguir uma propriedade e ascender socialmente.

Os fazendeiros que ainda apresentassem imigrantes trabalhando em suas fazendas com os péssimos resultados do sistema de parceria passaram a recorrer ao sistema de locação de serviços, onde se pagava determinando valor por alqueire de café ou uma salário mensal, além disso, os proprietários de terras fornecia uma parte de terra para o imigrante utilizar como forma de sustento.

Ao longo da década de 1870 observamos um novo formato na introdução de trabalhadores estrangeiros, neste momento o governo passou a subsidiar a vinda de imigrantes para o Brasil, desta forma, os imigrantes chegavam ao território brasileiro, principalmente ao paulista sem as grandes dividas que acumulavam ao longo da viagem. Além disso, este período coincidiu com grandes transformações políticas e econômicas que assolavam a Itália, ocasionando um deslocamento de enormes contingentes do país europeu para o Brasil. Entretanto a questão do subsídio à imigração não foi aceita por todos os fazendeiros e parlamentares, afinal estes senhores pretendiam utilizar o trabalho de ex-escravizados e nacionais em suas propriedades.

⁶ LESSER, Jeffrey. A invenção da brasilidade. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 52

⁷ COSTA, Emília Viotti da. Da senzala a colônia. 5 ed- São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.120

O resultado final foi que o Oeste Paulista cafeeiro, a imigração subsidiada prosperou e, como não poderia ter deixado de ser, trouxe profundas consequências para ex-escravizados e seus descendentes⁸. Desta forma, não se debatia mais nos meios políticos o possível destino dos negros, afinal o que importava no momento era lidar com o processo de imigração que estava em curso. Podemos entender este fato pela visão que os fazendeiros apresentavam dos imigrantes europeus brancos relacionados à tese de branqueamento, que poderiam levar o Brasil ao progresso, sendo racialmente superiores aos negros e nacionais.

Ao mesmo tempo em que trazia o discurso de superioridade dos imigrantes, vinha à tona a desqualificação do trabalhador nacional pobre livre, inicialmente essa imagem negativa teve suas origens através da herança deixada pela escravidão e posteriormente, por razões de cunho racial. Para os fazendeiros, políticos e influentes da época com a escravidão ocorreu uma desqualificação do trabalho, principalmente aquele realizado manualmente, o que teria ocasionado marcas na imagem do trabalhador nacional. Estas ideias presentes naquele período juntamente com a questão do racismo e do sanitismo contribuíram para que negros e mestiços fossem vistos como inferiores em termos de civilização, o que seria necessário um convívio entre estes trabalhadores e os imigrantes europeus brancos. Segundo Claudia Alessandra Tessari⁹ fontes como diversos relatórios do governo, discurso de proprietários de terras em congressos agrícolas, jornais relatam a uma imagem estereotipada com características negativas relacionadas ao trabalhador nacional, ao mesmo tempo em que exaltava o imigrante.

Os brasileiros, principalmente, os negros encarregavam-se das atividades marginais do processo produtivo constituído nos cafezais. Essas ocupações destinadas seriam, em grande medida, tarefas sazonais e ao contrário do sistema de colonato, eram remuneradas de forma individual, seja com pagamento mensal ou diário. A maioria dos trabalhadores nacionais teria como destino o trabalho como camarada ou então de ocupações manuais com tarefas mais específicas. Todas essas atividades eram subsidiárias ao cultivo do café e necessitavam se comparadas com a ocupação de colono, de uma quantidade menor de mão de obra¹⁰.

Além de branquear a população brasileira e levá-la ao progresso os estrangeiros

⁸ PALMA. Rogério da; TRUZZI. Oswaldo. Imigração e racialização: branquitude e poder no interior paulista (1888-1950). In. Migração internacionais no interior paulista: contexto, trajetórias e associativismo. São Carlos: EduFScar, 2021. p.129

⁹ TESSARI. Cláudia Alessandra. Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo. Alameda. 2012,

¹⁰ PALMA. Rogério da; TRUZZI. Oswaldo. Imigração e racialização: branquitude e poder no interior paulista (1888-1950). In. Migração internacionais no interior paulista: contexto, trajetórias e associativismo. São Carlos: EduFScar, 2021. p.129

também apresentavam outra função “o imigrante viria para reabilitar o ato do trabalho” ¹¹. Desta forma, com o final do sistema escravagista tornava-se necessário modificar a imagem que representava o trabalho no país, com isso isentando-o do escravizado. Neste novo contexto o trabalho seria visto com o algo bom, como sinônimo de qualidade, o que proporcionaria ascensão social e econômica a pessoa, sendo o ócio relegado apenas às classes mais dotadas de riqueza e poder.

Com a República continuavam a vir imigrantes para o Brasil, ao mesmo tempo em que o atual estado de São Paulo despertava-se cada vez mais como atrativo a estes estrangeiros, pois apresentava uma grande autonomia que outros estados não possuíam também devido à disponibilidade de capital que provinha do café.

Estes imigrantes se dirigiam para diversas partes do interior paulista, sendo que aqueles que vieram no período da Primeira República se estabeleceram nas terras mais a oeste, ou seja, distante da capital paulista, como exemplo podemos citar os japoneses, No caso dos italianos se localizaram nas terras um pouco mais distantes, pois estavam interessados em adquirir propriedades mais baratas e que fossem produtivas. Segundo Oswaldo Truzzi e João Pedro Volante era um processo comum em que famílias exercessem atividades como colonos durante um período de tempo para que adquirisse algum capital para poder comprar sua pequena propriedade, tal atitude acontecia com maior frequência em áreas mais distantes da capital. Torna-se interesse mencionar que este processo citado sobre a aquisição de terras era algo recorrente que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização realizava para os imigrantes que buscava introduzir, fornecendo meios que facilitassem a aquisição de terras para os estrangeiros.

Neste contexto de grande introdução de imigrantes no território paulista estava presente também à figura do trabalhador nacional, como demonstrado acima, inicialmente o nacional apresentava características inferiores e negativas se comparado ao imigrante, principalmente para os grandes fazendeiros, políticos e intelectuais brasileiros. Foi portando de um processo simultâneo e respondendo a uma questão específica que surgiram dois imaginários distintos e complementares partes integrantes de uma mesma construção: de um lado, a completa desqualificação da população nacional e, de outro, o elogio do imigrante de origem europeia. A importação de imigrantes europeus tornou-se pauta importante nas discussões, justificada por uma construção mítica de um determinado trabalhador imigrante – o trabalhador ideal – aquele que reunia em si, enquanto agente coletivo, de forma acabada,

¹¹ TESSARI. Cláudia Alessandra. Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo. Alameda. 2012, p.61

todas as qualidades do bom trabalhador – sóbrio e morigerado. Elemento capaz de, por si só, promover a recuperação da decadente raça brasileira nos mais diversos aspectos: sangue novo, raça superior (branca), civilizado, disciplinado, trabalhador, poupado, ambicioso. No extremo oposto desse imaginário, como contrapartida estava o brasileiro – vadio, indisciplinado, mestiço, racialmente inferior¹².

Segundo Claudia Alessandra Tessari, entretanto, a historiografia aponta que, a partir da década de 1910, ocorreu uma revisão no modo como viam o trabalhador brasileiro, principalmente nos ambientes políticos e intelectuais, com isso ocorrendo uma maior valorização do nacional. Nos primeiros anos do século XX tivemos a ênfase do nacionalismo principalmente entre os escritores que buscavam propor respostas para os problemas que afligiam o Brasil, ao mesmo tempo em que ganhou destaque o meio agrícola, desta forma, passou-se a repensar este homem que trabalhava com a agricultura¹³.

Devido há alguns problemas causados com os imigrantes europeus, segundo Claudia Alessandra Tessari deveria readaptar o projeto da imigração, para isso utilizando como alternativa o trabalhador nacional como uma fonte de mão de obra para o meio agrícola. Com isso, o Departamento Estadual de Trabalho despendeu esforços no sentido de tentar demonstrar a possibilidade de se criar uma sociedade do e para o trabalho, com trabalhadores nacionais, despendendo um grande esforço para demonstrar e afastar preconceitos existentes a respeito deles. Tentava-se mostrar que as tais qualidades negativas que se atribuía ao nacional decorriam não de sua natureza, mas do fato de o Brasil possuir uma população doente, sem acesso aos princípios básicos de higiene e saúde¹⁴. Como podemos observar nas primeiras décadas do século XX iniciava-se um movimento de reverter à imagem negativa do trabalhador nacional, período também em que demonstrava certa diminuição na entrada de estrangeiros para o Brasil, e os fazendeiros ao reclamarem constantemente da “falta de braços”, tornou-se necessário recorrer ao trabalhador brasileiro, com isso modificando os seus estereótipos.

Cabe destacar que apesar de se utilizar com maior ênfase o imigrante, o trabalhador nacional também realizava diversas tarefas nas propriedades agrícolas, muitas vezes junto até mesmo com os estrangeiros, como por exemplo, por meio do contrato de parceria e locação de serviços nas fazendas do interior do estado de São Paulo durante o século XIX. Além

¹² TESSARI, Cláudia Alessandra. Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo. Alameda. 2012, p.64

¹³ TESSARI, Cláudia Alessandra. Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo. Alameda. 2012.

¹⁴ TESSARI, Cláudia Alessandra. Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo. Alameda. 2012, p.65-66

disso, na zona agrícola conhecida como Oeste Paulista muitos fazendeiros inicialmente não se interessaram pelo nacional, entretanto acabavam por solicitar este trabalhador em todos os pontos do atual estado paulista, principalmente nos trabalhos considerados mais pesados e difíceis.

Desta forma, a visão negativa acerca do trabalhador nacional perduraria até as primeiras décadas do século XX, pois com o Governo de Getúlio Vargas observamos a defesa do trabalhador nacional em face ao imigrante, ao mesmo tempo em que ocorreram grandes transformações na política imigratória, sendo mais restritiva e seletiva, ou seja, passou-se a controlar quem entrava em território brasileiro.

No momento em que o Governo Federal com Getúlio Vargas assumia uma postura centralizadora e autoritária, o estado de São Paulo também passava por algumas modificações. Primeiramente, uma das consequências da Primeira Guerra Mundial foi à diminuição da corrente imigratória para o Brasil, principalmente de parte do Norte da Europa e do Mediterrâneo. Somando a isso o desenvolvimento do setor industrial e de uma produção agrícola diversificado do café, como por exemplo, o algodão, e seu avanço para as demais regiões do Brasil possibilitou uma maior integração através das ferrovias com a região Nordeste e Minas Gerais, além disso, o declínio da exploração da borracha no Norte motivou a maior oferta de mão de obra de nacionais para o estado de São Paulo.

A manutenção de boa parte da produção cafeeira, em virtude da política de defesa do café, praticada ao longo dos anos de 1930, e as transformações que foram ocorrendo de forma paulatina, mas constante, na agricultura durante o mesmo período fizeram com que as lideranças da agricultura paulista voltassem a reclamar da escassez de braços para a lavoura. Foi neste contexto que, a partir de 1935, a política de subsídio aos deslocamentos populacionais foi reativada no Estado de São Paulo¹⁵.

Tendo como objetivo o angariamento de trabalhadores nacionais para o estado de São Paulo, principalmente das atuais regiões Nordeste, Sudeste e Sul, retomou-se a política de subsídio, que viria a colaborar com empresas particulares que buscassem introduzir trabalhadores de diversas procedências para São Paulo. Cabe destacar que neste período a Secretaria de Agricultura assinou diversos acordos com as companhias particulares, podemos citar entre elas Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, Francisco de Abreu Sodré Filho, Cia Itaquerê.

Para a realização da migração nacional haviam se estabelecido uma grande rede de

¹⁵TESSARI, C. A.; COSTA, J. C. Z. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 513-540, 2019. p.08

negócios, como empresas agenciadoras, contratadas em São Paulo pela Secretaria de Agricultura, e seus sócios e agências localizados nos pontos de concentração. Havia, ainda, subagentes espalhados nos pontos de subconcentração, nos principais municípios repulsores, e nos pousos e vendas ao longo do caminho até Pirapora e Montes Claros. No transporte atuavam as grandes empresas estatais de navegação no rio S. Francisco e as mais diversas embarcações particulares, médias e pequenas, que faziam trajetos de até 100 km. Atuavam também proprietários de caminhões, que percorriam as rotas terrestres, trazendo os trabalhadores, bem como as companhias ferroviárias, notadamente a Central do Brasil (transporte dos pontos de concentração até a capital de São Paulo) e as companhias ferroviárias paulistas (transporte da capital ao interior do estado de São Paulo) ¹⁶.

Neste contexto de grandes transformações econômicas, políticas e sociais tanto a nível nacional como estrangeiro foi reformulada a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB), criada originalmente em 1928, período que antecedeu tanto a Crise de 1929 com o Governo Vargas, por um grupo de fazendeiros paulistas para o angariamento de trabalhadores imigrante europeus para o estado de São Paulo. Entretanto por fatores internos como externos a CGICB não obteve bons resultados nos seus setores de Imigração e Colonização. Sendo em 1934 reformulada em seu lugar a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, entretanto agora tendo a Companhia Paulista de Estradas de Ferro como mandante e principal acionista.

Como sabeis, a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil foi reorganizada em virtude da deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária realizada a 8 de outubro do ano para findo, passando a denominar-se, desta data em diante, Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. O seu capital foi elevado a 2.000:000\$000 com o curso de novos acionistas que subscrevem o aumento autorizado de 1.000:000\$000¹⁷.

Nesta nova fase, a CAIC, com maior capital, poderia colocar em prática seus objetivos no que tange ao angariamento de trabalhadores imigrantes e nacionais, bem como a compra e venda de terras a terceiros, neste caso a imigrantes, o que auxiliaria a colonização do estado de São Paulo. A empresa estava organizada em três seções: Imigração, Colonização e Financeira. A primeira seção era responsável pela introdução de trabalhadores imigrantes e nacionais para a lavoura paulista, desde o angariamento até a colocação destes no meio agrícola. A Colonização ficava encarregada da compra e venda de terras a imigrantes, como também do processo de colonização empregado pela empresa. A seção Financeira incumbia-

¹⁶ TESSARI, C. A.; COSTA, J. C. Z. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 513–540, 2019. p.15

¹⁷ Relatório N.1 da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização para a Assembleia Geral Ordinária. 23 de março de 1935, p.01

se de lidar com os aspectos financeiros da CAIC, além de realizar a intermediação da compra e venda de diversas propriedades.

Desta forma, os objetivos da presente pesquisa são compreender a história da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização como um negócio principalmente nas questões que envolviam imigração e colonização, aspectos fundamentais para o estado de São Paulo, ou seja, como esta empresa lidava com o angariamento de imigrantes e nacionais para o interior paulista enquanto realizava o processo de colonização das terras. Além disso, procuraremos entender como estes trabalhadores eram selecionados e contratados para trabalharem nestas regiões durante o período proposto pela pesquisa, enfatizando a origem destas pessoas, ao mesmo tempo em que a Companhia realizava o processo de colonização com a compra e venda de terras de fazendas das zonas consideradas mais velhas e decadentes.

A presente pesquisa parte da hipótese de que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, constituída em 1934, tinha como objetivo auferir lucros com os negócios da imigração e da colonização em São Paulo. Diante do contínuo avanço para o Oeste, da demanda por mão de obra e do crescente comércio de terras, os contextos externos e internos acabaram por direcionar as estratégias da CAIC, resultando no maior desenvolvimento do ramo da Colonização e no recrutamento de trabalhadores nacionais, para além do histórico angariamento de imigrantes.

Podemos citá-los, primeiramente os externos: a expansão dos regimes fascistas e nazistas, como também o desenrolar da Segunda Guerra Mundial dificultaram as ações da CAIC no continente europeu, como a própria empresa menciona em suas correspondências sobre o angariamento de estrangeiros. Elencando os fatores internos, primeiramente a adoção durante o Governo Vargas de uma política imigratória restritiva e seletiva dificultou a vinda de milhares de estrangeiros, como também as ações da CAIC com determinadas nacionalidades consideradas indesejáveis. Desta forma, a empresa teve que utilizar o nacional que foi amplamente defendido durante o período. E finalizando, o fim do subsídio a imigração foi o motivo central para que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização declinasse com seus serviços na introdução tanto de estrangeiros como de nacionais.

Para isso utilizaremos a historiografia acerca da temática proposta nesta pesquisa, como também e principalmente a documentação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, tal documentação merece algumas explanações. Primeiramente as encontramos em dois arquivos distintos, sendo a primeira a ser visitada pela pesquisadora no Arquivo Público do estado de São Paulo, onde tivesse acesso a cartas, ofícios, contratos entre a CAIC e demais países ou a Companhia e a Secretaria de Agricultura, de modo geral, uma

documentação que a empresa recebia no seu cotidiano, e que por motivos não explicados se encontrava separada de sua outra parte. A documentação se encontra organizada em caixas com o título de CODASP.

A segunda documentação que pudemos pesquisar encontra-se no Centro de Memória da Unicamp são Atas de Assembleias e Relatórios da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, sabemos pelo trabalho de Giani Vendramel de Oliveira¹⁸ que existia mais arquivo sobre a CAIC, entretanto nas visitas realizadas não as encontramos mais. Trata-se de uma documentação pouco organizada, não se encontra em caixas, e digamos que são documentos para burocráticos, cuja intenção era informar seus acionistas.

Desta forma, são arquivos e documentos distintos, onde as informações fornecidas não são as mesmas. Para a pesquisadora neste último arquivo, localizado no Centro de Memória da Unicamp, as informações estão mais resumidas ou se concentrando na Seção de Colonização da CAIC.

Para a realização desta pesquisa adotamos como recorte temporal o período de 1928 a 1950, que se justifica, pois está diretamente relacionado ao fim do subsídio a imigração e a criação da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil em 1928, antecessora da CAIC. E por ser um período importante para se compreender as diretrizes da política imigratória brasileira e a introdução de trabalhadores para a lavoura paulista, como também os impactos que a Crise de 1929 teria tanto para o café como para a introdução de trabalhadores e para a própria CAIC. O recorte final de 1950 foi empregado, pois se trata do período em que o Brasil estava sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra, desta forma, tendo que reorganizar a política imigratória para que atendesse aos novos interesses do país, agora em processo de industrialização, e encarregar-se da alta demanda por mão de obra, seja com refugiados de guerra ou trabalhadores nacionais. Além disso, na data mencionada podemos perceber que a CAIC começava a não apresentar tantos lucros como em períodos anteriores no seu setor de Colonização, que era no momento o responsável pelo capital adquirido da empresa.

Ao longo da pesquisa buscaremos demonstrar e analisar a trajetória da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização e como a empresa se estabeleceu como um negócio, principalmente para o seu setor de Colonização, entretanto tendo as atividades da seção de Imigração inviabilizadas também pelo fim do subsídio. Para isso utilizamos os trabalhos

¹⁸ OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961). Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010.

como de Paulo Cesar Gonçalves¹⁹, Odair da Cruz Paiva²⁰, Regina Maria D'Aquino Fonseca Gadelha²¹.

Um dado merece nossa atenção, para a realização deste trabalho utilizaremos arquivos da CAIC que não foram consultados tanto por Giani Vendramel de Oliveira²² como Honório de Souza Carneiro²³, tais documentos se encontram no Arquivo Público do estado de São Paulo, além de mencionar que como já abordamos, trataremos a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização como um negócio tanto no que tange à imigração como colonização, com isso abordaremos ambas as seções que faziam parte da composição da empresa.

A presente pesquisa está estruturada em três capítulos, sendo o primeiro intitulado “A expansão da lavoura cafeeira e a mão de obra no interior paulista”. Neste capítulo faremos uma revisão bibliográfica das principais temáticas. Primeiramente analisaremos o desenvolvimento da cultura cafeeira no estado de São Paulo, importante para se compreender a demanda por mão de obra neste território, para isso utilizaremos a divisão do estado em zonas agrícolas, abordaremos desde o início da plantação de café até a Crise econômica de 1929 que assolou o Brasil. Posteriormente, analisaremos a figura do trabalhador imigrante e a política migratória brasileira, como esta viria a influenciar a entrada de estrangeiros. E finalizando o capítulo, discutiremos a mão de obra nacional para o interior paulista.

O segundo capítulo, cujo título é “Negócios da CAIC: entre terras e braços” abordará a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Inicialmente discutiremos a companhia que deu origem a empresa, a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil. Posteriormente, analisaremos a criação, composição, membros da CAIC, e principalmente os setores de Imigração e de Colonização, destacando as ações destes setores tão importantes.

No terceiro capítulo, com o título “A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: recrutamento de braços para a lavoura”, inicialmente analisaremos o debate acerca do trabalhador nacional, importante para se compreender por que a CAIC passou a utilizar em grandes números esta mão de obra, para isso destacaremos como intelectuais e políticos viam este brasileiro livre e em que tarefas eram utilizados, tanto no estado de São

¹⁹ GONÇALVES. Paulo Cesar. Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo. Tese de Doutorado. São Paulo, 2008.

²⁰ PAIVA, Odair da Cruz. Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. Navegar: Revista de Estudos de E/Imigração, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 59-76, 2016.

²¹ GADELHA. Regina Maria D'Aquino Fonseca. Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo, 1983.

²² OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo migratório no Estado de São Paulo (1928-1961). Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010.

²³ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.

Paulo, como também na questão da Amazônia. Dando continuidade ao capítulo demonstraremos, por meio da documentação disponível no Arquivo Público do estado de São Paulo, como a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização angariou nacionais para as terras paulistas. Finalizando, abordaremos os meios pelos quais a CAIC introduziu trabalhadores imigrantes no estado de São Paulo.

Desta forma, por meio do trabalho buscamos demonstrar como uma empresa privada, inicialmente criada por grupos de fazendeiros de um dos estados que se destacou em relação aos demais na questão de imigração e colonização, lidou com temas tão importantes para a época: a introdução de trabalhadores imigrantes e nacionais e o processo de colonização, aspectos fundamentais para a ocupação histórica do território paulista.

CAPÍTULO I

A EXPANSÃO DA LAVOURA CAFEIEIRA E A DEMANDA POR MÃO DE OBRA NO INTERIOR PAULISTA

A província de São Paulo inicialmente não atraiu em elevados números estrangeiros para trabalharem em suas terras. Nos primeiros anos do período colonial a região não era o principal atrativo econômico. Mediante a mentalidade senhorial-escravista, a colonização das terras paulistas demandou terras e força de trabalho compulsório, na dupla perspectiva de que ambas – terras e escravos – significavam a viabilidade da produção mercantil e os fundamentos primeiros da distinção social, justificando a luta dos paulistas, geralmente dedicados à produção para o mercado interno, por largas extensões de terra e a posse de inúmeros indígenas²⁴.

Ao longo dos anos de 1700 o açúcar ganhou espaço em meios aos produtos cultivados na província, destacando cidades como Itu, Porto Feliz, Campinas, Jundiaí, que devido a esta produção teve-se o desenvolvimento de estruturas que auxiliariam no seu escoamento, podemos citar como exemplo, as estradas. No século XIX observamos as plantações de café se destacam nas terras paulistas, que utilizava a mão de obra de escravizados²⁵.

No início do século XIX com as primeiras medidas que abalaram o sistema escravista, a escravidão cafeeira induziu à viragem de outras atividades para a mão de obra não escrava e à vinculação destas ao abastecimento do mercado interno²⁶. Devido à alta demanda por mão de obra, e o declínio dos números de escravizados ao mesmo tempo tendo um elevado custo, os escravizados passaram a serem utilizados apenas em funções necessários, enquanto nas demais se utilizava o nacional.

Para auxiliar o desenvolvimento econômico, a província apresentava certas características geográficas que iriam facilitar tanto o plantio do café, como ajudaram a determinar a maneira como foi organizada a força de trabalho da fazenda, bem como todos os níveis de demanda de mão de obra²⁷.

Ao longo do século XIX, podemos identificar três fases distintas proporcionadas por

²⁴ GONÇALVES. Paulo Cesar; OLIVEIRA. Lélío Luiz de. MONT SERRATH. Pablo Oller. São Paulo e os sentidos da Colonização. Dossiê História da Colonização em Terras Paulistas: Dinâmicas e Transformações (Séculos XVI a XX). História (São Paulo), v.39, 2020, p.05

²⁵ GONÇALVES. Paulo Cesar; OLIVEIRA. Lélío Luiz de. MONT SERRATH. Pablo Oller. São Paulo e os sentidos da Colonização. Dossiê História da Colonização em Terras Paulistas: Dinâmicas e Transformações (Séculos XVI a XX). História (São Paulo), v.39, 2020,

²⁶ GONÇALVES. Paulo Cesar; OLIVEIRA. Lélío Luiz de. MONT SERRATH. Pablo Oller. São Paulo e os sentidos da Colonização. Dossiê História da Colonização em Terras Paulistas: Dinâmicas e Transformações (Séculos XVI a XX). História (São Paulo), v.39, 2020, p.17

²⁷ HOLLOWAY. Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934; tradução de Eglê Malheiros- Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1984. p.30

uma política de imigração bastante ativa. A primeira vai até o ano de 1880, quando o governo paulista ainda não subsidiava passagens e dependia do poder central para atrair alguns poucos imigrantes na década de 1870, por exemplo, a província recebeu apenas 5,8% do total de entradas no país. A segunda, que começa com a promulgação das primeiras leis provinciais sobre o financiamento da imigração com dinheiro público, em 1881, vai até a fundação da Sociedade Promotora de Imigração (SPI), criada por influentes cafeicultores, em 1886 – período em que São Paulo recebeu de 24% a 28% do contingente nacional de imigrantes. A terceira iniciou-se ainda em 1886, com a intensa participação da SPI em parceria com agências introdutoras de imigrantes encarregadas do recrutamento de milhares de agricultores europeus. Apoiada no crescimento da economia cafeeira e na demanda cada vez maior de força de trabalho, essa política dos grandes contratos fez de São Paulo o principal destino dos imigrantes, com médias anuais de mais de 60% e picos superiores a 80%²⁸.

São Paulo durante o desenvolvimento da cultura cafeeira possuía uma grande quantidade de terras aptas para o cultivo, além disso, havia a demanda mundial que se tornava cada vez maior para o consumo do produto. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das redes ferroviárias facilitaria tanto o transporte de mercadorias como de pessoas, juntamente com a transição do trabalho do escravizado para o livre principalmente com a mão de obra imigrante, e as constantes políticas de defesa do café perante o governo estadual e federal fizeram com que este estado se transformasse em um dos maiores produtores de café durante o final do século XIX e o início do século XX.

Quando se aborda a história do café no estado de São Paulo devemos apresentar uma peça importante e de grande valor, os fazendeiros. Segundo Monbeig até a década de 30 foram os grandes fazendeiros, de algum modo, os dirigentes de São Paulo. Confundia-se o interesse coletivo com seu interesse de classe. Esse fato sociológico liga-se à geografia do movimento pioneiro. Os problemas de mão de obra e, conseqüentemente, o povoamento, os das vias de comunicação, os dos preços foram considerados e tratados acima de tudo, em função dos interesses dos fazendeiros²⁹.

Foram estes mesmos homens os responsáveis por gerir São Paulo até os anos de 1930 e buscar a atender os interesses de sua classe, como exemplo, podemos citar primeiramente a construção de ferrovias, que vieram atender necessariamente as demandas de cafeicultores. Coube a fazendeiros, capitalistas, e homens públicos de São Paulo levar os trilhos para as

²⁸ FERLINI. Vera Lucia Amaral; GONÇALVES. Paulo Cesar; MONT SERRATH. Pablo Oller. Panorama dos fluxos migratórios no Brasil (séculos XVI-XIX). In *Diásporas globais e migrações contemporâneas / organização José Jobson de Andrade Arruda ... [et al.]*. - 1. ed. - São Paulo : Alameda, 2019. p.216-217.

²⁹ MONBEIG. Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. p.141.

áreas que, na época, já vinham sendo dominadas pela “onda verde” dos cafezais, O primeiro desses movimentos resultou na fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, popularmente conhecida sempre por Paulista³⁰.

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro apesar de não ser necessariamente a temática do trabalho apresenta uma grande importância, pois a partir de 1934 seria a mandante e principal acionista da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), empresa inicialmente chamada de Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, fundada por um grupo de fazendeiros do estado de São Paulo e que objetivou atender aos interesses novamente desta classe, por meio da vinda de mão de obra estrangeira e posteriormente, a colonização de terras.

Cabe destacar também que entre as diversas áreas de atuação da CAIC estava o processo de colonização na região cafeeira mais antiga por onde passavam os trilhos das estradas de ferro Paulista e Mogiana, e através do retalhamento por meio da compra e venda de fazendas antigas e decadentes de café, que eram vendidas principalmente a imigrantes. Segundo José de Souza Martins em seu livro “Cativeiro da terra” a formação de novas fazendas transformou-se em algo lucrativo para os fazendeiros, onde os cafezais passaram a necessitar de cada vez mais de mão de obra.

Com a abertura de novas fazendas, novas áreas produtoras de café tornavam-se recorrente as constantes reclamações de braços para a lavoura paulista, apesar da existência do trabalhador nacional, por parte dos grandes fazendeiros, inicialmente nos cafezais os trabalhos eram realizados por escravizados e nacionais.

A força de trabalho agrícola em 1900 compunha-se de 380.000 trabalhadores, dos quais 55% eram estrangeiros. A região Araraquarense tinha 98.000 trabalhadores e a Mogiana 91.000, juntas continham metade da mão de obra ocupada na agricultura. Os trabalhadores estrangeiros predominavam nas áreas de ocupação recente, como Mogiana, Alta Sorocabana, Baixa Paulista e Araraquarense. Dos trabalhadores agrícolas dessas novas zonas, dois terços eram nascidos no exterior³¹.

Nesse processo, o trabalhador nacional sempre esteve presente, relegados a outras funções e com vários estereótipos que serão mais bem abordados futuramente, até a década de 1920 o nacional estava relacionado a um segundo plano se comparado ao imigrante, perante os fazendeiros.

³⁰ MATOS. Odilon Nogueira de. Café e ferrovia: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4 ed.- Campinas: Pontes, 1990. p.77-78.

³¹ LUNA. Francisco Vidal; KLEIN. Herbert S. História econômica e social do estado de São Paulo 1850-1950; tradução Laura Teixeira Motta- São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2019. p.169.

Segundo Lucio Kowarick, tanto nas regiões antigas de exploração do café, como nas novas plantações situadas na região oeste de São Paulo, os livres tiveram até o advento da grande imigração internacional, uma participação “acessória e ocasional” no processo produtivo. Assim, o “nacional simplesmente continuava a ocupar posição geográfica marginal e de reserva que sempre lhe coubera, já com respeito ao trabalho escravo”³².

Com a diminuição na entrada de trabalhadores estrangeiros, porém, muitos fazendeiros passaram a contar cada vez mais com o elemento nacional principalmente a partir dos anos de 1920. Cabe destacar que muitas empresas particulares passaram a introduzir também em território paulista o trabalhador nacional, que vinha principalmente da atual região Nordeste, com a autorização da Secretaria de Agricultura. Segundo Odair da Cruz Paiva a atuação da Secretaria da Agricultura nesta questão era, portanto, ambígua. Embora formalmente contratasse empresas para inserção dos trabalhadores no interior do Estado, por outros caminhos abria espaço para a busca direta dos mesmos pelos proprietários, ao mesmo tempo em que se demonstrava sensível com relação à ação de agentes que cobravam menos por sua inserção dos mesmos³³.

Podemos compreender melhor este fato pela documentação encontrada da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, em que notamos a presença de um documento específico de um fazendeiro do oeste paulista solicitando a ida de um de seus empregados para a atual região Nordeste em busca de angariar trabalhadores para sua fazenda.

Os autores mencionados ao longo desta breve exposição, como outros que serão apresentados, auxiliarão na análise deste capítulo, que se tratará de uma revisão bibliográfica de importantes temas relacionados para o trabalho, como a questão do desenvolvimento do café no interior de São Paulo e sua importância agrícola para o estado, e também a defesa deste produto. Outra temática que será abordada e que se trata de extrema importância é a política imigratória brasileira e suas transformações, enfatizando os períodos do final do século XIX até os anos de 1950, E finalizando o capítulo buscaremos abordar a mão de obra nacional.

Na primeira parte do capítulo iremos enfatizar a produção cafeeira no interior paulista, destacando as principais áreas de produção, bem com suas relações com a questão de mão de obra e de surgimento das ferrovias, que iriam auxiliar tanto no transporte de mercadoria como deslocamento de pessoa. Esta primeira etapa torna-se importante, pois nos trará informações

³² TESSARI, Cláudia Alessandra. Braços para a colheita: Sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo: Alameda, 2012. p.70-71.

³³ PAIVA, Odair da Cruz. Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950). Bauru, SP. EDUSC, 2004. p.127

referentes à demanda de trabalhadores primeiramente imigrantes e posteriormente, nacionais para as variadas zonas cafeeiras, o que está diretamente relacionado com as ações da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização.

Posteriormente, abordaremos aspectos da política imigratória brasileira, ressaltando suas modificações do final do século XIX sem tantas restrições e seleções, passando pelo debate imigratório na Primeira República e os aspectos da questão imigratória com o Governo Vargas e o contexto pós Segunda Guerra Mundial. E por último analisaremos o trabalhador nacional. Indicaremos como era visto perante os fazendeiros e intelectuais brasileiros do período, bem como as suas tarefas na produção agrícola no interior paulista.

1.1 O desenvolvimento da cultura cafeeira no interior paulista

Ao longo do século XIX a então província de São Paulo passou por diversas transformações, sendo que possivelmente a que mais trouxe grandes mudanças econômicas e sociais foi à introdução do café. Sabemos que antes mesmo do café ganhar seu espaço na província, existiam plantações de cana-de-açúcar e de algodão que eram importantes.

O café já estava sendo cultivado no Brasil desde o século XVIII e expandindo-se vagarosamente pela colônia. No Rio de Janeiro esse produto chegou no mesmo século, e nos primeiros anos do século XIX já se exportava em números modestos para Lisboa. Da província do Rio de Janeiro o plantio se deslocou para norte e oeste do estado e aos poucos para a província de Minas Gerais. Em São Paulo foi introduzindo pela parte norte do Vale do Paraíba, sendo que entre os anos de 1820-1830 o café atingiu o restante da província chegando ao final do século XIX no oeste paulista, que foi a principal zona produtora de café no século XX.

Em meados do século XIX tanto o café como o açúcar estavam solidamente estabelecidos na província. Contudo, apesar da existência de vastos territórios virgens e propícios à produção do café, a continuidade da expansão da cafeicultura era limitada por dois fatores cruciais: a escassez de mão de obra e a imensa precariedade do sistema de transporte, que tomava a atividade agrícola longe da costa muito mais dispendiosa do que comercialmente lucrativa³⁴.

Com o fim do tráfico transatlântico no ano de 1850 ocorreu uma redução de mão de obra para a produção cafeeira que passava a exigir cada vez mais trabalhadores, desta forma,

³⁴ LUNA. Francisco Vidal; KLEIN. Herbert S. História econômica e social do estado de São Paulo 1850-1950; tradução Laura Teixeira Motta- São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2019. p.41

a zona mais afetada por essa redução de braços foi o oeste paulista, sendo os fazendeiros da região a incentivar as primeiras medidas para a vinda de imigrantes.

Para tentar auxiliar na questão de falta de mão de obra, durante o século XIX buscou-se o trazer escravizados de outras regiões e que realizavam diversas atividades, o que atendeu momentaneamente a demanda dos fazendeiros paulistas. Entretanto tal medida não foi o suficiente. Neste mesmo período iniciava-se um debate acerca da vinda de escravizados do Nordeste para São Paulo, entretanto a vinda de escravizados não foi bem aceito pela liderança da então atual região Nordeste, o que alegavam a perda de sua mão de obra. Desta forma, podemos compreender que inicialmente o trabalho nos cafezais era realizado pelos escravizados, mas também havia a presença de trabalhadores nacionais e por últimos, tínhamos a chegada dos imigrantes.

Com o fim do trabalho escravo fizeram com que a região conhecida como Oeste Paulista se estabelecesse como a principal produtora de café, principalmente no final do século XIX, ao mesmo tempo em que o solo do Vale do Paraíba se tornou cada vez mais fraco para o plantio deste produto, entretanto não cessando a produção, pois esta região produziu café até o final da escravidão.

Para o desenvolvimento da produção cafeeira eram necessários solos e climas adequados, como também mão de obra e transporte, sendo este último um grande problema para o escoamento do café, que inicialmente era realizado pelo transporte de mulas principalmente na região do Vale do Paraíba e nas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Foi apenas na segunda metade do século XIX que as ferrovias se expandiram pelo território brasileiro, sendo São Paulo novamente a frente deste negócio e com o auxílio dos cafeicultores, o que possibilitou uma extensa rede ferroviária. Desta forma, a ferrovia veio auxiliar os cafeicultores no escoamento do café, em algumas zonas cafeeiras a ferrovia surgiu juntamente com o plantio de café, em outras apareceu posteriormente, a este produto agrícola.

O Vale do Paraíba foi à região pioneira na produção cafeeira, e com o passar dos anos cederia sua hegemonia a outras zonas cafeeiras. Conforme as regiões antigas iam perdendo a qualidade na produção cafeeira, áreas mais novas eram procuradas para continuar o cultivo de café, ao mesmo tempo em que se avançava o povoamento do estado e surgiam novos municípios. Esse deslocamento das regiões mais antigas em busca de melhores terras para aberturas de novas fazendas ficou conhecido como “marcha pioneira”.

Presentes na marcha pioneira estavam uma figura bem conhecida, os fazendeiros, que lideravam o movimento do avanço pelas terras paulistas e ao mesmo tempo em que estavam inseridos em diversos cargos e funções, como donos de ferrovias, cargos públicos. Podemos

citar como exemplo a família de importantes fazendeiros os Almeida Prado, presentes na organização de uma sociedade de imigração e também na fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, ambos os negócios que forneciam tanto mão de obra como trilhos para suas fazendas. Com os grandes fazendeiros também estavam os produtores médios, entretanto não possuindo todo o dinheiro e a mesma independência na produção de café, e quando havia uma crise econômica se via obrigado a vender suas fazendas ou hipotecá-la³⁵.

Confundia-se o interesse coletivo com seu interesse de classe. Esse fato sociológico liga-se a geografia do movimento pioneiro. Os problemas de mão de obra e, conseqüentemente, o povoamento, os de vias de comunicação, os de preços foram considerados e tratados acima de tudo, em função dos interesses dos fazendeiros. A marcha pioneira foi primeiramente assuntos deles³⁶.

Juntamente com os fazendeiros na marcha pioneira estavam os grileiros, negociantes de terras e os imigrantes, sendo estes últimos o exército de pioneiros. Os grileiros estavam relacionados à ocupação e posse de terra paulista, sendo que nestas terras buscou-se legalizar a partir dos anos de 1850 com a Lei de Terras, que segundo a Lei citada, quem estivesse começado a cultivar o solo e pudesse garantir o seu direito de primeiro proprietário poderia registrá-la como sua propriedade num período de quatro anos. Entretanto em 1900 o governo do estado de São Paulo alegou que seriam apenas legítimas as propriedades de quem pudesse comprovar por meio de um documento legal dentro do prazo anterior a 02 de agosto de 1878.

Tais medidas para regularizar a situação territorial, como também o avanço do povoamento, o fluxo de imigrantes e o desejo de adquirir terras fez com que surgissem os falsários de documentos, que buscaram os mais diversos meios para se comprovar a ocupação de um solo. Dessa forma, tanto a zona pioneira do estado paulista como o do Paraná conheceu a ação dos grileiros³⁷.

O capital que antes era pago aos traficantes de escravizados passou a ser pago às companhias imobiliárias e aos grileiros que, com base em documentos falsos, depois de 1854, apossaram-se de extensas áreas devolutas ou ocupadas por posseiros, revendendo-as a novos e potenciais fazendeiros. A principal fonte de lucro do fazendeiro da frente pioneira, como a de Ribeirão Preto e da Mogiana, foi, nos anos da expansão, a renda diferencial da terra produzida pela maior fertilidade natural das terras novas, algo que não dependia de investimentos de

³⁵ MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. p.140

³⁶ MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. p.141

³⁷ Sobre a ação de Grileiros ver: MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

capital³⁸.

A partir de 1900 conforme se resolviam as questões que envolviam os grileiros surgiam os negociantes de terras, formados por homens que trabalhavam sozinhos ou em sociedades colonizadoras, loteavam as terras que se encontravam em decadência, parte de propriedades e objetos de herança. Nesse ramo de negócios se destacou a empresa Paraná Plantation.

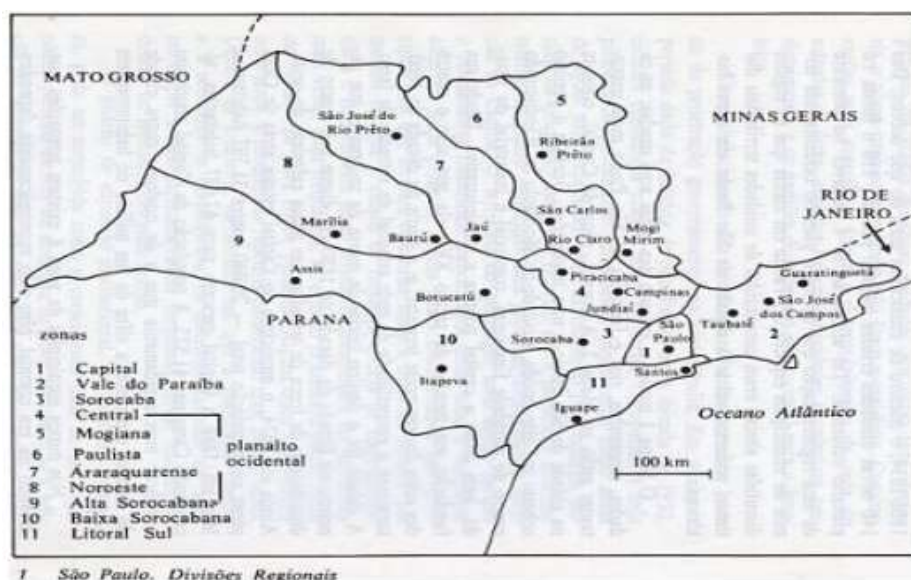
Para finalizar a formação da marcha pioneira estavam os imigrantes, principalmente os europeus, que se deslocavam inicialmente para as zonas cafeeiras mais velhas e posteriormente, para as mais novas. Entretanto os imigrantes não eram os únicos que abandonavam seus lares em busca de um emprego, salário e condições de vida melhores, havia também um aumento no número de nacionais se dirigindo para São Paulo, principalmente da atual região do Nordeste.

Segundo Monbeig, essa imigração que bem se pode chamar a imigração da miséria, não deixou de suscitar certas críticas por parte dos paulistas. A princípio ao que parece, tratava-se de imigração de indivíduos isolados, celibatários ou pais de famílias que deixavam mulher e filhos no torrão natal. Voltavam, depois de ter amealhado modesto pecúlio. Fato ainda mais grave, em nada contribuía esse vaivém para o povoamento. Não ostentavam boa fisionomia esses baianos que, sem dúvida, eram os proletários mais miseráveis das zonas pioneiras. Tomaram os baianos o lugar da mão de obra estrangeira, como trabalhadores assalariados nas zonas pioneira.³⁹ Desta forma, as zonas pioneiras puderam contar com a mão de obra imigrante e nacional – no momento não iremos nos deter em analisá-la minuciosamente, pois a temática será abordada mais adiante.

Como parte deste trabalho nos propomos a analisar o desenvolvimento da cultura cafeeira no estado de São Paulo e como este produto agrícola se instalou e desenvolveu nas diversas zonas cafeeiras, ao mesmo tempo buscando enfatizar qual mão de obra foi necessária. Para facilitar nossa análise utilizaremos como base a classificação das zonas cafeeiras elaborada por Thomas Holloway, conforme o mapa a seguir.

³⁸ MARTINS, José. O cativo da terra. São Paulo, Hucitec. 1996. p.51

³⁹ MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. p.151-152



Fonte: HOLLOWAY. Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934; tradução de Eglê Malheiros- Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1984. p.34.

Iniciando a análise das zonas cafeeiras, começaremos pela região representada pelo número 2 que corresponde ao Vale do Paraíba, que teve seu esplendor entre os anos de 1854 e 1886, onde atraiu a migração de outras províncias como do Rio de Janeiro. Inicialmente o transporte do café era realizado pelas tropas de mulas, mas a partir dos anos de 1870, a construção da ferrovia que ligava o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba, facilitou o deslocamento do café até a capital.

A partir de 1886 o Vale do Paraíba sofreu um declínio em sua produção, além disso, não atraiu em números elevados à mão de obra imigrante, dependendo do trabalho do escravizado e do nacional. Sendo que alguns fazendeiros tentaram optar pela utilização do sistema de parceria.

Segundo Beiguelman, com efeito, o trabalhador nacional foi intensamente solicitado na área mais velha, processando-se o ajustamento entre as condições dessa região (desprovida de possibilidades alternativas quanto ao suprimento de braço) e o ritmo de atividade inerente a uma mão de obra que acedia em engajar-se na lavoura que menos compensação podia oferecer ao trabalho no café, sendo por isso mesmo rejeitada pelo imigrante. Tornou-se comum a opinião, obviamente infundada, veiculada pelos fazendeiros interessados que atribuíam a decadência da região ao braço (deformado pelo sistema), que ela justamente empregou porque já se encontrava em declínio⁴⁰.

Na ordem cronológica da produção cafeeira após o Vale do Paraíba se destacou a Zona

⁴⁰ BEIGUELMAN. Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. Editora Edusp. 2005. p.144.

Central, em meados do século XIX novos povoadores trouxeram o café para esta região, provavelmente do Vale do Paraíba. Inicialmente ocorreram alguns problemas como a questão do transporte de café e a mão de obra. Acerca do transporte, este era realizado por meio de tropas de mulas que gastavam de três semanas a um mês para se deslocarem de Campinas a São Paulo, e por fim, Santos, o que demandava muito tempo.

Outro problema que esta região teve que enfrentar foi à questão da mão de obra, para a produção de café os fazendeiros utilizavam as mesmas técnicas de cultivo do Vale do Paraíba, como também a força do braço do escravizado. Em torno da metade do século XIX quando o café ganhava maior espaço, o tráfico transatlântico foi proibido o que fez com que fazendeiros dependessem do tráfico inter-regional do Brasil.

Segundo Millet para a sua expansão muito contribuiu ainda a enorme corrente imigratória de fins do século XIX. Ainda se valeu do braço escravo, entretanto e não é, por isso, a região de menor porcentagem de elementos negros. Estes aparecem mais acentuadamente nas zonas norte e oeste, de progresso económico anterior à imigração, ou nas zonas excessivamente novas, posteriores à mesma e para as quais se encaminha na falta do agricultor europeu, o proletariado agrícola da Baía e do norte do país⁴¹.

A zona cafeeira Mogiana representada pelo número 5 no mapa, segundo Holloway, foi uma das mais importantes para as questões que envolvem o café e a imigração, além de apresentar um solo excelente para o cultivo. As primeiras pessoas a povoarem a região vieram de Minas Gerais no final do século XVIII, entretanto enfrentava um problema bastante conhecido pelas zonas cafeeiras, o transporte, que inicialmente também era realizado pelas tropas de mulas. Apenas em 1874 foi que a estrada de Ferro Mogiana teve a sua construção em Campinas, o que facilitou o desenvolvimento da cultura cafeeira, como também do surgimento de diversas cidades.

Destaca-se o papel das ferrovias nas regiões cafeeiras, que seguiam o caminho que o cafezal desenhava. A partir de 1850 o meio brasileiro tornou-se bem mais favorável a empreendimentos de natureza tão arrojada. De um lado, porque a situação política do país tornou-se mais estável, com o fortalecimento da ordem pública interna e de outro, porque a extinção do tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queiroz, daquele ano, deixou livres muitos capitais até então empregados no comércio negreiro⁴². Como podemos perceber por meio da iniciativa dos fazendeiros e do aumento de capital que antes era empregado no tráfico

⁴¹ MILLIET, Sérgio. O Roteiro do Café. Contribuição para o estudo da História Económica e social do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1982. p.46-48.

⁴² MATOS. Odilon Nogueira de. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1990, p.11-12

de escravizados pode-se investir na construção de ferrovias brasileira, principalmente da Mogiana e da Paulista.

A região Paulista antes do início da expansão do café era menos povoada e desenvolvida que a Mogiana, o café apenas teve sua expansão no final do século XIX, o que segundo Holloway ocorreu ao mesmo tempo tanto na Mogiana como Paulista e afetando ambas igualmente. E destaca-se que a rede ferroviária só apareceu após o café estar bem implementado e organizado nesta área.

A força de trabalho agrícola em 1900 compunha-se de 388.000 trabalhadores, dos quais 55% eram estrangeiros. A região Araraquarense tinha 98.000 trabalhadores, e a Mogiana, 91.000; juntas continham metade da mão de obra ocupada na agricultura. Os trabalhadores estrangeiros predominavam nas áreas de ocupação recente, como Mogiana, Alta Sorocabana, Baixa Paulista e Araraquarense. Dos trabalhadores agrícolas dessas novas zonas, dois terços eram nascidos no exterior⁴³.

As zonas Central, Mogiana e Paulista, como diz Thomas Holloway constituem o “Velho oeste”. Uma característica que divide o velho oeste do novo oeste tem, mais uma vez, relação com a rede de transporte. A construção de estradas de ferro nas zonas Central, Mogiana e Paulista só ocorreram depois de o café estar bem estabelecido nessa área. As ferrovias eram construídas para explorar o potencial mercante de áreas que antes já eram supridas por tropas de mulas, e não para abrir territórios virgens. A partir do desenvolvimento da zona araraquarense, a relação cronológica começa a mudar⁴⁴. Desta forma, enquanto nas regiões Central, Mogiana e Paulista o café veio antes dos trilhos, na zona Araraquarense tanto a produção cafeeira como o desenvolvimento da ferrovia ocorreu concomitantemente.

Quando falamos sobre a região Paulista torna-se imprescindível abranger a temática sobre sua rede ferroviária, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro e neste trabalho apresenta certa importância por ter sido a mandante da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização.

Primeiramente podemos dizer que as estradas de ferro que partiam de São Paulo seguiam o caminho realizado pelo café, desta forma, estavam intimamente ligadas a este produto agrícola, desta forma, as redes ferroviárias não abriam fronteiras novas, mas iam acompanhando as terras que foram desbravadas.

A Companhia inglesa que inaugurou a ferrovia no Brasil ligando o litoral ao planalto

⁴³ LUNA. Francisco Vidal; KLEIN. Herbert S. História econômica e social do estado de São Paulo 1850-1950; tradução Laura Teixeira Motta- São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2019. p.169

⁴⁴ HOLLOWAY. Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934; tradução de Eglê Malheiros- Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1984. p.40-41.

não se interessou em continuar suas linhas férreas depois de Jundiaí, desta forma, esta ação coube aos fazendeiros e senhores públicos do estado de São Paulo conduzir as linhas até as regiões onde se predominava o café. Em 30 de Janeiro de 1868 foram aprovados os estatutos da nova companhia de estrada de ferro, sendo criada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro de Jundiaí a Campinas.

Nascia assim, a Paulista sob o signo das duas características básicas da segunda fase do desenvolvimento ferroviário do Brasil: garantia de juro e zona privilegiada. Mas era não só a primeira que se organizava em São Paulo, como a primeira com elementos exclusivamente provinciais. Um exame do rol dos participantes, tanto das reuniões de São Paulo, como da reunião convocada por Saldanha Marinho em Campinas, mostra-nos a presença, em maioria, de fazendeiros do centro-oeste e do oeste de São Paulo. Nascia vinculada ao café a primeira estrada tipicamente paulista⁴⁵.

Inicialmente a diretoria da Companhia Paulista era formada pelos seguintes senhores: Joaquim José dos Santos Silva, Francisco Antônio de Sousa Queiroz, Martinho da Silva Prado, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, e Clemente Falcão de Sousa Filho, nestes nomes podemos notar a presença de políticos, proprietários de imóveis e terras, famílias tradicionais, além de serem os maiores acionistas da empresa.

A Companhia Paulista através de seus diretores exercia seu domínio sob outras empresas como a Companhia Paulista de Transporte (CPT), São Paulo - Companhia Nacional de Seguros de Vida e a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC).

Sobre a CAIC, segundo Guilherme Grandi⁴⁶ alega que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na execução de seu programa econômico, entendeu ser conveniente a criação de um órgão com personalidade jurídica própria, mas, que lhe ficassem assegurados o controle e a direção, a fim de promover o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola e, por via de consequência, o aumento da produção, visando garantir o maior volume de carga a transportar. Por essa razão, em 1934, foi fundada a CAIC Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, com sede em São Paulo, e escritórios instalados no mesmo prédio onde funciona o escritório central da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Inicialmente, o capital social da “CAIC” foi de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros). Entretanto, em face do êxito da iniciativa, o capital foi sucessivamente aumentado

⁴⁵ MATOS, Odilon Nogueira de. Café e ferrovia: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira- 4 ed.- Campinas, SP: Pontes, 1990. p.80-81

⁴⁶ GRANDI, Guilherme. Estado e capital ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre 1930 e 1961. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2010.

como faz certo o seu último balanço, constante do relatório apresentado pela Diretoria à Assembleia Geral Ordinária de 23 de abril do corrente ano de 1951. Sendo a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a principal acionista da “CAIC”, a diretoria desta tem sido, sempre, formada de três diretores da primeira⁴⁷.

Entre as áreas cafeeiras mais novas e as velhas há uma zona intermediária conhecida como Araraquarense, esta região teve seu desenvolvimento de café no final do século XIX, mais precisamente em 1886, sendo que a estrada de Ferro Araraquarense começou a ser construída no ano de 1895 a noroeste de Araraquara. A área analisada atraiu uma grande quantidade de mão de obra tanto imigrante como nacional e suas novas áreas de desenvolvimento surgiram tanto nos anos de 120 como nos anos seguintes.

As zonas agrícolas Noroeste e Alta Sorocaba são consideradas como o “novo oeste”, estas duas regiões apresentam características semelhantes, como: enquanto nas demais zonas a Crise de 1929 levou a estagnação do café, nas duas zonas as consequências econômicas geradas através da Crise levaram a uma pausa no seu desenvolvimento, ou seja, ocasionou uma desaceleração em sua expansão e não uma estagnação da produção cafeeira.

A região Noroeste teve seu povoamento e desenvolvimento no início do século XX, de forma tardiamente, após o período de construção da ferrovia da região, no caso da Noroeste os trilhos da ferrovia vieram antes do que a produção cafeeira. Os mapas anteriores ao ano de 1906 destacam que a área era um território inexplorado, além disso, para a construção da ferrovia Noroeste houve conflitos com os habitantes locais, os índios, o que levou à dizimação dos nativos.

A ferrovia auxiliou na abertura das terras da Noroeste para o povoamento de europeus principalmente num período marcado pelos preços baixos do café, pela excedência de produção e falta de mão de obra. Entretanto para controlar o excesso de produção de café o governo Paulista implantou uma taxa proibitiva sob plantações deste produto agrícola que entrou em vigor entre os anos de 1903 e 1911. Destaca-se que o desenvolvimento agrícola desta região ocorreu apenas entre 1911-1914 quando houve o fim da lei descrita acima. Desta forma, na década de 1920 cidades como Lins, Penápolis e Araçatuba se tornaram grandes centros produtores de café. Sobre a mão de obra utilizada nesta região, a Noroeste utilizou mais de um quarto da imigração paulista, destacam-se portugueses, espanhóis, italianos, alemães e japoneses.

⁴⁷ GRANDI, Guilherme. Estado e capital ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre 1930 e 1961. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2010. p.214

A zona Alta Sorocabana ou apenas Sorocabana teve o desenvolvimento do café no final do século XIX. Analisando o período de expansão da região tanto em relação ao café como na questão demográfica, a Alta Sorocabana foi uma região quase inteiramente povoada por sitiantes. Essa originalidade provém do fato de que o avanço da linha ferroviária coincidiu com a chegada de um novo tipo de imigrante e houve também coincidência com a subida dos preços do café⁴⁸.

Nessas regiões vistas como “oeste novo” o trabalhador utilizado foi o imigrante, que atraído pela cultura e pelo melhor salário, além disso, o trabalhador poderia realizar o cultivo de culturas intercalares. Podemos considerar que nas regiões mais antigas em termos de produção cafeeira a mão de obra empregada em maiores quantidades foram os escravos e a população nacional, pois no momento em que se iniciam as primeiras medidas para acabarem com a escravidão no Brasil essas regiões já começaram a apresentar uma decadência em sua produção, o que não atraía o trabalhador imigrante.

A área mais nova combaterá a alternativa da imigração chinesa. Com efeito, o imigrantes asiático, idealizado como semi-servil, além de não representar um tipo de braço incentivado como o que se requeria (interessado na expansão do cafezal) e não dispensar o quadro coativo afluiria indiferentemente para qualquer área que o solicitasse – enquanto o tipo imigrante europeu reivindicado representava uma garantia de suprimento preferencial para o Oeste mais novo. De fato, o Oeste mais novo, a partir de meados da década de 1880 tornou-se o sorvedouro das levas de braços estrangeiros de que necessitava atraídas pelo estado da cultura e fertilidade do solo. O contingente imigratório era apenas partilhado com o Oeste mais antigo, sendo rejeitada pelo tipo de braço que se introduzia a área mais velha (Vale do Paraíba)⁴⁹.

Desta forma, nas regiões mais antigas em termos de produção cafeeira a mão de obra empregada em maiores quantidades foram os escravizados e a população nacional, pois no momento em que se iniciaram as primeiras medidas para acabarem com a escravidão no Brasil essas regiões já começaram a apresentar uma decadência em sua produção, o que não atraía o trabalhador imigrante.

Em maior ou menor grau, o oeste paulista do final do século XIX (falamos aqui de uma área - um losango - que ao norte se estendia até Franca para o oeste alcançava Jaú e Botucatu, ao sul delimitava-se com Sorocaba e Itu, e a leste com Amparo, Mogi-Mogi Mirim

⁴⁸ MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros em São Paulo. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. p.202

⁴⁹ BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. Editora Edusp. 2005. p.107

e Casa Branca) fora palco de múltiplas formas de organização do trabalho que envolvia a utilização da mão de obra livre nacional, da mão de obra escravizada (em grande medida oriunda do Nordeste) e, aos poucos, a utilização da mão de obra imigrante, que em massa era dirigida para os principais centros cafeeiros de então: Ribeirão Preto, Jaú, Campinas e São Carlos⁵⁰.

Desta forma, o café se espalhou por diversas partes de São Paulo, o que muitas vezes de destacou como uma atitude sem planejamento segundo o autor Ítalo de Aquino⁵¹ demandando cada vez mais terras, capital e mão de obra. No final do século XIX a economia cafeeira encontrava-se em uma situação que favorecia a sua expansão, com a questão de mão de obra sendo resolvida pelos próprios estados, principalmente o estado de São Paulo, e o aumento da inflação de crédito colaborou para que os cafeicultores tivessem crédito para buscar novas terras ao mesmo tempo em que elevou o valor do produto.

Concluindo esta breve análise sobre o desenvolvimento cafeeiro em São Paulo, o produto teve seu auge de desenvolvimento distinto se compararmos o Vale do Paraíba e o oeste paulista enquanto no Vale do Paraíba a produção se estagnava devido ao esgotamento do solo, o oeste paulista apresentava solo e climas favoráveis, além da existência de terras virgens. Em relação à questão de mão de obra, podemos apontar que em ambos foram utilizados os escravizados como também pouca presença de equipamentos agrícolas modernos para o período.

No oeste paulista o poder econômico característico dos fazendeiros revela-se em um período marcado pela crise do reinado de Pedro II, além disso, em termos ideológicos predominava-se a ideia de que nesta região predominavam ideias mais liberais, em contraponto o Vale do Paraíba se apresentava mais conservador.

A diferenciação entre o Vale do Paraíba e o oeste paulista é apenas cronológica, porém pode ser entendida como um anacronismo historiográfico na definição de Jacob Gorender, porque se comparam dois momentos distintos. As características da produção do Oeste Paulista mais apropriadamente Noroeste, foram dadas pela dificuldade concreta e financeira de reposição da mão de obra escravizada⁵².

⁵⁰ FALEIROS. Rogério Naques. *Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. Tese de Doutorado, Unicamp. Campinas. 2007. p.171-172

⁵¹ AQUINO. Ítalo de. *Apontamentos sobre a história do café em São Paulo: das origens a 1930*. In *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*/ Nilo Odalia, João Ricardo de Castro Caldeira (orgs). – 1 ed. – São Paulo: Editora UNESP; Imprensa oficial; Arquivo Público do Estado, 2010. p.79

⁵² AQUINO. Ítalo de. *Apontamentos sobre a história do café em São Paulo: das origens a 1930*. In *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*/ Nilo Odalia, João Ricardo de Castro Caldeira (orgs). – 1 ed. – São Paulo: Editora UNESP; Imprensa oficial; Arquivo Público do Estado, 2010. p.80

Segundo André Luiz Lanza,⁵³ que em seu trabalho analisa a distribuição geográfica dos imigrantes em São Paulo ao longo dos anos de 1886 a 1920, utilizando dados da Hospedaria dos Imigrantes, a maior parte dos estrangeiros que saíram da Hospedaria se direcionou para as regiões como Mogiana, Paulista, Central, Araraquarense e Alta Sorocabana.

Por mais que novas oportunidades tenham atraído e deslocado o fluxo migratório para as regiões de fronteira nas duas primeiras décadas do século XX, as nacionalidades que tradicionalmente se concentravam em determinadas regiões desde o começo da imigração subsidiada ou mesmo anteriormente a ela parecem ter tendido a continuar nessas regiões. É o caso dos portugueses na região da capital, dos espanhóis nas regiões de fronteira, e dos italianos na Mogiana e Paulista. A presença prévia de conterrâneos parece ter influenciado a chegada de mais imigrantes da mesma nacionalidade, em sintonia com o que afirma a literatura para outros países⁵⁴.

Após o período da Proclamação da República com a política econômica iniciada por Rui Barbosa houve uma expansão dos números de cafezais pelo estado paulista, o que acarretou uma superprodução antes mesmo do fim do século XIX. Para tentar auxiliar a economia cafeeira do estado de São Paulo e consequentemente, os fazendeiros, o governo do estado paulista decidiu tomar a frente e agir, limitando a oferta de café pelo período de cinco anos, podendo ser estendido por mais cinco anos, entretanto a ação não foi o suficiente para controlar os altos estoques de café. Neste contexto o empresário Alexandre Sicilianos propôs uma alternativa que seria a compra de parte do excedente pelo estado de São Paulo, porém sua alternativa não foi bem aceita.

Em fevereiro de 1906 na cidade de Taubaté se reuniram os cafeicultores dos quatro maiores estados produtores e optaram pela defesa e valorização do produto, surgiu então o famoso Convênio de Taubaté. Sendo suas ações: a defesa concreta e eficiente do produto, com plena garantia de preços e lucros, independentemente do volume da produção. Decidiu-se também, por um empréstimo externo e um imposto em ouro, sobre cada saca de café exportada para a realização das operações⁵⁵. Entretanto o estado de São Paulo realizou sozinho a política de valorização do café.

A segunda valorização do café veio a ocorrer em 1917 devido aos efeitos da Primeira

⁵³ LANZA. André Luiz. De Braços para a Lavoura a Proprietários Rurais? Imigrantes e o Acesso à Terra em São Paulo, 1886-1920. Tese de Doutorado. São Paulo. 2021, p.73

⁵⁴ LANZA. André Luiz. De Braços para a Lavoura a Proprietários Rurais? Imigrantes e o Acesso à Terra em São Paulo, 1886-1920. Tese de Doutorado. São Paulo. 2021, p.85

⁵⁵ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985. p.40

Guerra Mundial que reduziram as demandas por café e mais uma vez o estado agiu comprando o estoque. Com o fim do conflito o mercado se regulou novamente, gerando uma onda de otimismo por parte dos fazendeiros que agora acreditavam que o estado agiria sempre que necessitasse nas questões que envolveriam o café.

O estado de São Paulo havia terminado, em meados de 1920, todas as suas operações sobre o café. Intervirá duas vezes (1906 e 1917-1918) com bom êxito (medido pelos resultados positivos das duas operações: sustentação dos preços em moeda nacional e por volta de dez milhões de libras de lucro na primeira e pouco mais de quatro milhões na segunda) e ganhara uma enorme experiência no negócio. O próprio governo federal, a princípio hesitante, tirara boas vantagens das operações. Estes fatos, que pareciam contraditar toda a ortodoxia econômica (dizia-se frequentemente que as operações, apesar de condenáveis do ponto de vista teórico, eram recomendáveis do ponto de vista prático) fortificaram de tal maneira a posição dos chamados “valorizadores” que dificilmente haveria qualquer titubeio por parte do governo para intervir em outras dificuldades. A oposição havia sido esmagada pelo peso dos fatos e não ousava mais falar⁵⁶.

No final do ano de 1924, com o propósito de realizar uma defesa permanente na política que envolvia o café, foi criado o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café que posteriormente, seria chamado de Instituto do Café de São Paulo, que apresentavam os seguintes objetivos: obter o excedente de café, controlar a entrada de café no Porto de Santos, caso necessitassem, conceder empréstimos aos fazendeiros e realizar a publicidade deste produto agrícola.

O convenio de Taubaté através de sua defesa do café ocasionou uma superprodução do produto agrícola. O Estado incentivou a expansão da monocultura cafeeira, ao mesmo tempo em que favoreceu um determinado setor da burguesia e principalmente um estado, o de São Paulo, se comparado com os demais estados do país. Para o autor Ítalo de Aquino⁵⁷ os demais setores da sociedade se viam em desvantagem com esta política, além disso, aponta que um dos pontos negativos da monocultura do café foi ter corrido o atraso tanto no crescimento como na diversificação da economia do Brasil.

No momento em que a crise econômica de 1929 atingiu o Brasil a economia cafeeira se apresentava da seguinte maneira, a produção de café se encontrava volumosa,

⁵⁶ DELFIM NETTO. Antônio. O problema do café no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura: Suplan. 1979, p.72

⁵⁷ AQUINO. Ítalo de. Apontamentos sobre a história do café em São Paulo: das origens a 1930. In História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista/ Nilo Odalia, João Ricardo de Castro Caldeira (orgs). – 1 ed. – São Paulo: Editora UNESP; Imprensa oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

principalmente pelas altas produções dos anos de 1925-1929, enquanto se mantinham as exportações, ou seja, vendia e exportava apenas parte da produção, o restante estava retido aguardando uma possível venda. Neste mesmo período os preços continuavam elevados no mercado, o que gerava grandes lucros aos fazendeiros, estes que continuavam a investir em novas plantações.

Com a crise de 1929 as plantações continuavam em grandes números e o governo brasileiro não conseguia crédito internacional para comprar e reter parte dos estoques de café, o que gerou uma queda no preço do produto, ao mesmo tempo em que ocorreu uma diminuição no valor da moeda. A depreciação da moeda, ao atenuar o impacto da baixa do preço internacional sobre o empresário brasileiro, induzia este a continuar colhendo o café e a manter a pressão sobre o mercado. Essa situação acarretava nova baixa de preços e nova depreciação da moeda, contribuindo para agravar a crise⁵⁸.

Neste contexto da Crise de 1929 já existia a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB), a antecessora da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), que será melhor abordada no próximo capítulo, porém devemos mencionar que um dos motivos da CGICB não obter tanto êxito deve-se em parte a crise econômica que assolou o país no ano de 1929. Entretanto no decorrer da crise de 1929, a CAIC desmembrou mais de meia centena de grandes fazendas de café, principalmente em Ribeirão Preto, permitindo o acesso a terra por parte dos colonos.

Exemplo desse processo foi à subdivisão da Companhia Agrícola Fazenda São Martinho no seu núcleo de Guariba, que chegou a ser a maior fazenda de café do Brasil, pertencente inicialmente a Família Silva Prado, que deu origem a 304 propriedades com área média de 68,34 alqueires paulistas. Essa empresa também propiciou a ocupação com base em propriedades médias das regiões da Alta Paulista e Extremo Norte⁵⁹.

No ano de 1931 foi criado o Conselho Nacional do Café, sendo posteriormente, substituído pelo Departamento Nacional do Café, ligado diretamente ao Ministério da Fazenda. Cabe destacar que durante o Governo de Getúlio Vargas foram criados diversos departamento e conselhos para lidar com as mais variadas questões, entre estes estava o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), que estava diretamente relacionado ao Ministério das Relações Exteriores, sendo que o próprio conselho durante os anos de suas atividades publicou vários números de sua revista, a Revista de Imigração e Colonização,

⁵⁸ FURTADO. Celso. Formação econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional. 2005. p.197

⁵⁹ GONÇALVES. José Sidnei. A agricultura paulista: a ação estatal na construção da modernidade. São Paulo em Perspectiva, 7 (3): 100-106, julho/setembro 1993, p.103.

onde eram debatidos e publicados os temas que envolviam as questões de imigração e colonização.

O objetivo básico das políticas, nesse período, era a redução da oferta de café, que foi obtida, principalmente, por meio de cotas de exportação, para a retenção e sacrifício (tendo de ser vendida ao governo a um preço abaixo do custo para a destruição). O estabelecimento dessa medida era visivelmente desfavorável aos cafeicultores, principalmente aos que obtinham maior produtividade⁶⁰. Desta forma, que apesar da existência dos fortes interesses dos cafeicultores, estes a partir deste momento possuíam seus objetivos submetidos aos interesses do governo federal. No ano de 1937 já havia acabados as políticas de estímulo ao setor do café, existindo apenas os necessários para que este não entrasse em ruína.

A Crise de 1929 e suas consequências não significaram o fim de uma das classes mais importantes para a economia paulista: os fazendeiros. Segundo a bibliografia muitos destes proprietários rurais apesar de terem passado por grandes prejuízos econômicos devido ao evento histórico econômico citado, souberam se adaptar as novas realidades que impunha a economia do estado de São Paulo, acabaram por se unirem e formarem empresas particulares relacionadas às questões de imigração e colonização, o que atendia diretamente também seus interesses, um exemplo foi a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização.

Com o Governo Vargas e a implantação de sua política trabalhista, para muitos autores tal ação não afetou diretamente as relações entre empregado e patrão no meio agrícola, desta forma, se dirigindo apenas ao meio urbano, além disso, as lutas sociais realizadas pelos camponeses durante os anos de 1950-1960 seriam o resultado da ausência desses direitos.

A partir dos anos de 1970 diversos autores que se debruçaram sobre a questão trabalhista no campo, chegaram a um consenso de que sob o governo de Getúlio Vargas não ocorreram alterações nas relações trabalhistas presentes no mundo rural, isto poderia ser comprovado pela ausência de leis destinadas propriamente ao meio em questão e seus trabalhadores.

O que se percebe em comum nessas interpretações é a ideia da manutenção das relações sociais tradicionais no campo como condição para implementar os direitos sociais nas cidades e o projeto estatal intervencionista promotor da industrialização, com um governo Vargas que praticamente ignorava os camponeses. Compreende-se assim que a força dos proprietários rurais seria tão grande que o governo foi incapaz de se impor, restando uma

⁶⁰ SAES, Maria Sylvia Macchione. A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1997. p.69

legislação trabalhista que não chegou até o campo⁶¹.

O período conhecido como a Era Vargas seria caracterizado por ações do Estado em atender e promover todas as demandas dos grandes proprietários rurais, o que ia de encontro aos interesses deste grande grupo. Ao mesmo tempo em que notamos um aumento da legislação destinada ao campo. Podemos citar alguns decretos que exemplificam este fato. Primeiramente o decreto n.24.606 de 1934, que se tornou uma forma de coibir os atrasos e os baixos valores venais, mas também de baratear o valor das indenizações a ser pago, o que facilitaria desapropriações.

O segundo decreto a ser exposto trata-se do Decreto n.6.569 de 1944 que obrigava a apresentação de título de propriedade pelos residentes da terra em que o Estado Federal considerava como sendo sua. Tal medida foi influenciada pelos acontecimentos dos anos de 1930, como a política expansionista de alguns países, como Japão, Itália e Alemanha. Além disso, a ocupação do território brasileiro passou a ser um tema central nos debates, vistos como grandes parcelas de terras desabitadas, somando a este fato os imigrantes considerados “súditos do eixo”, principalmente alemães e japoneses, eram consideradas como poucos assimilados e relacionados diretamente a estes países de posturas expansionistas, o que poderia vir a ser uma ameaça à segurança nacional.

Em contrapartida, estudos realizados por Clifford Andrew Welch⁶² complementam os trabalhos já realizados acerca da questão trabalhista possivelmente envolver o campo e acrescenta que Getúlio Vargas tentou desafiar os proprietários de terras para colocar em prática a reorganização da relação trabalhista no campo através de decretos que buscavam equiparar tanto o campo como a cidade.

Em janeiro de 1930 pela plataforma da Aliança Liberal, Vargas alegou que buscaria realizar leis trabalhistas que atendessem todos os trabalhadores do Brasil, além de oferecer serviços educacionais, a questão da residência, a saúde aos empregados rurais. Cabe destacar que durante seus discursos também defendia a utilização do trabalhador nacional em relação ao imigrante, cuja situação principalmente no sertão da atual região nordeste não era considerada boa, pois havia a falta de higiene na maioria das vezes, além da falta de comida e a busca constante por melhores condições de trabalho, o que faziam muitos se deslocarem para a atual região Sudeste.

⁶¹ DEZEMORE. Marcus. O mundo rural e a Era Vargas: o papel do campo e dos trabalhadores rurais para a nação. In A era Vargas: (1930-1945)/ Marco Antônio Vannuchi, Luciano Aronne de Abreu organizadores- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p.108-109.

⁶² WELCH. Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016.

Em março, quatro meses depois da revolução, Vargas emitiu o Decreto 19.770 que explicou como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de Collor assumiria a responsabilidade pela regulação das condições de trabalho nos setores agrícola, comercial e industrial, registrando as associações de empregador e empregado nas escalas local, estadual e nacional como agências consultivas e técnicos do governo. O decreto ainda limitou a participação dos trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho, implementou controles na liberdade ideológica e associativa dos membros do sindicato e apoiou os sindicatos para que fornecessem aos “trabalhadores urbanos e rurais” proteções, treinamento e assistência social, local de trabalho seguro e saudável, e a capacidade de melhorar os salários e igualar a remuneração e as condições para trabalhadores de ambos os sexos.⁶³

O presidente Getúlio Vargas tentava negociar com os proprietários rurais por melhores condições para os empregados deste setor, o que não seria uma tarefa de grande facilidade, além disso, buscava organizar sindicatos rurais. Cabe destacar que estas negociações entre o Presidente da República e os donos de terras levariam a uma competição entre duas organizações de grande destaque a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), sendo que no ano de 1941 a SNA enviou um projeto que abordava a sindicalização rural, enquanto a SRB buscavam a sua não realização e em nenhum momento os verdadeiros interessados, os camponeses, participaram deste processo.

Desta forma, ao buscar organizar a “vida rural”, o governo Vargas não procurou fazer uma revolução para emancipar os camponeses de uma espécie de sistema feudal e latifúndio e minifúndios, mas para ajustar a economia política e assim fortalecer o capitalismo agrário. Assim, o governo Vargas nem excluiu nem ignorou o campo, mas gerou uma série de estudos, ideias, leis e instituições para a organização da vida rural que se mostrou parte permanente de seu legado. Certo ou errado, para muitos camponeses, “Getúlio era bom pros pobres”⁶⁴.

Desta forma podemos considerar que embora Getúlio Vargas tenha implementado uma política trabalhista e posteriormente, de defesa do trabalhador nacional, tais medidas tiveram como obstáculos os interesses dos proprietários rurais, que ainda detinham grande poder, o que dificultava que leis trabalhistas alcançassem o meio rural. Cabe destacar que na documentação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, que será mais bem analisada no próximo capítulo, não encontramos informações que nos forneça um panorama da situação vivida pelos trabalhadores imigrantes e nacionais no meio rural.

⁶³ WELCH. Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016. p.85-86.

⁶⁴ WELCH. Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016. p.101.

1.2 O trabalhador imigrante e a política imigratória brasileira

O Brasil se destacou como um país que atraiu uma grande leva de imigrantes das mais variadas nacionalidades, sendo que a maioria se deslocou para São Paulo, principalmente para o meio rural. Atraídos por melhores condições de trabalho e de vida, muitas vezes fugindo de problemas políticos e econômicos que enfrentavam seus países de origem. E mais uma vez neste contexto se destacou o estado paulista que apresentava condições favoráveis para o plantio de café, além de terras abundantes, fato que atraía mais ainda a mão de obra estrangeira, além do subsídio as passagens, o que facilitava o deslocamento destas pessoas para o Brasil.

Imigrantes, como os italianos, que somam uma quantidade elevada em números de entrada no território brasileiro, foram atraídos pelas regiões onde se localizavam terras mais produtivas e baratas. Também foi muito comum que famílias trabalhassem alguns anos como colonos e, à medida que lograssem constituir algum pecúlio, cumprissem o sonho de tornarem-se proprietários. Ora, isso era mais fácil de realizar-se em áreas recém-abertas à exploração, mais distantes da capital, onde o preço do alqueire era mais em conta. É por tal razão que encontraremos em 1934- distante, portanto, do pico da imigração italiana ocorrido ainda no século XIX- uma concentração razoável de italianos em áreas rurais do extremo oeste do estado⁶⁵.

Muitas famílias de imigrantes de diversas nacionalidades ao longo dos anos de trabalho nas fazendas conseguiram adquirir algum recurso econômico para poder ter acesso a sua própria terra, principalmente de fazendas mais antigas ou que sofreram problemas econômicos. Autores como Monbeig e Lenharo em seus trabalhos mencionam que a crise de 1929 que assolou o mundo e conseqüentemente, o Brasil ocasionou a falência de fazendas, desta forma, muitos proprietários de terras se reuniram em sociedades ou utilizando terceiros para vender parte de suas terras. Neste contexto podemos destacar o trabalho da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), que primeiramente buscava introduzir imigrantes nas lavouras paulistas e posteriormente, vender terras para estes.

Tais terras tem sido escolhidas de preferência na zona servida pelas linhas da Companhia Paulista. Há três categorias de imigrantes a introduzir neste estado: os que dispõem de recursos para, logo de início, se tornar proprietários, os que têm, mas ainda insuficiente, para tal aquisição, necessitando de completá-los trabalhando, durante certo lapso de tempo, na lavoura, e finalmente, os que chegam de todo

⁶⁵ TRUZZI. Oswaldo; VOLANTE. João Pedro. Percursos migratório intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no oeste paulista (1880-1950). In: Migrações internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo/ organizador: Oswaldo Mário Serra Truzzi- São Carlos: EduFScar, 2021. p.27

desprovidos de recursos e por alguns anos devem trabalhar na agricultura, até a obtenção de pecúlio necessário⁶⁶.

Desta forma, os imigrantes deveriam passar por um período de três anos trabalhando nas terras dos fazendeiros para posteriormente, poder adquirir seu próprio lote, que estaria localizada nas áreas por onde passavam os trilhos da Companhia Paulista, o que beneficiava tanto a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização como a Paulista, pois a CAIC comprava estas terras com recurso próprio para depois vendê-las aos imigrantes.

Durante os anos de 1920 o território brasileiro não atraía em grandes números, como antigamente, os imigrantes de nacionalidade italiana, desta forma, aumentaram-se os números de imigrantes como portugueses e demais nacionalidades, como também se ganhou destaque à imigração de iugoslavos, romenos, lituanos, que até então apresentavam números reduzidos se compararmos com os demais. No mesmo período também notamos o êxodo de estrangeiros que se deslocavam de zonas mais velhas e de cidades em direção as áreas mais novas do interior paulista.

Quando abordamos a temática imigratória em nosso país, o modo como o Governo Brasileiro lidou com essa grande leva de imigrantes que se dirigia para o território brasileiro, sabemos que havia certa necessidade por mão de obra como reclamavam constantemente os fazendeiros paulistas e que até os anos de 1920 houve pouquíssimas restrições acerca da entrada destes estrangeiros, como também sua seleção.

Durante a Primeira República no Brasil ocorreram poucas restrições à entrada de estrangeiros no país, entretanto a partir dos anos de 1920 diversos decretos foram promulgados na intenção de controlar e selecionar o grande contingente imigratório que se dirigia para o Brasil. Destaca-se primeiramente o Decreto-lei n.4.247 de 1921 e o Decreto n.16.761 de 1924, sendo que este primeiro decreto citado neste trabalho na época recebeu o nome de “Lei dos Indesejáveis”, pois regulava a entrada de imigrantes no território nacional, aqueles que apresentassem alguma deficiência física, psicológica, maiores de 60 anos, que já haviam sido expulsos de outros países e manifestassem conduta contrária as ordens do país, eram impedidos de entrar em território brasileiro.

Neste mesmo período iniciava-se o debate acerca do imigrante desejável para atender as condições específicas do Brasil, desta forma, ganhava força cada vez mais entre os intelectuais a tese de branqueamento, segundo a qual se baseava na presunção da superioridade branca, às vezes pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e pelo fato

⁶⁶ Carta enviada ao Sr. Cônsul Real da Dinamarca. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, Outubro de 1935. Número de ordem 24.

de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição, juntavam-se mais duas: Primeiro - a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca. Segundo - a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procuravam parceiros mais claros⁶⁷.

Desta forma, a vinda de imigrantes, preferencialmente europeus brancos auxiliaria no processo de branqueamento da população brasileira e posteriormente, no seu progresso, vista como uma população que apresentava características degenerativas por ser composta de três raças distintas: branco, índio e negro. Além disso, para os intelectuais possibilitava uma variedade de características que influenciariam diretamente em sua conduta, e levaria a um povo com aspectos doente e degenerado.

Durante este período os imigrantes seriam bem vindos em território brasileiro, entretanto deveriam ser agricultores, bons trabalhadores e moralizados, o que de certa forma no debate intelectual extinguiu africanos, chineses e nacionais, vistos como não aptos ao trabalho e que não favoreceriam o branqueamento e progresso da população brasileira.

Nos decretos que citamos acima como exemplo podemos notar a influência de ideias eugênicas, presentes no meio intelectual e político brasileiro desde o início do século XX e que influenciariam diretamente a política imigratória brasileira. Diversos intelectuais, médicos sanitaristas passaram a debater possíveis causas e soluções para os problemas que afetavam o Brasil e entre estes estavam à imigração.

Pelo menos para um grupo de intelectuais brasileiros ligados ao pensamento médico-sanitarista, a solução destes problemas dependeria acima de tudo de amplas reformas sociais, morais e sanitárias, capazes de restabelecer a saúde e o vigor da nacionalidade. Quando as ideias eugênicas foram apresentadas no Brasil durante os anos 1910, acreditava-se que suas propostas regeneradoras poderiam contribuir para melhorar as condições físicas, mentais e hereditárias da população, higienizando e saneando o país como um todo⁶⁸.

Desta forma, nos primeiros anos do século XX, mostrava-se cada vez mais presente na sociedade brasileira à questão da falta de empregos, o analfabetismo, a pobreza, as constantes greves e protestos políticos, além da presença de imigrantes, o que segundo Lilia Moritz Schwarcz ocasionava e reforçava a desorganização social, ao mesmo tempo sendo temáticas utilizadas pelos eugenistas para justificarem os motivos que impediam o desenvolvimento do

⁶⁷ SKIDMORE, T. Preto no branco : raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. p.81

⁶⁸ SOUZA. Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jul | dez 2008. p.154.

Brasil.

Rento Kehl⁶⁹ um dos expoentes do movimento eugênico brasileiro fundou em 1918 a Sociedade Eugênica de São Paulo, juntamente com os eugenistas brasileiros acabaram por desenvolver em nossa sociedade uma eugenia preventiva que apresentava forte relação com o movimento sanitarista.

Entre as diversas temáticas nas quais o movimento eugênico brasileiro buscava soluções estava à questão imigratória, que ganhava destaque cada vez mais nos meios políticos e intelectuais. Sobre a imigração, Kehl era a favor de um processo de regulamentação da imigração para isso utilizando testes mentais, também se mostrava entusiasta da imigração europeia branca que poderia vir a auxiliar no branqueamento do povo brasileiro, e sendo crítico da imigração de japoneses para o Brasil.

O médico e jornalista Antônio José do Azevedo Amaral⁷⁰ também analisava e criticava a questão imigratória, chegou a publicar um trabalho intitulado “O problema eugênico da imigração”, onde aponta algumas conclusões, primeiramente deveria ocorrer à formação de uma raça nacional por meio de uma seleção das pessoas presentes no grupo de elite do Brasil e também uma seleção dos imigrantes. Também era contra o fato de deixar as fronteiras brasileiras “abertas” a todas as correntes imigratórias, segundo ele deveria haver testes aos imigrantes, o que forneceria boas informações, atitude realizada naquele momento pelos Estados Unidos.

Azevedo Amaral diferentemente da maioria dos demais intelectuais acreditava que deveria ter certa atenção com a imigração de europeus brancos, para isso apontava que determinadas nacionalidades, como italianos e imigrantes da Península Ibérica poderiam diminuir o nível intelectual da sociedade brasileira, sendo os mais ideais os escandinavos e alemães.

Segundo Azevedo Amaral não devemos, é claro, esquecer que os elementos emigratórios, cuja entrada no país pode ser tolerada, devem pertencer exclusivamente à raça branca. Embora a nossa formação nacional tenha sido em grande parte conseguida pela contribuição de um vasto elemento africano – o índio representou papel relativamente secundário na composição étnica brasileira – seria inadmissível que consentíssemos na entrada de imigrantes de raça negra. A nossa finalidade nacional orienta-se no sentido da

⁶⁹ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. Hist. cienc. saúde Manguinhos. 2016, vol.23.

⁷⁰ GERALDO, Endrica. O Perigo Alienígena: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945). Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007

elaboração de uma civilização do tipo europeu e para atingir esse objetivo temos necessidade de não agravar, com o acréscimo de elementos étnicos á raça branca, a desvantajosa posição em que nos encontramos no continente, em relação a outros povos mais imunes do que nós da mistura de raças coloridas⁷¹.

O antropólogo Roquette-Pinto era contra a seleção eugênica do imigrante, mas acreditava que o critério de seleção dos imigrantes deveria partir da análise sobre as capacidades individuais, da compleição física e da saúde dos imigrantes, independentemente de sua origem racial⁷². O autor, diferente da grande maioria de intelectuais da época, se mostrou a favor da imigração de japoneses.

A ideia de branqueamento com a utilização de imigrantes europeus era constantemente defendida por Oliveira Vianna, que também se mostrava contra a entrada de japoneses ao país, justificava a sua opinião argumentando que, embora os testes de inteligência americanos indicassem a igualdade e, por vezes, mesmo sua superioridade ante as raças arianas, a imigração japonesa constituía um sério problema do ponto de vista da assimilação⁷³. Cabe destacar que como veremos posteriormente, a imigração de japoneses para o Brasil se caracterizou por grandes restrições.

No momento em que Getúlio Vargas assumiu o poder do país as ideias eugênicas ganhariam maior destaque, principalmente nos debates acerca da entrada ou restrição a determinadas correntes imigratórias consideradas indesejáveis, ao longo da Assembleia Constituinte, onde políticos, intelectuais apresentavam suas emendas referentes à imigração e colonização.

Os argumentos contra imigrantes “indesejáveis” eram divulgados por médicos, intelectuais e políticos, e foram utilizados em peso por esses parlamentares, muitos deles médicos, sendo que vários participaram e continuariam atuando em campanhas destinadas a restringir a imigração como, por exemplo, Arthur Neiva, Miguel Couto e Xavier de Oliveira⁷⁴.

Miguel Couto, médico, foi um feroz crítico da imigração japonesa durante a Assembleia Constituinte de 1933-1934, para isso utilizou vários estudos apontando a defesa

⁷¹ AMARAL. Antônio José Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929. Atas e Trabalhos, Rio de Janeiro, 1929, v. 1, p. 327-340. p.335-336.

⁷² SOUZA. Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*. 2016, vol.23, p.103

⁷³ EL-DINE. Lorena Ribeiro Zem. Eugenia e seleção imigratória: notas sobre o debate entre Alfredo Ellis Junior, Oliveira Vianna e Menotti Del Picchia, 1926. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*. 2016, vol.23, p.247.

⁷⁴ GERALDO. Endrica. A Lei de Cotas de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cad. AEL*, v.15, n.27, 2009. p.181.

da imigração com valores étnicos, e sendo contrário ao fato da questão imigratória ser vista como exclusivamente para fornecer mão de obra. Desta forma, se mostrou contra a entrada de imigrantes negros, e juntamente com outros deputados tentava fornecer meios para conter a imigração de japoneses que apresentava expressivos números no país, para ele esta imigração não contribuiria para o branqueamento do Brasil, ao mesmo tempo em que mencionava o perigo do imperialismo e expansionismo japonês.

A questão do imperialismo e expansionismo japonês também seria defendida por intelectuais da Revista de Imigração e Colonização (RIC) durante a década de 1940, alegando o perigo da entrada desta corrente imigratória para os interesses do país.

Diferentemente da maioria dos participantes da Assembleia Constituinte, o senhor Acúrcio Torres, advogado e político brasileiro, requeria informações sobre a vinda de assírios iraquianos para o território brasileiro, onde a Liga das Nações juntamente com a Companhia Paraná Plantations Limited solicitava ao governo do Brasil o aceite de 500 famílias de católicos assírios do Iraque. Inicialmente o governo federal não se mostrava contrário à entrada deste grupo, pois eram imigrantes agricultores, o que atendia parte das demandas da política imigratória, além do fato desta atitude do Brasil ser vista como um gesto humanitário perante o mundo.

Getúlio Vargas acabou por aceitar a vinda do grupo, entretanto tal atitude foi fortemente criticada pela imprensa, pelos nativistas e pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, ao mesmo tempo em que a imprensa realizava uma campanha citando que os assírios não eram católicos e não brancos o que ia contra a política imigratória brasileira. Devido a constante pressão por parte de diversos setores da sociedade foi instaurado um Comitê para avaliar a imigração, tendo como membros Dulphe Pinheiro Machado, Renato Kehl, até mesmo João Carlos Muniz, que apresentou uma postura contra a vinda dos assírios, relacionado estes imigrantes aos muçulmanos iraquianos. Em Abril de 1934 a Liga das Nações abandonou o projeto, sugerindo que as políticas brasileiras gerais de imigração não especificavam os assírios como a causa⁷⁵.

Antônio Xavier de Oliveira, deputado pelo estado do Ceará e importante figura para as questões de imigração e colonização, apontava durante a Assembleia Constituinte que a fase atual da imigração enfrentada pelo Brasil deveria ser nacionalista e eugênica, entretanto segundo ele, ainda nos encontrávamos na primeira fase, a econômica. Entre suas críticas

⁷⁵ LESSER. Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro do original em inglês publicado In *Luso Brazilian Review* 31:2 (inverno 1994). p.138.

estava acerca da vinda de assírios iraquianos, condenando órgãos do governo federal, como o Itamaraty por ter recebido a proposta. Destaca-se que ao longo de sua vida Xavier de Oliveira publicou diversos trabalhos acerca da imigração, onde as analisava e indicava quais correntes imigratórias não atendiam aos interesses do país, como negros e asiáticos, ao mesmo tempo em que defendia a vinda de imigrantes do sul da Europa.

Lacerda Werneck, que foi diretor do Departamento de Trabalho Agrícola e, posteriormente, diretor do Departamento Estadual do Trabalho, diferentemente da grande maioria, defendia a imigração de japoneses. Justificava que os japoneses eram indubitavelmente ótimos colonos, pelas suas qualidades físicas, aptidão e principalmente, por sua cultura⁷⁶.

Werneck ao defender a imigração de japonesas trazia diversos estudos realizados no estado de São Paulo onde muitas vezes ouviam a opinião dos próprios fazendeiros, nestes estudos apontava que esta corrente imigratória era útil ao país e se adaptava aos costumes brasileiros. Torna-se interessante mencionar os trabalhos realizados por membros do Conselho de Imigração e Colonização, contrários a entrada destes nacionais, na Fazenda Bastos, onde por meio de relatório podemos perceber a adaptação e assimilação favorável deste grupo ao meio brasileiro.

Arthur Neiva juntamente com os demais participantes da Assembleia Constituinte se mostrava contrário à entrada de japoneses no Brasil, embora os japoneses tenham boas qualidades de cultura, disciplina, organização e trabalho, porém, dever-se-ia precaver-se contra uma colonização de povo de mentalidade estranha, de língua diversa, com religião diferente e inassimilável⁷⁷. Com isso, Neiva defendia a utilização de trabalhadores nacionais principalmente para as tarefas na Amazônia, é interessante destacar que durante a década de 1940 o Conselho de Imigração e Colonização, órgão federal, se responsabilizaria pelo envio de trabalhadores nacionais a esta região, sendo principalmente de origem da atual região Nordeste. Além disso, Arthur Neiva era a favor da entrada exclusivamente de imigrantes de raça branca, o que segundo ele possibilitaria a resolução do problema racial brasileiro.

O debate sobre imigração e colonização realizado na Assembleia Constituinte originou a Lei de Cotas de 1934, segundo esta “a entrada de imigrantes no território nacional sofreria as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o

⁷⁶ WERNECK. Lacerda. Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Vol. XI. Organizado pela redação dos Anais e documentos parlamentares. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1935. p.391.

⁷⁷ NEIVA. Artur. Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Vol. IV. Organizado pela redação dos Anais e documentos parlamentares. Rio de Janeiro. Imprensa nacional. 1935. p. 214.

limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos”⁷⁸ Por meio também desta lei observamos uma diminuição no número de entrada de estrangeiros, principalmente os considerados indesejáveis, como os japoneses, que foram constantemente criticados pelos membros da Assembleia Constituinte, Podemos compreender melhor esta situação através da tabela abaixo.

Tabela 1.1: Números de Estrangeiros entrados no Brasil ao longo dos anos de 1934 a 1939

Nacionalidades	1934	1935	1936	1937	1938	1939	Total
Alemães	3629	2423	1226	4642	2348	1975	16.243
Chineses	51	12	03	28	11	03	108
Espanhóis	1429	1206	355	1150	290	174	4.604
Italianos	2507	2127	462	2946	1882	1004	10.928
Japoneses	21.930	9611	3306	4557	2524	1414	43.342
Poloneses	2380	1428	1743	2540	612	612	9.315
Portugueses	8732	9327	4626	11.417	7435	15.120	56.657
Sírios	158	152	31	109	110	17	577
Apátridas	-	-	-	-	-	63	63

Fonte: *Revista de Imigração e Colonização*, Ano I. N.4. Outubro de 1940. p.637-638.

Por meio da tabela acima primeiramente notamos claramente uma diminuição na entrada de chineses e japoneses, ambas correntes imigratórias vistas como indesejáveis para o meio político e intelectual brasileiro, o que de certa forma teria sido influenciado pela Lei de Cotas e pela política imigratória restritiva e seletiva de Getúlio Vargas. Entretanto, nacionalidades como portuguesas tiveram um decréscimo em seus números, porém logo voltaram a subir, como no ano de 1937, tal situação deveu-se a boa aceitação desta corrente imigratória no meio brasileiro, algo que posteriormente será melhor analisado. Cabe destacar também conforme demonstrado na tabela, que todas as nacionalidades tiveram um decréscimo no ano de 1938, período em que estava vigorando o Estado Novo no Brasil com diretrizes mais centralizadoras, seletivas e autoritárias, e que influenciaria diretamente na política imigratória.

A Lei de Cotas foi analisada e discutida por diversos autores, o primeiro destes, Júlio de Reyorêdo trouxe alguns apontamentos sobre este dispositivo. Revorêdo considerava a Lei

⁷⁸ Artigo 121, parágrafo sexto referente a Lei de Cotas presente na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 1934.

de Cotas inútil, além de que, sofria fortes influências das leis norte-americanas, pois, segundo ele, percebemos claramente a influência de leis norte-americanas até mesmo em sua escrita, embora, essa lei acabava sendo de grande inutilidade, pois, não se havia estatísticas de saída de imigrantes, a não ser de alguns anos atrás, e não se poderia determinar o número de imigrantes fixados sem um confronto entre as entradas e saídas⁷⁹.

Desta forma, para o autor citado acima os responsáveis pela elaboração da referida Lei deveriam antes conhecer os saldos da imigração entre os anos de 1908 e 1933, se este fato tivesse realmente acontecido, perceberiam que com a aplicação da Lei de Cotas a imigração se tornaria reduzida ou anulada, o que acarretaria falta de mão de obra para a agricultura. Entretanto devemos mencionar que apesar de ter-se a Lei, esta foi aplicada rigorosamente para determinadas nacionalidades, com isso espanhóis, portugueses, sendo este último grupo isento por lei do sistema de cotas. não sofreram tantas reduções se compararmos com a questão dos japoneses, por exemplo.

Os portugueses estavam isentos da Lei de Cotas, pois havia o discurso entre os meios políticos e intelectuais de ambos os países, de que haveria uma aproximação étnica entre Portugal e Brasil, o que segundo José Sacchetta Ramos Mendes a intenção era unir populações com origem semelhante, além das fronteiras. Sendo que um dos motivos da diminuição de números de portugueses observados na tabela acima seria devido à legislação de caráter restritivo que foi publicada antes da data de 1934 e que continuava a vigorar, além disso, era exigida aos imigrantes cartas de chamada, proibindo vistos às pessoas analfabetas, proibição a menores de idade e mulheres que estivessem desacompanhadas, todos estes requisitos acabavam por desencorajar a vinda de portugueses ao Brasil.

Desta forma, com o dispositivo adotado na Constituição brasileira de 1934, a política de estrangeiros do primeiro período da Era Vargas assumiu expresso caráter seletivo, com base em critério étnico, muito além da premissa de proteger o trabalhador nacional, alegação presente nas normas restricionistas editadas entre 1930 e 1933⁸⁰.

Tais apontamentos nos leva a entender que a Lei de Cotas serviu para reduzir a entrada de nacionalidades indesejáveis para o interesse do país, como os japoneses, além disso, inseriu esta nacionalidade no debate intelectual e político, alegando a existência de características negativas como inassimiláveis, perigosos a ordem nacional. Em alguns casos por meio do Conselho de Imigração e Colonização, este poderia elevar o número de cotas

⁷⁹ REFORÊDO, Júlio de. Imigração. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais. 1934 p. 86

⁸⁰ MENDES. José Sacchetta Ramos. O sistema de cotas nas Constituições de 1934 e o ideal de integração étnica dos estrangeiros no Brasil. In José Jobson Arruda, Vera Luc ia Amaral Ferlini, Maria Izilda Matos, Fernando de Sousa. *De colonos a Imigrantes, I(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 461.

quando achasse necessário, tal situação aconteceu principalmente com alguns países da Europa.

Como podemos compreender cada vez mais as ideias eugênicas estavam inseridas no debate acerca da imigração e colonização, principalmente ao longo das décadas de 1930-1940, ou seja, esta seria utilizada por intelectuais, médicos, políticos para qualificar os imigrantes em desejáveis e indesejáveis.

Durante todo o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) a política imigratória se caracterizou como restritiva e seletiva, buscando o imigrante agricultor branco. Após a promulgação da Lei de Cotas na Constituição de 1934 inúmeros decretos foram promulgados com o objetivo de regular a entrada de estrangeiros no país, evitando imigrantes analfabetos, nômades, ciganos, com deficiências físicas ou psicológicas, com profissões ilícitas, menores de 18 anos e maiores de 60 anos, de conduta nociva à ordem nacional. Podemos considerar que o auge das restrições ocorreu no Estado Novo, instaurado por meio de um golpe no ano de 1937 e que trouxe diversas mudanças na sociedade, principalmente na questão de imigração e colonização, período também em que o mundo se aproximava para um conflito de ordem global.

Para endurecer cada vez mais a legislação acerca da entrada de estrangeiros no Brasil, em janeiro de 1938 Getúlio Vargas e Francisco Campos assinaram o Decreto n.2.265 que criava “uma comissão a fim de estudar leis necessárias para regular a entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros que posteriormente acabou intitulada Comissão encarregada de elaborar a Legislação sobre Estrangeiros”⁸¹. Tal Comissão era formada por homens ligados as questões de imigração e eugenia, como Roquette-Pinto, Renato Kehl, Conde Debanné, Dulphe Pinheiro Machado, Raul de Paula e o Presidente Oliveira Vianna.

Após algum tempo a Comissão enviou a Vargas um relatório em que apontava algumas conclusões sobre a política imigratória mais adequada ao país. Primeiramente a livre imigração não se adequava mais aos interesses do país, além da Comissão ser a favor da intervenção e do controle do Estado nos assuntos migratórios, o que garantia a vinda de correntes imigratórias desejáveis e evitava a introdução de estrangeiros que não atendessem as necessidades do Brasil.

A contradição da proposta residia justamente no forte empenho em atrair e, ao mesmo tempo, restringir a entrada de imigrantes, tendo como critério seletivo um conjunto de valores e conceitos positivos e negativos atribuídos aos diferentes grupos humanos. Na análise da

⁸¹ KOIFMAN, Fábio. Política imigratória no primeiro Governo Vargas (1930-1945). In. História da Imigração no Brasil/ Luís Reznik (Organização)- Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p.175.

Comissão “boas nacionalidades” que no passado forneceram os maiores contingentes de imigrantes, e por essa razão receberam com o sistema estabelecido pela Constituição de 1934 as mais elevadas cotas, “deixaram de nos enviar imigrantes” como era o caso de italianos e alemães.

Após os trabalhos da Comissão foi aconselhado à criação de um Conselho de Imigração e Colonização (CIC), órgão criado pelo Decreto n.406 de 1938, sendo seu regulamente interno representado pelo Decreto n.3691 de 1939. Cabe destacar que muitos membros da Comissão estariam presentes em diversos cargos do Conselho, relacionados às questões de imigração e colonização, como também escreveriam artigos em seu periódico, a Revista de Imigração e Colonização (RIC).

Dentre as mais variadas funções do Conselho estavam: realizar tratados bilaterais, aumentar as cotas de entradas, algo que o CIC fazia sempre principalmente com os países europeus, aconselhar o Governo Federal quando necessário na questão de limitar ou suspender a entrada de imigrantes, fiscalizar a vinda de estrangeiros para o Brasil, quando se for necessário proibir a concessão de lotes a imigrantes quando a nacionalidade for contrária à política imigratória e apenas o Conselho forneceria a autorização para a publicação de livros e revistas em outras línguas nas zonas rurais.

Possuía ainda como função sugerir ao governo federal medidas que auxiliassem no processo de assimilação dos estrangeiros, e que evitasse a concentração de uma única nacionalidade em determinado ponto do país, sendo que as áreas de colonização deveriam ter um número superior de brasileiros ou portugueses, analisar os problemas sobre antropologia étnica e social, a biologia racial e a eugenia. Verificar os fenômenos de imigração nas regiões do país, propor aos órgãos necessários a legislação mais adequada à entrada de estrangeiros, desenvolver medidas para o povoamento de determinadas áreas do país, organizar e coordenar o plano de exploração econômica da Amazônia. Como podemos perceber o Conselho de Imigração e Colonização apesar de ser um órgão federal e estar relacionado diretamente com as questões de imigração e colonização do país, não apresentava nenhuma relação com empresas particulares que introduziam estrangeiros no país. No caso da CAIC, empresa particular analisada neste trabalho, esta possuía relação direta quando se tratava da vinda de imigrantes para o interior paulista, com a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo.

O CIC era uma forma de dar participação aos demais ministérios e órgãos no trato das questões relativas à imigração, já que todos manifestavam interesse em opinar sobre a questão. Do CIC era que saíam às polêmicas propostas de nacionalização dos —quistos

étnicos⁸² que seria levada a cabo durante o Estado Novo⁸².

Como podemos notar o CIC possuía diversas funções e todos queriam ter uma participação neste órgão, entretanto ele também foi alvo de críticas, primeiramente por Francisco Campos que alegava que o Conselho serviria apenas para realizar parecer e funções burocráticas, visto que decisões mais complexas seriam resolvidas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) ou pelo próprio Getúlio Vargas.

Seus funcionários estavam relacionados com profissões que envolviam as questões de imigração e colonização, mas também havia a presença de médicos, engenheiros, membros do exército. Por serem funcionários não exclusivos daquele órgão, acumulava seu cargo com os postos nos respectivos ministérios, o que, de certa maneira, os transformava em porta-vozes dos seus respectivos chefes. Ernani Reis representava Francisco Campos do MJNI, João Carlos Muniz a Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Contudo não se pode dizer que o representante Arthur Hehl Neiva, tenha sido fiel porta-voz do pensamento do Chefe do Departamento de Polícia do Distrito Federal, Filinto Strubing Muller, mesmo sendo pessoa de sua confiança⁸³.

Intelectuais, políticos, médicos, pessoas ligadas ao Conselho de Imigração e Colonização selecionavam os imigrantes em desejáveis e indesejáveis de acordo com o interesse do país e influenciados por ideias eugênicas, desta forma, os desejáveis, como portugueses, europeus brancos, agricultores eram bem aceitos em território brasileiro, o que contribuiria para o branqueamento e progresso do país. Dentre os imigrantes indesejáveis estavam pessoas com alguma deficiência física e psicológica, ciganos, negros, asiáticos, judeus, sendo que estes últimos grupos embora não estejam claramente presente na constituição a sua restrição, o debate intelectual brasileiro era contrário à vinda destes. Cabe destacar que esta seleção também era aplicada para as companhias particulares que buscavam introduzir estrangeiros em território nacional.

Dentre as nacionalidades mais bem aceitas em terras brasileiras e conseqüentemente com elevados números destacaram-se os portugueses, sendo muitas vezes essa corrente imigratória defendida pelo próprio Getúlio Vargas, considerados como a matriz ou pátria-mãe do povo brasileiro, apresentava maior facilidade de assimilação da cultura brasileira por ser próxima a sua linguagem, cultura, além de serem vistos como europeus brancos o que possibilitaria o branqueamento e o progresso do país.

⁸² KOIFMAN. Fábio. Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.114.

⁸³ KOIFMAN. Fábio. Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.114.

No contexto do progresso, os europeus eram considerados os imigrantes ideais, embora, uns fossem mais desejados que outros. Os portugueses, por exemplo, embora brancos e europeus, até, pelo menos, os anos 1930, não eram considerados como agentes do progresso. Sobre eles pesavam representações que os identificavam com o — atraso e o —imobilismo, representações difundidas por viajantes estrangeiros, a partir da concepção da divisão da Europa entre uma ativa (industrializada) e uma Europa passiva (agrícola)⁸⁴. Desta forma, podemos compreender que apesar de Portugal ser considerado um país “atrasado” economicamente, pois apresentava até os anos de 1930 uma economia extremamente rural, o que consequentemente deslocavam-se para o Brasil imigrantes rurais, entretanto nem sempre se fixando neste meio.

Por meio de trabalhos como de Fabio Kofman, notamos que os portugueses apresentavam certas vantagens se comparados com as demais correntes imigratórias. Primeiramente, segundo Diogo Teixeira Guedes Ferreira⁸⁵ a grande maioria de portugueses que se deslocaram para o Brasil eram analfabetos, para facilitar a vinda destes foi retirado do Decreto-Lei n.406 de 1938 a proibição à entrada de analfabetos, o que deixava mais livremente a entrada destes nacionais.

Nesse quadro de imposição de limites à entrada de imigrantes, a política estadonovista estabeleceu uma situação peculiar para os portugueses, habilitando privilégios que os distinguiram em dois sentidos: os portugueses foram deixados de fora da legislação brasileira restritiva à admissão de novos imigrantes, ao mesmo tempo em que se procurou incrementar a sua imigração, por todos os motivos, a mais aconselhável para o Brasil⁸⁶. Destaca-se que nos relatórios do Conselho de Imigração e Colonização havia um espaço exclusivo para se analisar os meios necessários para se incentivar a imigração desta nacionalidade. Além disso, segundo normas do próprio CIC quando as colônias não apresentassem números necessários de brasileiros, no caso 30%, este poderia ser ocupado por portugueses.

Em relação aos portugueses não observamos na documentação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização nenhum pedido de introdução destes trabalhadores, desta forma, acredita-se que pode ser por alguns motivos: primeiramente como já comentado esta imigração não apresentava tantas restrições como as outras correntes imigratórias, o que facilitava seu deslocamento mesmo num período caracterizado pelo Estado Novo no Brasil e

⁸⁴ MENEZES, Lená de Medeiros. Discursos em oposição: Imagens e representações do imigrante no Brasil (1850-1945). CONFLUENZE Vol. 9, No. 1, 2017, p. 12

⁸⁵ FERREIRA, Diogo. Brasil. Porto de Esperança: A emigração do Porto para o Brasil entre o final da Primeira Guerra Mundial e a Crise Capitalista de 1929. Coleção Os Portugueses no Mundo. CEPES. 2019.

⁸⁶ MENDES, José Sacchetta Ramos. Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945). Coleção Portugueses no Mundo. Porto: Fronteira do Caos. CEPES, 2010, p. 256.

o contexto da Segunda Guerra Mundial, e segundo, por um endurecimento da política emigratória portuguesa, mas devemos ressaltar que embora estes imigrantes não tenham chegado ao território brasileiro por meio da CAIC, estes vieram em elevados números ao longo dos anos por outros meios.

Se algumas nacionalidades eram bem aceitar em território brasileiro, também havia uma seleção e restrição que consideravam determinados grupos como indesejáveis, sendo que as empresas, companhias particulares que buscassem introduzir estrangeiros no Brasil deveriam seguir a legislação e consequentemente, não trazerem imigrantes inadequados de acordo com a política imigratória.

Intelectuais, políticos, médicos, antropólogos, militares, eugenistas consideravam como imigrantes indesejáveis pessoas que apresentassem alguma deficiência física e psicológica, menores de 18 anos e maiores de 60 anos, negros, japoneses, alemães, judeus. Destaca-se que a restrição a algumas nacionalidades não estavam presentes no aparato legislativo, entretanto estavam inseridos no debate do período.

Para Tucci Carneiro⁸⁷, uma das críticas do Governo Vargas e de sua política imigratória, assevera que diversos setores da sociedade brasileira passaram a debater quais os problemas que afetavam o país, utilizando-se de modelos teóricos racialistas oriundos da Europa e da Eugenia, esta elite intelectual incentivou a higienização da sociedade brasileira, classificando negros, árabes, japoneses e judeus como indesejáveis a composição do país.

Sobre a restrição que envolvia a questão da idade, tal seleção fora devido a estarem aptos fisicamente ao meio agrícola, ao trabalho que exerceriam no interior do país. Citando como exemplo os trabalhos realizados pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, para a introdução de famílias romenas no estado de São Paulo, houve casos em que a idade não correspondia corretamente ao estipulado pela lei, percebemos por meio da documentação que geraram tabelas, que encontramos uma grande quantidade de pessoas com menos de 18 anos vindos para o Brasil, pertencentes a uma família, tendo como principal representante um chefe homem, que em apenas um caso excedeu a idade de 60 anos.

A legislação imigratória brasileira bem como os debates da época deixava clara a contrariedade da imigração de negros para o Brasil, tal fato era devido à ideia de branquear a população brasileira, vista como miscigenada, desta forma, a chegada de mais pessoas negras dificultaria tal processo. Destaca-se o episódio com os imigrantes afro-americanos em 1921, onde este grupo por meio da empresa Brazilian-American Colonization Syndicate (BACS)

⁸⁷ CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. A imagem do imigrante indesejável. Seminários – nº 3. Crime, criminalidade e Repressão no Brasil República. 2001.

demonstrou interesse em fundar colônias no estado do Mato Grosso, entretanto o governo do Mato Grosso ao saber que se tratava de imigrantes negros mostrou total recusa sendo acompanhado pelo Ministério das Relações Exteriores, negando a entrada e alegando que se tratava de pessoas perigosas a ordem nacional, desta forma, mascarando a tese de branqueamento e o racismo existente no país.

Os alemães foram um grupo que embora a legislação imigratória brasileira não deixasse claro sua restrição, com a política de assimilação e nacionalização e posteriormente, o avanço da Segunda Guerra Mundial esses estrangeiros sofreram restrições⁸⁸. A vinda destes nacionais ao território brasileiro data o século XIX com seu deslocamento para a colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, também temos a colonização do Vale do Itajaí que se iniciaram em 1850, ambas se apresentavam com colônias de prosperidade. Desta forma, durante o século XIX os alemães eram vistos como uma nacionalidade desejável aos interesses do país, pois se tratavam de imigrantes europeus brancos, que vinham na maioria das vezes constituídos em famílias e se dirigiam ao meio rural.

Quando se iniciaram os debates acerca das questões que envolviam raça e assimilação principalmente destinada a imigração, os alemães eram considerados como colonos ideais para determinados políticos como Tavares Bastos, Augusto de Carvalho, em que sua atenção se destinava mais ao melhoramento da agricultura e o fim da escravidão. Entretanto havia grupos nacionalistas que alegavam que haveria um perigo de se concentrar grande número de estrangeiros que não fossem assimilados, de cultura distinta e que não seguissem a religião católica, para isso apontando como melhores imigrantes os de origem latina ou portugueses, italianos e espanhóis.

No momento em que Getúlio Vargas iniciou sua política imigratória, o processo de nacionalização e assimilação passou a ser um dos alicerces desta nova política, de maneira em que um dos alvos desta foram os alemães. Percebemos que o discurso a respeito do alemão se transformaria, vez que, estes passaram a ser vistos como imigrantes brancos, porém, no entanto, os indícios de maior resistência ao "abrasileiramento" foram encontrados naquelas regiões consideradas "redutos do germanismo", constituindo uma situação de risco para a integridade cultural, racial e territorial da nação⁸⁹.

Em território brasileiro os imigrantes alemães realizavam tentativas de manter sua cultura, idioma, em geral os aspectos culturais de seu país de origem, o que desagradava o

⁸⁸ Sobre a imigração de alemães ver: SEYFERTH. Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado Brasileiro. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

⁸⁹ SEYFERTH. Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. Mana. 1997, vol.3, n.1. p. 95.

governo brasileiro, e os considerava como Quistos raciais, que eram comunidades não assimiladas pelo governo federal e também um perigo a ordem nacional. A historiografia nos mostrou que o fato dos alemães manterem seus aspectos culturais não foi uma escolha exclusivamente deles, mas causada por algumas situações, como por exemplo, o processo de colocação dessas pessoas em terras brasileiras não se caracterizou como algo organizado, muitas vezes faltava serviços básicos como saúde, educação, ausência de serviços sociais e econômicos, o que ocasionava com que essas pessoas se auto ajudassem, formando organizações comunitárias.

Para tentar frear o processo de formações de quistos raciais o governo federal implantou as colônias mistas, onde parte da população seria ocupada por imigrantes e brasileiros, e caso não houvesse números suficientes de brasileiros, poderiam ser substituídos pelos portugueses⁹⁰.

A imigração alemã para o Brasil cresceu significativamente nos primeiros anos da década de 20, para depois decrescer até tornar-se insignificante na década de 30; sua drástica redução não se deve, propriamente, à instituição do regime de cotas, a partir de 1934. Esse contingente não se dirigiu com exclusividade para o sul, e muito menos para o Vale do Itajaí; mas os que ali se estabeleceram receberam da população teuto-brasileira uma denominação identitária diversa ³/₄Neudeutscher (alemães novos), evidenciando estilos de vida e concepções de mundo diferentes no interior da comunidade étnica (mas sem criar clivagens irredutíveis). De qualquer modo, no enunciado assimilacionista da campanha, a manutenção do fluxo migratório aparece como causa da desnacionalização pelo que representa em termos da manutenção da língua e da cultura alemãs, juntamente com a atividade de propaganda dos agentes nazistas⁹¹.

O principal empecilho para a imigração dos alemães para o Brasil era a questão de assimilação, tão importante para o processo de nacionalização imposto pelo Governo Vargas. Nesse processo de assimilação, os alemães como outras nacionalidades consideradas indesejáveis, sofreram com algumas perseguições, como a colocação de policiais nas colônias a fim de fiscalizar e punir quando necessário, caso os imigrantes manifestassem os seus ideais nacionalistas (alemães). Entretanto os estrangeiros também buscaram meios para enfrentar e resistir a esse processo forçado de assimilação.

Durante o período analisado neste trabalho alguns autores se mostravam preocupados com uma possível ameaça dos alemães com a cultura luso-brasileira, podemos citar Gilberto

⁹⁰ Sobre as colônias mistas ver: Revista de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, Ano II, n.1, Janeiro de 1941

⁹¹ SEYFERTH. Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. Mana 3 (1) • Abr 1997. p.04.

Freyre, que em seus trabalhos, também avaliou a questão de assimilação dos alemães, asseverando que estes nacionais poderiam acabar prejudicando o poder de assimilação da cultura luso-brasileiro, devido as melhores condições em que estes colonos se encontravam em relação ao brasileiro. Porém, este acreditava no sucesso da cultura luso-brasileira em assimilar os alemães⁹².

Apesar de Freyre⁹³ alegar a existência de melhores condições nas colônias alemães em relação ao meio brasileiro, Giralda Seyferth⁹⁴ assevera que a situação dessas colônias não eram tão superiores, pois faltava assistência por parte do governo federal com estes estrangeiros, principalmente nas questões que envolviam educação, saúde, economia. Entretanto devemos levar em conta a fala de Freyre se este estiver comparando, por exemplo, as colônias alemãs com a situação de muitas pessoas da região nordeste ao longo da década de 1930-1940, sabemos que devido as constantes secas a situação desses brasileiros eram precárias, o que ocasionava muitas vezes a vinda destes por melhores condições para a região sudeste. Desta forma, nesta situação de comparação da colônia alemã com a realidade de brasileiros na região nordeste, talvez as colônias se mostrassem superiores.

Com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial as restrições aos alemães tendiam a aumentar, juntamente com os chamados “súditos do eixo”, os alemães passaram a serem vistos como perigosos a ordem nacional, principalmente associado ao seu país de origem e adeptos das ideias nazistas.

Podemos considerar que a imigração que mais sofreu com restrições e debates sobre a entrada no país, foram os japoneses, o início de sua imigração data o ano de 1908, período caracterizado por uma política de poucas restrições e seleções, o que facilitava a vinda destes estrangeiros. Diferentemente das demais imigrações, a dos japoneses se caracterizou como sendo “amparada” por parte do governo japonês, ou seja, recebeu ajuda de funcionários do governo japonês nas diversas etapas do processo de imigração, desde sua colocação em terras brasileiras até possíveis problemas que tivessem em solo brasileiro.

Por meio da historiografia⁹⁵ observamos que a partir dos anos de 1920 ocorreu um aumento expressivo na entrada destes estrangeiros no país, isso foi ocasionado por alguns

⁹² OLIVEIRA, Márcio de. Em torno da civilização Luso-Tropical: a contribuição de Gilberto Freyre à sociologia da imigração no Brasil: Cad. CRH vol.30 no.81 Salvador set./dez. 2017. p.08-09.

⁹³ OLIVEIRA, Márcio de. Em torno da civilização Luso-Tropical: a contribuição de Gilberto Freyre à sociologia da imigração no Brasil: Cad. CRH vol.30 no.81 Salvador set./dez. 2017.

⁹⁴ SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado Brasileiro. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

⁹⁵ Sobre os japoneses ver: SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada- 1908-1941. In: XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. Outubro 1998 Caxambu-MG.

motivos, que podemos citar, como: primeiramente, o endurecimento da política imigratória norte-americana contra esta nacionalidade, desta forma, os japoneses se dirigiam ao território brasileiro que naquele momento não apresentava tantas dificuldades para sua imigração, e segundo, as relações comerciais e econômicas entre Japão e Brasil, pois o governo japonês apresentava uma economia em grande desenvolvimento, o que poderia talvez por meio de acordos beneficiar nosso país.

Ao longo da década de 1930 se acirrou o debate acerca da entrada destes estrangeiros no Brasil, vistos como povos não brancos e de difícil assimilação, inúmeros estereótipos foram criados por intelectuais, políticos, para tentar frear a vinda de japoneses para o território brasileiro.

No caso dos japoneses, a discussão da elite brasileira foi relativamente radical — as pessoas contra a imigração japonesa e a favor de cotas usaram argumentos nacionalistas — eles estão roubando nossas terras e nossos empregos — e racistas — eles vão poluir nosso povo. As pessoas a favor da entrada de japoneses focalizaram seus argumentos na produção, notando que os imigrantes japoneses no Brasil foram menos que 3% da população e produziram 46% do chá do Brasil. Também, usaram argumentos racistas, notando que o japonês foi superior, biologicamente, aos brasileiros de ascendência mista⁹⁶.

Muitas vezes considerados como terroristas, suicidas e de difícil assimilação, por ser um povo que buscava manter suas características culturais, como idioma, educação, religião. Muitos também os viam como uma grande ameaça à segurança nacional do Brasil, para isso utilizando como exemplo o caso da Manchúria, alegando que estes estrangeiros, sendo povos imperialistas, poderiam fazer com o Brasil o mesmo que fizeram com a Manchúria, ou seja, invadindo e posteriormente, conquistando as terras brasileiras. Cabe destacar que este discurso era recorrente publicado nos artigos da Revista de Imigração e Colonização.

A imigração dos japoneses para o Brasil se qualificava como uma imigração de conquista, militarmente, organizada, visando à formação de minorias raciais ultramar, como assim fez, principalmente, o Japão, na Ásia Continental, em ilhas do Pacífico, em quase toda a América, e especialmente, no Brasil⁹⁷.

Com a Assembleia Constituinte e posteriormente, a Lei de Cotas aumentava-se cada vez mais o debate sobre a entrada de japoneses no Brasil, ao mesmo tempo em que a lei citada

⁹⁶ LESSER. Jeffrey. Repensando a política imigratória brasileira na época Vargas. In Políticas Migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI. Orgs: Teresa, Malatian; Boucault, Carlos Eduardo A. Renovar. 2003. p.284.

⁹⁷ OLIVEIRA. Antônio Xavier de. Nova contribuição ao estatuto do problema imigratório no Brasil. Revista de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro. Ano V, N.4. Dezembro de 1944. p.643.

influenciou drasticamente a redução nos números de japoneses vindos para Brasil.

Ao longo dos anos de 1930 começavam a circular nos meios brasileiros publicações de caráter antinipônico, que traziam diversos estereótipos aos japoneses, o que muitas vezes aumentava a rejeição a esta nacionalidade, ao mesmo tempo em que havia pessoas que publicavam a favor dos japoneses, exaltando a nacionalidade e como esta poderia trazer sim progresso ao país.

Quando Vargas impôs o processo de nacionalização e assimilação os japoneses, juntamente com os alemães, se tornaram o grande alvo desta política. A concentração de japoneses e alemães em determinadas regiões de colonização, a despeito de sua caracterização racial distinta, foi tratada e investigada como um problema semelhante a ser resolvido por uma mesma estratégia do governo: a campanha de nacionalização⁹⁸.

Eram recorrentes as visitas às colônias, principalmente as de japoneses, realizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização, no caso a colônia de Bastos, interior do estado de São Paulo, onde se encontravam um elevado número de japoneses, as visitas possuíam como intenção fiscalizar e controlar o processo de assimilação e nacionalização a estes estrangeiros.

Através de análises feitas por Aristóteles de Lima Câmara e Arthur Hehl Neiva chegou-se a conclusão de que a imigração japonesa se operava numa forma bem organizada. Em relação ao processo de nacionalização, a atitude tomada pelos japoneses, —em relação ao problema de nacionalização, era de absoluta passividade, sujeitando-se eles, porém, graças ao formidável espírito de disciplina de que dispõem, às determinações do Poder Público, quando sentem que este estava disposto a levá-las a efeito⁹⁹.

Desta forma, por meio dos relatórios destas visitas entendemos que nas colônias era proibido falar o idioma de origem, de manifestar sua cultura, também se proibia a circulação de livros, jornais, revistas que não fossem brasileiros, além da obrigação da existência de escolas que ensinassem o idioma português.

Apesar desta imigração ter sido alvo de diversos estereótipos e amplamente criticada, os relatórios emitidos pelo Conselho de Imigração e Colonização, que se encontram na Revista de Imigração e Colonização abordam a “obediência” destes imigrantes com a política migratória brasileira, principalmente com o processo de assimilação e nacionalização, além de que no caso os japoneses se localizavam principalmente na agricultura e como eram

⁹⁸ ENDRICA. Geraldo. O Perigo Alienígena: Política Migratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945). Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007. p. 05

⁹⁹ CÂMARA. Aristóteles de Lima. NEIVA. Arthur Hehl. Colonização nipônica e germânica no sul. Revista de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro. Ano II, N.1. Janeiro de 1941. p.112.

prosperas as colônias. Torna-se interessante mencionar que apesar dos membros do CIC redigirem relatórios exaltando a passividade dos imigrantes perante o processo de assimilação e nacionalização, na prática sabemos que tais imigrantes tentaram resistir e que esse processo também encontrava falhas. Além disso, por mais prósperas que as colônias fossem ainda faltava elementos que dificultavam, por exemplo, a circulação de pessoas, como estradas naquele período, pois estamos falando de cidades do interior do estado de São Paulo.

Por ser uma corrente imigratória que apresentava certas ressalvas a sua introdução, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização segundo sua documentação em nenhum momento mostrou interesse ou realizou acordos para a introdução de nacionais.

Dentre o grupo de imigrantes indesejáveis, acreditamos que os mais controversos e complexos para a política imigratória foram os judeus, principalmente durante o Governo de Getúlio Vargas. Ao longo dos debates da Assembleia Constituinte não observaram comentários acerca da introdução desta corrente imigratória, sendo que a partir do ano de 1935 os judeus apresentaram números expressivos de entrada no país. Cabe destacar que os judeus além de imigrantes indesejáveis, passaram a ser visto como fator de conspiração, de perigo para a ordem nacional a partir de novembro de 1935 e acabou por atingir seu auge no meio brasileiro em 1937. Desta forma, podemos considerar que durante o Estado Novo se tornaria cada vez mais recorrente o debate sobre a imigração de judeus para o Brasil, tendo como consequências diretas o desenrolar da Segunda Guerra Mundial.

Durante o Estado Novo os judeus foram caracterizados com os mais variados estereótipos, como uma raça que dificilmente se distinguia fisicamente, sendo ao mesmo tempo vistos como iguais e diferentes, considerados como comunistas, de difícil assimilação e uma corrente imigratória que não se misturava com os demais imigrantes. Além disso, era recorrente abordar sobre estes imigrantes o fato de serem capitalistas, principalmente se destacando nas atividades do comércio e que não apresentavam uma boa relação com o meio agrícola, algo necessário para a política imigratória brasileira.

Os intelectuais e formuladores políticos consideravam os judeus culturalmente indesejáveis, mesmo acreditando que eles mantinham um relacionamento especial e hereditário com o poder econômico e que poderiam, dessa forma, auxiliar o Brasil a desenvolver-se industrialmente¹⁰⁰.

Desta forma, recaía sobre os judeus uma imagem ambígua em relação aos intelectuais e políticos brasileiros, vistos como indesejáveis as necessidades do país, entretanto ao mesmo

¹⁰⁰ LESSER. Jeffrey. O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995. p.23.

tempo sua imigração se tornava interessante pela boa relação que tinham com as atividades econômicas, o que talvez poderia vir a colaborar com o desenvolvimento econômico do Brasil.

Embora não tenha uma legislação específica ou decretos que proibiam a entrada destes imigrantes no país, mesmo ante do início do Estado Novo foram criada diversas circulares-secretas que visavam orientar diplomatas acerca da introdução destes estrangeiros, como também proibir a sua vinda. Embora existisse um rigor para que diplomatas seguissem as circulares, elas foram adotadas de forma irregular, dependendo muitas vezes da interpretação do funcionário brasileiro.

Podemos citar como exemplo de uma circular-secreta que foi emitida a de número 1.249 que se destinava a entrada de israelitas, além de organizar e controlar a sua introdução em território brasileiro. Estabeleceu a possibilidade de concessão de visto para aqueles que pudessem comprovar serem técnicos, ou profissionais de atividades que interessassem ao Brasil, e aos que pudessem transferir para o país elevada soma de dinheiro, aos quais se emitiria o visto de investidores, mais conhecido como “visto capitalista”. Essa regra que possibilitava aos “técnicos” e aos “capitalistas” obterem um visto se manteve em vigor até o fim do Estado Novo, expressa nas diferentes circulares e decretos-leis, embora, no caso dos vistos para técnicos, a análise da documentação nas solicitações de concessão para judeus seguisse critérios muito rígidos, às vezes intransponíveis, comparativamente a pedidos análogos de solicitantes não judeus¹⁰¹.

No momento em que as circulares-secretas eram emitidas as situações de inúmeros judeus na Europa se dificultavam cada vez mais com a ascensão do nazismo. Muitos tentavam a todo o momento um visto para o Brasil, buscavam se encaixar nas exceções presentes nas circulares, como técnico e nos vistos capitalistas ou até mesmo por meio de vistos temporários. Entretanto, a partir de 1939, foi emitida uma circular que restringia o visto temporário aos semitas, sendo que em 1941 mais uma circular-secreta era emitida, naquele momento agora todos os vistos temporários eram proibidos apenas os portugueses, pessoas de estados americanos e artistas ficaram fora desta regra¹⁰².

Por esta breve análise acerca das circulares, apesar destas dependerem da interpretação dos funcionários brasileiros, estas conseguiram frear e endurecer a entrada de semitas no território brasileiro podemos ilustrar melhor esta situação pela tabela abaixo.

¹⁰¹ KOIFMAN. Fábio. O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados: história e construção de memória. Acervo, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, jul./dez. 2017 –p.75-76.

¹⁰² KOIFMAN. Fábio. O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados: história e construção de memória. Acervo, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, jul./dez. 2017.

Tabela 1.2: Brasil- Imigração Geral e Judaica por Períodos, 1872-1972

Período	Geral	Judaica
1872-1879	176.337 3,3%	500 0,5%
1880-1889	448.662 8,4%	500 0,5%
1890-1899	1.198.327 22,4%	1000 1,1%
1900-1909	622.407 11,6	5.000 5,4%
1910-1919	815.453 15,2%	5.000 5,4%
1920-1929	846.647 15,8%	30.316 32,5%
1930-1939	332.768 6,2%	22.452 24,1%
1940-1949	114.085 2,1%	8.512 9,1%
1950-1959	583.068 10,9%	15.243 16,3%
1960-1969	197.587 3,7%	4.258 4,6%
1970-1972	15.558 0,3%	450 0,5%
TOTAL	5.350.859	93.231

Fonte: René Daniel Decol. —Judeus no Brasil: explorando os dados censitários|. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 16, n. 46, junho/2001, p.153.

Analisando a tabela acima notamos que os números de entradas de judeus começaram a declinar a partir dos anos de 1930, período em que Getúlio Vargas assumiu a presidência do país e impôs uma política imigratória mais restritiva e seletiva e juntamente com a emissão de circulares-secretas que visavam dificultar mais ainda a introdução de judeus no país. Apesar dos números reduzidos de judeus estes também conseguiram vir para o Brasil graças à pressão que os Estados Unidos exerciam para que o país acolhesse estes refugiados que estavam em más situações na Europa, com isso quando a pressão norte americana diminuía, aumentavam-se as restrições contra o grupo

Quando falamos de refugiados judeus o episódio dos “Judeus do Vaticano” onde o Papa Pio XII solicitou ao governo federal a concessão de vistos para 3.000 alemães católicos não arianos, mencionando de forma breve tal acontecimento, as negociações para a possível vinda deste grupo iniciaram no ano de 1939 entre o Vaticano e as entidades católicas com o governo brasileiro, envolvendo também a Sociedade São Raphael e o ministro brasileiro Hélio Lobo.

Neste contexto Getúlio Vargas solicitou ao Conselho de Imigração e Colonização que orientasse as questões que envolvessem esta imigração, entretanto os membros do CIC se

mostraram contrários à vinda deste grupo e iniciaram diversas exigências cuja intenção era dificultar a vinda destas pessoas. Após um período de discussões e diversas exigências, dos 3.000 vistos solicitados apenas 803 pessoas vieram para o território brasileiro.

Apesar de reduzido em relação ao número inicial o governo brasileiro aceitou receber parte deste grupo, sendo que não foi por considerações humanitárias, mas, por questões diplomáticas de bom relacionamento com a liderança espiritual do catolicismo universal. Paralelamente esquivou-se habilmente das pressões feitas pelas potências democrático-liberais para que se aceitassem judeus refugiados¹⁰³. Desta forma, podemos compreender que a intenção do governo brasileiro era demonstrar uma imagem de um país humanitário perante os órgãos importantes, ao Vaticano e a outros países.

Os membros da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização se mostraram interessados em introduzir no país, especificamente no território paulista cem famílias israelitas, demonstrando que este grupo trariam vantagens para o Brasil. Entretanto alegando a contrariedade do governo brasileiro na vinda destas pessoas, a Companhia optou por não trazê-las.

Membros, escritores de um dos órgãos importantes sobre imigração a nível federal, como o Conselho de Imigração e Colonização, se mostravam divididos acerca da introdução ou não deste grupo no país. Por exemplo, podemos citar Oliveira Vianna que se mostrava contrário à vinda de judeus, por considerá-los inassimiláveis, entretanto se tivesse que escolher, os judeus da Europa Central seriam mais desejáveis ao país do que, por exemplo, os do Leste Europeu.

Um dos membros do Conselho de Imigração e Colonização, Arthur Hehl Neiva escreveu para a Revista de Imigração e Colonização um trabalho tecendo algumas considerações sobre a imigração de semitas para o Brasil, dentre as diversas páginas Neiva não se mostrou contrário à vinda destes. Os judeus constitui-se em núcleos de atração de outro, o que, no momento em que desejamos aumentar a imigração para o Brasil, é de mais alta conveniência. Politicamente, não nos podem ser prejudiciais, economicamente, só nos trariam vantagens, socialmente, assimilam-se sem dificuldades, etnicamente, são brancos, não devemos ter preconceitos religiosos, em pleno século XX e mesmo pela doutrina católica, não nos é lícito discriminar¹⁰⁴.

Diferentemente da maioria dos participantes do Governo Vargas, intelectuais,

¹⁰³ MILGRAM. Avraham. Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos-não arianos- da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942). Rio de Janeiro. Imago. 1994. p.157

¹⁰⁴ NEIVA. Arthur Hehl. Estudos sobre a imigração Semita no Brasil. Revista de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro. Ano V, N.2. Junho de 1944. p.258.

políticos, Neiva se mostrava favorável à vinda destes estrangeiros. Sobre o estereótipo de comunista que este grupo acabava por receber, o autor citado assevera que não deveria se considerar todos os judeus como comunistas, alegava que evitasse a imigração de pessoas com conduta contrária a ordem do país, mas não assegurar tal conduta exclusivamente aos judeus. Segundo Arthur Hehl Neiva o Brasil poderia receber anualmente um total de 2.500 judeus, destes 750 sendo judeus orientais, e, além disso, a entrada destes estrangeiros sofreriam as restrições de acordo com a legislação imigratória brasileira, não utilizando para isso a origem e raça.

Houve práticas que tentaram controlar e restringir a entrada de judeus no país, enquanto se debatia acerca desta corrente imigratória nos meios intelectuais, políticos, entretanto estes estrangeiros continuaram a entrar em território brasileiro, Alguns trabalhos abordam o caráter antissemita do Governo Vargas e se esse se transformou em práticas antissemitas.

Primeiramente, dentre os autores que asseguram que o Governo de Getúlio Vargas se caracterizou como um governo com práticas antissemitas destaca-se a autora Maria Luiza Tucci Carneiro¹⁰⁵ que num grande repertório de trabalhos assevera que a elite intelectual que estava presente neste governo foi influenciada por diversas ideias antissemitas da Alemanha, que acabaram por originarem circulares-secretas que proibiam a entrada destas pessoas, além segundo a autora, de constante repressão e perseguição a este grupo. Torna-se interessante destacar que não encontramos relatos de perseguição e repressão aos judeus em território brasileiro, como acredita Tucci Carneiro.

Em contrapartida Roney Cytrynowicz¹⁰⁶ critica a visão levantada pela autora Tucci Carneiro acerca da presença de práticas antissemitas, além de perseguição e repressão aos judeus, para isso utilizando como exemplos as comunidades judaicas existentes durante o período do Governo Vargas.

Enquanto grupo, os judeus não sofreram nenhuma ameaça específica, sendo submetidos aos mesmos constrangimentos e proibições que outros grupos imigrantes, de falar, ensinar ou editar jornais em línguas consideradas "estrangeiras". Tampouco foram excetuados, no caso dos judeus-alemães, quando o governo brasileiro impôs restrições aos nacionais alemães no Brasil como inimigos do Eixo. No caso dos imigrantes japoneses, a partir de 1937 a repressão foi mais dirigida e intensa e culminou, na cidade de São Paulo, com

¹⁰⁵ CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. Muralha antissemita: Inspiradas em ideias racistas, autoridades do Estado Novo impediram a entrada de refugiados judeus no Brasil. *Revista de História*, Maio de 2007.

¹⁰⁶ CYTRYNOWICZ. Roney. —Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44. São Paulo, 2002.

a expulsão de centenas de pessoas de suas casas na região central da cidade; igualmente distinto é o caso dos imigrantes alemães no sul do País. Além de se adaptarem às imposições, as instituições judaicas urdiram estratégias sutis e sofisticadas para enfrentar as restrições do Estado Novo e as medidas de nacionalização. As entidades enfrentaram as restrições impostas pelo Estado Novo e o clima de intimidação geral imposto pela polícia política, especialmente a partir de 1942, quando o Brasil declarou guerra ao Eixo.¹⁰⁷

Segundo Cytrynowicz o governo brasileiro, principalmente seus intelectuais e políticos se estivessem influenciados por ideias antissemitas e que estas circulassem no país, em território nacional não houve práticas de repressão e perseguição destinadas apenas a imigrantes por serem judeus, sendo que estes tiveram que lidar com a mesma política imigratória que as demais nacionalidades.

Desta forma, concordamos com as visões de Jeffrey Lesser¹⁰⁸ e Fabio Koifman acerca da política destinada aos judeus em território brasileiro. Primeiramente citando Koifman, acreditamos que apesar dos judeus terem sido estereotipados como comunistas, capitalistas, pessoas que não se adaptariam as atividades do meio rural, isto não representou dificuldades para os semitas que já estavam em território nacional. Além disso, a contraditória prática antissemita tropical, exercida pelo Estado Novo, não restringia a entrada de judeus porque estava convencida de que os israelitas seriam realmente —comunistas e banqueiros. Muito pelo contrário, o Estado se manteve bastante interessado em aceitar, mesmo sendo —semitas, quaisquer banqueiros que pudessem transferir dinheiro para o país¹⁰⁹. Com isso, o governo brasileiro aceitaria com maior facilidade e de bom grado judeus que tivessem boas condições financeiras, o que possibilitaria favorecer a economia do país.

Para Jeffrey Lesser,¹¹⁰ apesar de estar presentes em diversos meios os discursos antissemitas, este fato não representou maiores dificuldades para que os semitas viessem para o Brasil, enquanto determinados judeus eram proibidos de entrar em solo brasileiro por meio de circulares-secretas, outros semitas conseguiam chegar ao país sem maiores problemas, principalmente se tivessem boas condições financeiras. Com isso, acreditamos que em território brasileiro estes imigrantes não sofreram tantas perseguições e repressões se comparados aos japoneses, por exemplo.

¹⁰⁷ CYTRYNOWICZ, Roney. —Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44. São Paulo, 2002. p.394

¹⁰⁸ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

¹⁰⁹ KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 476.

¹¹⁰ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

Com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro já discutia quais medidas deveriam ser tomadas em relação a grande leva de refugiados que viria a se deslocar para o Brasil com o fim do conflito mundial, ou seja, quais as melhores nacionalidades a serem aceitas, que tipo de trabalhador, se deveria continuar ou não com a mesma política imigratória adotada durante o Governo Vargas.

No ano de 1945 por meio do decreto n.7.967 haveria uma reabertura da imigração no Brasil, entretanto continuaria a utilizar o sistema de cotas colocado em vigor no ano de 1934 pelo governo federal. Com isso agora iniciava um novo tipo de imigração para o território brasileiro, os dos “deslocados de guerra”, juntamente em que se buscava não apenas simplesmente o agricultor, mas também o técnico especializado que poderia servir de mão de obra para o meio industrial.

Nesse período, a cafeicultura deixou de ser o polo mais dinâmico da economia e de atração de imigrantes, para ceder lugar à indústria e à colonização agrícola como fatores de atração. Passaram a vigorar basicamente os seguintes tipos de imigração: uma espontânea, que se dá através das “cartas de chamada” de parentes e ofertas de empregos, outras que se caracterizava por grupos e cooperativas com vistas, sobretudo à colonização agrícola e a imigração dirigida, orientada pelos convênios entre o governo brasileiro e organismos internacionais¹¹¹.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, o novo governo brasileiro do presidente Eurico Gaspar Dutra, milhares de pessoas, principalmente do continente europeu, buscavam um novo local para recomeçar suas vidas. Desta forma, aproximadamente um milhão de pessoas não retornaram aos seus países de origem, e podemos citar como motivos para este fato, primeiramente de caráter político, onde seus países foram anexados por outras nações ou constituíram-se novos governos políticos, o que dificultava o retorno dessas pessoas.

Segundo Andrade diferentemente do período entre guerras, o Brasil estabeleceu como umas das metas de sua política exterior a participação em várias das atividades empreendidas pela comunidade internacional, deixando clara sua opção por acompanhar, na já iniciada Guerra Fria, os países do Bloco Ocidental. Uma forma de fazê-lo foi inclinar-se a aceitar o reassentamento de refugiados e deslocados da guerra europeia no Brasil. Ao assim proceder, não só se inseria no âmbito de atividades onusianas (ONU) como igualmente traía mão-de-obra comprometida para seu território – combinação conveniente de princípios humanitários e

¹¹¹ SALLES. Maria do Rosário R. Imigração e política imigratória brasileira no pós segunda guerra mundial. Cadernos CERU, série 2, n.13, pp.99-124. 2002. p.104

expediência política, interna e internacional¹¹².

Para a vinda de refugiados para o Brasil continuaria a adotar as diretrizes de seleção e restrição, algo que já era colocado em prática no Governo Vargas e que vigoraria durante o Governo Dutra. Desta forma, a seleção dos imigrantes deveria obedecer a critérios baseados em ideias eugênicas, principalmente como nos mostra a Revista de Imigração e Colonização, uma rigorosa seleção psíquica também. Além disso, podemos considerar que com o governo Dutra não ocorreu uma mudança significativa da política imigratória brasileira, pois muitos funcionários que estavam envolvidos anteriormente nas questões de imigração e colonização continuaram com seus trabalhos.

Ao mesmo tempo em que a nível internacional, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os organismos internacionais como a Organização Internacional de Refugiados (OIR) passaram a dirigir o deslocamento de pessoas.

O Brasil participou de diversos acordos e atividades a nível internacional acerca dos refugiados, o que fez com que sua política se alinhasse com os países Ocidentais, se afastando do Bloco Oriental durante a Guerra Fria. Dentre as diversas participações do governo brasileiro na questão de refugiados estava o plano de introdução destas pessoas no Brasil.

Os “deslocados de guerra” são “refugiados”, mas, enquanto grupo imigrante são identificados aos demais trabalhadores qualificados, vindos a partir de uma série de acordos assinados entre o governo do Estado e da União, que caracterizam grande parte da imigração do período. Dirigem-se preferencialmente às indústrias automobilística e metal-mecânica emergentes e à agricultura em processo de modernização. Sua entrada provocou forte debate no meio político e intelectual do período¹¹³. No grupo denominado deslocados de guerra estavam presentes pessoas de diversas nacionalidades que residiam principalmente na Alemanha e na Áustria, e muitos se apresentavam como técnicos e qualificados para trabalhos profissionais, além de serem de idade jovem, desta forma, sob o comando da Organização Internacional de Refugiados essas pessoas foram enviadas para diversas localidades, destacando o Brasil. Com os acordos realizados com a OIR, os países encaminhavam comissões para selecionar os deslocados nos locais em que estavam organizados.

Em 15 de dezembro de 1948 que a Comissão Mista Brasil–OIR foi instalada. Tendo suas sessões plenárias secretariadas pelo representante do Itamaraty, Miguel Paranhos do Rio

¹¹² ANDRADE, José H. Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 48, n. 1. Brasília, jan./jun. de 2005, p.03

¹¹³ SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. A Política Imigratória Brasileira no pós-segunda Guerra Mundial e os refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização. Revista Cena Internacional, v. 9, n. 2, 2007, p.188

Branco, a Comissão Mista Brasil – OIR auxiliou o Departamento Nacional de Imigração e outros órgãos correlatos nas atividades de recepção; reclassificação das profissões; fichamento; encaminhamento; assistência; serviço de preservação de bagagens; propaganda; e ajuda financeira. Para as questões que pedem soluções locais e imediatas, conseguimos-se várias subdelegações, a saber: em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Santa Catarina e Bahia. Uma das atividades mais interessantes da Comissão Mista Brasil – OIR foi relativa à propaganda¹¹⁴. Por meio desta Comissão em que o governo brasileiro realizou os acordos com os órgãos internacionais, durante os meses de dezembro de 1948 a agosto de 1949 o território brasileiro recebeu um total de 14.016 refugiados, sendo principalmente e em grande maioria poloneses e húngaros. Entretanto no final do ano de 1949 finalizou as atividades dessa Comissão, tendo o Itamaraty recebido o ofício alegando por motivos de questões financeiras a Comissão se encerrava, além disso, segundo Andrade haveria certa indiferença das autoridades brasileiras com o assunto.

Destaca-se que o então presidente do Brasil, Eurico Gaspar Dutra, através de decreto, proibiu a vinda em massa de refugiados para o território nacional. No ano de 1951 finalizaram as atividades organizadas pela Organização Internacional de Refugiados, sendo que as pessoas que estavam estabelecidas nos campos sob a ordem da OIR foram para outras localidades.

Durante o Governo de Dutra continuaria a seleção do imigrante, neste contexto dos chamados deslocados de guerra. Além disso, havia por parte do governo federal uma atenção na seleção psíquica destes grupos, sendo que se deveria evitar a entrada de pessoas consideradas “traumatizadas” pelo conflito mundial.

Para Lira Cavalcanti era necessária a criação de uma consciência médica e higiênica entre os nossos homens públicos, era necessário valorizar tanto o brasileiro nato como incrementar em grande escala a imigração de elementos sadios, era necessário realizar uma triagem rigorosa entre os ádvenas, tanto adultos como crianças, sem distinção de nacionalidade, uma seleção perfeita, principalmente quanto às suas características neuropsíquicas, uma seleção de modo a não permitir que se integrem e permaneçam no meio gregário brasileiro, indivíduos tarados, perturbados e exaustos pela guerra, neurosados e psicopatas incubados, cheios de complexos, desajustados, enfim, imigrantes que não servem

¹¹⁴ ANDRADE, José H. Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 48, n. 1. Brasília, jan./jun. de 2005, p.20

porque vem em lugar de nos ajudar, vem como peso morto¹¹⁵. Como podemos perceber além de enfatizar a questão de valorização do brasileiro, havia uma preocupação com a vinda de pessoas que tivessem algum problema psicológico causado pela guerra. Segundo o psiquiatra Lira Cavalcanti, responsável pela citação acima, assevera que deveria haver uma rigorosa seleção de todas as nacionalidades, não mais priorizando uma em relação às demais.

Esse discurso da seleção dos imigrantes em termos psíquicos estaria presente em diversos meios intelectuais como numa palestra realizada pelo médico, jornalista e político Prof. Maurício de Medeiros pela Liga de Higiene Mental:

Superpovoar o Brasil seria transformá-lo na melhor das hipóteses, numa Polônia, num Japão ou talvez numa China. O que devemos ter como objetivo não é a quantidade, e sim a qualidade. Até aqui em face dos níveis de nossa produção, não podemos nos vangloriar de nosso elemento humano como fator de produção, pois seu índice é o do mais baixo do mundo. Razão de mais para que reservemos uma especial atenção á qualidade do imigrante, já no conjunto de suas características morfológicas que facilitem sua adaptação ao meio físico; já no de seus hábitos mentais, que não entrem em conflito com o meio moral¹¹⁶.

Apesar de ter alterado o presidente do país, a política imigratória brasileira sofreu poucas alterações, os imigrantes, principalmente os refugiados de guerra, através de critérios de seleção baseados em ideias eugênicas eram selecionados conforme novamente os interesses do país, que no momento estudado necessitava também do trabalhador técnico qualificado para as indústrias.

1.3 A mão de obra nacional e sua atração para São Paulo

Juntamente com o trabalhador imigrante que realizava as mais diversas tarefas nas fazendas cafeeiras, havia a presença de trabalhadores nacionais, inclusive antes da chegada dos estrangeiros no Brasil, dentre estes trabalhadores nacionais estava uma figura muito importante para a história econômica do país e principalmente do estado de São Paulo, os ex-escravizados.

No contexto do fim da escravidão no Brasil, os representantes das ideias abolicionistas no país foram contra uma instituição extremamente brutal, que segundo eles dificultava o progresso do país. Entretanto, não dedicaram suas ideias a considerar que os ex-escravizados, agora livres poderiam ser iguais aos brancos e também não debateram sobre qual seria a situação destas pessoas com o fim da escravatura, como por exemplo, onde trabalhariam.

¹¹⁵ CAVALCANTI, Lira. Aspectos psicológicos na imigração após-guerra. Revista de Imigração e Colonização. Ano VII, n.2. Junho de 1946. p.240-241.

¹¹⁶ MEDEIROS, Maurício de. O problema da Imigração. Revista de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro. Ano VIII, N.1. Março de 1947, p.77

Há diversos trabalhos na historiografia¹¹⁷ que apontam que os negros libertos ficaram afastados de algumas atividades na agricultura paulista devido à chegada dos imigrantes e posteriormente, a competição com estes por trabalho, relegando aos negros atividades mais precárias ou aquelas que não eram realizadas por estrangeiros, como serviço ambulante, desmatamento, concerto de cercas e também de estradas. Dentre estes trabalhos podemos citar o de George Reid Andrews que assevera que os libertos exigiam certas condições para trabalharem nas fazendas, como poupar mulheres e crianças, o que fazia com que os fazendeiros optassem pelos imigrantes para o colonato. Também se destaca neste contexto o fato de muitos fazendeiros paulistas serem racistas e preferissem os imigrantes, vistos como trabalhadores brancos e dóceis.

Os libertos permaneciam trabalhando nas fazendas cafeeiras ou em alguns casos retornavam para sua antiga fazenda. Podemos citar as propriedades do Vale do Paraíba que não atraíam em grande número a mão de obra estrangeira, como também o oeste paulista apesar desta região ter disponibilidade de braços imigrantes, também se utilizavam os libertos.

Os trabalhos de Karl Monsma¹¹⁸ que por meio de acessos as correspondências policiais de várias regiões do estado de São Paulo acredita que no final do século XIX diversos negros foram empregados nas propriedades do oeste paulista, como também havia em número suficiente a presença de imigrantes no Vale do Paraíba, sendo que estes negros no oeste se tornavam também colonos, desta forma, os negros estavam suficientemente preparados para competir por trabalho com os estrangeiros.

No Vale do Paraíba fazendeiros geralmente tentavam segurar trabalhadores negros com a concessão do usufruto da terra, às vezes com contratos formais ou informais de parceria, muitas vezes reforçada pela violência e pela dependência pessoal¹¹⁹. Entretanto predominava no imaginário da época que as dificuldades que enfrentavam essas regiões, como o Vale do Paraíba, em termos de pobreza e atraso em relação às demais era devido pela grande concentração de negros na região.

Nesse processo de pós-abolição a migração de ex-escravizados para regiões do estado paulista, dentre os motivos podemos citar a tentativa de reunir às famílias que foram separadas pela escravidão no Brasil, à procura por acesso à educação, direito básico retirado dessas pessoas e a constante violência relegada aos negros, chegando até mesmo a casos de

¹¹⁷ MONSMA. Karl. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Paulo: EduFscar, 2021.

¹¹⁸ MONSMA. Karl. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Paulo: EduFscar, 2021.

¹¹⁹ RIOS, A. L.; MATTOS. H.M. Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

assassinato.

Destaca-se que o *habitus* racial dos fazendeiros paulistas nos primeiros anos após a abolição havia se formado na vigência da escravidão e classificavam os negros como humildes simples, dependentes, emocionais e pouco inteligentes. Entretanto nos últimos anos da escravidão, a rebeldia, as conspirações, a violência antissenhorial e as fugas dos escravos ocasionaram uma crise para essa *habitus*. Como as exigências de muitos negros continuavam, mesmo depois da abolição, os estereótipos de negros humildes e obedientes foram suplantados por novas representações de negros, sobretudo de libertos, como insolentes, vagabundos, traiçoeiros, violentos e pervertidos¹²⁰.

Pelo que foi exposto acima com o fim da escravidão no Brasil havia um contingente de libertos que poderiam ser empregados e muitos foram, na lavoura paulista, entretanto existia por parte dos fazendeiros um preconceito com estas pessoas pela cor como também a criação de vários estereótipos citados neste trabalho. Desta forma, após a abolição, se cogitou cada vez mais a utilização do imigrante na agricultura paulista.

Segundo Monsma o motivo original para o programa da imigração subvencionada não era o branqueamento, mas a crença de que a imigração em massa livraria os fazendeiros de sua dependência dos negros e dos outros nacionais. Depois da rebeldia dos últimos anos da escravidão, os fazendeiros também queriam usar a competição dos imigrantes para controlar os negros e recolocá-los no “seu lugar”. Ou seja, além da falta de mão de obra, havia questões raciais importantes por trás do programa de imigração, que era motivado em parte pela hostilidade aos libertos – vistos como insubordinados e insolentes – e aos outros nacionais – vistos como vagabundos. A intenção explícita dos fazendeiros e governante era inundar o mercado de trabalho com imigrantes para baratear os salários e disciplinar todos os trabalhadores, tanto estrangeiros como nacionais¹²¹.

Karl Monsma assevera que o estado de São Paulo não conseguiria fornecer todos os braços necessários para a lavoura paulista, com isso alega que para alguns autores a possibilidade de haver uma migração subvencionada de trabalhadores nordestinos para o interior paulista poderia ter resolvido o problema de mão de obra.

É plausível que o racismo – não somente a crença na superioridade dos europeus, mas também a hostilidade aos negros evocada pela rebeldia dos cativos – tenha produzido uma preferência para europeus sobre nordestinos, boa parte dos quais era negra ou pelo menos não

¹²⁰ MONSMA. Karl. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Paulo: EduFscar, 2021.p.336-337

¹²¹ MONSMA. Karl. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Paulo: EduFscar, 2021. p.85-86.

branca. Entretanto, um programa incentivando a migração em massa do Nordeste, também teria enfrentado a oposição da oligarquia nordestina, que dificilmente teria aceitado a quebra dos laços de dependência dos pobres e a perda de boa parte de “sua” mão de obra aos fazendeiros paulistas¹²². Desta forma, podemos considerar que a junção de diversos fatores como a disposição de políticas que atraíam imigrantes europeus, a contrariedade dos fazendeiros da atual região nordeste em “liberar” os trabalhadores e a presença forte do racismo no meio brasileiro contribuíram para que não ocorresse naquele período uma migração subvencionada de nordestinos para São Paulo.

Nas primeiras décadas do século XX o Brasil registrou uma diminuição na entrada de imigrantes enquanto aumentava-se a vinda de trabalhadores nacionais de outras regiões para São Paulo, como podemos observar na tabela abaixo. Além disso, muitos nacionais se deslocaram por terras até o interior paulista, para isso utilizando os famosos paus de araras.

Tabela 1.3: Movimento Imigratório pelo Porto de Santos (1908-1939)

Anos	Total de Entradas	Estrangeiros	Brasileiros	Estrangeiros (%)	Brasileiros (%)
1908	37.875	35.122	2.763	92,73	7,27
1909	38.238	37.394	904	97,64	2,36
1910	37.690	36.698	992	97,37	2,63
1911	60.957	49.769	1.188	97,67	2,33
1912	91.463	89.855	1.603	98,24	1,76
1913	110.572	108.875	1.697	98,47	1,53
1914	47.200	45.655	1.545	96,73	3,27
1915	16.618	15.183	1.435	91,36	8,64
1916	17.857	16.374	1.483	91,70	8,30
1917	22.995	21.749	1.246	94,58	5,42
1918	12.060	10.812	1.248	89,65	10,35
1919	17.418	15.538	1.180	89,21	10,79
1920	32.484	29.879	2.605	91,98	8,02
1921	32.223	29.938	2.285	92,91	7,69
1922	32.473	30.257	2.216	93,18	6,32

¹²² MONSMA. Karl. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Paulo: EduFscar, 2021. p.87.

1923	47.249	44.363	2.886	93,89	6,11
1924	57.810	53.806	4.004	93,07	6,93
1925	63.797	56.640	7.157	88,78	11,22
1926	62.809	56.520	6.289	89,99	10,01
1927	68.432	60.997	7.435	89,44	10,55
1928	51.891	39.862	12.029	76,82	23,18
1929	61.552	51.226	10.326	83,22	16,78
1930	35.000	30.140	4.860	86,11	13,89
1931	17.692	12.705	4.987	71,81	28,19
1932	22.378	17.029	5.349	76,10	23,90
1933	39.186	33.050	6.136	84,34	15,66
1934	37.265	30.748	6.517	82,51	17,49
1935	29.004	20.653	8.351	71,21	28,79
1936	29.094	14.679	14.415	50,45	49,55
1937	45.929	12.340	33.589	26,87	17,13
1938	25.639	8.522	17.117	33,24	66,76
1939	23.865	12.180	11.685	51,04	48,96
TOTAIS	1.316.715	1.128.498	188.217	87,71	14,29

Fonte: Boletim do Serviço de Imigração e Colonização. Março de 1941, n.3, p.09

Por meio da tabela acima podemos compreender que ao longo da década de 1930 observou-se uma drástica queda no número de entrada de imigrantes no país, período caracterizado pela política do Governo Vargas, ao mesmo momento em que notamos um aumento na entrada de nacionais, chegando inclusive a ultrapassar o saldo de estrangeiros entre os anos de 1937-1938.

Com a diminuição na entrada de estrangeiros devidos aos eventos externos que estavam ocorrendo no continente europeu, mais uma vez os fazendeiros voltaram a reclamar de braços para a lavoura, ao mesmo tempo em que aumentava o número de entrada de nacionais para São Paulo, principalmente no final da década de 1920, como podemos observar na tabela acima.

O fenômeno de migração no Brasil se destacou principalmente no século XX, para Douglas Graham e Sérgio Buarque de Holanda Filho as migrações do século citado podem ser divididas em duas etapas, antes e após os anos de 1930. Antes de 1930 a migração se

caracterizou pelo desenvolvimento da borracha na Amazônia até a Primeira Guerra Mundial, o que atraiu trabalhadores principalmente do Nordeste brasileiro, a migração de italianos que se deslocavam das fazendas de café e se dirigiam para as áreas industriais, o que consequentemente leva a substituição destes italianos pelos novos imigrantes entrados no país.

Depois de 1930, aparecem novos padrões de migração: a imigração internacional diminui e quase se anula, por causa, primeiro, do impacto causado pela grande depressão e, segundo, devido ao fim do programa de subsídio para imigrantes e ao estabelecimento de um sistema restrito de cotas para as futuras imigrações; pela primeira vez na história brasileira, grande migrações internas ocorreram do Nordeste e do Leste para São Paulo e para outros estados, substituindo primeiramente os imigrantes e seus descendentes que abandonavam rapidamente as plantações de café nas áreas rurais e, em seguida, os paulistas que se instalaram no estado vizinho do Paraná¹²³. Graham e Holanda também asseveram que o estado de São Paulo tornou-se um grande recebedor de migrantes após a década de 1920, quando diminuiu drasticamente o número de entradas de estrangeiros.

Como veremos nos próximos capítulos deste trabalho a própria Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) viu-se obrigada a introduzir em grandes números no território paulista os nacionais, principalmente da atual região Nordeste. Mas antes mesmo de ações como da empresa citada, muitos nordestinos se deslocavam de suas regiões para cidades vizinhas ou até mesmo para o estado paulista em busca de melhores condições de vida, emprego. Uma das principais causas deste deslocamento foi as constantes secas que atingiam a região do atual nordeste brasileiro.

A situação de miséria do campo, a concentração fundiária e o avanço do latifúndio sobre as terras dos pequenos proprietários, assim como as alterações das relações de trabalho, o alto índice de crescimento demográfico nordestino e as periódicas secas seriam alguns dos fatores que imporiam a migração como última saída ao trabalhador rural¹²⁴.

As poucas ações que o governo se propunha a fazer eram a construção de açudes, poços, envios de parte da população para o exército e até mesmo para a extração da borracha na Amazônia ou em alguns casos concentrar essa população nos chamados “Campos de concentração”, fato que ocorreu com os Cearenses em Alagadiços entre os anos de 1915-

¹²³ GRAHAM, Douglas H; HOLANDA FILHO. Sérgio Buarque. Migrações internas no Brasil: 1872-1970. Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da cidade de São Paulo. 1984. p.46

¹²⁴ FONTES, Paulo. Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945—66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p.54

1932. Com isso o envio de parte da população a estes “campos” limpava a cidade dos aglomerados de pessoas em situações famintas.

Sabemos que esta região sempre foi assolada por constantes secas ao longo de sua história, entretanto antes do século XVIII temos poucas informações sobre os efeitos devastadores desse fenômeno, Segundo a historiografia tivemos três grandes secas no final do século XIX e uma entre os anos de 1900-19001, o que acarretou um grande deslocamento de pessoas.

No final do século XIX tivemos a seca do período de 1877-1879 que acabou com as lavouras de subsistência, ocasionando mais uma vez o deslocamento de milhares de pessoas para outros lugares, além de deixar nítidas questões como miséria, perda de produção, deslocamento dessas populações o que levava a muitas vezes ao roubo.

As primeiras levadas de retirantes vindas devido às secas para São Paulo chegaram em 1878, sendo utilizados na agricultura, muitos vinham em famílias ou sozinhos, sendo que estes últimos poderiam retornar e trazer o restante da família caso o fazendeiro autorizasse. Encontramos um caso semelhante na documentação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização sobre um nordestino voltar a sua terra de origem e trazer mais trabalhadores para o proprietário de terras, entretanto na década de 1930.

Foi na conjuntura de expansão da cafeicultura e da consequente demanda por mão de obra que chegaram os primeiros grupos de migrantes fugidos das secas. No ano de 1878, após estadia na capital paulista e, em muitos casos, também na hospedaria da Corte, os retirantes cearenses foram encaminhados às fazendas de café situadas em Limeira, Rio Claro, Guaratinguetá, Amparo e Casa Branca. Com exceção de Guaratinguetá, localizada no Vale do Paraíba, os demais municípios pertencem às zonas cafeeiras denominadas Mogiana e Paulista, onde a cultura da rubiácea encontrava-se em franca expansão¹²⁵.

Nos primeiros anos de 1900 novas levadas de nordestinos chegaram ao estado de São Paulo para trabalharem na agricultura, mão de obra que substituiria os ex-escravizados, de baixo custo e que trouxe disponibilidade de braços principalmente nos períodos em que os números de entrada de imigrantes não eram tão elevados. No ano de 1928 a entrada de nacionais no estado paulista foi superior aos números de estrangeiros. E continuaria a apresentar grandes valores ao longo dos anos de 1930 e 1940, períodos em que aumentariam as restrições e seleções às correntes imigratórias, como também aos eventos políticos e

¹²⁵ GONÇALVES, Paulo Cesar. Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2002. p.142

econômicos que enfrentavam o continente europeu.

O autor Marco Antônio Villa¹²⁶ assevera que a vinda de nordestino para o estado de São Paulo colaboraria como o processo de “abrasileiramento” da população paulista composta em grandes números de imigrantes. Entretanto a vinda em grandes levadas de retirantes para o estado paulista não era bem vista para nomes importantes ligados à questão de imigração e colonização. Podemos citar Henrique Doria de Vasconcelos, segundo este a transferência de nordestinos “prejudicará a economia dos mesmos e redundará em prejuízo para o próprio estado de São Paulo, cuja indústria tem interesse no aumento das riquezas das outras regiões do país, que absorvem o excesso dos seus artigos manufaturados. O resultado geral é, portanto, prejudicial aos interesses do país”¹²⁷. Desta forma, não se questionava mais a imagem negativa do trabalhador nacional, mas alegava que o aumento da migração poderia ocasionar uma diminuição na produção agrícola, e conseqüentemente falta de mercados.

Com a entrada de Getúlio Vargas no poder passou-se a se preocupar cada vez mais com o deslocamento de nordestino para as demais regiões do país, principalmente para o estado de São Paulo, que absorvia uma grande parte, além disso, durante o Governo Vargas a região nordeste enfrentou duas secas nos anos respectivamente de 1932 e 1942, com isso já se imaginavam que haveria uma transferência de pessoas para outras áreas.

Primeiramente o contexto econômico, político e social que ocorreram estas secas citadas anteriormente se tornaram diferente, desta forma, as oligarquias tradicionais perderam seu espaço de poder, além disso, a década de 1930 trouxe com maior ênfase a questão da urgência de se resolver o problema das secas.

O governo pôde realizar seu “amplo” programa de assistência aos retirantes, intervindo diretamente no mercado local. Essa intervenção não se deu somente no âmbito do mercado de trabalho, através da criação de vagas “artificiais” de trabalho em obras públicas destinadas a “ocupar” uma mão-de-obra desmobilizada num momento de crise, mas também, de forma incisiva, no mercado de alimentos, regulando os preços e o abastecimento de produtos de primeira necessidade¹²⁸.

Para tentar buscar uma resolução ao problema da seca e do deslocamento populacional, optou-se novamente pela migração, mas desta vez para a Amazônia na produção da borracha, uma migração coordenada e dirigida pelo governo federal com a

¹²⁶ VILLA. Marco Antônio. Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para São Paulo. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

¹²⁷ VASCONCELOS. Henrique Doria de. O problema da imigração. Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração. São Paulo, n.1, outubro de 1937, p.14

¹²⁸ NEVES. Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, pp.107-131. 2001. p.111-112.

criação do SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), com a colaboração do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) que redigia em sua Revista de Imigração e Colonização os trabalhos realizados para o encaminhamento destas pessoas para a região norte. Desta forma, Getúlio Vargas por meio de seu projeto da Amazônia buscou encaminhar a população sertaneja que sofria com as secas para os territórios da região norte, como também realocou essas pessoas na construção de obras públicas.

Durante o governo centralizador de Getúlio Vargas foram empreendidas políticas acerca do deslocamento populacional. No estado de São Paulo estavam diretamente relacionadas à Secretaria Estadual de Agricultura.

No estado de São Paulo, passaram a ter consonância com a política central não apenas pela obrigatoriedade advinda de um Estado autoritário que centralizava a maior parte dos instrumentos institucionais relativos às questões econômicas e sociais, mas, também, pela existência de algumas coincidências de interesses entre os sujeitos envolvidos na coordenação do problema migratório que participaram das duas esferas – federal e estadual¹²⁹.

Antes de analisarmos como São Paulo alinhou sua política com o governo federal acerca do deslocamento, recebimento de nacionais, devemos destacar que por meio do decreto estadual n.7.289 de julho de 1935 foi restabelecida a imigração subvencionada pelo governo paulista. Desta forma, a Secretaria de Agricultura teve disponibilidade de verbas para contratar empresas, companhias particulares para o angariamento de trabalhadores imigrantes. Neste contexto devemos mais uma vez mencionar a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) que através de sua documentação tivemos acesso a contratos realizados com a Secretaria de Agricultura tanto para a introdução de estrangeiros, como milhares de nacionais. Com isso podemos compreender que por meio desta política o governo paulista atendia aos interesses dos proprietários de terras e das companhias particulares, sendo que em alguns casos havia grupos de fazendeiros liderando essas empresas.

Após o restabelecimento da política de subsídio estadual aumentaram-se os contratos entre empresas particulares e a Secretaria de Agricultura de São Paulo, sendo que estas companhias se prontificavam, por meio de um pagamento, a trazerem para o estado paulista quantidades estabelecidas de trabalhadores nacionais, de preferência constituídos em famílias e a grande maioria vinda da atual região nordeste. Dentre estas companhias podemos citar a

¹²⁹ COSTA. Júlio Cesar Zorzenon. TESSARI. Claudia Alessandra. Política de mão de obra em São Paulo e as políticas federais de deslocamento populacional do Primeiro Governo Vargas: processo gradual de adequação. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 40, n. 81, p. 67-96, mar. 2022. p.72

CAIC, a Companhia Itaquerê, a Sociedade Introdutora de Trabalhadores Agrícolas Ltda.

Essas empresas mantinham sócios ou agências nos pontos de concentração de migrantes, especialmente em cidades do Nordeste e do norte de Minas Gerais (os principais pontos de concentração de migrantes nessa época eram as cidades mineiras de Montes Claros e Pirapora), e subcontratavam indivíduos que deveriam arregimentar os potenciais trabalhadores nas mais diversas e longínquas cidades do sertão nordestino. Proliferou-se, assim, uma rede de agentes e subagentes localizados em áreas repulsoras de trabalhadores. A esses agentes privados, que eram pagos por indivíduos captados, cabia à arregimentação dos trabalhadores, triagem, inspeção médica no ponto de embarque e autorização das autoridades locais para a liberação dos migrantes¹³⁰.

Era comumente realizado junto com os contratos entre as empresas particulares e a Secretaria de Agricultura o fato de que as companhias particulares muitas vezes entravam em contato diretamente com o fazendeiro, onde este lhe solicitava determinada quantia de trabalhadores, pra realizar tal ação primeiramente o proprietário de terra deveria requerer ao Departamento de Terras, Colonização e Imigração o valor das passagens, ficando a cargo do estado paulista os gastos com a introdução dos trabalhadores. Desta forma, ao longo da década de 1930 se estabeleceu no estado de São Paulo uma política que visava incrementar a vinda de trabalhadores nacionais para a região e que envolvia o governo estadual, companhias particulares e fazendeiros.

No ano de 1939 por meio do Decreto n. 10.344 o governo do estado de São Paulo criou a Inspetoria de Trabalhadores Migrantes (ITM) relacionada diretamente a Secretaria de Agricultura do estado paulista, sendo responsável por angariar e introduzir os nacionais na região. A proximidade entre as esferas do poder federal e estadual contribuiu para o surgimento da ITM no bojo de uma reformulação maior da estrutura da Secretaria. Em certa medida, contribuiu também para que as ações da Inspetoria pudessem transcender o território paulista, através de postos avançados nas cidades mineiras de Pirapora e Montes Claros. Ao mesmo tempo, contribuiu também para que a ITM tivesse um perfil mais próximo do regime estadonovista, pelo seu aspecto mais controlador do processo migratório¹³¹.

Por meio da criação da Inspetoria de Trabalhadores Migrantes percebemos uma maior centralização e controle do governo federal nas questões de deslocamento populacional, tal

¹³⁰ COSTA. Júlio Cesar Zorzenon. TESSARI. Claudia Alessandra. Política de mão de obra em São Paulo e as políticas federais de deslocamento populacional do Primeiro Governo Vargas: processo gradual de adequação. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 40, n. 81, p. 67-96, mar. 2022. p.81

¹³¹ PAIVA. Odair da Cruz. *Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*. Bauru, SP. EDUSC, 2004. p.137

fato fica mais nítido com a entrada do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) na organização das questões que envolviam a introdução destes trabalhadores, na autorização de contratos com as empresas de navegação e com companhias particulares autorizadas pelo Departamento de Imigração. Destaca-se que as companhias particulares, como a CAIC e as citadas neste trabalho poderiam manter suas atividades, entretanto deveriam cumprir diversas exigências como se registrarem no Departamento de Imigração e apresentar uma verba mínima de 5:000\$000, além disso, não poderiam-se introduzir nacionais que fossem trabalhar no estado paulista sem a autorização do Conselho de Imigração e Colonização.

Já no governo de Eurico Gaspar Dutra permanecia o problema do deslocamento de pessoas da região Nordeste para São Paulo. Além disso, o presidente do período relacionava a elevação dos preços dos produtos com a migração. Para tentar lidar com essa situação Dutra prometeu que iria encaminhar um projeto que facilitasse acesso à terra a fim de conter o êxodo para as cidades e de atrair para os campos parte da população marginal existente nos centros urbanos. Ainda dentro dos marcos do conservadorismo que caracterizou o seu governo, em 1948, Dutra considerou o êxodo para o sul uma manifestação de “ilusória crença de que ali reside a fonte de independência econômica”. Sem ter programa para enfrentar o problema, identificou a presença de comunistas no processo migratório, bem ao gosto dos tempos de Guerra Fria¹³².

Apesar das tentativas de Getúlio Vargas e de Eurico Gaspar Dutra de controlarem e direcionarem a migração de nordestinos para outros locais que não fossem as áreas do atual Sudeste, esta migração continuou a apresentar números elevados, como podemos observar na tabela abaixo.

¹³² VILLA. Marco Antônio. Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para São Paulo. Rio de Janeiro: Leya, 2017. p.85-86

Tabela 1.4: Migração Estrangeira e Nacional entre 1820-1961

Períodos	Totais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros (%)	Nacionais (%)
1820-1900	974.177	973.312	965	99,90	0,10
1901-1905	205.297	193.732	11.565	94,39	5,31
1906-1910	200.487	190.186	10.301	94,86	5,14
1911-1915	356.045	339.026	17.019	95,22	4,78
1916-1920	128.539	100.098	28.441	77,87	22,13
1921-1925	279.548	222.711	56.837	79,67	20,33
1926-1930	409.086	253.265	155.821	61,91	38,09
1931-1935	275.446	119.204	156.242	43,28	56,72
1936-1940	350.320	56.468	293.852	16,12	83,88
1941-1945	148.826	4.763	144.063	3,20	96,80
1946-1950	445.389	61.030	384.359	13,70	86,30
1951-1955	973.586	210.879	762.707	21,66	78,34
1956-1960	676.984	159.360	517.624	23,54	76,46
1820-1960	5.423.730	2.883.934	2.539.796	53,17	46,86
Em 1961	152.735	26.562	126.173	17,40	82,60
1820-1961	5.576.465	2.910.496	2.665.969	52,20	47,80

Fonte: Quadro extraído da Estatística de Imigração, 1960-1962, Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. In. NOGUEIRA. Oracy. O desenvolvimento de São Paulo: Imigração estrangeira e nacional e índices demográficos- demógrafo-sanitários e educacionais. Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí. 1964.

Após o Governo Vargas muitos destes nacionais além de se deslocarem para o meio agrícola, como mão de obra necessária, também foram para as indústrias. Desta forma, para Villa o símbolo de atraso nacional, o sertanejo nordestino retornou ao primeiro plano da cena política, agora como solução para o problema de mão de obra nas áreas mais dinâmicas da economia nacional: Rio de Janeiro, Paraná e especialmente, São Paulo¹³³.

Como podemos perceber o longo deste capítulo com o avanço da cultura cafeeira e o fim da escravidão passou-se a necessitar cada vez mais de mão de obra, em algumas zonas ainda se utilizou os ex-escravizados. Passou-se a cogitar a vinda de trabalhadores imigrantes para suprir a tão reclamada “falta” de braços para a lavoura, entretanto neste contexto havia a presença de diversos trabalhadores nacionais, numericamente suficientes para suprir os braços necessários, mas não eram bem vistos por uma das classes mais importantes deste período, os fazendeiros.

A política imigratória brasileira, como também o processo de deslocamento populacional que ocorria no território brasileiro passariam por grandes mudanças quando Getúlio Vargas assumiu o poder do país. Inicialmente, a imigração passou por maior controle e restrição, além de que as ideias eugênicas influenciaram diversos debates sobre a entrada de

¹³³ VILLA. Marco Antônio. Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para São Paulo. Rio de Janeiro: Leya, 2017. p.36

estrangeiros, o que acarretou, posteriormente, decretos acerca da introdução de imigrantes, que foram estereotipados em desejáveis ou indesejáveis de acordo com os interesses das elites do país.

Com o desenrolar do final da Segunda Guerra Mundial o governo brasileiro já se preocupava com o possível número elevado de refugiados que se dirigiria ao território brasileiro em busca de emprego, para isso passou-se a incentivar naquele momento o trabalhador especializado também para a indústria. Ao mesmo tempo em que o Brasil estava presente em diversos órgãos internacionais para realocar essas pessoas, entretanto o número de refugiados que o Brasil recebeu foi inferior ao estabelecido, o que demonstra que o país não estava assim tão interessado em receber estas pessoas, apenas buscando alcançar uma imagem humanitária ao mundo.

Neste contexto de debate sobre o deslocamento populacional estava o trabalhador nacional, principalmente o sertanejo, que fugindo das constantes secas se dirigia a atual região sudeste, principalmente São Paulo. Sabemos por meio da historiografia que muito vinham por conta própria nos tão conhecidos paus de araras em precárias condições. Entretanto no Governo de Vargas buscou-se dirigir esta migração, realocando estas pessoas para a Amazônia na produção da borracha ou por meio de companhias particulares introduzindo estes trabalhadores no interior paulista. Além disso, no final da década de 1930 tivemos a criação de órgãos para centralizar a dirigir a vinda destas pessoas para as demais regiões do país.

Para auxiliar os fazendeiros no angariamento de trabalhadores e atender suas exigências, diversas companhias particulares foram criadas, como a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), que auxiliaram a trazer inicialmente imigrantes, mas também trabalhadores nacionais, além de firmar diversos acordos com a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. Além disso, as migrações organizadas pelas companhias tornou-se um meio de alcançar negócios bastante lucrativos, tanto para a empresa como para quem fazia parte dela. Pois além da introdução de imigrantes e nacionais haveria o processo de colonização que além de auxiliar a colonização do estado, renderia bons lucros para as companhias particulares.

CAPÍTULO II

ENTRE TERRAS E BRAÇOS: OS NEGÓCIOS DA COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

O desenvolvimento da cultura cafeeira no interior paulista demandava cada vez mais mão de obra. Para atender aos interesses dos grandes fazendeiros, o estado de São Paulo foi convocado a auxiliar na introdução de trabalhadores imigrantes, mas neste contexto também se formaram empresas particulares cujo objetivo era angariar trabalhadores, dentre as quais podemos citar: F. Sodré Filho, Cia. Itaquerê, Sociedade Introdutora de Trabalhadores Agrícolas Ltda, Companhia Industrial, Agrícola e Pastoril d'Oeste de São Paulo e Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC).

A Companhia Industrial, Agrícola e Pastoril d'Oeste de São Paulo foi criada em 1912 por Carlos Leôncio de Magalhães, cujo apelido era Nhonhô, tendo como objetivo a aquisição de capital para a compra das terras que vieram a serem chamadas de Cambuí, região de Matão no estado de São Paulo. Essas terras se dedicavam principalmente ao café e a cultura algodoeira, utilizando principalmente a mão de obra imigrante, como italianos e portugueses, e não utilizando em grande número o elemento nacional. No ano de 1924 a companhia foi vendida para um grupo de acionistas ingleses e neste ano foi criada pelo mesmo proprietário a Companhia Itaquerê.¹³⁴ Destaca-se que a documentação da empresa, como também de outras do mesmo proprietário se encontram na Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos.

Não obtivemos, entretanto, muitas informações sobre as demais empresas, exceto a que é objeto deste trabalho. Sabemos sobre a existência dessas companhias pelos estudos de Odair da Cruz Paiva, dentre os quais seu livro *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*¹³⁵, em que traz informações referentes aos contratos realizados por estas empresas para a vinda de trabalhadores no estado de São Paulo. O artigo de Cláudia Tessari e Júlio Cesar Costa “A Política de Mão de Obra em São Paulo e as Políticas Federais de Deslocamento Populacional do Primeiro Governo Vargas: Processo Gradual de Adequação”¹³⁶, menciona a existência das companhias acerca da ação de empresas

¹³⁴ Sobre a Companhia Industrial, Agrícola e Pastoril d'oeste de São Paulo ver: CASALECCHI, José Ênio. Da Companhia Industrial Agrícola e Pastoril do Estado de São Paulo à Cambuhy Coffe and Cotton States, 1912-1933. Contribuição ao estudo da presença inglesa na estrutura agrária no estado de São Paulo. Araraquara, 1973. Tese (Doutorado) FCL, Unesp.

¹³⁵ PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*. Bauru, SP. EDUSC, 2004.

¹³⁶ TESSARI, Claudia Alessandra. COSTA, Júlio Cesar Zorzenon. Política de mão de obra em São Paulo e as políticas federais de deslocamento populacional do Primeiro Governo Vargas: processo gradual de adequação.

particulares no angariamento de trabalhadores nacionais. Entretanto tais trabalhos não trazem informações mais detalhadas sobre objetivos e ações em geral.

Sobre a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização encontramos principalmente dois trabalhos, o primeiro de Honório de Souza Carneiro¹³⁷ que busca analisar o surgimento da empresa como também os seus objetivos que foram voltados para uma alternativa de investimento capitalista em um período em que este sistema estava em crise, destaca-se que o autor não busca enfatizar a questão de imigração e migração realizada pela companhia, dando maior atenção ao setor de colonização, Desta forma, o trabalho de Carneiro analisa as ações da Companhia, não destacando seu setor de Imigração, ao mesmo tempo em que busca compreender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, trazendo como figura central o fazendeiro. E cabe destacar também que Carneiro utilizou para a realização de sua pesquisa os arquivos presentes no Centro de Memória da Unicamp.

O segundo trabalho trata-se de uma dissertação de Mestrado de Giani Vendramel de Oliveira¹³⁸ segundo a própria autora: através do trabalho realizado buscava ter colaborado com a temática de imigração e colonização para isso utilizando uma empresa que atuou nestes ramos por um longo período de tempo. Além disso, assevera que durante a elaboração da pesquisa surgiram algumas questões, como: as migrações internas que se deslocavam no Brasil, destacando estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, também atraiu a curiosidade de descobrir maiores informações sobre a visão que os municípios organizados pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização tem em relação à empresa, como também os compradores de lotes. Finalizando Giani alega que espera que a ação da CAIC não se perca no tempo. Desta forma, Giani realiza um trabalho que analisa a trajetória da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, enfatizando nas ações de angariamento de trabalhadores imigrantes. Por motivos não mencionados no trabalho a autora não trata da documentação do Arquivo Público do estado de São Paulo, como também não destaca as ações da empresa no angariamento de nacionais.

Apesar da pouca bibliografia sobre a CAIC, podemos contar com a documentação da empresa que se apresenta dividida em dois acervos. Um conjunto de documentos encontra-se no Arquivo Público do estado de São Paulo, no fundo da Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo, referente ao item Terras, Colonização e Imigração sob o nome de “Processos de

XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói. p. 1-27. 2017.

¹³⁷ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.

¹³⁸ OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961). Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010.

introdução de trabalhadores na lavoura” – é composto por cartas, ofícios, tabelas, recortes de jornais referentes aos assuntos tratados pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, o que nos auxiliará no entendimento sobre as ações desta empresa no que tange aos acordos que envolviam imigração e migração. O segundo no Centro de Memória da Unicamp, em caixas próprias com o título CAIC, sendo composto apenas por Atas de Assembleias e Relatórios da empresa, geralmente de forma encadernada em pequenos livros.

Neste segundo capítulo buscaremos analisar o funcionamento da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, pois através de seu funcionamento, objetivos, ações podemos compreender como a empresa se desenvolveu nos setores de imigração e colonização, e como isto colaborou com o desenvolvimento no que tange ao processo de colonização e no angariamento de trabalhadores para a lavoura no estado de São Paulo. No primeiro tópico analisaremos sua antecessora a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, destacando sua criação, objetivos, membros e suas ações na questão de imigração e colonização. Torna-se importante apresentar esta primeira companhia, pois faz parte da construção e da história da CAIC, apesar do seu curto período de existência, como será mais bem explicada, esta empresa buscou angariar trabalhadores para o estado paulista, como também agir no setor de colonização.

O segundo tópico pretende trazer a composição da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização a partir do ano de 1934, uma nova fase da empresa, agora tendo como mandante a Companhia Paulista, desta forma, explicaremos os motivos que levaram a sua reorganização, objetivos, membros, seus setores de organização e trabalhos.

No terceiro tópico analisaremos as atividades da CAIC nos setores de imigração e colonização, que são importantes para compreender a empresa e seu funcionamento, para isso utilizaremos os Relatórios da Companhia, como também as Atas das Assembleias. Antes de iniciarmos a discorrer mais precisamente sobre o capítulo devemos mencionar que em termos de periodicidade dos Relatórios da CAIC, estes por motivos não explicados, não se encontram seguidos cronologicamente, ocorrendo o espaçamento de determinados períodos. Entretanto, as Atas das Assembleias se encontram organizadas em ordem cronológica, iniciando a partir do ano de 1934 e perdurando até a data final do recorte temporal proposto por esta pesquisa, ou seja, o ano de 1950. Desta forma, para compreender a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização utilizaremos suas documentações, que se encontram em dois respectivos arquivos, o Arquivo Público do estado de São Paulo e o Centro de Memória da Unicamp.

2.1 As origens: a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil

Antes de iniciarmos a análise e apresentação da empresa devemos mencionar que ao longo de sua história a companhia passou por três reformulações de nome, primeiramente originou-se em 16 de julho de 1928 a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB) sob a liderança e fundação de Attilio Favero. Em 8 de outubro de 1934 por meio da Assembleia Geral Extraordinária foi reorganizada e adquiriu o nome de Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), e finalmente em 10 de julho de 1958 modificou-se para Companhia, Imobiliária e Colonizadora permanecendo a sigla CAIC.

A Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB) foi fundada como já descrevemos em julho de 1928 por Attilio Favero, fazendeiro e gerente do setor de Imigração da Companhia Comercial e Marítima, além de ser um homem ligado às questões de imigração e principal acionista desta fase da empresa. Entre os anos de 1926 e 1928 se dedicou a fundação de uma empresa que atendesse a constante demanda de mão de obra para os fazendeiros, sendo responsável em cada etapa da fundação da CGICB.

Juntamente com o senhor Attilio Favero havia diversos acionistas¹³⁹ sendo a grande maioria fazendeiros e ligados a questões de terras, imigração e colonização. Inicialmente a companhia apresentava um capital de mil contos de réis, com sede na cidade de São Paulo. No momento de sua criação, seu Presidente era Luiz Nazareno Teixeira de Assumpção, advogado, e Attilio Fávero, o superintendente.

Para Honório de Souza Carneiro alguns fatores explicavam o motivo de criação de uma empresa como a Companhia Geral, primeiramente a demanda por braços era grande em São Paulo, portanto significando um bom negócio, e a segunda, que a interrupção do subsidio estatal abriu caminho para uma empresa bem organizada nesse ramo. De uma maneira ou de outra, o abastecimento de trabalhadores para a lavoura paulista tinha que continuar, fosse com imigrantes estrangeiros, fosse com nacionais. Além disso, os subsídios poderiam ser

¹³⁹ Dr. Luiz Nazareno Teixeira de Assumpção (advogado), José Eduardo Prates (Advogado), Numa de Oliveira (fazendeiro e diretor da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro), Ernesto Ramos (Diretor da companhia Prado-Chaves), Sr. Pedro Luis Pereira Souza (Gerente da Companhia Prado-Chaves), Comm. José George Junior (engenheiro), Sr. Gabriel Corbisier, Sr. Bassotti Giuseppe (ou José Bassotti) (fazendeiro), Dr. Gatão Vidigal (advogado), Dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho (advogado), Sr. Jorge de Almeida Prado (Fazendeiro), Dr. Raphael A. Sampaio Vidal (advogado, político), Sr. Augusto de Souza Bueno (fazendeiro), Sr. Luiz Pontes Bueno (fazendeiro), Sociedade Construtora e de Imóveis, Sr. Marino Motta (Fazendeiro), Sr. Felizardo Gomes (negociante), Sr. Lívio Zaparoli, Sr. Dante Favero, Sr. Arthur A. de Oliveira (fazendeiro), Sr. Armando Pederneiras (comerciante), Dr. Enjolras Vampré (médico), Dr. Luiz Augusto Teixeira de Assumpção (advogado, gerente de banco), Amadeu Caputo e Attilio Favero. In Programa da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, Processo 81, p.27.

retomados, como acabou acontecendo¹⁴⁰.

Desta forma, podemos compreender que o contexto econômico e político brasileiro favorecia o estabelecimento de empresas particulares como inicialmente a Companhia Geral e, posteriormente, a CAIC, pois ainda eram constantes as reclamações de braços para a lavoura por parte dos fazendeiros que tiveram que recorrer a estrangeiros e principalmente, ao trabalhador nacional. Essa “carência” de trabalhadores que foi constantemente mencionada também foi sentida por outras empresas como a Companhia Industrial, Agrícola e Pastoril D’Oeste de São Paulo onde José Ênio Casalechi¹⁴¹ por meio de seus trabalhos demonstrava o conflito de se conseguir trabalhadores nos anos de 1920.

A Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB) apresentava como objetivos:

Uma organização de caráter nacional, fundada com o intuito de – por conta os Governos no Brasil, de Empresas ou de particulares – fornecer braços á Agricultura e á Indústria do nosso país- e da colonização de seu solo. Não obstante ser fundada e iniciar seus movimentos em São Paulo, a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil não terá intenções regionais em nosso país, começará no estado de São Paulo por ser ele o que tem um serviço de Imigração e Colonização organizado e praticado constantemente há muitas dezenas de anos de uma forma positivamente adiantada. A Companhia posteriormente estenderá a sua ação aos outros estados do Brasil¹⁴².

A CGICB foi dividida em três seções: Imigração, Colonização e Financeira. O que nos interessa diretamente neste trabalho são as seções de Imigração e Colonização, sobre a primeira seção, Imigração:

Procurará no que lhe permitir a sua espera de ação – auxiliar os Departamentos dos Governos, criados com o fim especial de manterem principalmente a Agricultura nacional provida de braços. E, quando se referir aos imigrantes estrangeiros – se esforçará para que sejam encaminhados para os diversos pontos do Território do País,, os das nacionalidades que mais facilmente se possam adaptar as regiões para onde forem destinados. Encarregar-se-á, outrossim, do fornecimento de mão de obra às Indústrias, a todas as Obras Públicas e as de grande vulto, animando, com uma propaganda honesta e constante, a vinda de capitais e de técnicos especializados nas Indústrias que já prosperaram no País¹⁴³.

Primeiramente, sobre o Programa que detalham os objetivos a empresa, deixava claro de que introduziria apenas imigrantes e não trabalhadores nacionais, como foi no caso de sua

¹⁴⁰ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.p.60

¹⁴¹ José Ênio Casalechi era formado em História pela Universidade de São Paulo, tendo trabalhado por vários anos como Professor Titular da Unesp de Araraquara. Autor de diversos livros, como: O Brasil de 1945 ao Golpe Militar”, “A Proclamação da República” e “O Partido Republicano Paulista: Política e Poder”.

¹⁴² Programa da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, Processo 81. p.01-02.

¹⁴³ Programa da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, Processo 81. p.03.

sucessora, a CAIC. Também se encarregaria de estabelecer seus representantes nos países europeus, como também nas Repartições Internacionais que foram criadas após a guerra, sendo que a primeira agência a ser organizada na época seria em Viena ou Paris. A Companhia seria responsável pela propaganda o que acarretaria o angariamento de trabalhadores e posteriormente, o embarque e transporte até o seu destino em território brasileiro.

Segundo o Programa da Companhia Geral, a empresa manteria uma relação com o imigrante que introduziu em terras brasileiras, pois posteriormente, buscaria colocá-lo nas colônias que a própria empresa organizava. Antes de integrar uma colônia, o estrangeiro deveria se estabelecer por um período de três anos trabalhando nas zonas cafeeiras mais velhas. Esse período estaria relacionado ao programa de subvenção do governo. A Companhia também se encarregaria de manter abastecido de braços as zonas cafeeiras mais velhas nos períodos em que os imigrantes completassem os três anos de trabalho. Caso o estrangeiros não se adequasse as condições da lavoura paulista, seria repatriado pela própria companhia, sem despesas.

Continuando a analisar os aspectos da seção de Imigração, presentes no Programa da empresa, logo no início de sua criação a CGICB sugeriu à Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo um meio de colaborar na introdução de imigrantes através de Bilhetes de Chamada, que possibilitavam às famílias de estrangeiros que já trabalhavam na lavoura chamarem seus parentes na Europa. A passagem desse bilhete custaria em média novecentos mil réis ou 22,5 libras esterlinas. Além desses custos havia também um valor a ser pago com o certificado da chamada que seriam retirados na Delegacia de Polícia no interior, custando cem mil réis. Entretanto, não se sabe exatamente se essa proposta da Companhia foi aceita pela secretaria, pois não encontramos um retorno da secretaria referente ao assunto.

Sobre as ações práticas da Companhia Geral em relação à introdução de imigrantes, a empresa não conseguiu realizar o angariamento de estrangeiros para o território paulista, pois logo após a sua criação teve que lidar com as consequências da Crise econômica de 1929, ou seja, tendo que recorrer ao trabalhador nacional. Desta forma, as primeiras ações práticas da Companhia no setor de Imigração dizem respeito ao ano de 1929 onde a empresa solicitava autorização da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo para a introdução de três mil cearenses no período de um ano. Com a autorização da Secretaria de Agricultura, a companhia instaurou uma agência em Fortaleza com o objetivo de selecionar os nacionais como também acompanhar o embarque e desembarque destas pessoas até a Hospedaria dos Imigrantes. Destaca-se que a CGICB alegava que recebia constantemente pedidos dos

proprietários de terras das zonas mais velhas solicitando trabalhadores.

Entretanto, a Companhia Geral asseverava que juntamente com os migrantes vieram também os problemas característicos deste tipo de negócio, como ficou evidenciado em “carta confidencial” destinada ao Diretor Comercial da Cia. de Navegação “Lloyd Brasileiro”, empresa responsável pelo transporte dos trabalhadores de Fortaleza ao porto de Santos ou do Rio de Janeiro. Dentre os motivos para o fracasso dos primeiros embarques a CGICB destacou a intervenção de autoridades do Ceará para que fosse introduzido nos navios “pessoal indesejável”, composto de trabalhadores avulsos não agricultores. A superlotação dos navios também representava um fator agravante, pois ocasionava uma má acomodação dos trabalhadores e consequentemente uma alimentação precária¹⁴⁴. Desta forma, podemos considerar que a Companhia Geral não obteve tantos resultados satisfatórios inicialmente na introdução de trabalhadores imigrantes e tendo que buscar como alternativa o nacional, que também não apresentou elevados números pela empresa.

A seção de Colonização, segundo o Programa da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, era uma das mais importantes, possuía os seguintes objetivos:

Continuar aproximadamente – mas de forma acentuadamente comercial e, portanto com maior resultado prático – o que já foi feito no passado pelo Governo no Brasil, procurará adaptar os velhos sistemas de povoamento aos métodos e exigências modernas. Encarregar-se-á principalmente do exame, preparo e divisão para a venda de terras em nosso país, que estando na posse de Governos ou de particulares, se destinem e se encontrem em condições de poderem ser colonizadas por nacionais ou estrangeiros. Esta divisão da Companhia contará com diversas seções especializadas para que as propriedades – incultas ou não, velhas lavouras e mesmo terras próximas às cidades, possam ser convenientemente aparelhadas para receberem os seus futuros proprietários, legalmente divididos e com o domínio e posse perfeitamente garantido¹⁴⁵.

Dentre as diversas ações da seção de Colonização estavam: estudo de documentos de propriedades agrícolas que tinham como objetivo a colonização, como também analisar as plantas e os projetos de divisão destas propriedades; organizar nas localidades das colônias da Companhia Geral os serviços médicos para que estejam disponíveis aos colonos, desta forma, fornecendo um bom serviço sanitário; organização dos serviços de transporte nas colônias; colaborar com a exploração dos recursos econômicos da colônia para que sejam criadas olarias, serrarias que auxiliariam o desenvolvimento econômico do local, além disso, era responsabilidade a compra e venda de terras do próprio governo ou de particulares para posteriormente, serem vendidas a outros proprietários, podendo ser estes apenas estrangeiros.

¹⁴⁴ OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo migratório no Estado de São Paulo (1928-1961). Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010. p.57.

¹⁴⁵ Programa da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, Processo 81. p.13-14.

Cabe destacar que a Companhia Geral possuía como principais compradores de terras os imigrantes, o que ocasionava o envio recorrente de cartas e propagandas sobre as terras disponíveis para os demais países.

No início do ano de 1930 a principal ação da seção de Colonização da Companhia Geral foi à venda de terras do Núcleo Colonial da Barrinha na atual cidade de Sertãozinho, sendo que chegou a enviar para a Itália informações sobre as terras na tentativa de buscar compradores de outros países. Também buscou realizar o povoamento da zona agrícola de Bragantina, que era servida pela Estrada de Ferro Bragantina, pertencente à empresa São Paulo Railway, como também o povoamento do sudoeste de Minas Gerais¹⁴⁶. Cabe destacar que novamente a Companhia Geral não obteve bons resultados em suas ações, possivelmente pela falta de recursos financeiros da empresa como pelos efeitos da Crise econômica de 1929.

Através do que foi exposto nestas páginas a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil não conseguiu resultados muito satisfatórios nos setores de Imigração, como também de Colonização. Seu principal acionista e fundador Attilio Favero acreditava que o fato da empresa não ter obtido bons resultados deveu-se primeiramente a Crise de 1929, a Revolução de 1930 e o Movimento Paulista de 1932. Cabe destacar também que na questão de angariamento de estrangeiros notamos uma queda na entrada destas pessoas ao território brasileiro durante o período em que a CGICB esteve atuando, além disso, com a Revolução de 1930 e a tomada de poder por Getúlio Vargas se alterou tanto as questões políticas, como sociais e econômicas e principalmente os aspectos da política imigratória brasileira.

Além disso, a empresa apresentava grandes dívidas e pouquíssimo capital em sua seção financeira, o que dificultava a compra e, posteriormente, venda de propriedades agrícolas. Ou seja, uma empresa de loteamento deve dispor de grande capital, para fazer face às enormes despesas de publicidade e às da organização das glebas. Três grupos, interessados diretamente ou não na venda dos sítios, exerceram uma ação decisiva sobre a colonização interior, depois da crise de 1929: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Sociedade Colonizadora Brasileira e a Companhia de Terras do Norte do Paraná¹⁴⁷. Dessa forma, a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil buscava a introdução de imigrantes principalmente para o estado paulista, entretanto este não era o seu único objetivo, destaca-se neste contexto o projeto de colonização que a mesma realizava, pois afinal tanto a imigração como a colonização são processos que se complementam.

¹⁴⁶ OLIVEIRA. Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o processo imigratório no estado de São Paulo (1928-1961). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá. 2010.

¹⁴⁷ MONBEIG. Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. Editora Hucitec. São Paulo. 1984, p.285.

No dia 08 de outubro de 1934 a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil passou por uma reorganização em sua estrutura e recebeu o nome de Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) tendo a Companhia Paulista de Estradas de Ferro como mandante e principal acionista. Na documentação analisada tanto no Arquivo Público do estado de São Paulo como no Centro de Memória da Unicamp não encontramos indícios que apontam o motivo da mudança e reorganização da empresa, o que nos leva a compreender que a estrutura da empresa manteria a mesma se comparada com sua antecessora.

Para Giani Vendramel de Oliveira a CAIC fazia parte desta gama de empreendimentos da Paulista, lhe rendendo além do lucro com a compra e venda de terras, a vantagem de aumentar o volume de transporte de passageiros (com a migração) e de produtos (com a colonização) ¹⁴⁸.

Honório de Souza Carneiro aponta a relevância da CAIC neste contexto político e econômico, sendo que dois fatores justificariam a criação da empresa, primeiramente São Paulo se apresentava com grande diversidade econômica, o que para Carneiro seria essencial para a Companhia. E posteriormente, a Crise econômica de 1929 colaborou para compra e venda de fazendas que sofreram com o processo econômico. Além disso, continuando, para Carneiro a diversificação da agricultura de São Paulo estaria diretamente relacionado com a pequena propriedade, a imigração e a decadência tanto das zonas cafeeiras mais velhas como das fazendas situadas nesta região. Entretanto durante a documentação consultada não observamos essa diversificação agrícola citada por Carneiro. A CAIC retalhava e vendia terras que se tornavam pequenas propriedades, mas não são mencionadas que isso viria a auxiliar a diversificação agrícola.

Segundo Carneiro ¹⁴⁹ um dos efeitos da Crise de 1929 foi o desenvolvimento da pequena propriedade no estado de São Paulo, também ao fato de que a crise econômica ocasionou o endividamento de muitos fazendeiros que acabaram por penhorar suas propriedades ou vendê-las. O que contribuiu para que a CAIC adquirisse um grande número de propriedades agrícolas, o que diretamente colaborou para a origem da empresa.

Na primeira Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização que declarava a sua criação, foram mencionados seus objetivos e funções:

¹⁴⁸ OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo migratório no Estado de São Paulo (1928-1961). Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010. p.74

¹⁴⁹ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização com sede na capital de São Paulo, tem por fim promover racionalmente a imigração e a colonização em todos os Estados do Brasil, pela introdução e colocação de elementos nacionais e estrangeiros, aos quais prestará sob forma cooperativa ou não, assistência técnica, agrícola e econômica. A Companhia poderá ter agências no Brasil ou no estrangeiro. A duração da sociedade é de 30 anos, contando de 16 de janeiro de 1928, podendo ser prorrogado por deliberação de assembleia geral. O capital da Companhia será de 2.000.000\$000 dividido em 10.000 ações de 200\$000 (duzentos mil réis) cada uma¹⁵⁰.

O trabalho de Honório de Souza Carneiro¹⁵¹, traz alguns dos motivos da criação da CAIC: “um ofício do Presidente da ferrovia ao Presidente do Banco do estado de São Paulo, o emissário fala do nomadismo que caracterizava então a agricultura paulista, alude à falta de braços para a mesma e, deixa clara a constituição e objetivos maiores da nova empresa.¹⁵²” Segundo o documento encontrado por Carneiro a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização desenvolveria as regiões agrícolas do estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que auxiliaria na introdução de colonos imigrantes e nacionais, com isso tornando possível o engrandecimento de todas as regiões do presente estado. Entretanto, não encontramos indícios na documentação que alegam que os nacionais poderiam a vir se tornar colonos, no sentido de adquirir uma propriedade, acreditamos nisso pelo fato de que nas diretrizes da empresa mencionava-se a venda de terras para imigrantes, fato também comprovado, pois a empresa enviava diversas cartas e propagandas para os países europeus. Além disso, os nacionais chegavam ao território paulista sem recursos necessários para a aquisição de propriedades.

Por meio das Atas de Reuniões da Diretoria da CAIC compreendemos um pouco mais sobre sua existência, objetivos, funções. Podemos analisar que a empresa tinha como principal objetivo realizar a imigração e a colonização, para isso utilizando primeiramente o trabalhador imigrante, neste caso a CAIC cita em vários documentos o europeu, e também a utilização do braço nacional, quando a introdução de imigrantes se tornou complexa. Neste contexto de introdução dos imigrantes europeus pela companhia, a empresa destaca que estaria disposta a angariar qualquer nacionalidade europeia, sem as cotas de restrições imposta pela política imigratória do período. Sob seu funcionamento teria a duração de 30 anos, podendo ser estendido por mais tempo. Desta forma, que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização nesta nova fase estaria relacionada à introdução de imigrantes, mas principalmente a colonização do solo paulista, o que fica claro, pois, como será abordada

¹⁵⁰ Ata das Reuniões da Diretoria da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp, Livro n.5846/46, 08/10/1934, p.03

¹⁵¹ Devemos mencionar que o ofício citado no trabalho de Honório de Souza Carneiro foi consultado nesta pesquisa e não foi encontrado nos arquivos do Centro de Memória da Unicamp.

¹⁵² CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.p.63

posteriormente, a empresa auxiliou na fundação de algumas cidades.

Entretanto, não encontramos nenhum documento que indicasse a posição da Companhia Paulista referente à CAIC. Nem mesmo os trabalhos de Honório de Souza Carneiro e de Giani Vendramel de Oliveira apresentam algum indício sobre a questão levantada.

Cabe destacar que a mudança da antiga empresa para a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização gerou algumas desavenças entre os acionistas. A documentação consultada por Giani Vendramel de Oliveira¹⁵³ demonstra que os lucros obtidos pelos antigos acionistas seriam designados para saldar as dívidas que a Companhia Geral adquiriu ao longo de sua existência. Entretanto, tal ação não foi bem aceita pelos fundadores da CGICB, que mencionaram a ausência de lucro durante o funcionamento da antiga empresa.

Para tentar resolver da melhor forma possível a situação, Atillio Fávero, figura importante para ambas às empresas, solicitou a diretoria da CAIC que permanecesse com os antigos empreendimentos da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil. Dentre os negócios mais vantajosos da CGICB estavam: a Colonização de Cravinhos, região da zona Mogiana; Serviços no estado paranaense, de Minas Gerais e Rio de Janeiro; serviços na área de emigração no Ceará e demais estados da atual região Norte do país; contrato com a São Paulo-Railway para a colonização da área Bragantina.

Como resposta ao pedido de Atillio Fávero, a diretoria da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização informou que Fávero seria responsável financeiramente pelas atividades da CGICB, além disso, ficaria ao seu cargo buscar com os credores quitar a dívida da Companhia Geral e finalizando, tanto os acionistas da antiga companhia como da CAIC teriam os mesmos direitos.

Para seu funcionamento, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização seria administrada por uma Diretoria composta de cinco membros, dos quais um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro e dois Diretores Técnicos, sendo um da seção de Agricultura e outro da seção de Imigração e Colonização¹⁵⁴. Sendo os principais diretores Antônio Prado Júnior, figura importante para o estado de São Paulo, foi engenheiro, empresário e político brasileiro; Heitor Freire de Carvalho e Edmundo Navarro de Andrade, que também eram membros da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Cabe destacar que a Companhia de

¹⁵³ A documentação consultada por Giani Vendramel de Oliveira não foi encontrada novamente nos arquivos do Centro de Memória da Unicamp, trata-se da Carta enviada ao Sr. Dr. Antônio Prado Junior, Presidente da CAIC, 30/10/1935, in CAIC, (Processo Nº 29) Origens da Companhia-1928. Doc. 18 Fls. 35-38.

¹⁵⁴ Ata das Reuniões da Diretoria da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp, Livro n.5846/46, 08/10/1934, p.04

Agricultura contava com acionistas¹⁵⁵, que também vieram da Companhia Paulista. A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização seria constituída pelas seguintes seções: Imigração, Colonização e Financeira.

Segundo Honório de Souza Carneiro o principal fundador da antiga Companhia Geral, Atílio Fávero, ficou encarregado da Seção de Imigração, para Carneiro, entretanto é possível perceber que os ideais do senhor Fávero, muito otimistas e humanitários no tocante aos processos de imigração e colonização, não coincidiam com os objetivos mais pragmáticos e capitalistas da CPEF e sua controlada a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização¹⁵⁶. De acordo com a Ata da Assembleia Geral Extraordinária da CAIC, sua diretoria logo no momento de sua criação ficaria composta da seguinte maneira: presidente: Vicente de Paula de Almeida Prado, eleito várias vezes senador pelo estado de São Paulo, além de estar relacionado com o cultivo de café; vice-presidente: Gastão Vidigal, advogado e político brasileiro; diretor tesoureiro: Heitor Freire de Carvalho; diretor agrícola Edmundo Navarro Andrade, político e engenheiro agrônomo e para a diretoria de Imigração e Colonização o Sr. Atílio Fávero.

Merecem destaque algumas informações contidas nas Atas das Assembleias da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, inicialmente as Atas encontradas no Centro de Memória da Unicamp datam de 1935 a 1950, sendo redigidas anualmente duas a três exemplares. De modo geral, apresentam sempre quem são os representantes da CAIC, como presidente e vice-presidente, como também um pedido de aumento de capital para a empresa, para isso alegando o fato de como estava sendo lucrativa para a CAIC a compra e venda de terras a terceiros, necessitava-se cada vez mais aumentar seu capital. O que já demonstrava indícios de que o Setor de Colonização seria o responsável por obter lucro a empresa.

As informações demonstradas acima eram elencadas principalmente no primeiro número de cada ano, geralmente quem tinha a palavra nessas reuniões presentes nas Atas era

¹⁵⁵ Os acionistas eram: Almeida Prado e Cia, Alcebiades de Oliveira, Afrânio D. Murgel, Armando Navarro Sampaio, Alberto J. Byington, Antônio Prado Júnior, Antônio de Pádua Salles, Arthur Gutierrez Canguçu, A. Lopes Rodrigues, Anésio A. Amaral, Carlos Dias, Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Companhia Paulista de Exportação, Cunha Bueno e Cia, Edmundo Navarro de Andrade, Eduardo da Silva Brito, Eliseu Teixeira de Camargo, Eduardo de Sampaio Sheldon, Gilberto Ladislau, Geremia Lunardelli, Heitor Freire de Carvalho, Henrique Schiefferdecker, Isabella Elfriede, Joana de Paula Leite de Barro, José de Sampaio Leite, José Taufik Soubhia, Luiz de Souza Gomes Carneiro, Luís Tavares Alvarez Pereira, Luís Pinto Serva, Martinho Hunger, Mary L. Clark, Oscar Teixeira Guimarães, Raul Rezende de Carvalho, Ruy Ladislau, Roberto A. Rodrigues, Vicente de Paula Almeida Prado, Vital Pacífico Homem. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 08 de outubro de 1934, número da ordem 15. p.06-07.

¹⁵⁶ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961). Dissertação de Mestrado apresentada a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. 1985. p.63.

o Presidente da empresa. Como podemos perceber pela citação abaixo:

A reunião foi convocada para resolver sobre uma proposta da Diretoria de aumento de capital social e porventura outros assuntos que interessassem a Companhia. A CAIC iniciou os seus trabalhos em outubro de 1934, com o capital de 2.000:000\$000, mas desde logo se verificou que os primeiros negócios excederam de muito as expectativas mais otimistas e que se tornaria necessário elevar seu capital para 4.000:000\$000 o que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 1935. A princípio, quer pelo seu pequeno capital, quer pelas regras da mais elementar prudência, começaram as suas atividades pela aquisição de uma propriedade agrícola em Jaboticabal. A rapidez e facilidade encontradas na venda de pequenos lotes mostraram claramente que haveria toda vantagem em ampliar este ramo das suas atividades, uma vez que o êxito conseguido dava seguras garantias para novas aquisições em maior número¹⁵⁷.

Tomando como exemplo a Ata da Terceira Sessão da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização realizada na data de 25 de junho de 1935 observamos algumas mudanças na empresa, primeiramente que o número de ações havia sofrido um aumento para 7.625 ações no total, além disso, o então presidente da CAIC, o Sr. Gastão Vidigal solicitava renúncia de seu cargo, assumindo assim a presidência da empresa Antônio Prado Júnior, que foi um engenheiro, empresário e político brasileiro. Como vice-presidente também ocorreram alterações, sendo a partir daquele momento o Sr. Alcides Vidigal, advogado, administrador e político brasileiro. Mais uma vez podemos notar a presença de diversas pessoas com as mais variadas formações, entretanto a maioria estava relacionada com os objetivos da empresa ou com a Companhia Paulista.

Ao longo dos anos em que a CAIC se manteve atuando ocorreram poucas mudanças na sua organização inicial, podemos citar que em 1936 foi criada a Seção Bancária e a diretoria sendo reduzida para apenas três membros.

No primeiro relatório da CAIC, após o momento de sua criação, sendo escrito no ano de 1935, são informados que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização:

Obedecendo ao que dispõe o Decreto n.434 de 4 de Julho de 1891, que regula as disposições legislativas sobre Sociedades Anônimas, a Diretoria tem a honra de vos apresentar o relatório dos fatos mais importantes ocorridos durante o ano de 1934¹⁵⁸.

Analisando brevemente o dispositivo citado trata-se de um decreto que regulamentou as diversas diretrizes sobre as Sociedades Anônimas no Brasil, para isso trazendo algumas informações, como: as companhias ou as sociedades anônimas se diferenciariam das demais sociedades por apresentar capital em forma de ações, poderiam ser constituídas sem a

¹⁵⁷ Ata da Sexta Sessão da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. 08 de janeiro de 1937, p.2-3.

¹⁵⁸ Relatório n.01 para a Assembleia Geral Ordinária. 23 de março de 1935. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.01

autorização do Governo. Seu capital poderia ser composto por dinheiro, bens ou direito. As companhias deveriam ter por obrigações possuir um livro de registro com termo de abertura e encerramento, onde deveriam apresentar o nome de cada acionista com suas respectivas ações. Além disso, seria permitido que tais sociedades pudessem contrair empréstimos no Brasil ou fora dele. Desta forma, podemos compreender que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização seguiria as diretrizes do decreto referente à consolidação das sociedades anônimas, entretanto a própria CAIC também apresentava suas regras no que tange à imigração e colonização. Merece destaque mencionar que para o angariamento de trabalhadores, tanto imigrantes, como nacionais, a companhia criou agências no Brasil, como também em outros países da Europa que realizaria as funções de selecionar e contratar trabalhadores.

No primeiro relatório nos são informados que a empresa teve um aumento de seu capital para 9 mil contos de réis, o que auxiliaria na aquisição de novas terras, sendo que ao mesmo tempo continuavam-se as ações na compra, retaliação e vendas de terras de áreas decadentes. Também se mencionam que estavam em vigor alguns negócios da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, antecessora da CAIC, tais empreendimentos tratavam-se de transformações de antigas fazendas de café em núcleos coloniais como Cravinho e Ribeirão Preto. Foi totalmente vendido o Núcleo “Monte Belo” promovendo-se neste momento a venda da Santa Fé, ambos pertencentes à Companhia Agrícola Chimbo-Razo, que desses serviços havia incumbido a Companhia¹⁵⁹.

No mesmo ano também foi adquirida por meio do Banco do Estado a Fazenda Santa Joana, localizada na época na Vila do Córrego Rico, tendo área aproximada de 260 alqueires pelo valor de 264:268\$000.

Logo após a sua instituição a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização assinou um contrato com a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo para a entrada de 10 mil trabalhadores nacionais de diversas regiões do país. Os responsáveis pela seção de Imigração continuavam a estudar e analisar um plano de colocação no estado paulista de diversas famílias europeias, que pagando seus próprios transportes poderiam trazer consigo capital para se instalarem em terras adquiridas por estes. Cabe destacar que o Diretor-Gerente da CAIC realizou diversas viagens pela Europa com este objetivo, e mais uma vez a Companhia deixava nítido a intenção de angariar apenas imigrantes de origem europeia.

Também podemos encontrar no Relatório referente ao ano de 1934 o Balanço Geral de

¹⁵⁹ Relatório n.01 para a Assembleia Geral Ordinária. 23 de março de 1935. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.04

despesas da CAIC, que se encontra organizado em tabelas abaixo.

Tabela 2.1: Balanço Geral das Despesas da CAIC referente a 1934

Ativo	Valor
Acionistas c/ Capital	1.883:800\$000
Fazenda Santa Joana	264:268\$000
Móveis e Utensílios	13:590\$000
Gastos de Instalação	36:410\$000
Despesas	Valor
Ordenados	5:056\$800
Honorários	6:833\$300
Gastos Gerais	3:959\$410
Aluguéis	900\$000
Comissões	200\$000
Juros e Descontos	\$700
Custeios: Faz. Santa Joana	481\$500
Contas Correntes diversos devedores	397:197\$000
Caixa (a favor da Companhia)	7:012\$000
Banco de São Paulo	12:006\$300

Fonte: Confeccionada de acordo com os dados obtidos em: Relatório n.1 da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, 23 de março de 1935, p.13

Por meio da tabela confeccionada acima podemos compreender que no ano de 1934 o investimento da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização ainda se encontrava muito pequeno, possivelmente, pois ainda estava fazendo a transição para uma empresa com objetivos e aquisições maiores, agora tendo a Companhia Paulista como mandante o que de certa forma, aumentaria seu capital, já que lucraria tanto com a introdução de trabalhadores como também com a venda de lotes de terras. Destaca-se que nas Atas das Assembleias Gerais era constantemente reclamado pelos diretores acerca da necessidade de aumento de capital da empresa.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização realizava algumas reclamações da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo, principalmente na questão que envolvia

pagamentos. Nas reclamações estavam presentes a demora de pagamento da introdução de nacionais, alegando que conforme disposto por lei a Secretaria teria um prazo de 60 dias para pagar a Companhia, caso contrário seria aplicado multa de 10%, no que tange ao angariamento de imigrantes. Desta forma, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização exigia que o mesmo critério fosse aplicado em relação à introdução de nacionais. Uma documentação¹⁶⁰ encontrada por Giani Vendramel de Oliveira demonstra a insatisfação da CAIC com as ações da Secretaria de Agricultura, ameaçando até mesmo parar os seus serviços na década de 1930.

Outra reclamação que envolveu a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização foi feita pelo administrador de uma fazenda o Sr. Armando Pederneira. Segundo ele, a empresa estaria, mais precisamente no ano de 1935, colaborando para que colonos teuto-russos fossem insubordinados e desobedientes em relação à administração da fazenda Figueiras, em Marília, o que gerou até mesmo uma “revolta” por parte dos imigrantes. A reclamação foi levada a Diretoria de Terras e Colonização, que alertou a CAIC sobre o ocorrido, mais precisamente o Sr. Heitor Freire de Carvalho, que alegou que desconhecia a acusação, além de mencionar que o Sr. Armando tinha interesse em um cargo na Diretoria de Terras que seria destinado a ele.

2.2 Seção de Imigração: trabalhadores estrangeiros e nacionais

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização continuaria com a sua seção de Imigração, sendo que “incumbiria aos Diretores Técnicos à gestão das seções especializadas, que a cada um competir, executando, e desenvolvendo os planos e projetos aprovados pela Diretoria, tendentes a realização dos objetivos da Companhia”¹⁶¹. Ficaria encarregada por liderar a seção de Imigração, seção esta não apenas responsável pela introdução de imigrantes, mas também de trabalhadores nacionais, o Sr. Attilio Fávero.

Para a confecção deste tópico utilizaremos a documentação encontrada no Centro de Memória da Unicamp. Entretanto alertamos ao leitor que se trata de uma documentação não muito organizada, sem grandes cuidados, disponibilizadas em caixas em que a sua grande maioria não se encontra indicações de que se trata dos arquivos da Companhia de Agricultura,

¹⁶⁰ Trata-se novamente de uma documentação que não se encontra mais presente nos arquivos consultados por esta autora. Sendo Carta enviada a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 15/01/1938, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 06, p. 452.

¹⁶¹ Relatório n.01 para a Assembleia Geral Ordinária. 23 de março de 1935. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.05

Imigração e Colonização. Desta forma, utilizaremos as Atas das Assembleias Gerais que constam de 8 de outubro de 1934 a 8 de Março de 1950, como também os Relatórios para a Assembleia Geral Extraordinária que infelizmente não se encontram em sequência anual, apenas temos os períodos de 1935 a 1941, e depois de 1943, 1945, 1947, 1949. Infelizmente não encontramos todos os volumes, nem mesmo no Arquivo Público do estado de São Paulo. Ao consultar os responsáveis pelos arquivos o motivo da ausência, estes não souberam responder.

Mencionamos a importância destas Atas e destes Relatórios para o entendimento dos objetivos da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, como também suas ações práticas no que tange aos setores de imigração e colonização. Os Relatórios da CAIC tem aspecto de pequenos livros, com suas páginas já amareladas pela ação do tempo, tendo em média uma a duas páginas referente aos trabalhos na seção de Imigração, sendo as demais acerca da seção de Colonização, desta forma, inicialmente se concentrando mais ainda nos trabalhos de Colonização.

A documentação utilizada para elaborar este tópico não é a mesma que utilizaremos no terceiro capítulo, pois apesar de ser a mesma empresa, são documentações distintas. Desta forma, a utilizada neste item trata-se de uma documentação mais burocrática, oficial, com a intenção de explanar em algumas páginas o que a empresa fazia para determinando público, enquanto os documentos encontrados no Arquivo Público do estado de São Paulo referem-se às cartas, ofícios que a empresa recebia no seu cotidiano, tanto em relação ao Brasil como a outros países.

Inicialmente, para a introdução de imigrantes haveria alguns requisitos a serem seguidos, estipulados pela própria empresa: “há três categorias de imigrantes a introduzir neste estado: os que dispõem de recursos para, logo no início, se tornarem proprietários, os que têm, mas ainda insuficiente, para tal aquisição, necessitando de completá-los trabalhando, durante certo lapso de tempo, na lavoura, e finalmente, os que chegam de todo desprovidos de recursos e por alguns anos devem trabalhar na agricultura, até a obtenção de pecúlio necessário¹⁶²”.

Com isso podemos compreender que além da introdução de braços para a lavoura a companhia buscava um negócio mais lucrativo ainda, a venda de terras a estes estrangeiros, o que diretamente auxiliaria no processo de colonização e na abertura de novas áreas. Destaca-se que na documentação consultada não encontramos indícios de que a CAIC vendeu terras a

¹⁶² Carta enviada ao Sr. Cônsul Real da Dinamarca. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, Outubro de 1935. Número de ordem 24.

nacionais.

Para a vinda tanto de estrangeiros como de nacionais a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização firmava acordos com a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. Havia alguns requisitos necessários para a introdução de trabalhadores: ser obrigatoriamente de profissão agrícola, constituídos em famílias, tendo cada família no mínimo três pessoas válidas de 12 a 50 anos, entre pais e filhos, sendo pelo menos duas dessas pessoas aptas para o trabalho agrícola, observando o disposto na alínea “k” do artigo 137 da Constituição da República¹⁶³. Segundo o item “k” do artigo 137 ficava proibido o trabalho aos menores de quatorze anos, o trabalho noturno aos menores de dezesseis anos e a proibição de emprego em indústrias consideradas insalubres aos menores dezoito anos e as mulheres.

Através do Relatório da CAIC¹⁶⁴ referente ao ano de 1935, a empresa firmou contrato com a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo no respectivo ano para a vinda de trabalhadores imigrantes, sendo iniciados os trabalhos acerca da entrada de estrangeiros, com um total de 411 imigrantes europeus, em que não são mencionadas as nacionalidades, apenas o fato de serem europeus, o que a Companhia deixava claro a sua predileção por esta origem. Sobre os trabalhadores nacionais, a empresa por meio de seu Relatório menciona que também iniciou um contrato com a Secretaria para a vinda destes trabalhadores, sendo no período de 1935, entretanto não é mencionado no relatório o valor angariado.

No relatório referente ao ano de 1936¹⁶⁵ a empresa angariou o total de 238 imigrantes europeus, sendo já integrado na lavoura paulista, além disso, o documento traz outras informações relevantes, como o fato da CAIC estar no período em contato com a Secretaria de Agricultura para a introdução de imigrantes europeus, e o apoio que recebeu dos secretários da Agricultura, os Srs. Adalberto Bueno Netto e Luiz de Toledo Piza Sobrinho, que segundo os redatores dos relatórios, os senhores citados foram os responsáveis pelo retorno do processo de imigração subvencionada pelo estado paulista. Por meio da ação a empresa iniciou seus trabalhos entrando em contato com diversos governos europeus, como os governos da Dinamarca, Letônia, Lituânia, Romênia.

Também foram abordadas no presente relatório as dificuldades que a CAIC enfrentava

¹⁶³ Contrato assinado entre a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização e o Governo do estado de São Paulo para a introdução de trabalhadores. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 07/04/1938. Número de ordem 37, p.01.

¹⁶⁴ Relatório n.1 da Diretoria da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Empresa Gráfica da Revista de Tribunais. São Paulo. 1935.

¹⁶⁵ Relatório n.2 da Diretoria da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Empresa Gráfica da Revista de Tribunais. São Paulo. 1936.

para a introdução de imigrantes europeus:

As condições econômicas e políticas da Europa têm entravado bastante os esforços da CAIC e impediram que as correntes imigratórias tomassem o vulto que se desejava e de acordo com as necessidades da agricultura paulista. Diante do estado de inquietação de quase todos os países do continente europeu e do entrelaço de ideias das mais avançadas e perigosas, e ainda das questões raciais surgidas ultimamente em várias nações, a ação da CAIC nesta esfera terá de realizar-se com extremo cuidado e redobrada cautela. É indispensável que os elementos que ela venha a trazer para o Estado sejam fatores que concorram para o nosso progresso e não elementos de perturbação e distúrbio¹⁶⁶.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização encontrou diversas dificuldades para angariar trabalhadores imigrantes para o território brasileiro. Primeiramente, uma das maiores dificuldades encontradas era o cenário internacional em que atravessava a Europa, como muitas vezes a empresa deixava claro que buscava o imigrante europeu, ao longo da década de 1930 a Europa enfrentava diversas dificuldades, problemas econômicos, ascensão de regimes fascistas e nazistas, o que trazia diversos obstáculos para as ações da CAIC neste continente. Desta forma, acreditamos que devido a estes fatos a empresa acabou por recorrer ao braço nacional, que estava mais próximo do estado paulista.

Além disso, como a própria CAIC explica em seu relatório, buscava trabalhadores que auxiliassem no progresso do país, ao mesmo tempo em que recusava e limitava a vinda de pessoas que pudessem causar qualquer desordem a ordem nacional, segundo a política imigratória brasileira. Neste aspecto de desordem nacional, sabemos que durante o Governo Vargas e o Governo Dutra havia certa contrariedade à entrada de pessoas que pudessem estar relacionadas a regimes comunistas e socialistas, embora fosse um critério que não ficasse exposto em decretos e leis, existia esta restrição. Como veremos mais adiante, a CAIC buscou angariar imigrantes principalmente do Leste Europeu, como dos países Lituânia, Letônia, Romênia.

No mesmo relatório menciona-se outra dificuldade encontrada pela Companhia:

Outra causa que dificulta bastante à vinda de imigrante europeia está sem dúvida, nas elevadas taxas alfandegárias estabelecidas pelas empresas de navegação, tarifas estas grandemente agravadas pela nossa situação cambial. Diante do que acima ficou exposto, apelamos então, para o trabalhador nacional de outros Estados, de onde foi possível trazer elevado número de braços para São Paulo. Até Fevereiro foi de 8.960, o número de trabalhadores nacionais encaminhados para São Paulo pela CAIC, como demonstra o total de nacionais recebidos nos dois primeiros meses do corrente ano, que foi de 2.838. Assim, num total de 8.960 tivemos que fazer retornar a seus lares apenas 40¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Relatório n.03 para a Assembleia Geral Ordinária. 30 de março de 1937. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.47-48

¹⁶⁷ Relatório n.03 para a Assembleia Geral Ordinária. 30 de março de 1937. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.48

Além do cenário internacional que dificultava as ações da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, também havia as altas taxas alfandegárias estipuladas pelas empresas de navegação, Acreditamos que o capital que a empresa estava em suas mãos não conseguia pagar as altas taxas, e posteriormente, dificultava mais ainda o angariamento de trabalhadores estrangeiros, o que fazia com que constantemente a CAIC reclamasse em suas Atas a necessidade de aumento de seu capital. O que demonstra mais um motivo para a empresa recorrer ao trabalhador nacional, que os números de entrada de nacionais desde a criação da CAIC em 1934 foi o total de 8.960 nacionais, sendo apenas 2.838 nos meses de janeiro e fevereiro de 1934, destes valores apenas 40 retornaram a seus locais de origem.

Sobre isso a CAIC não explica os motivos que levaram o retorno deles, mas acreditamos pelo tudo que foi lido e analisado pela empresa, pelos requisitos presentes nos contratos, e pela seleção que deveria haver em todos os trabalhadores, que se tratavam de pessoas que não se adequavam as regras estipuladas pelo governo federal para a introdução de braços para a lavoura. Ou seja, neste caso não atendiam a idade mínima ou máxima ou até mesmo nos requisitos de saúde, pois era recorrente as reclamações de fazendeiros sobre a “qualidade” que chagavam os trabalhadores nacionais nas fazendas paulistas.

No Relatório número 4 referente ao ano de 1937 realizado para a Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 1938 é mencionado o aumento de capital da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização que no ano de sua criação tinha um capital no valor de 2.000:000\$000 passando para 7.000:000\$000. Sobre os trabalhos na seção de Imigração, o Relatório apresenta os diversos motivos que estavam dificultando a vinda de imigrantes europeus para o estado paulista, como o contexto internacional, afinal estávamos nos aproximando da Segunda Guerra Mundial e a presença dos regimes fascistas e nazistas e as altas taxas estabelecidas pelas empresas de navegação.

Em vista disto, não pode a Companhia fazer a introdução de imigrantes estrangeiros em 1937, continuando a apelar para o trabalhador nacional de outros Estados. Hoje o seu serviço está perfeitamente organizado e sua ação se estende a vários Estados, que nos fornecem bons elementos de trabalho agrícola. Em 1936 havíamos introduzido 6.122 trabalhadores nacionais, número que se elevou a 11.352 em 1937, dos quais 7.922 entre 12 e 50 anos, provenientes por ordem decrescente, dos Estados de Alagoas, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em princípio do corrente ano foi renovado o nosso contrato para a introdução de mais 10.000 nacionais¹⁶⁸.

Como podemos notar, segundo o Relatório, no ano de 1937 a CAIC não conseguiu introduzir nenhum imigrante europeu, não atingindo um de seus objetivos, entretanto como a

¹⁶⁸ Relatório n.04 para a Assembleia Geral Ordinária. 31 de março de 1938. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.12

própria empresa mencionava, teve que recorrer novamente ao nacional, que neste período estava se mostrando uma mão de obra bastante útil para a lavoura paulista. Não apenas os atuais estados que compõe a região Nordeste forneceram seus trabalhadores, mas também estados das atuais regiões Sudeste e Sul. E também, as mesmas seleções que eram estipuladas aos imigrantes deveriam estar direcionadas aos nacionais, principalmente na questão de idade e saúde física e psicológica.

O relatório de número 6 referente ao ano de 1938 não trouxe notícias satisfatórias para a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização em relação ao angariamento de imigrantes, primeiramente no primeiro semestre de 1938 a CAIC conseguiu introduzir um total de 1.011 nacionais, sendo constituído em famílias e que foram embarcadas em vários portos do Brasil. Entretanto seus serviços foram impactados pelo Decreto-Lei n.406 de Maio de 1938:

O governo do São Paulo diante da nova situação criada pelo Decreto-Lei n.406 de 4 de Maio de 1938 que instituiu o Departamento de Imigração e Colonização decidiu como medida de precaução e para melhor estudo dessa situação- suspender a introdução de imigrantes subvencionados, nacionais e estrangeiros, comunicando-nos esta decisão em data de 18 de Junho de 1938. Nenhuma outra medida posterior foi tomada pelo Governo do Estado para restabelecer o movimento dessas valiosas fontes de fornecimento de braços para a lavoura paulista. Não obstante tais fatos, a Companhia continuou mantendo organizada a sua seção de Imigração¹⁶⁹.

O relatório da Seção de Imigração referente ao ano de 1938 encontrado no Arquivo Público do estado de São Paulo traz algumas considerações sobre um novo projeto de adaptação da Seção de Imigração, devido à novamente ocorrer o fim do subsídio por parte do governo paulista no mesmo ano. Desta forma, propõe-se organizar esta seção com um novo sistema de angariamento de trabalhadores europeus e nacionais que apresentem capital para custear sua viagem, como também comprar um lote de terra.

A nova seção receberia o nome de “Imigro-Colonização”, e continuaria com a atuação no setor de Colonização, pois este último setor era o que mais dava lucro para a CAIC. Para os trabalhos de imigração, no que tange ao recebimento das famílias e o seu acompanhamento até São Paulo ficaria encarregado o Sr. Humberto Dubois. E para os trabalhos de Colonização estaria à disposição do Sr. Jonas Lyubomir.

Segundo os pareceristas do Relatório, justificava o novo projeto argumentando que:

Sem causar transtorno a seção de Colonização, possa a nossa seção, de Imigração, ter também uma organização própria de colonização, preparada especialmente para receber e colocar famílias vindas de fora, sendo-nos permitido, para poder manter a seção, transacionar com compradores existentes no Estado, tudo de acordo com as

¹⁶⁹ Relatório n.05 para a Assembleia Geral Ordinária. 20 de abril de 1939. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.10

indicações e planos previamente aprovados por essa Diretoria. A nova Seção-Auxiliar de Colonização precisa visar somente terras situadas nas mediações das nossas principais cidades, facilitando-nos assim a colocação de famílias vindas de fora, e abreviando-nos a sua instrução e preparo para ambienta-las ao nosso meio; movimentando-nos unicamente em velhas propriedades¹⁷⁰.

Com o fim da introdução de imigrantes e nacionais subvencionados por meio do Decreto-lei n.406, além de dificultar as ações ilícitas de pessoas que buscavam angariar trabalhadores, também passava a atuar com maior ênfase nos movimentos que envolvesse a imigração e migração, atitudes que faziam parte do governo centralizador e autoritário de Getúlio Vargas.

Nas Atas das Assembleias do primeiro dia de dezembro de 1938 não são abordados nenhum fato sobre o que foram expostos acima. Torna-se interessante destacar o projeto ambicioso que propunha o Sr. Attilio Fávero, em uma tentativa de salvar a seção de Imigração que já se encontrava paralisada devido aos acontecimentos políticos e econômicos que envolviam o Brasil e os países europeus. Na sua proposta podemos perceber que se pretendia separar a Seção de Imigração da de Colonização, pois afinal a primeira dependia da segunda, que era a que mais gerava lucros a empresa, entretanto segundo Attilio a nova seção de Imigração teria uma subseção de Colonização com objetivos muito próximos da seção de Colonização, talvez por ser um meio de adquirir maior capital para a nova seção, até que esta se estabelecesse com um bom negócio lucrativo no que tange à Imigração.

O relatório número 06 referente ao ano de 1939 pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, continua relatando que se mantinha a suspensão de imigrantes agricultores com as passagens fornecidas pelo Estado. Desta forma, são mencionadas que novamente devido a Segunda Guerra Mundial que assolava o continente europeu, a CAIC se viu obrigada a reduzir suas atividades na Seção de Imigração na tentativa de introduzir famílias de imigrantes agricultores da Europa, que apresentassem capitais para pagarem por suas passagens e pelo menos a primeira prestação de um lote de terra adquirido por estes trabalhadores. Com isso, a empresa achou prudente não iniciar o processo de propaganda para a vinda de trabalhadores.

Entretanto os trabalhos preliminares para receber e colocar convenientemente tais famílias encontra-se sempre preparados de nossa parte, sendo nossa intenção fixa-las nas zonas rurais mais adiantadas do Estado de São Paulo, onde poderão se dedicar, com certeza de sucesso, a policultura e pequena criação, nas proximidades das nossas grandes cidades e centros de exportação¹⁷¹.

¹⁷⁰ Relatório da Seção de Imigração da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização de 1938. In. Arquivo Público do estado de São Paulo, CODASP, 14 de dezembro de 1938. Número de ordem 09, p.01-05

¹⁷¹ Relatório n.05 para a Assembleia Geral Ordinária. 20 de abril de 1939. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.10

A partir do Relatório número 7 referente ao ano de 1940 as informações começaram a serem as mesmas:

Continua suspensa, pelo Governo de São Paulo a introdução de famílias de imigrantes agricultores com passagens pagas pelo Estado, para fornecimento de braços à nossa lavoura – decisão que havia sido tomada em 18 de Junho de 1938, conforme informamos aos senhores Acionistas em nosso Relatório anterior. Além disto, a guerra europeia, com consequente dificuldade de transporte, fez cessar, quase por completo, a introdução de imigrantes em São Paulo¹⁷².

Desta forma, podemos compreender que, a partir do fim do subsídio do governo, as ações da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, no que tange a introdução de trabalhadores tiveram uma drástica queda, chegando ao ponto de os relatórios referentes aos anos de 1945, 1947 e 1949 não abordarem mais a seção de Imigração ficando apenas as seções de Colonização e Financeira.

Muita informação sobre a entrada de estrangeiros, os ofícios, contratos com outros países não foram especificados nestes relatórios pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, o que nos faz compreender que possivelmente a questão de angariar trabalhadores para a lavoura paulista não fosse o negócio mais importante e consequentemente, o mais lucrativo para a CAIC,

Segundo a documentação¹⁷³ consultada por Giani Vendramel de Oliveira que também trabalhou com a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, a empresa solicitou um registro a Diretoria de Terras e Colonização para continuar a operar com a introdução de trabalhadores imigrantes. O documento, escrito por um dos diretores da CAIC a seu então sobrinho, mencionava que havia enviado a documentação necessária para conseguir a autorização para realizar o transporte destes estrangeiros, além disso, aborda a importância de conseguir adquirir um registro juntamente a Diretoria de Terras e Colonização e no Conselho de Imigração e Colonização.

Segundo o artigo 45 do Decreto-lei n.406 de 1938:

Os estados, sociedades, empresas e particulares solicitarão licença prévia ao Conselho de Imigração e Colonização, declarando:

- a) Número e nacionalidade dos estrangeiros que pretendem introduzir durante o ano;
- b) Pontos de embarque no exterior e localidade a que se destinam.

§ 1º - As sociedades, empresas ou particulares provarão ainda que se acham registradas na forma de lei e que dispõem de recursos financeiros¹⁷⁴.

¹⁷² Relatório n.07 para a Assembleia Geral Ordinária. 20 de Janeiro de 1941. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.10

¹⁷³ Infelizmente tal documentação não foi encontrada quando consultada no Arquivo do Centro de Memória da Unicamp, trata-se de Carta enviada a Diretoria de Terras e Colonização, 20/12/1938, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 07, p. 812.

¹⁷⁴ Decreto-lei n.406 de 04 de maio de 1938. In Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização, ano I, n. 1, Janeiro de 1940. p.78

Giani Vendramel¹⁷⁵ continua a relatar no documento consultado que o diretor que escreveu a respectiva carta menciona que um dos seus diretores denominado apenas Heitor, o que acreditamos ser o Sr. Heitor Teixeira de Carvalho, esteve pessoalmente com alguns dos representantes do Governo Federal para abordar a questão de transporte de estrangeiros para o Brasil, além disso, o diretor reclamava da burocracia e das mais variadas dificuldades impostas com este novo decreto para as empresas particulares, termina a carta lamentando que tudo poderia acabar devido a tanta formalidade.

Neste momento que as empresas organizadas no estado de São Paulo com o objetivo de introduzir trabalhadores no território brasileiro deixariam de seguir as ordens, comandos que antes vinham da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo e passavam agora para o nível federal, com a atuação do Conselho de Imigração e Colonização (CIC)¹⁷⁶, órgão criado durante o Governo Vargas.

Sabemos que após este período a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização tentou realizar alguns acordos para a introdução de imigrantes, como suíços no ano de 1939 e também refugiados da Jewish Colonization Association, entretanto não compreendemos por que estes dados não estavam disponibilizados nos Relatórios e Atas das Assembleias da CAIC, apenas encontrados avulsos no Arquivo Público do estado de São Paulo.

Segundo Giani Vendramel de Oliveira, em 1940 a CAIC redigiu uma carta¹⁷⁷ ao então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, onde relatava as dificuldades que a Segunda Guerra Mundial vinha causando não apenas aos países inimigos, mas também a pessoas civis, principalmente a crianças que perderam seus responsáveis e estavam sendo enviadas a outros países. Desta forma, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização ofereceu seus serviços para introduzir no estado de São Paulo crianças vindas da Inglaterra, oferecendo agasalho e tratamento caso necessário, e inserindo estes menores em casas brasileiras ou até mesmo de imigrantes que estivessem vivendo em São Paulo de acordo com a lei. Além disso, a CAIC apelava a Vargas enfatizando as inúmeras vantagens desta ação, em termos humanitários. Entretanto, segundo a Vendramel e os arquivos consultados por esta pesquisa

¹⁷⁵ Infelizmente tal documentação não foi encontrada quando consultada no Arquivo do Centro de Memória da Unicamp, trata-se de Carta enviada a Diretoria de Terras e Colonização, 20/12/1938, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 07, p. 812

¹⁷⁶ O Conselho de Imigração e Colonização (CIC) foi criado através do Decreto-Lei n.406 1938 pelo então presidente Getúlio Vargas, suas funções estavam relacionadas com as questões de imigração e colonização no Brasil.

¹⁷⁷ Documento consultado para a realização deste trabalho, entretanto também não foi encontrado. Cabe destacar que os três documentos utilizados por Giani Vendramel de Oliveira e que não foram encontrados estavam no livro intitulado "Copiador de Correspondências". Carta enviada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 09, p. 698-700.

parece não ter havido nenhuma resposta de Getúlio Vargas.

Segundo Giani Vendramel de Oliveira na visão da CAIC, seu desempenho no setor de Imigração foi satisfatório, a Companhia colocou para a Secretaria de Agricultura que foi a primeira entidade no gênero a reiniciar em 1935 (após uma estagnação de mais de oito anos) o serviço de transporte de famílias de agricultores europeus, destaca ainda que só suspendeu este tipo de transporte por motivos alheios a sua vontade¹⁷⁸. Na documentação consultada, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização quando foi suspendida a subvenção de passagens a imigrantes e nacionais lamenta tal ação e espera um retorno, além de alegar o excesso de burocracia por parte do governo federal. Acreditamos que pelo curto período de tempo que atuou a Seção de Imigração não obteve bons resultados na questão de angariamento de trabalhadores, estando em constantes conflitos com a Secretaria de Agricultura por questões de pagamentos, apesar disso, devemos mencionar que o contexto histórico, político e econômico em que a empresa agiu na vinda de trabalhadores não colaboraram com os seus objetivos.

Utilizando os dados presentes nos Relatórios da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização obtivemos os seguintes números acerca da introdução de trabalhadores realizada pela empresa. No ano de 1935 a Companhia conseguiu angariar apenas 411 imigrantes ao mesmo tempo em que assinou acordo com a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo para a introdução de nacionais. Em 1936 apresentou os números de 328 imigrantes europeus e 11.798 nacionais, podemos notar um elevado número de nacionais se comparados aos estrangeiros. No período de 1937 nos é informado apenas que assinou acordos com a Secretaria de Agricultura para a vinda de nacionais, não mencionando nenhum valor ou saldo. E em 1938 angariou 1.011 nacionais.

Se compararmos esses dados com aqueles presentes no Arquivo Público do estado de São Paulo observamos, que neste último os saldos são superiores, mais bem detalhados, como veremos no terceiro capítulo.

Com o que foi exposto nestes relatórios e também nas Atas das Assembleias, nesta última encontramos quase nenhuma informação sobre a Seção de Imigração, apenas relatos dos trâmites tomados durante a realização das Assembleias, como as pessoas presentes e, em alguns casos, a citação de alguns quesitos que envolviam a colonização realizada pela CAIC, no caso a compra e venda de terras. A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização

¹⁷⁸ OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo migratório no Estado de São Paulo (1928-1961). Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010. p.131-132

realizou algumas ações na introdução de trabalhadores imigrantes e nacionais. Muitas nacionalidades que a empresa se propôs a trazer e conseguiu não foram relatadas nestes arquivos do Centro de Memória da Unicamp, desta forma, ofícios, cartas que demonstram os acordos, as origens destes imigrantes encontram-se no Arquivo Público do estado de São Paulo, arquivos que serão mais bem trabalhados posteriormente.

Embora a CAIC tenha pretendido realizar o angariamento de trabalhadores imigrantes para o estado de São Paulo, esta se viu, devido aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial que assolavam o continente europeu, e juntamente com as altas taxas das empresas de navegação, obrigada a recorrer ao braço nacional. Tal trabalhador apresentou números mais expressivos que os imigrantes, fato que ficou evidente primeiramente pelos relatórios. Também pelo teor das escritas dos relatórios que o nacional não era a primeira opção de trabalhador que a CAIC pretendia introduzir, havia uma preferência pelo imigrante europeu.

Devemos e enfatizar que a trajetória da Seção de Imigração da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização foi interrompida devido a vários fatores. Primeiramente pelas dificuldades com a Segunda Guerra Mundial, mas principalmente pelo fim do subsídio da entrada de imigrantes e nacionais, e com isso a adoção de uma política migratória centralizadora e restritiva que perpassou para as companhias particulares, tendo naquele momento de seguir várias diretrizes estipuladas pelo governo federal, o que segundo seus diretores seriam uma grande burocracia que dificultava o trabalho da CAIC. Mas apesar dessas dificuldades ela conseguiu agir por um período de tempo na introdução de trabalhadores no estado de São Paulo, auxiliando os fazendeiros, como também colaborando para seu projeto de colonização, que necessitava de capital humano, e que ganhou grande destaque.

2.3 Seção de Colonização: Da grande à pequena propriedade

Antes de iniciarmos a análise dos trabalhos de colonização da CAIC, devemos discutir alguns conceitos como “colonização” e “colonos”. Inicialmente desde o século XIX observamos na historiografia a presença de empresas privadas que realizavam o papel de colonização em terras brasileiras, mesmo durante a República, tal evento não desmotivou as empresas particulares de agirem neste setor, o que vai perdurar até meados do século XX se mencionar como exemplo, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização.

Segundo Fernando de Souza¹⁷⁹ o termo “colono” passou a fazer parte do nosso vocabulário a partir do século XVII, e a palavra como “colonização” surgiu e foi utilizada no período de 1836. Para Souza colono seria aquela pessoa que emigraria para povoar e habitar uma terra estranha por meio da ação do Estado, de uma empresa ou até mesmo de um proprietário de terra. Desta forma, haveria colonos portugueses no território brasileiro desde 1500. Entretanto não devemos considerar colonos todos que saíram antes de 1822 para virem ao país, pois grande parte não estaria relacionada à agricultura e nem financiados pelo Estado ou particulares. Podemos considerar que a colonização do território brasileiro se iniciou com os portugueses que vieram com o objetivo de se destinarem a agricultura e foram introduzidos tanto pelo Estado quanto por empresas particulares. Entretanto nem todas as pessoas que vieram para o país poderiam ser consideradas como colonos.

Para Fernando Novais A. Novais¹⁸⁰ colonização seria ampliação de espaço, processo que envolveria fatores como ocupação, povoamento e valorização de terras, estando intimamente ligada a criação de colônias. Desta forma, em São Paulo também ocorreu o processo de colonização, por meio da ocupação de áreas “inabitadas” onde eram destinadas a imigrantes e se tornavam núcleos coloniais. Ao longo do estado encontramos diversos núcleos, como o da atual cidade de Bastos que fora núcleo colonial de japoneses no início do século XIX, o distrito de Varpa de colonização leta que se localizava próximo à cidade de Tupã. Para Antônio Prado “deve-se a colonização particular o desenvolvimento da lavoura cafeeira em São Paulo¹⁸¹,”

Entretanto, devemos mencionar que durante o Império a colonização se destacou como sendo algo dirigido pelo governo imperial e que atraía imigrantes com a aquisição de terras por parte destes. Diferentemente o atual estado de São Paulo teve sua imigração para atender os objetivos dos fazendeiros paulistas, com isso os imigrantes eram vistos como mão de obra e não pessoas que fariam parte do povoamento.

Desta forma, observamos nas primeiras décadas que marcaram a independência do Brasil uma política que visava buscar povoar o território brasileiro para isso utilizando o dinheiro que era empregado na imigração, como também os estrangeiros e ao mesmo tempo em que se criavam núcleos coloniais, que viriam a se tornar fornecedores de mão de obra para

¹⁷⁹ SOUZA, Fernando de. Os portugueses. De colonos a imigrantes. DE COLONOS A IMIGRANTES: (E)MIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL. José Jobson de Andrade Arruda / Vera Lucia Amaral Ferlini / Maria Izilda Santos de Matos / Fernando de Sousa (orgs.) São Paulo: Alameda, 2013

¹⁸⁰ NOVAIS, Fernando A. Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1969, p.242

¹⁸¹ PRADO. Antônio. Notas sobre a colonização em São Paulo. Revista do Brasil. São Paulo, Vol. XXV-número 99, Ano VIII- Março de 1924, p.195.

a lavoura paulista. E cabe destacar ainda que, a política imigratória brasileira deste período visava os europeus, seja como mão de obra, seja para formação de núcleos coloniais, principalmente no caso do estado de São Paulo.

Entretanto, para Paulo Cesar Gonçalves, no Brasil, a colonização não estava associada diretamente à mão de obra ao menos até meados do século XIX, quando se proibiu o tráfico de escravos e se aboliu a escravidão. Mudança que se tornou evidente, em termos práticos, com a definição da política imigratória brasileira, sobretudo paulista, que privilegiou a importação de braços para a lavoura exportadora em detrimento da vinda de colonos e a criação de núcleos coloniais para povoamento e ocupação de terras de forma produtiva. O próprio uso do termo colono na legislação brasileira e no cotidiano atlântico merece estudo aprofundado devido à sua dubiedade: invariavelmente, referia-se tanto àqueles que se dirigiam aos núcleos coloniais quanto aos que trabalhavam na grande lavoura cafeeira¹⁸².

Segundo o que será exposto neste capítulo acerca do papel da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização aqui chamaremos de colono os novos proprietários de terras em núcleos coloniais, e que de certa forma, contribuíram para o desenvolvimento da lavoura paulista. Como podemos perceber o processo de colonização só ocorreu por meio do deslocamento de pessoas, neste caso, através da imigração que veio para o Brasil. E neste processo de colonização podemos contar com os trabalhos realizados pela CAIC.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização era composta também pela Seção de Colonização, que funcionava juntamente com a de Imigração, podemos dizer que este setor, a Colonização, foi o que mais rendeu capital para a empresa, além de receber grande atenção por parte da companhia, podemos comprovar este fato pela atenção que a empresa dava a esta seção em seus Relatórios, além da questão já mencionada, do capital.

Primeiramente por meio da Crise de 1929 que levou a inúmeros fazendeiros a falência, a CAIC conseguiu adquirir diversos lotes de terras, que através de seu retalhamento se transformavam em pequenas propriedades que posteriormente, eram vendidas para estrangeiros. Mais uma vez destacamos que na documentação consultada não encontramos indícios de que a companhia vendeu suas terras aos nacionais, para a venda esta priorizava o comprador e colono imigrante.

Segundo Honório de Souza Carneiro a CAIC foi uma das mais importantes nesse sentido, quando as mudanças na economia forçaram uma mudança de atitudes dos

¹⁸² GONÇALVES, Paulo Cesar. Presença portuguesa no Brasil: uma abordagem histórica dos conceitos de colono, imigrante e emigrante. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias (orgs.). Deslocamentos: desafios, territórios e tensões. São Paulo: e-Manuscrito;PIPEq, 2018, p. 41-66. p.46

fazendeiros, e o acesso a terra foi amplamente facilitado por ter se tornado um negócio lucrativo e oportuno. Lucrativo porque havia procura de pequenos lotes por parte de colonos que haviam conseguido amealhar algum pecúlio, e oportuno em razão da Grande Crise responsável pela falência de inúmeras fazendas e consequentemente facilidade de loteamento das mesmas¹⁸³.

Acreditamos que diferente do que expõe Carneiro o acesso a terra no país não foi algo “facilitado”, para se adquirir uma pequena propriedade necessitava-se primeiramente de determinado capital, o que muitas vezes não condizia com a realidade do estrangeiro, o fato fica nítido quando analisamos os planos que a própria CAIC tentava fazer para que o imigrante poder adquirir a terra, ou seja, caso não tivesse disponibilidade de capital no momento, teria que trabalhar determinado período de tempo para consegui-lo.

A Seção de Colonização ficaria responsável pela análise, preparo e divisão das terras para posteriormente, colocá-las a venda. As terras seriam adquiridas pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização após o parecer de três outras seções, sendo estas: Seção Legal, Seção Sanitária e Seção Especializada, que se tratava de subdivisões dentro da Seção de Colonização. Ao adquirir as terras os gastos com a análise dos lotes ficaria sob-responsabilidade dos proprietários das terras, ou seja, dos fazendeiros; no caso das terras pertencentes ao governo, a Companhia arcava com os gastos.

A seção de Colonização também realizava constantemente propagandas com o objetivo de vender terras, eram realizadas tanto no Brasil como no exterior. Sobre o modo de venda desses lotes para as demais pessoas, a Companhia apresentava as seguintes maneiras: a primeira com um compromisso de venda e compra ou, a segunda opção por meio de uma escritura para a venda e compra, onde o comprador pagava uma hipoteca ao antigo dono, além de penhorar a produção do cafezal, sendo que o primeiro modo era o mais aceito pelos compradores. A CAIC demonstrava certa preocupação com o fator de legalidade das terras que buscava comprar e vender, porque durante o período em que atuou havia inúmeros conflitos pela posse das terras, além da atuação dos famosos grileiros nas áreas que não eram imensamente povoadas.

Segundo Giani Vendramel de Oliveira, a divisão de colonização da Companhia deveria tratar: 1º do estudo dos documentos e títulos de propriedades e imóveis a colonizar, fixando o “justo valor” das terras a serem negociadas pela Companhia; 2º examinar e certificar o grau de habilidade das regiões que a companhia destinaria à colonização, de forma

¹⁸³ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961). Dissertação de Mestrado apresentada a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. 1985. p. 84.

a não deixar que Para a realização deste tópico utilizamos tanto as Atas das Assembleias da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização como também e principalmente, seus relatórios. A propaganda da Companhia parecesse enganosa; 3º fazer o levantamento das plantas e projetos de divisão e do preparo dos lotes de terras; 4º organizar e subvencionar, quando possível, um serviço médico-farmacêutico econômico e ao alcance dos colonos, visando manter um bom estado sanitário dos núcleos coloniais; 5º estabelecer vias de comunicação rápida (quando não existissem), com o intuito de colocar as colônias em contatos com os grandes centros consumidores do país, organizando para isto um serviço de transporte a fim de facilitar o escoamento dos produtos das colônias; 6º organizar cooperativas nos núcleos coloniais para a criação de olarias e serrarias; disponibilização de máquinas para beneficiamento dos produtos, tudo para facilitar o desenvolvimento das colônias; 7º criar nos pontos onde houvesse conveniência, armazéns gerais, servindo, além das colônias fundadas pela Companhia, a todos os interessados da região¹⁸⁴. Como podemos perceber, os objetivos da Seção de Colonização eram bastante ambiciosos e de certa forma, lucrativos para a CAIC.

Interessante mencionar que um dos objetivos da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização era vender terras a imigrantes, esse fato tornou-se um dos principais aspectos para que ocorresse a imigração de europeus para o Brasil, por meio de fazendeiros, companhias, legisladores que utilizavam as propagandas para atrair estas pessoas. A própria CAIC fazia este trabalho, utilizava-se de propagandas, de trocas de cartas entre a própria empresa e países como Dinamarca, Letônia, Romênia, desta forma, exaltando seus trabalhos com os países da Europa.

Segundo André Luiz Lanza, o acesso à terra para os imigrantes em São Paulo enquanto política pública sistemática e mais coerente consolidou-se apenas a partir do começo do século XX e somente porque a venda de lotes de terras e estabelecimento de imigrantes em núcleos coloniais tornou-se complementar aos interesses da elite cafeeira. A partir de 1910, o governo estadual passou a incentivar o parcelamento e venda a baixo preço de lotes de antigas fazendas em decadência. A tradicional elite cafeeira beneficiava-se porque preservava as melhores terras para o cultivo do café, ofertava aos estrangeiros aqueles que já não eram propícias para a agricultura de exportação e mantinha os colonos próximos às suas fazendas,

¹⁸⁴ OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961). Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010. p.138-139

reforçando a enorme oferta de mão de obra que se concretizou com a grande imigração¹⁸⁵.

Segundo o que foi exposto acima, podemos realizar um paralelo com o que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização realizava no seu setor de Colonização. Como comentado na citação referente ao parcelamento e preço baixo de lotes de terras, a CAIC realizava este serviço para facilitar que o novo proprietário, no caso um imigrante, adquirisse um lote de terra. Buscava-se o imigrante que primeiramente tivesse consigo uma quantidade de capital a oferecer para adquirir a propriedade, caso não apresentasse a quantia necessária, este poderia parcelar o valor do lote ou trabalhar na agricultura até conseguir adquirir o valor.

Segundo a própria CAIC:

Há três categorias de imigrantes a introduzir neste estado: os que dispõem de recursos para, logo no início, se tornarem proprietários, os que têm, mas ainda insuficiente, para tal aquisição, necessitando de completa-los trabalhando, durante certo lapso de tempo, na lavoura, e finalmente, os que chegam de todo desprovidos de recursos e por alguns anos devem trabalhar na agricultura, até a obtenção de pecúlio necessário¹⁸⁶.

Sobre as terras que seriam adquiridas por possíveis pequenos proprietário, nos relatórios, demonstra que as propriedades a venda localizavam-se preferencialmente em áreas de zonas cafeeiras mais velhas, decadentes, não tão almejadas pelos novos fazendeiros. Entretanto como veremos adiante, tal negócio se expandiu para as demais áreas, exceto a chamada Sorocabana.

Logo no momento de sua criação, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, por meio de sua Ata da Assembleia de 08 de outubro de 1934, relatava que Edmundo Navarro de Andrade, um de seus diretores:

Comunica que para o desenvolvimento de uma das pontas básicas do programa da Companhia procuraria a diretoria do Banco do Estado de São Paulo a quem propuseram a compra de uma de suas fazendas. A fazenda escolhida é muito bem situada, prestando-se admiravelmente a colonização, já pela sua proximidade de centro populoso, já pelas condições com que esta servida pela estrada de ferro e já ainda pela variedade de qualidade de suas terras. Permitindo a Companhia começar imediatamente a realização de seu grandioso plano de colonização em moldes racionais e sob a mais vigorosa e eficiente assistência técnica agrícola¹⁸⁶.

Desta forma, assim que foi reorganizada, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização devido ao pouco capital que no momento possuía adquiriu uma fazenda de um de seus próprios diretores, o que beneficiava também os próprios membros da CAIC, pois uma grande maioria eram homens ligados a terra.

¹⁸⁵ LANZA. André Luiz. De Braços para a Lavoura a Proprietários Rurais? Imigrantes e o Acesso à Terra em São Paulo, 1886-1920. Tese de Doutorado. São Paulo. 2021, p.58

¹⁸⁶ Ata das Reuniões da Diretoria da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp, Livro n.5846/46, 08/10/1934, p.13

Além disso, caso algum proprietário de terra pretendesse transformar sua fazenda em um Núcleo Colonial haverias algumas normas a serem seguidas: a CAIC seria a responsável por procurar realizar a planta da propriedade já com as terras divididas para ser futuramente loteada, tal ação seria realizada conforme as ordens do dono e do administrador da propriedade. Nesta divisão, cada colono deveria receber uma casa contendo um quintal, caso necessário deveria ocorrer reformas para melhor atender aos novos colonos, que também receberiam uma parte de terra para poder plantar aproximadamente cinco mil cafés, uma porção de terra destinada ao pasto e um terreno no tamanho de 10 mil alqueires para plantar qualquer cultura. Por meio desta informação podemos compreender que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização colaboraria para a de núcleos coloniais no estado de São Paulo, ou seja, tinha interesse na criação o que auxiliaria os grandes fazendeiros a terem disponibilidade de mão de obra.

No relatório número 2 da CAIC referente ao ano de 1935 podemos perceber que a empresa adquiriu algumas propriedades, como a Fazenda Santa Joana e conseguiu realizar o retalhamento e a venda de vários lotes. Em dezembro de 1935 foi comprada a Fazenda Barra próxima a Vila do Córrego Rico, na cidade de Jaboticabal sendo a área total de 87 alqueires, tendo todos os lotes vendidos, gastando um total de 80:6283\$700 sobre a aquisição. E por fim neste período foi adquirida a Fazenda Ibicatu, no município de Leme, onde já estavam finalizando a divisão de seus lotes¹⁸⁷.

Apesar de não estarem presentes nos arquivos do Centro de Memória da Unicamp e tais documentos não serem recorrentes, encontramos algumas folhas de pagamento referente ao período de agosto de 1935 sobre trabalhos prestados no Núcleo Colonial de Ibicatú, na cidade de Leme, como podemos notar nas tabelas abaixo.

¹⁸⁷ Relatório n.02 para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, 30 de março de 1936, p.16

Tabela 2.2: Salário De Empregados em 30 de Abril de 1935

Período	Descrição	Salário
Março 29	2 camaradas durante os dias 27,28,29 a 4\$500 para a exploração da nova estrada	27\$000
Abril 22	$\frac{3}{4}$ de dias de um Camarada cortando postes	3\$400
Abril 23	2 camaradas no serviço de cortar postes	9\$000
Abril 24	2 camaradas no serviço de cortar postes	9\$000
Abril 25	2 camaradas no serviço de cortar postes	9\$000
Abril 29	2 camaradas no serviço de cortar postes	9\$000
Abril 30	1 camarada para abrir picadas para contagem de jequitibás	4\$500
	5 dias de um Camarada para preparar e pixar marcos de madeira	27\$000
	Salário ao campeiro João Crepaldi	185\$600
	Ordenado ao Zelador	250\$000
	Gratificação mensal ao zelador	257\$000
TOTAL		469\$650

Fonte: Tabela confeccionada pela autora referente ao Salário de 30 de abril de 1935 do Núcleo Colonial de Ibicatú. In Arquivo Público do estado de São Paulo, CODASP, folhas avulsas. p.19

Tabela 2.3: Núcleo Colonial “Ibicatú” em 31 de Agosto de 1935

Nome	Ocupação	Dias	Unid.	Total
Jonas Lyubomir	Zelador	Mês	-	250\$000
Angelin Camisão	Campeiro	-	-	130\$000
Joaquim Dias	Camarada	11	5\$000	55\$000
Antônio Leonardo	Camarada	24	5\$000	120\$000
Rudolph Neuman Jonas	Camarada	25	5\$000	125\$000
Francisco Oliveira	Carroceiro	11.1/2	5\$000	57\$500
Antônio Camisão	Camarada	7	5\$000	35\$000
João Crespo	Carpinteiro	5	10\$000	50\$000
Christiano Grasi (ao mesmo pela carpa de 973 pés de eucaliptos)	Camarada	7.1/2	5\$000	37\$500
Nicolau Pereira	Carreiro	-	-	70\$000
TOTAL				949\$460

Fonte: Tabela confeccionada pela autora referente a Folha de Pagamento do Núcleo Colonial “Ibicatú” em 31 de Agosto de 1935. In Arquivo Público do estado de São Paulo, CODASP, folhas avulsas. p.20

Tabela 2.4: NÚCLEO COLONIAL DE IBICATÚ

Folha de Pagamento de Outubro de 31-1935

NOME	FUNÇÃO	DIAS	ORDENADOR	TOTAL
Jonas Lyubomir	Despesa de viagem a São Paulo	Mês		250\$000
				133\$000
Sylvio de Oliveira	Fiscal	1 Mês	250\$	250\$000
Francisco de Oliveira	Carroceiro	24	5\$	120\$000
Angelin Camisão	Campeiro	1 Mês	130\$	130\$000
Filho Camisão	Camarada	3	2\$	6\$000
João Crespo	Carpinteiro	24	8\$	192\$000
Filho Crespo	Camarada	3 ½	2\$	7\$000
João da Costa	Carroceiro	25	5\$	125\$000
Filho da Costa	Camarada	3 ½	2\$	7\$000
Antônio Leonardo	Camarada	23 ¼	5\$	116\$000

Rudolf N. Jonas	Camarada	27	5\$	135\$000
Benedicto Brandino	Camarada	19	5\$	95\$000
Irmão Brandino	Camarada	27	2\$	24\$000
Sebastião Prado	Camarada	6 ½	5\$	32\$500
Benedicto Martins	Camarada	4	5\$	20\$000
José Bernardo	Camarada	3	5\$	15\$000

Fonte: Tabela confeccionada pela autora referente a Diário da Semana do Núcleo Colonial de Ibicatú. In Arquivo Público do estado de São Paulo, CODASP, folhas avulsas. p.21

No diário da Semana¹⁸⁸ do Núcleo Colonial de Ibicatú referente ao período de 31 de dezembro de 1935 encontramos algumas profissões e serviços realizados neste núcleo colonial, primeiramente foram utilizada recorrentemente a palavra “camarada” para relegar algumas funções como: passar carpideira no café da fazenda, carpir o café, servente de pedreiro, além da presença de outras profissões como: pedreiro, carroceiro, e um “menino” que realizava diversos serviços na fazenda.

As tabelas encontradas no Arquivo Público do estado de São Paulo trazem algumas informações relevantes para se compreender os trabalhos exercidos nestes núcleos coloniais, primeiramente pela descrição dos nomes não sabemos exatamente a nacionalidade destes trabalhadores, acreditamos que havia junto com imigrantes a presença de trabalhadores nacionais, apesar de não estar localizada numa área cafeeira velha, estando precisando na zona Paulista, a fazenda Ibicatu poderia também utilizar a mão de obra nacional, pois a própria empresa angariava estes trabalhadores.

Com efeito, o trabalhador nacional foi intensamente solicitado na área mais velha, processando-se o ajustamento entre as condições dessa região (desprovida de possibilidades alternativas quanto ao suprimento de braço) e o ritmo de atividade inerente a uma mão de obra que acedia em engajar-se na lavoura que menos compensação podia oferecer ao trabalho no café, sendo por isso mesmo rejeitada pelo imigrante¹⁸⁹.

Interessante abordar que a profissão “Camarada” apareceu com bastante frequência nestas tabelas, até mesmo descrevendo as tarefas que possivelmente estrangeiros estavam realizando, como no caso citado de Rudolph Neuman Jonas, que possivelmente tratava-se de

¹⁸⁸ Diário da Semana do Núcleo Colonial de Ibicatú. In Arquivo Público do estado de São Paulo, CODASP, folhas avulsas. p.21

¹⁸⁹ BEIGUELMAN. Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. Editora Edusp. 2005. p.144

um imigrante. Entretanto para Paula Beiguelman¹⁹⁰ o nacional era o “camarada” ou em algumas vezes o jornaleiro principalmente nas áreas mais novas, onde os imigrantes ficavam relegados ao colonato. Desta forma, podemos compreender que para a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, o camarada era o imigrante.

O Relatório de 1936 traz informações relevantes sobre os trabalhos de colonização da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, primeiramente são mencionados o quanto o negócio de compra e venda de terras estava sendo vantajoso para a empresa:

A rapidez e a facilidade encontradas na venda de pequenos lotes mostraram claramente que haveria toda vantagem em ampliar mais este ramo das suas atividades, uma vez que o êxito conseguido dava seguras garantias para novas aquisições, em maior número. Além disso, operando em larga escala, ser-lhe-ia possível reduzir o lucro unitário de cada propriedade, diminuindo ao mesmo tempo as despesas de administração com sensível vantagem para os compradores de lotes. Se a crise de café trouxe como consequência a desvalorização de muitas propriedades agrícolas e maior facilidade na sua aquisição, por outro lado o extraordinário surto da cultura algodoeira veio aumentar enormemente a procura de terras apropriadas para o cultivo desta fibra. Assim, oferecia-se uma melhor oportunidade para mais rápida realização do nosso programa, oportunidade que é preciso não desprezar¹⁹¹.

Desta forma, diferentemente da Seção de Imigração que estava no momento enfrentando diversas dificuldades para a aquisição de mão de obra para a lavoura paulista, o setor de Colonização já demonstrava indícios de que teria bons resultados em seus objetivos. Se por um lado à crise de 1929 acabou afetando os trabalhos da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, neste período ela veio auxiliar para uma maior facilidade na compra de terras principalmente, das zonas velhas, que foram grandemente elogiadas pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, terras que apesar de aparentarem estarem esgotadas, com certo cuidado voltariam a produzir novamente, sem mencionar a importância das ferrovias que cortavam a região.

Segundo o Relatório do ano de 1937:

É preciso, entretanto não perder de vista que a chamada zona velha é constituída de terras magníficas, aparentemente esgotadas, mas cuja fertilidade pode ser facilmente restaurada, se lhes der a indispensável assistência técnica. Além disto, toda essa zona é servida por excelentes vias férreas e de rodagem, nas proximidades de grandes mercados consumidores, dispondo ainda de elementos de progresso, higiene e conforto, de que a antiga opulência a dotara¹⁹².

Destaca-se que geralmente as zonas velhas eram relacionadas à ideia de estagnação, de contrariedade ao progresso, o que não atraía tantos imigrantes, estando mais os trabalhos a

¹⁹⁰ BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. Editora Edusp. 2005.

¹⁹¹ Relatório n.03 para a Assembleia Geral Ordinária. 30 de março de 1937. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.34-35.

¹⁹² Relatório n.03 para a Assembleia Geral Ordinária. 30 de março de 1937. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.37.

cargos inicialmente dos escravizados e depois, aos nacionais. Entretanto, acreditamos que esta região era a zona preferida para a compra e venda de terras, muitas vezes não sendo beneficiadas pelos trilhos da Paulista. A CAIC não menciona em seus relatórios e nas atas de assembleias os motivos que esclarecem o porquê de escolher as zonas antigas para esta ação.

Outro ponto analisado neste relatório que merece destaque é a colocação dos ideais da CAIC em relação à colonização de terras feitas por trabalhadores nacionais:

Não são, porém, os nacionais de outros Estados os melhores elementos para recolonizar essas regiões. As suas terras, para remunerar devidamente os capitais e esforços empregados, precisam do amparo de uma organização técnica moderna, constituída sob-base científica e provida de abundantes recursos financeiros. Este programa de restauração econômica vem sendo realizado pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Seu objetivo é a recolonização racional das zonas abandonadas com elementos nacionais e estrangeiros, localizando-os em pequenos lotes de terras e prestando-lhes a mais completa e eficiente assistência agrícola. Para isso, vem adquirindo grandes propriedades rurais, dividindo-as racionalmente e vendendo-as a prazo, com limitada entrada de dinheiro¹⁹³.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização já demonstrou em seus documentos que a primeira opção de trabalhador a ser introduzido nas áreas colonizadoras seria o imigrante europeu, mas, como estava enfrentando dificuldades, se viu obrigada a recorrer ao trabalhador nacional, mesmo não os considerando como a melhor alternativa para realizar seu processo de colonização das áreas mais velhas. Com isso, não são mencionados os motivos para tal opinião, acreditamos que devido a todo o contexto que envolveu o trabalhador nacional no meio intelectual brasileiro a empresa também teria certo preconceito perante a estas pessoas. Além disso, havia a questão de compra de lotes de terras, possivelmente os nacionais não teriam dinheiro suficiente ou parte dele para adquirir uma propriedade, pois não notamos nos arquivos consultados a compra de terras por estes trabalhadores.

Além disso, o relatório da Companhia deixa claro que a empresa se comprometeria a realizar um programa de assistência aos novos compradores, por meio do fornecimento de máquinas agrícolas a um preço razoavelmente baixo ou sob a forma de aluguel.

Desta forma, a empresa alega ter um papel importante na sociedade, pois ao adquirir lotes de terras e vender a outras pessoas, facilitando a aquisição destes lotes a preços baixos por pequenos agricultores, que eram antigos colonos, os fixando a terra e com isso os tornando inimigos das ideias extremistas amplamente combatidas pelo governo federal¹⁹⁴.

¹⁹³ Relatório n.03 para a Assembleia Geral Ordinária. 30 de março de 1937. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.37.

¹⁹⁴ Relatório n.03 para a Assembleia Geral Ordinária. 30 de março de 1937. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.37

Não foram mencionadas quais ideias extremistas foram estas, entretanto acreditamos que seriam os adeptos dos regimes nazistas e fascistas, como também dos regimes extremistas de esquerda.

Para exemplifica traremos um contrato sobre a compra e venda das terras. Trata-se da Escritura de Compromisso e de Compra e venda¹⁹⁵ referente ao Núcleo Colonial Fazendinha, situado na cidade de Descalvado no ano de 1936, vendido ao Sr. Francisco Perini pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, um lote de terra com área de 29,70 alqueires sendo seis prestações a pagar no valor de 5:000\$000 começando no ano seguinte até o período de 31 de agosto de 1942. Caso o comprador queira antecipar o pagamento teria um desconto de seis por cento sobre a parcela. Cabe destacar que não encontramos nos dois arquivos consultados, toda a documentação sobre compra e venda de terras, apenas alguns exemplares avulsos relatando determinadas vendas de propriedades.

Abaixo encontram-se duas tabelas resumindo as propriedades adquiridas pela CAIC e o valor pago por elas referente ao ano de 1936.

**Tabela 2.5: Demonstração das Áreas de Terras das Fazendas aa C.A.I.C
Situação em 31-12-1936**

Fazenda	Município	Vendidos Lotes	Vendidos Áreas	Vagos Lotes	Vagos Áreas	Totais Lotes	Totais Áreas
Santa Joanna	Jaboticabal	25	283.90	4	177.70	29	461.60
Liberdade	Leme	8	374.89	5	111.17	13	486.06
Pau D'Alho	Descalvado	6	987.50	6	114.85	12	1102.35
Barras	Jaboticabal	3	191.75	5	110.25	8	302.00
São Joaquim	São Carlos	6	755.50	1	56.00	7	811.50
Bella Aliança	Descalvado	10	493.15	4	267.00	14	760.15
Serafino	Descalvado	1	20.00	1	20.00	2	40.00
Fazendinha	Descalvado	4	187.00	2	187.00	6	374.00
Tacanha	Descalvado	6	308.10	32	566.00	38	874.10
Santa Maria	São Carlos	1	308.10	32	566.00	38	874.10
SOMA		85	8831.12	85	1226.27	85	5057.39

Fonte: Tabela de Demonstração das áreas de terras das fazendas da CAIC, situação em 31-12-1936. In Relatório n.03 para a Assembleia Geral Ordinária. 30 de março de 1937. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.42

¹⁹⁵ Escritura de Compromisso e de Compra e venda do Núcleo Colonial Fazendinha. In Arquivo Público do estado de São Paulo, CODASP, folhas avulsas. p.15

Tabela 2.6: Demonstração do Custo das Fazendas da C.A.I.C

Denominação	Data	Preço	Escritura	Medição	Preço Total
Santa Joana	30-11-35	263:500\$000	21:694\$400	-	285:194\$900
Ibicatu	18-3-35	510:000\$000	41:088\$600	16:000\$000	567:088\$600
Palmeiras	9-8-35	546:000\$000	41:541\$400	-	587:541\$400
Barra	12-12-35	74:500\$000	6:123\$700	-	80:623\$700
São Joaquim	12-2-36	415:000\$000	31:755\$000	5:212\$000	451:967\$000
Ibijuba	17-2-36	375:000\$000	30:034\$400	5:282\$700	410:317\$100
Bella Aliança	20-3-36	600:000\$000	46:881\$200	5:282\$700	652:163\$900
Cervo	1-4-36	49:788\$000	4:199\$700	-	53:987\$700
Sertãozinho	4-7-36	173:700\$000	13:500\$000	-	187:200\$000
Fazendinha	17-7-36	24:000\$000	2:077\$500	-	26:077\$500
Tabajara	8-7-36	667:100\$000	54:567\$400	7:578\$000	729:245\$400
Santa Maria	1-12-36	460:000\$000	37:313\$800	3:447\$700	500:761\$500

Fonte: Tabela de Demonstração de custos da CAIC. In Relatório n.03 para a Assembleia Geral Ordinária. 30 de março de 1937. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.43.

Por meio das tabelas apresentadas acima podemos notar que o Setor de Colonização da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização se mostrava bastante lucrativo, onde percebemos o aumento de terras adquiridas se compararmos desde o início da empresa. Além disso, as fazendas adquiridas se encontravam em cidades como Descalvado, Jaboticabal, Leme e São Carlos, localizados na zona conhecida como Paulista, claramente por onde passavam os trilhos da Companhia Paulista, o que nitidamente representaria um lucro também para esta última empresa. Além disso, não havia um número de lote estipulado para compra e venda com isso as terras eram vendidas em partes ou em seu total, lotes menores eram mais facilmente adquiridos de acordo com a tabela.

No relatório número 4 de 31 de março de 1938 que aborda o ano referente a 1937 a CAIC adquiriu novas terras, primeiramente na cidade hoje conhecida como Tupã um total de mil alqueires, no mês de fevereiro parte da fazenda Campo Alto em Araras com 237,57 alqueires, no mesmo mês também conseguiu comprar uma propriedade com 245,75 alqueires nas proximidades da capital do estado de São Paulo, servida por três estações da Estrada de Ferro Central do Brasil. Duas propriedades no município de Marília, a primeira com o total de 839,50 alqueires e a segunda 247,50 alqueires. Cabe destacar que nesta área seriam estabelecidos os teuto-russos, que futuramente trariam problemas para a CAIC, no caso um processo do fazendeiro por acreditar que a empresa estaria contribuindo para que estes imigrantes fossem insubordinados e desobedientes.

Neste mesmo ano foram adquiridas a fazenda São José no município de Jaú com área de 186,50 alqueires e em agosto a fazenda Piraju em Ribeirão Preto, servida pelas estações da

Companhia Mogiana e da Companhia Paulista. Em 31 de dezembro de 1937, das terras adquiridas pela Companhia, no total de 10.868, 29 alqueires, tinham sido vendidas 6.504,31 faltando, portanto, vender 4.363, 98 de que uma boa parte foi colocada nos primeiros meses do corrente ano¹⁹⁶.

Tabela 2.7: Demonstração das Áreas de Terras das Fazendas da CAIC

Situação em 31-12-1937

Fazenda	Município	Lotes/Totais	Áreas/ Totais	Lotes/ Vendidos	Área/ Vendidos	Lotes Vagos	Área/ Vagos
Santa Joana	Jaboticabal	25	263,90	25	263,90	-	-
Ibicatu	Leme	87	392,00	84	373,15	3	18,85
Palmeiras	Descalvado	24	1.042,47	22	994,67	2	47,80
Barra	Jaboticabal	3	87,50	3	87,50	-	-
São Joaquim	São Carlos	13	586,47	13	586,47	-	-
Ibijuba	Descalvado	11	400,85	10	390,50	1	10,35
Bella Aliança	Descalvado	18	609,40	17	573,19	1	36,21
Cervo	Pitangueiras	21	46,00	29	39,97	1	6,03
Sertãozinho	Descalvado	1	223,00	1	223,00	-	-
Fazendinha	Descalvado	1	30,00	1	30,00	-	-
Tabajara	Limeira	36	753,00	24	280,40	12	472,60
Babylonia	São Carlos	39	575,00	31	432,60	8	142,40
Loreto	Araras	9	237,57	6	152,48	3	85,09
Ayrosa Galvão	Jaú	36	186,80	20	79,60	16	107,20
Brasília	Piratininga	286	1.430,00	54	142,25	232	1.287,75
Itahym	São Miguel	275	245,75	61	51,75	214	194,00
Guarany	Ribeirão Preto	45	1.671,58	27	1.388,98	18	282,60
Tupan	Marília	183	1.000,00	35	338,00	148	662,00
Victoria	Marília	168	839,50	12	75,90	156	763,60
A.Bastos	Marília	29	247,50	-	-	29	247,50
SOMA		1.310	10.868,29	466	6.540,31	844	4.363,98

Fonte: Relatório n.04 para a Assembleia Geral Ordinária. 31 de março de 1938. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.08

¹⁹⁶ Relatório n.04 para a Assembleia Geral Ordinária. 31 de março de 1938. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.10

Pela tabela acima a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização aumentava cada vez mais suas ações no processo de compra e venda de terras, o que auxiliava no processo de colonização do estado de São Paulo. Podemos notar que adquiriu terras em regiões em que não estavam os trilhos da Paulista, como as regiões Noroeste, Araraquarense, Mogiana. Segundo Carneiro fica evidente que os loteamentos atendiam ao objetivo claro e maior da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que era recuperar regiões decadentes, ou abrir novas áreas de colonização, sempre ao longo dos seus trilhos, ou onde pretendesse levá-los¹⁹⁷. O empreendimento no setor de Colonização claramente atenderia aos interesses de sua mandante e maior acionista, a Companhia Paulista, desta forma, por meio da CAIC a Paulista poderia aumentar o deslocamento de seus trilhos e colaborar com o processo de colonização do estado paulista.

Além disso, notamos mais uma vez propriedades sendo adquiridas pela empresa nas cidades de Leme, Descalvado e Jaboticabal, onde todas ou parcialmente foram vendidas a terceiros, o que contribuiria para aquisição de terras a imigrantes, como também na colonização.

Destaca-se o papel que as ferrovias tinham no auxílio do povoamento das demais regiões paulistas, onde várias companhias colonizadoras, como a CAIC, estavam atreladas aos trilhos das companhias ferroviárias, ou seja, a permanência de ferrovias em alguns locais acarretava a valorização das terras que estavam ao redor, ao mesmo tempo em que promoviam os comércios nas regiões do estado.

Segundo o Relatório referente ao ano de 1938:

Prosseguindo nos serviços de retalhamento de terras, sobretudo de propriedades agrícolas em zonas decadentes, foram adquiridas, durante o ano, mais três fazendas com área total de 3:288,00 alqueires pela importância total de 1.140:042\$100, ficando, assim, as terras adquiridas até 31 de dezembro de 1938, com a área total de 25.579,09 alqueires dos quais tinham sido vendidos até aquela data 12.449,54 alqueires¹⁹⁸.

Desta forma, desde a reorganização da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização a empresa teve os seguintes valores de terras vendidas:

¹⁹⁷ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961). Dissertação de Mestrado apresentada a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. 1985. p.98

¹⁹⁸ Relatório n.05 para a Assembleia Geral Ordinária. 20 de abril de 1939. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.06

Tabela 2.8: Total de Terra vendidas pela CAIC 1935-1938

Período	Total de terras vendidas
1935	719,90 alqueires
1936	3.119,22 alqueires
1937	2.676,19 alqueires
1938	5.945,23 alqueires
SOMA	12.449,54 alqueires

Fonte: Tabela confeccionada pela autora com base no que foi analisado nos Relatórios referentes aos anos de 1935-1938

Observando a tabela acima, tal fato pode comprovar o quanto estavam sendo lucrativos os negócios da CAIC no que tange à compra e venda de terras, agora com maior capital a empresa poderia investir na sua seção de colonização. Além disso, no ano de 1937 por motivos não explicados a empresa adquiriu em menores quantidades propriedades, entretanto voltando a elevar este valor em 1938. Menciona-se que neste período, ano da publicação do relatório mais precisamente em 1939 os serviços de introdução de imigrantes e nacionais estavam parados. Neste ano a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização apresentavam as seguintes propriedades:

Tabela 2.9: Demonstração das Áreas das Terras das Fazendas da CAIC

Situação em 31-12-1938

Fazenda	Município	Área Total	Área Vendida	Área Vaga	Comp.
Santa Joana	Jaboticabal	263,90	263,90	-	28
Ibicatú	Leme	392,00	392,00	-	48
Palmeiras	Descalvado	1.090,27	1.090,27	-	20
Barra	Jaboticabal	87,50	87,50	-	3
São Joaquim	São Carlos	586,47	586,47	-	7
Ibijuba	Descalvado	400,85	400,85	-	8
Bela Aliança	Descalvado	609,40	609,40	-	23
Ibitiúva	Pitangueiras	46,00	46,00	-	42
Sertãozinho	Descalvado	223,00	223,00	-	1
Tabajara	Limeira	753,00	753,00	-	26
Fazendinha	Descalvado	30,00	30,00	-	1
Babylonia	São Carlos	575,00	575,00	-	12
Tupan	Marília	1.000,00	880,20	119,80	27
Loreto	Araras	237,57	194,15	43,42	15

Itahym	Capital	245,75	144,06	101,69	146
Victoria	Marília	829,50	164,90	664,60	256
Brasília	Piratininga	1.430,00	506,25	923,74	164
Ayrosa Galvão	Jaú	186,80	170,15	16,65	21
Guarany	Ribeirão Preto	1.671,58	1.671,58	-	27
Bastos	Marília	247,50	57,75	189,75	3
Cantareira	Pirassununga	373,09	279,68	93,41	12
Boston Cattle	Regente Feijó	11.145,00	2.946,50	8.198,50	87
Sindote	Guariba	2.830,00	371,70	2.458,30	18
Lageado	Capital	24,91	5,22	19,69	19
Vellozo	Regente Feijó	300,00	-	300,00	-
SOMA		52.579,09	12.449,54	13.129,55	1.012

Fonte: Relatório n. 5 para a Assembleia Geral Ordinária. 20 de abril de 1939. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.07

Como podemos notar pela tabela acima os negócios referentes à Seção de Colonização tornavam-se cada vez mais lucrativos, enquanto a Imigração estava paralisada, isto pode ser um indício de que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização tendia mais a ação de colonizadora, abrangendo quase todas as regiões do estado paulista. Além disso, pela tabela percebemos que a CAIC continuava a agir na compra e venda de terras que já apresentavam bastante lucro a ela, como nas cidades de Descalvados, Leme, em que todas as terras foram vendidas, cidades como São Carlos e Limeira também tiveram as propriedades adquiridas sendo todas vendidas.

Devemos mencionar que a partir dos relatórios referentes ao ano de 1939 a descrição sobre a seção de Colonização se tornou cada vez menor, trazendo poucas informações escritas e apenas se resumindo a tabelas.

No ano de 1940 a Seção de Colonização trazia os seguintes dados:

Tabela 2.10: Terras adquiridas pela CAIC entre 1935-1940

Período	Área adquirida
1935	711,90 alqueires
1936	3.119,22 alqueires
1937	2.673,19 alqueires
1938	5,945,23 alqueires
1939	7.727,19 alqueires
1940	14.701,58 alqueires
TOTAL	36.878,31 alqueires

Fonte: Tabela confeccionada pela autora com base no que foi lido e analisado nos Relatórios referentes aos anos de 1935-1940

Como podemos perceber exceto o ano de 1937 que apresentou um valor inferior ao ano anterior no que tange à aquisição de terras, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização aumentava exponencialmente a cada ano a quantidade de alqueires adquiridos. “Nas 33 propriedades adquiridas pela Companhia, na sua grande maioria de terras incultas, ou de muita pequena produção, foram vendidos lotes a 2.319 novos proprietários que a cultivam, com êxito na sua quase totalidade¹⁹⁹”. O ano que teve o maior número de propriedades adquiridas foi em 1940 com 14.701 alqueires valor bastante superior se comparado com o ano de 1935 que foi de apenas 711, 90 alqueires.

Até o que foi exposto neste trabalho, os Relatórios se encontram em ordem de datas, entretanto alguns exemplares não foram encontrados em nenhum dos arquivos consultados, não sabemos o motivo para tal falta de informação, desta forma, o próximo relatório a ser encontrado trata-se do ano de 1943 referente ao período de 1942. Além disso, é necessário mencionar que a partir desta data os Relatórios se resumem em tabelas e pouca informação escrita.

No ano referente a 1942 a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização adquiriu ao todo cinquenta e seis propriedades, na sua maioria tratavam-se de terras incultas ou de pequena produção, sendo negociados lotes a 3.150 novos compradores que já as cultivam com êxito. Abaixo se encontra a tabela sobre o total de áreas vendidas pela empresa.

¹⁹⁹ Relatório n.7 para a Assembleia Geral Ordinária. 20 de janeiro de 1941. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.08

Tabela 2.11: Áreas Vendidas pela CAIC entre 1935-1942

Período	Área vendida
1935	711,90 alqueires
1936	3.119,22 alqueires
1937	2.673,19 alqueires
1938	5.945,23 alqueires
1939	9.727,19 alqueires
1940	14.701,58 alqueires
1941	7.477,87 alqueires
1942	4.469,20 alqueires
TOTAL	48.825,38 alqueires

Fonte: Tabela confeccionada pela autora com base no que foi analisado nos relatórios referentes aos anos de 1935-1942

Pela tabela acima notamos que os negócios da CAIC a partir de 1941 começavam a apresentar um declínio na seção de Colonização, percebemos tal fato pelos números, pois no ano de 1941 as propriedades adquiridas foram reduzidas praticamente pela metade e declinando mais em 1942.

Também encontramos uma tabela sobre as terras loteadas pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização no ano de 1942.

Tabela 2.12: Demonstração das Áreas de Terras das Fazendas Loteadas pela CAIC

Situação em 21-12-1942

Fazendas	Municípios	Área Total	Área vendida	Área vaga	N. Compradores
Santa Joana	Jaboticabal	263,90	236,90		26
Ibicatu	Leme	392,00	392,00		48
Palmeiras	Descalvado	1.090,27	1.090,27		20
Barra	Jaboticabal	87,50	87,50		3
São Joaquim	São Carlos	586,47	549,41	37,06	6
Ibijuba	Descalvado	400,85	400,85		8
Bela Aliança	Descalvado	609,40	609,40		20
Cervo	Pitangueiras	46,00	46,00		42
Sertãozinho	Descalvado	223,00	223,00		1

Tabajara	Limeira	753,00	753,00		25
Fazendinha	Descalvado	30,00	30,00		1
Babilônia	São Carlos	575,00	575,00		20
Tupã	Marília	1.000,00	961,45	38,55	47
Loreto	Araras	237,57	2337,57		17
Itaím	Capital	245,75	231,94	13,81	235
Vitória	Marília	829,50	714,62	114,88	372
Brasília	Piratinga	1.430,00	1.015,61	414,39	242
Airosa Galvão	Jaú	186,80	170,15	16,65	21
Guaraní	Ribeirão Preto	1.671,55	1.671,55	/	27
A.Bastos	Marília	247,50	247,50		18
Cantareira	Pirassununga	373,09	379,09		15
Boston Cattle	Presid. Prudente	11.145,00	11.005,16	139,84	548
Sindote	Guariba	2.830,00	2.830,00		26
Lageado	Capital	24,91	21,74	3,17	93
São Martinho	Guariba/Sertãozinho	7.661,33	6.373,63	1.287,70	228
Santa Maria	Jaboticabal	200,00	200,00		7
Santa Ernestina	Barra Bonita	700,00	671,86	28,14	25
São Clemente	Descalvado	473,32	473,32		8
Carvalho de Araújo	Capital	8,51	7,91	0,50	30
Santa Cândida	Dois Córregos/Brotas	1.627,98	1.230,32	394,66	84
São José	Guariba	1.279,36	1.279,36		24
São José das Correntes	Piratinga	392,23	350,43	41,77	15
C. Araújo	Capital	12,45	9,35	3,10	69
São Luiz	Tupã	150,00		150,00	
Itaím	Capital	43,77	37,74	6,03	95
Serra Alta	Ribeirão Bonito	229,25	229,55		8
Jangada	Birigui	5.191,88	2.160,16	3.031,72	177
Dumont	Rib. Preto/Sertãozinho	6.090,51	6.054,56	35,95	240
Anhumas	Jaboticabal	672,34	672,34		18
Pitangueiras	Pompéia	1.000,00		1.000,00	
Boston	Pres. Prudente	3.500,00	1.952,23	1.547,77	103
Boston	Pres. Prudente	3.000,00	100,00	2.900,00	1

Boston	Pres. Prudente	2.827,00	832,45	1.994,55	65
Barreirinho	Barra Bonita	622,93	662,93	662,93	
Santa Lurdes	Araraquara	286,50	182,86	103,64	5
São Domingos	Ribeirão Bonito	545,50	425,26	120,24	14
Guaricanga	Avai	650,00		650,00	
Palestina	Ribeirão Preto	250,00		250,00	
Restinga	Ribeirão Preto	1.188,33		1.188,33	
Paraíso	Serra Azul	504,12	147,50	356,62	8
São Bento	Ribeirão Preto	643,52	379,03	264,49	15
Santa Maria	Araraquara	333,00	109,00	224,00	3
Cajú	Mogi-Guassu	1.134,00		1.134,00	
Santa Etelvina	Descalvado	552,40	445,60	106,80	8
Escócia	Pres. Prudente	100,00	0,45	99,55	9
Drumond	Pres. Prudente	100,00		100,00	
TOTAL		67.249,32	48.825,38	18.423,94	3.150

Fonte: Relatório n.8 para a Assembleia Geral Ordinária. 15 de março de 1943. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.07

Pelas tabelas acima, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização conseguia adquirir terras para sua compra e venda, atingindo, inclusive regiões que não faziam parte dos trilhos de sua mandante e principal acionista, a Companhia Paulista. Além disso, não havia um tamanho mínimo ou máximo para o lote a ser comprado pelos possíveis donos, desta forma, o que interessava a empresa era obter o seu lucro com este negócio. Podemos notar também que as cidades onde a empresa comumente adquiria terras como Descalvado, Jaboticabal, Leme, Limeira apresentava todas as propriedades vendidas, e se compararmos com as tabelas anteriores estas cidades estão presentes em todos os negócios da empresa, com isso acreditamos que era uma região muito importante para a aquisição de terras pela CAIC.

Nas 67 propriedades sobre as quais a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização exerceu a sua atividade, na sua grande maioria de terras incultas, ou de muita pequena produção, foram negociadas lotes a 4.057 novos proprietários que as cultivam, com êxito²⁰⁰. Pela tabela acima, o ano que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização teve maior lucro na venda de terras foi em 1940, tendo uma queda nos anos seguintes e posteriormente, voltando a aumentar a quantidade de terras vendidas no ano de 1943. As regiões de terras vendidas se estenderam para quase todas as áreas do estado paulista, principalmente nas cidades de Descalvado, Jaboticabal, Ribeirão Preto e Leme, sendo a maior

²⁰⁰ Relatório n.9 para a Assembleia Geral Ordinária. 15 de março de 1943. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.07

concentração de terras vendidas na região Mogiana e Paulista. Além disso, pelo relatório que houve um aumento no número de compradores atingido o total de 4.507 pessoas que adquiriram terras pela CAIC.

O ano de 1946 a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização continua com seus trabalhos de compra e venda de terras, setor que praticamente gerava o lucro todo para a empresa, pois o setor de imigração havia sido paralisado pelo fim do subsídio a imigração, como também pelos acontecimentos políticos e econômicos que envolviam a Europa, principal fonte de trabalhadores estrangeiros para a CAIC, no período em que ocorreu a Segunda Guerra Mundial.

Neste ano a empresa apresentava o total de 79 propriedades, com 4.579 novos proprietários, sendo essas propriedades adquiridas ao longo de várias áreas do estado de São Paulo, principalmente uma grande concentração nas cidades de Descalvado, com 7 propriedades adquiridas com área total de 9.089,99 alqueires e praticamente toda vendida a 64 compradores. Cabe destacar que a maior propriedade adquirida pela CAIC tratava-se da Fazenda Paget na cidade de Fernandópolis na região cafeeira Noroeste com área total de 77.440,00 alqueires²⁰¹. No total temos os seguintes dados de áreas e alqueires vendidos pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização ao longo dos anos, sendo totais de áreas adquiridas 210.210,26 alqueires, destes 86.863,74 foram vendidas a imigrantes.

O relatório número 15 referente ao ano de 1948 encontramos algumas informações sobre o setor de colonização que não encontramos nos demais relatórios. Primeiramente,

Apontamos as dificuldades que então, entravaram o desenvolvimento dos trabalhos da operosa classe dos lavradores, concluindo pela necessidade de grande cautela na administração de nossos negócios. As nossas apreensões nos levaram a reduzir para 10% a taxa dos dividendos a serem distribuídos e a estabelecer seguro critério de economia para, assim, possibilitar maiores reservas para as eventualidades futuras. Aconselhava aquelas práticas, entre outras circunstâncias, a desnordeante queda nas nossas colheitas²⁰².

Desta forma a CAIC começava a enfrentar dificuldades em suas colheitas de café, algodão com caroço, arroz, milho, feijão, batata, amendoim que decaíram ao longo dos anos de 1945-1946, cabe destacar que dentre estas culturas a que menos apresentou um decréscimo foi à colheita de café. Sendo que no ano de 1948 apresentou uma melhora conforme demonstra os dados da tabela abaixo:

²⁰¹ Dados encontrados no Relatório n.13 para a Assembleia Geral Ordinária, 31 de março de 1947. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp p.07

²⁰² Relatório n.15 para a Assembleia Geral Ordinária. 23 de abril de 1949. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.01.

Tabela 2.13: Culturas Produzidas pela CAIC

Cultura	Quantidade
Café	9.479.646 sacas
Algodão com caroço	438.926 toneladas
Arroz com casca	10.781.486 sacas
Milho	1.081.558 toneladas
Feijão	157.236 toneladas
Batata	202.522 toneladas
Amendoim	194.889 toneladas

Fonte: Relatório n.15 para a Assembleia Geral Ordinária. 23 de abril de 1949. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.03

Pela tabela acima notamos que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização também realizava o plantio de diversas culturas no estado de São Paulo. Segundo Honório de Souza Carneiro um dos objetivos fundamentais da empresa foi difundir a policultura, e ela o fez de forma plenamente comprovável. Os Relatórios da Companhia insistem constantemente no sentido social de sua ação, transformando milhares de ex-colonos, em felizes proprietários de um quinhão de terras. E o sucesso dos mesmos foi construído em função da pequena propriedade e da policultura²⁰³. Honório de Souza Carneiro se mostra bastante otimista em relação aos serviços da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, acreditamos que o principal objetivo da empresa, porém, não era difundir a policultura, mas colaborar com o processo de colonização do estado de São Paulo, para isso comprando e vendendo terras, afinal seu outro setor, Imigração, já estava paralisada devido a diversos fatores, sem contar que a Colonização para a CAIC era a mais importante, pois trazia um bom retorno à empresa.

No relatório do ano de 1947 observa-se um grande interesse de pessoas e recursos pelos trabalhos na lavoura por meio do deslocamento do centro urbano para se estabelecerem nas terras para realizarem a atividade da agricultura. Desta forma, no ano de 1947 a CAIC adquiriu uma área de 10.987,56 tendo vendido 4.540,31 alqueires o que se compararmos com o ano anterior demonstra que houve uma queda tanto em áreas adquiridas como em áreas vendidas. Entretanto no ano de 1948 estes valores voltaram a se elevar, tendo adquirido 25.001,69 e vendido 10.331,27 alqueires. Sendo um total de 87 propriedades pertencentes à

²⁰³ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985. p.106

Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização²⁰⁴.

Tabela 2.14: Demonstração de Terras da CAIC em 1948

Denominação	Município	Área Total	Área Vendida	Área Vaga	Compradores
Palestina	Ribeirão Preto	605,00	605,00		13
Restinga	Ribeirão Preto	2.997,41	2.997,41		12
Paraíso	Serra Azul	1.219,97	1.209,83	10,14	10
São Bento	Ribeirão Preto	1.557,32	1.557,32		23
Santa Maria	Araraquara	805,86	805,86		7
Cajú	Leme	2.563,99	2.563,99		17
Santa Etelvina	Descalvado	1.336,80	1.336,80		7
Escócia	Martinópolis	242,00	204,13	37,87	170
Drumond	Oswaldo Cruz	242,00	168,83	73,17	110
São Luiz	Serra Azul	3.438,52	3.438,52		21
Guanabara	Araraquara	1.290,80	1.290,80		5
São Sebastião	Analândia	1.858,37	1.858,37		35
São Francisco	Analândia	1.203,80	1.203,80		7
São João dos Patos	Pederneiras	860,38	644,11	216,27	19
Capitinga	Leme	3.413,89	1.899,45	1.514,44	38
Bom Retiro	São Carlos	6.675,40	4.099,59	2.575,81	7
Boston	Martinópolis	954,69	954,69		21
Pai Cará	Santos	196,95		196,95	
Catingueiro	Serra Azul	856,85	856,85		7
Retiro	Araraquara	8.345,61	2.865,77	5.449,84	8
Santa Maria da Glória	Analândia	274,67	274,67		3
Lunardeli	Catanduva	3.377,33	3.349,70	27,63	18
Calcutá	Lucélia	10.998,90	10.998,00		198
Santa Ana	Lins	2.763,64	2.763,64		17
Águia Virtuosa	Ribeirão Bonito	2.756,38	2.659,24	97,10	16
Santa Fé do Sul	Fernandópolis	1.452,00	801,51	650,49	486
Paget	Fernandópolis	75.998,00	24.685,97	51.302,03	785
Sítio Daré	Macatuba	144,06		144,06	
Urubupungá	Pereira Barreto	4.767,40	4.767,40		1

²⁰⁴ Relatório n.13 para a Assembleia Geral Ordinária. 31 de março de 1947. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.04

Guaiuba	Santos	152,70	0,54	152,16	10
Brasília	Pompeia	3.765,52	2.319,50	1.446,02	80
V. Paulista	Campos do Jordão	121,00		121,00	
São Rafael	Descalvado	1.452,00	1.393,84	58,16	13
Marrecas	Lucélia	8.712,00	7.547,51	1.164,49	105
Santa Cruz	Viradouro	738,10	738,10		1
Terrenos em Adamantina	Adamantina	0,37		0,37	
Marrecas	Lucélia	1.827,74	464,64	1.363,10	11
Santa Maria da Cachoeirinha	Pirajuí	2.879,80	440,44	2.439,36	6
Boa Vista	Cafelândia	2.173,91	2.173,91		22
TOTAL		316.178,99	246.199,51	69.979,48	6.210

Fonte: Relatório n.15 para a Assembleia Geral Ordinária. 23 de abril de 1949. In CAIC, Centro de Memória da Unicamp. p.12

Por meio da tabela acima, se compararmos com os dados anteriores, podemos notar que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização adquiriu poucas propriedades no ano de 1948, apresentando um número superior de terras vagas, o que nos faz acreditar que os negócios de colonização estagnaram para a CAIC. Possivelmente uma explicação para tal fato seria primeiramente o surto de urbanização do Brasil, onde muitas pessoas se deslocaram para trabalhar no setor industrial que agora atraía uma quantidade elevada de pessoas qualificadas. Neste caso podemos citar os imigrantes, que eram os principais compradores de terras da empresa. Além disso, continuava-se a adotar uma política imigratória restritiva e seletiva, no momento em que o governo federal buscava se integrar aos acordos internacionais para a introdução dos deslocados de guerra.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização no ano de 1948 adquiriu terras em cidades que antes não estavam presentes em seus relatórios, como Pompeia, Analândia, Serra Azul, que se localizavam nas zonas cafeeiras Noroeste, Paulista e Mogiana. Destaca-se que apesar da CAIC mencionar em seus relatórios que vendia terras de áreas mais velhas e atendia as demandas dessas regiões, a empresa também adquiriu lotes de terras em zonas novas como a Noroeste, entretanto não observamos por meio das tabelas fornecidas nos relatórios a compra e venda de terras da zona conhecida como Sorocabana.

Ao longo da pesquisa nos arquivos não encontramos os relatórios da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização referentes aos anos de 1949 e 1950, período final desta

pesquisa. Nas Atas das Assembleias não nos foi oferecido informações relevantes sobre as ações da empresa nas suas principais seções. Entretanto Honório de Souza Carneiro em suas pesquisas conseguiu algumas informações, no caso, uma tabela referente ao ano de 1950 de terras adquiridas pela CAIC.

Segundo a tabela²⁰⁵ encontrada pelo autor o número total de áreas adquiridas constitui-se em 740.298,04 hectares, sendo destes 303.648,10 hectares vendidas a um total de 7.561 proprietários. Devemos mencionar que parte da área adquirida, no caso a área de 436.649,94 hectares foi comprada em Três Lagoas, no estado de Mato Grosso, entretanto tal espaço ainda não havia sido vendido até o momento, além disso, seria o primeiro empreendimento da empresa fora do estado de São Paulo.

Se analisarmos os dados presentes nas tabelas referentes às Demonstrações de Terras pretencentes a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização notaremos que as principais propriedades adquiridas pela empresa ao longo dos anos se localizam nas seguintes cidades com suas respectivas zonas cafeeiras: Descalvado (Paulista), São Carlos (Paulista), Jaboticabal (Araraquarense), Marília (Noroeste), Presidente Prudente (Alta Sorocabana) e Ribeirão Preto (Mogiana). Sabemos por meio da documentação que tais propriedades foram vendidas a imigrantes, entretanto não nos são informados dados como nacionalidade dessas pessoas.

Realizando uma breve comparação com o trabalho de André Lanza²⁰⁶, que busca compreender a localização das propriedades agrícolas dos imigrantes, como suas nacionalidades, entretanto em um período anterior ao trabalho desta pesquisa. Para o autor, em 1920 os estrangeiros aumentaram sua participação entre os proprietários do estado, possuindo então 27,3% das propriedades rurais e 13,8% da área total. Esse aumento foi observado em quase todas as regiões. Em 1920, os estrangeiros proprietários ainda estavam concentrados nas zonas cafeeiras da Mogiana, Paulista e Araraquarense. No entanto, em comparação com 1905 houve diminuição da participação dos estrangeiros na Mogiana e na Paulista e aumento para as regiões mais novas da Alta Sorocabana e Noroeste. Enquanto em 1905 17,3% das propriedades de estrangeiros estavam na Central, em 1920 a região abrigava apenas 10,9%. A Mogiana e a Paulista também viram a participação dos estrangeiros como donos de terra diminuir, respectivamente, de 14,1% para 12,9% e de 18,1% para 15,6% do

²⁰⁵ Devemos mencionar que nas pesquisas realizadas não encontramos os dados referentes ao ano de 1950. Tal informação encontra-se em: A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985. p.99

²⁰⁶ LANZA. André Luiz. De Braços para a Lavoura a Proprietários Rurais? Imigrantes e o Acesso à Terra em São Paulo, 1886-1920. Tese de Doutorado. São Paulo. 2021.

total de propriedades de estrangeiros do estado²⁰⁷.

Pelos dados expostos nas tabelas desta pesquisa, acreditamos que se manteve a tendência de aumento dos imigrantes como proprietários de terras ao longo da década de 1930, onde podemos notar a venda de lotes de terras de diferentes tamanhos a terceiros e em várias partes do estado de São Paulo. Entretanto devemos salientar que de acordo com o que foram expostas as principais cidades onde a CAIC adquiriu propriedades e posteriormente, as vendeu se localizaram nas zonas como Paulista, Araraquarense, Mogiana e Noroeste, principalmente a Paulista.

De acordo com Lanza, observou-se em 1920 uma diminuição de proprietários imigrantes na Paulista, porém, na década de 1930 este fato se reverteu, pois a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização tendo como mandante a Companhia Paulista de Estradas de Ferro tenderia a incentivar suas ações de retalhações de terras por onde passavam os trilhos da Paulista. Desta forma, a CAIC colaboraria com os lucros da sua mandante.

O trabalho de Colonização da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização contribuiu para o surgimento de novos municípios como: Santa Fé do Sul, Rubineia, Santa Rita D'Oeste, Santa Clara D'Oeste, Santana da Ponte Pensa e Lucélia, localizadas em áreas mais novas como a Noroeste se caracterizando na maior parte das vezes como algo espontâneo. Entretanto segundo a documentação encontrada por Giani Vendramel de Oliveira, a CAIC por meio de uma correspondência direcionada a Companhia Agrícola Piratininga realizou um acordo para a possível criação de uma cidade denominada Vila Brasília, que se situava nas proximidades da estação de Brasília da Companhia Paulista, o que deixava claro os próprios interesses da Companhia Paulista e como estes eram atendido por meio da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização²⁰⁸.

Caberia a CAIC “a) levantamento de toda área reservada para a futura povoação demarcando-lhe os limites; b) planejar a cidade, com suas ruas e logradouros, obedecendo aos modernos preceitos urbanísticos, quanto á insolação, aeração, higiene e estética urbana; c) executar arruamentos, terraplanagens, etc. bem assim o saneamento urbano; d) instalação de um serviço de águas, fazendo a captação de manancial mais adequado [...] serviço esse que será explorado pela CAP [...] e) trazer luz e força do ponto mais próximo, de acordo com a empresa concessionária, até a praça central da cidade”²⁰⁹

²⁰⁷ LANZA. André Luiz. De Braços para a Lavoura a Proprietários Rurais? Imigrantes e o Acesso à Terra em São Paulo, 1886-1920. Tese de Doutorado. São Paulo. 2021. p.100

²⁰⁸ Carta enviada a Companhia Agrícola Piratininga, 06/07/1937, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 05, p. 129-133. In OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo migratório no Estado de São Paulo (1928-1961). Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010. p.152.

²⁰⁹ Carta enviada a Companhia Agrícola Piratininga, 06/07/1937, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 05, p. 129-133. In OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo migratório no Estado de São Paulo (1928-1961). Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010. p.152.

Pelo documento encontrado por Giani Vendramel de Oliveira, citado acima, todos os requisitos foram rigorosamente pensados e analisados para a construção de uma cidade, desde a demarcação do território que se tornaria o município até as questões de saneamento básico e a organização de iluminação. Entretanto a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização chegou à conclusão de que os gastos com água e luz ficariam num valor exorbitante e propôs que tais gastos como os lucros fossem divididos com a Companhia Agrícola Piratininga. Ao longo da pesquisa, como também dos trabalhos de Giani Vendramel de Oliveira e Honório de Souza Carneiro não foram encontradas outras informações que detalham a criação de uma cidade feita exclusivamente pela CAIC de forma não espontânea.

A presente pesquisa se encerra no ano de 1950 e a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização ainda atuava neste período, com os trabalhos da Seção de Colonização. Em 1958 a empresa passaria por uma mudança em seu nome sendo chamada a partir daquele momento de Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC), o que demonstra uma ruptura definitiva com os trabalhos de introdução de trabalhadores imigrantes e nacionais, deixando claro agora que seria apenas uma empresa relacionada à colonização e aquisição de propriedades. No ano de 1960, pouco antes de ser encampada pelo governo federal, assim como a Companhia Paulista, a CAIC alegava que havia transformado em novos proprietários um total de 11.143 pessoas, sendo que sua atuação estava espalhada por todo o estado de São Paulo, mais precisamente por cinquenta e sete municípios paulista e na cidade de Três Lagoas no estado de Mato Grosso do Sul²¹⁰.

Ao realizar um levantamento das ações práticas da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização nas seções de Imigração e Colonização mencionaremos alguns autores. Primeiramente Honório de Souza Carneiro assevera que a CAIC cumpriu com as finalidades para as quais fora criada, a partir da existência daquele espírito capitalista e empresarial, em São Paulo, o qual foi acompanhado na sua evolução, até a Grande Crise de 1929 e seus desdobramentos. Direta ou indiretamente atuaram o fazendeiro e os capitais dele originados, na formação do “complexo econômico” paulista, no processo de formação da crise interna do café, afetada pelo correspondente externo e na superação dos efeitos da mesma. Nesse sentido a CAIC foi uma das opções de investimento dentro do processo mais amplo que se estabeleceu em São Paulo em função da Grande Depressão. A empresa cumpriu

Destaca-se que tal documento não foi encontrado nos Arquivos visitados para a realização desta pesquisa.

²¹⁰ OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo migratório no Estado de São Paulo (1928-1961). Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010.

seus objetivos, enquanto empresa privada²¹¹.

Acreditamos que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, como também sua antecessora a Companhia Geral atingiu em parte seus objetivos, pois se realizarmos uma comparação com as seções de Imigração e Colonização teve maior destaque e lucro a Seção de Colonização, que praticamente foi a responsável pelos bons resultados da empresa na compra e venda de terras, que auxiliava nos interesses tanto dos fazendeiros como da própria Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Como demonstramos por meio dos Relatórios a Seção de Imigração não trouxe todos os resultados esperados pelo seu idealizador Attilio Fávero, devido ao fim do subsídio à imigração, à política imigratória de Getúlio Vargas e ao desenrolar da Segunda Guerra Mundial.

Segundo Giani Vendramel de Oliveira, dentro do que a CAIC propunha como metas, o setor de colonização lhe propiciou melhores resultados do que o setor de imigração. A Companhia pôde cumprir em grande parte com o que pretendia no setor de retalhamento e venda de terras, atuando em praticamente todas as regiões do Estado e fazendo deste negócio o seu sustento pelos seus trinta anos de existência como empresa privada. Mas provavelmente seu sucesso não seria o mesmo sem a parceria com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro que além de ter injetado capital na empresa, ainda favorecia os seus negócios valorizando os Núcleos Coloniais com seus trilhos²¹².

Concordamos com a menção de que realmente, o Setor de Colonização foi o responsável por trazer bons resultados para a empresa, acreditamos que sem ele a empresa não teria nenhum êxito, e claro, devemos mencionar o papel de destaque da Companhia Paulista, que foi a empresa que demandou capital para a CAIC para que essa pudesse comprar e vender suas terras, ao mesmo tempo em que auxiliava os negócios da Companhia Paulista. Além disso, um dado chama nossa atenção, ao analisar as tabelas referentes à compra e venda de terras, quatro cidades foram as grandes fornecedoras de terras para a empresa, sendo elas Jaboticabal, Descalvado, Limeira e Leme, regiões em que a CAIC desde o início adquiriu terras e depois as vendeu a imigrantes, sendo todos os lotes revendidos. Acerca dessas cidades, Jaboticabal segundo o trabalho de Thomas Holloway²¹³ se encontra na zona conhecida como Araraquarense, sendo uma região intermediária entre as mais velhas e novas zonas do café, além disso, estava bastante próxima a Paulista. Enquanto Descalvado, Limeira

²¹¹ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985. p.128-129.

²¹² OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961). Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010. p.156

²¹³ HOLLOWAY. Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo: tradução Eglê Malheiros-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

e Leme fazem parte da Paulista, possivelmente por este fato estas três cidades apresentavam uma grande quantidade de propriedades compradas e vendidas pela CAIC.

Pelos Relatórios analisados neste capítulo a CAIC não teve tanto êxito na introdução de imigrantes. Embora os relatórios, que se encontram no Centro de Memória da Unicamp, não mencionem, mas encontramos diversas cartas, ofícios sobre a vinda de europeus pelas ações da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. No próximo capítulo, em que trataremos as informações sobre quem eram estes imigrantes, o tema será mais bem explorado. Devemos mencionar também que a CAIC se viu obrigada a optar pela mão de obra nacional quando a introdução de imigrante se mostrou com grandes dificuldades. Pelo tom que foram redigidos os relatórios, a empresa não apresentava como primeira opção a utilização do trabalhador nacional. Entretanto, se analisarmos em quantidade presente nos Relatórios, os nacionais se mostraram em números superiores aos estrangeiros, e vieram para o estado paulista colaborar com a lavoura, substituindo e complementando, quando necessário, o braço imigrante.

CAPITULO III

RECRUTAMENTO DE BRAÇOS PARA A LAVOURA

Neste capítulo final da tese buscaremos trazer ao leitor o debate do período acerca de um elemento de grande importância tanto para a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização como também para a lavoura paulista, o nacional, que foi uma figura de destaque para as ações práticas da CAIC. E também analisar as ações da empresa acerca do angariamento de trabalhadores imigrantes e nacionais no seu dia a dia durante o período de 1928 a 1950.

Analisaremos o debate acerca do trabalhador nacional, elemento importante para as ações práticas da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, sendo que o nacional foi amplamente requisitado para a lavoura paulista, quando os números de entrada de imigrantes decresceram, juntamente com a política imigratória que foi adotada a partir dos anos de 1930, com maior controle e restrição.

Inicialmente serão abordados alguns aspectos da política imigratória brasileira, que influenciaram também a defesa do trabalhador nacional. A importação de imigrantes europeus tornou-se pauta importante nas discussões, a partir da construção mítica de um determinado trabalhador imigrante – o trabalhador ideal – aquele que reunia em si, enquanto agente coletivo, de forma acabada, todas as qualidades do bom trabalhador – sóbrio e morigerado. Elemento capaz de, por si só, promover a recuperação da decadente raça brasileira nos mais diversos aspectos: sangue novo, raça superior (branca), civilizado, disciplinado, trabalhador, poupador, ambicioso. No extremo oposto desse imaginário, como contrapartida, estava o brasileiro – vadio, indisciplinado, mestiço, racialmente inferior. Foi, portanto, da depreciação do brasileiro enquanto tipo social, que emergiu a valorização do imigrante²¹⁴.

Após esta primeira etapa, analisaremos o discurso acerca do trabalhador nacional, como ele era visto pelos intelectuais da época, os motivos que levaram este trabalhador a ser considerado segunda opção para os fazendeiros paulistas. E as mudanças desse discurso a partir dos anos de 1920, período em que temos um declínio do número de entrada de estrangeiros e ao mesmo tempo em que intelectuais, de modo geral, passaram a valorizar a utilização do braço nacional, como também a adoção de uma política de defesa do trabalhador nacional imposta a partir do Governo Vargas. Também discutiremos em quais funções tais trabalhadores eram empregados na lavoura paulista, como também em quais empregos se

²¹⁴ NAXARA, Maria Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional 1870/1920*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 1991, p.76-77

localizavam em outros setores, como ferrovias e na questão da exploração da Amazônia, sendo esta última um meio de realocar a população sertaneja que enfrentava problemas com a seca e impedir estas de irem aos centros urbanos.

No discurso dos fazendeiros estava presente à questão da constante falta de braços para a lavoura, ou seja, havia um preconceito por parte dos fazendeiros em relação ao trabalhador nacional; esse preconceito justificava o discurso da falta de braços de uma maneira qualitativa, isto é, na visão dos proprietários de terras e de seus representantes políticos, o modo de vida do trabalhador nacional não se ajustava às exigências do trabalho organizado²¹⁵.

Desta forma, acreditamos que havia em números suficientes trabalhadores nacionais capazes de suprir a demanda por braços na lavoura. A própria Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização por meio de seus documentos demonstra isso quando angariou diversos nacionais para a lavoura paulista, entretanto tais trabalhadores não apresentavam as características exigidas pelos fazendeiros e intelectuais da época que estavam acostumados com o braço estrangeiro.

O segundo tópico a ser abordado neste capítulo vai demonstrar as ações práticas da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização no angariamento de trabalhadores nacionais. Para isso, utilizaremos os ofícios, cartas, contratos da CAIC que se encontram no Arquivo Público do estado de São Paulo sob a pasta CODASP (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo), relacionada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, nome adquirido pela empresa. Destaca-se que não há uma ordem ou regra para a organização deste arquivo, desta forma, encontramos muitas vezes ofícios, cartas, contratos, documentos em geral misturados entre imigrantes e nacionais.

Também não encontramos resposta plausível para o motivo do arquivo da CAIC estar dividido em dois locais distintos, além de serem arquivos diferentes, o primeiro no Arquivo do estado de São Paulo, com documentos diários da empresa, como cartas ofícios, e do Centro de Memória documentos mais burocráticos, tal acaba por dificultar a tarefa do pesquisador que acredita se tratar de um arquivo extenso, entretanto há muitas informações que se perderam com o tempo, e deixaram lacunas sobre a origem e ações da empresa.

Desta forma, por meio dos documentos trataremos algumas informações que nos ajudarão a compreender como a empresa agia no que tange a introdução de nacionais, em

²¹⁵ GONÇALVES, Paulo Cesar. Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2002.

quais estados, a quantidade de pessoas, as agências criadas para este objetivo, às exigências físicas e psicológicas requeridas pela Secretaria do estado de São Paulo para a vinda destas pessoas.

Finalizando o capítulo analisaremos a introdução realizada pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização de trabalhadores imigrantes. Mais uma vez devemos mencionar que para isso utilizaremos a documentação do Arquivo Público do estado de São Paulo, desta forma, serão empregados os ofícios e cartas entre a empresa e demais países europeus, os contratos entre a CAIC e a Secretaria do estado de São Paulo, destacando as nacionalidades ao mesmo tempo em que buscaremos compreender os motivos que segundo a bibliografia levaram estas pessoas a imigrar, idades, religião e profissão em determinados casos.

3.1 De indisciplinado ao bom trabalhador: o debate acerca do trabalhador nacional

Para se compreender as ações práticas da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização na introdução de trabalhadores no estado de São Paulo devemos analisar uma peça fundamental desse processo, o trabalhador nacional, que ao longo do desenvolvimento da cultura cafeeira trabalhava inicialmente com os escravizados e posteriormente, com os imigrantes, entretanto em números inferiores aos citados.

As razões de pouca absorção, pelo setor cafeeiro, de trabalhadores nacionais são explicadas por várias interpretações que privilegiam diferentes níveis. Graham sintetiza-se para o final do século XIX, houve uma série de razões para explicar as dificuldades e os custos de recrutar mão de obra local para o trabalho nas fazendas de café no fim do século; a prevenção dos fazendeiros contra o trabalho nativo, e especialmente contra os antigos escravizados; a dificuldade e a falta de interesse dos antigos escravizados para adaptarem-se a um relacionamento capitalista de trabalho nas fazendas de café; a dificuldade de atrair trabalhadores livres na agricultura de subsistência para fazerem “trabalhos de escravizados”; a dificuldade de transportar grande número de trabalhadores do Nordeste para o Sul, devido ao inadequado sistema de transporte inter-regional e à resistência dos fazendeiros de cana-de-açúcar e políticos nordestinos contra a transferência em grande escala de mão de obra para fora da região, e finalmente, devido à decisão do governo de subsidiar a imigração

européia²¹⁶.

Durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX predominava no imaginário coletivo a ideia de que o trabalhador nacional era alguém considerado como vadio, indisciplinado, preguiçoso, indolente, racialmente visto como inferior, enquanto ao mesmo tempo valorizava-se a imagem do imigrante como trabalhador ideal para o Brasil.

Segundo Naxara, foi, portanto, da depreciação do brasileiro enquanto tipo social que emergiu a valorização do imigrante. Do ponto de vista daqueles que defendiam intransigentemente a imigração, a desqualificação do brasileiro constituiu argumento importante para a consolidação e justificativa de sua opção. Da mesma forma, a ideia dominante (embora não única) de que não havia trabalhadores com que substituir os escravizados (como se estes não fossem conservar sua existência física após a abolição) e instituir o trabalho livre, apontou a necessidade, aparentemente natural, de promover a vinda de determinados trabalhadores estrangeiros²¹⁷. Cabe ressaltar que como Paulo Cesar Gonçalves²¹⁸ já demonstrou em seus trabalhos havia números suficientes de trabalhadores no Brasil capaz de suprir a tão mencionada “falta de braços”, entretanto tais trabalhadores não apresentavam as características necessárias para os proprietários rurais.

Nas fazendas cafeeiras de zonas mais velhas predominava muitas vezes o trabalho dos escravizados, o trabalhador nacional livre e o imigrante. Segundo os trabalhos de Peter Eisenberg, em São Paulo, a população de escravizados não atingia a cifra de terça parte da população total, sendo que a população livre se apresentava como a grande maioria. O elemento livre nacional tinha grande peso demográfico e participava de diversas maneiras na agricultura de exportação por muito tempo antes da abolição²¹⁹.

No início de 1880, quando aumentavam cada vez mais as pressões pelo fim da abolição e a imigração de europeus ainda não apresentava números volumosos, cogitou-se a utilização do nacional no lugar dos escravizados, segundo Monsma para isso ofertando ao braço nacional uma maior instrução, educação, comunicação, podemos citar como exemplo o senador Joaquim Floriano Godoy que alegava que o nacional se encontrava em elevados

²¹⁶ MORANDINI. Ana Maria Figueiredo. O trabalhador migrante nacional em São Paulo (1920-1923). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade de São Paulo. 1978, p.103-104.

²¹⁷ NAXARA. Maria Regina Capelari. Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional 1870/1920. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1991. p.77.

²¹⁸ GONÇALVES. Paulo Cesar. Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

²¹⁹ EISENBERG. Peter L. Homens esquecidos: Escravos e Trabalhadores livres no Brasil séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p.229

números e apto para os trabalhos que antes foram ocupados pelos escravizados²²⁰. Entretanto, como sabemos, a opção foi à utilização do trabalhador imigrante, desta forma, os fazendeiros importaram milhares de estrangeiros para o trabalho na lavoura paulista.

Peter Eisenberg aponta duas hipóteses para a predileção pelo estrangeiro, uma que atribui o elemento nacional uma incapacidade ou falta de vontade de participar do setor de exportação. Outro aponta as circunstâncias fora do controle do próprio elemento, nacional, que constituíram barreiras insuperáveis, impedindo sua participação na economia do café²²¹.

Vale ressaltar que, segundo Skidmore²²², o volume das populações livres de cor, era visto como insuficiente para atender toda a demanda de mão de obra, ou seja, o grande e rápido desenvolvimento da cultura cafeeira não acompanhava o número necessário de braços, o que resultava numa maior procura por pessoas de outras regiões. Desta forma, o acréscimo do tráfico entre províncias de escravizados que se dirigia a São Paulo após o período de 1850 e consequente à imigração do século XIX juntamente com o desenvolvimento do cultivo do café reforçavam a ideia de necessidade de mão de obra. Entretanto mais uma vez a solução foi recorrer aos imigrantes e não ao nacional, que estava mais próximo.

Na literatura referente ao século XIX encontramos diversos autores que alegam haver número suficiente de trabalhadores nacionais capazes de suprir a falta de braços, entretanto não apresentavam os requisitos, qualidades exigidas pelos fazendeiros. Dentre estes autores podemos citar Paula Beiguelman, onde o trabalhador nacional foi intensamente solicitado na área mais velha, processando-se o ajustamento entre as condições dessa região (desprovida de possibilidades alternativas quanto ao suprimento de braço) e o ritmo de atividade inerente a uma mão de obra que acedia em engajar-se na lavoura que menos compensação podia oferecer ao trabalho no café, sendo por isso mesmo rejeitada pelo imigrante. Tornou-se comum a opinião, obviamente, infundada, veiculada pelos fazendeiros interessados que atribuíam a decadência da região ao braço (deformado pelo sistema) que ela justamente empregou porque já se encontrava em declínio²²³.

Segundo Beiguelman os trabalhadores nacionais eram solicitados com maior frequência nas zonas cafeeiras mais velhas, regiões que não atraíam números elevados de imigrantes, regiões consideradas decadentes, sendo que o fato da região ser vista dessa

²²⁰ MONSMA. Karl. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Paulo: EduFscar, 2021.

²²¹ EISENBERG. Peter L. Homens esquecidos: Escravos e Trabalhadores livres no Brasil séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p.230

²²² SKIDMORE. Thomas. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Companhia das Letras. 2012.

²²³ BEIGUELMAN. Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. Editora Edusp. 2005. p.144

maneira referia-se a utilização do braço nacional. Além disso, nas zonas cafeeiras mais novas, como no oeste paulista, os fazendeiros preferiam os estrangeiros, mas recorrentemente também solicitavam os nacionais para determinadas tarefas. Apesar de não ser o mesmo período, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização buscava agir principalmente nestas regiões que não atraíam mais imigrantes, introduzindo tanto estrangeiros como também nacionais.

No início do século XX o Departamento Estadual de Trabalho trazia em suas publicações a defesa do trabalhador nacional, segundo Alba Maria Figueiredo Morandini²²⁴ que traz em seu trabalho artigo escrito por J. P. Limongi, em que este último defende o nacional como sendo superior ao europeu, devido a ser um excelente trabalhador, apresentando índices de resistência, fidelidade aos diversos compromissos.

Na segunda década do século XX, o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo (BDET) trazia em suas páginas o incentivo à utilização do nacional em terras brasileiras:

Bem sabemos como quão difícil será romper com a soma formidável de interesses egoístas, acumulados por séculos de uma rotina sem generosidade. Mas preferiremos por isso que dia a dia e cada vez mais tudo tenhamos de dever ao trabalho estrangeiro, como outrora devíamos ao trabalho servil, desde a alimentação e o vestuário até os artefatos mais comesinhos, em vez de instituir o trabalho nacional, dignificado e alicerçado sobre aquela larga base de justiça reta e sã providência. E conclui, organizemos o nobre serviço de localização de trabalhadores nacionais, gastando inteligentemente com o encaminhamento e fixação da nossa gente nos milhões de hectares incultos²²⁵

Desta forma, podemos compreender que os Boletins do DET passaram a incentivar a utilização do nacional, visto que havia um decréscimo no número de entrada de imigrantes, e para não afetar a procura por mão de obra passou-se a estimular o braço nacional que estava disponível em nosso país.

A persistência na “mudança de imagem” do trabalhador nacional visto a estereotipação do mesmo em indolente, doente, desambicioso, andarilho, etc que culminaria na imagem formada do Jeca Tatú, pode ser encarada como uma reformulação no modo de utilização da força de trabalho da mão de obra nacional – e com particularidade da provida pelos migrantes – motivada, entre outros possíveis fatores, pela ameaça de esvaziamento do

²²⁴ MORANDINI, Alba Maria Figueiredo. O trabalhador Migrante em São Paulo (1920-1923). Dissertação de Mestrado. Universidade Pontifícia de São Paulo. 1978. p.106

²²⁵ MOTTA, Candido. Localização dos trabalhadores Nacionais. . *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*. Ano VI, n.22, 1 trimestre de 1917, p.09

mercado de trabalho. Convoca-se a reserva para participação no processo de produção²²⁶.

Nas primeiras décadas do século XX observamos uma alteração na imagem acerca do nacional, ou seja, uma tentativa de rever a imagem deste trabalhador, para tal objetivo rejeitando as características que antes os depreciavam. Artigos do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo abordavam a importância da migração de nordestinos para o território paulista, alegando que São Paulo necessitava de braços para a lavoura. Desta forma, era necessário haver uma migração inter-regional de nordestinos, para isso dever-se-ia realizar um acordo entre São Paulo e os estados do Norte com a colaboração do Governo Federal.

Segundo o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo:

Temos, pois elementos para poder fazer juízo do cearense como colono em São Paulo e podemos assegurar que o estabelecimento de uma corrente emigratória de nordestinos do Brasil para o Estado de São Paulo seria uma medida de alcance extraordinário para o nosso futuro econômico²²⁷.

Além deste fato, em que observamos um incentivo a utilização do braço nacional, principalmente da atual região Nordeste, também notamos que nos Boletins do Departamento de Trabalho de São Paulo havia a menção de que a guerra estava ocasionando uma maior atenção relegada a nacional, com a diminuição do número de entrada de imigrantes os fazendeiros ao se verem sem número suficiente de trabalhadores com determinadas qualidades passaram a uma maior utilização do trabalhador brasileiro.

Nos próprios Boletins já se indicavam os caminhos a serem seguidos para a introdução de nacionais no estado de São Paulo:

Um acordo entre São Paulo e alguns estados do Norte sob o patrocínio do Governo Federal- eis a base. O aproveitamento da navegação costeira nacional para o transporte dos colhedores de café, tanto do Norte para o porto de Santos, como do porto de Santos para o Norte- eis o complemento. A garantia de passagem de ida e volta pelo Governo de São Paulo, a exemplo do que se faz com a emigração estrangeira – eis o modo de execução. A garantia do retorno dos colhedores - eis a condição capaz de evitar prejuízos à região de origem dos trabalhadores.²²⁸

O estado de São Paulo iniciava uma política de atração de trabalhadores nacionais a fim de suprir a falta de braços de estrangeiros, utilizando para isso elementos de outras regiões do país, como do atual Nordeste, Norte e até mesmo da região Sul. Para isso seria necessário o estado firmar acordos com as demais regiões, utilizando o aparato de transporte e

²²⁶ MORANDINI, Alba Maria Figueiredo. O trabalhador Migrante em São Paulo (1920-1923). Dissertação de Mestrado. Universidade Pontifícia de São Paulo. 1978. p.109

²²⁷ LEME, André Betim Paes. Contribuição para o estudo da adaptação dos cearenses como colonos como colonos nas lavouras de São Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*. Ano IX, n.34 e 35, 1º e 2º Trimestre de 1920. São Paulo. p.138.

²²⁸ Boletim do Departamento Estadual de Trabalho. Ano VI, n.23, 2 trimestre de 1917- São Paulo, Typografia Brasil de Rothschild, p.282

recebimento que foram muitas vezes usados para a introdução de imigrantes. Cabe destacar que este serviço de introdução de nacionais também foi feito por empresas particulares em diferentes períodos, como a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC).

Entretanto, com o fim do subsídio, as empresas perderam sua autonomia, e o serviço passou a ser realizado pelo próprio governo, principalmente durante a presidência de Getúlio Vargas, que se caracterizou por ser centralizador e autoritário. Para isso criando órgãos que reunissem diversas funções acerca da imigração e colonização, como foi no caso do Conselho de Imigração e Colonização. Também podemos citar a criação, por exemplo, da Inspetoria dos Trabalhadores Migrantes (ITM), ligada diretamente a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. A Inspetoria tornou-se responsável por todas as ações referentes ao encaminhamento de trabalhadores nacionais, o que veio a substituir o lugar das companhias particulares que anteriormente eram contratadas pelo estado de São Paulo.

Desta forma, o nacional foi amplamente requisitado. Inicialmente devido à diminuição na entrada de imigrantes durante as primeiras décadas do século XX, mas também com a adoção da política de defesa do trabalhador nacional imposta pelo Governo Vargas.

Segundo Verena Stolcke, com a mudança de imagem do nacional, os fazendeiros acabaram por relevar os preconceitos que possuíam anteriormente sobre o nacional e valorizavam a força e a lealdade destes trabalhadores. Com o decréscimo da imigração engrandeceu o nacional, como também os salários. O estado de São Paulo, a partir dos primeiros anos do século XX, teve um aumento considerável na entrada de nacionais enquanto diminuía o número de estrangeiros, principalmente com o fim da política de subsídio²²⁹.

Muitos dos nacionais que se dirigiam ao estado de São Paulo tinham procedência da atual região Nordeste, devido principalmente a recorrente problemática que envolvia a seca naquela área e que poucas medidas eram realizadas para resolver este problema. Além disso, era comumente reclamados pelos políticos da então províncias da região, que o governo federal relegava uma maior atenção a São Paulo, e muitos também alertavam sobre as consequências que a alta demanda de deslocamento populacional desta região poderia ocasionar para aqueles estados. Devido as constantes reclamações dos políticos das províncias do Nordeste, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização enfrentou algumas dificuldades para o funcionamento de suas agências na atual região, onde os políticos alegavam que haveria uma falta de trabalhadores para aquele local, caso estes se deslocassem

²²⁹ Encontra-se uma tabela acerca da entrada de imigrantes e nacionais para São Paulo em anexo.

para a região Sudeste.

Apesar da maior utilização do nacional na lavoura paulista nos anos de 1930, ainda existia certa contrariedade por parte dos fazendeiros no emprego deste trabalhador. Segundo um relato no Jornal Folha da Manhã do fazendeiro da região Oeste Paulista Henrique da Cunha Bueno:

Não podemos prescindir do braço estrangeiro, eis que o nacional traz consigo uma série de desvantagens não só a quem o contrata, mas, também, a própria lavoura. Contudo, para remediar a situação, quase que as expensas próprias os fazendeiros estão trazendo braços nacionais de Minas e da Bahia²³⁰.

Como podemos perceber ainda eram recorrentes as reclamações por parte dos fazendeiros sobre o trabalhador nacional, alegando a preferência pelo imigrante e como o nacional poderia trazer prejuízos tantos para os proprietários de terras como para a lavoura. Nesse período muitos fazendeiros utilizavam seus próprios recursos para angariar trabalhadores nacionais no Nordeste ou contavam com as ações de empresas particulares, como a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Podemos citar como exemplo um fazendeiro do oeste paulista, Henrique da Cunha Bueno que segundo uma carta endereçada a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização:

Com o presente passo as mãos de VV.SS. um cheque sobre o Banco do Estado de São Paulo na importância de três contos de réis que pelo VV.SS. o favor de porem a disposição de meu empregado, Sr. Adelino Albano de Lima, em Fortaleza, conforme ficou combinado entre nós. O meu empregado, conforme nosso entendimento segue para o Ceará a fim de tratar do angariamento de famílias de trabalhadores agrícolas para as minhas fazendas situadas no município de Ipaussu, e cujo transporte essa Companhia se incumbirá, de acordo com a autorização que tem com o governo do estado de São Paulo. Fica entendido que o meu empregado Adelino fará os saques sobre esta importância, que fica ao meu crédito no Banco do Brasil, em Fortaleza, e como é um serviço gracioso que VV. SS. atenciosamente se propõe a prestar neste particular será ele feito sem responsabilidade de parte de VV. SS. desde que os saques sejam feitos por aquele meu empregado²³¹.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização mantinha contato direto também com os fazendeiros e atendia suas demandas quando solicitada. Além disso, apesar de ter ocorrido uma tentativa na melhora da imagem do nacional por parte de intelectuais, alguns políticos do estado, a própria Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização alegava que os nacionais não chegavam a melhores condições físicas.

Durante seu governo, Getúlio Vargas, além de adotar uma política imigratória

²³⁰ Entrevista com o Coronel Henrique da Cunha Bueno, fazendeiro da região Sorocabana, Folha da Manhã, 5 de Setembro de 1935. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=28387&anchor=4597357&origem=busca&originURL=&pd=57d198db11a033b6e7183fd25e4e6449>. Acesso em: 01 de Agosto de 2022.

²³¹ Ofício de Henrique da Cunha Bueno destinado a Diretoria da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. In CODASP. Arquivo Público do estado de São Paulo. Número de ordem 09. 20 de Dezembro de 1936.

centralizadora, restritiva e seletiva, também apoiou a defesa do trabalhador nacional, principalmente em face ao imigrante. Essa opção pelo trabalhador nacional é compreensível por uma série de elementos, além da preocupação em se manter a integridade territorial brasileira, de se construir a nacionalidade e de se afastar o perigo estrangeiro, a valorização do trabalhador nacional nos processos relativos aos deslocamentos populacionais também se relacionava com o modelo de sociedade que se procurava alcançar naquele momento e o tipo de Estado que deveria dirigir esse processo²³².

Desta forma, que a partir do Governo Vargas, o nacional se tornou elemento essencial para a configuração da nacionalidade brasileira, principalmente podendo, segundo a Revista de Imigração e Colonização, ser ameaçada pela constante presença do imigrante. Com isso, os deslocamentos populacionais passaram a serem dirigidos e organizados conforme os interesses do governo federal, neste caso, podemos citar a questão dos nordestinos e da Amazônia, que será melhor abordado futuramente. Vargas havia adotado o argumento de que a inferioridade do trabalhador nacional em relação ao estrangeiro era originada não em seu caráter mestiço, mas sim, era resultado de problemas educacionais, de saneamento e de saúde pública²³³. Desta forma, diversos dispositivos legais passaram a ser promulgados com a intenção de restringir a imigração, e de proteger os direitos dos nacionais, como observa José Sacchetta Ramos²³⁴ referente à adoção da Lei de Cotas.

Além do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo que defendia a utilização do trabalhador nacional em relação ao imigrante, outros periódicos como a Revista de Imigração e Colonização²³⁵ também traziam este mesmo discurso. No periódico mencionado é recorrente o discurso dos efeitos negativos que uma imigração desordenada e o deslocamento de estrangeiros no território nacional causavam aos nacionais. Segundo o próprio Getúlio Vargas nas páginas da revista:

Os efeitos dessa falta de orientação afetam hoje, de maneira significativa a vida nacional trazendo prejuízos apreciáveis a economia geral. Há, seguramente, aspectos da distribuição das nossas populações que reclamam corretivo. O deslocamento se

²³² COSTA, Júlio Cesar Zorzenon. Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no Primeiro Governo Vargas (1930-1945). Tese de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2007. p.104

²³³ ENDRICA, Geraldo. O Perigo Alienígena: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945). Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007. p.66

²³⁴ MENDES, José Sacchetta Ramos. O sistema de cotas nas Constituições de 1934 e 1937 e o ideal de integração étnica dos estrangeiros no Brasil. In. De colonos a Imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil. José Jobson de Andrade Arruda; Vera Lucia Amaral Ferlini; Maria Izilda Santos de Matos; Fernando de Sousa (orgs.) São Paulo: Alameda, 2013.

²³⁵ A Revista de Imigração e Colonização foi um periódico criado pelo Conselho de Imigração e Colonização em 1940 onde defendia em suas páginas a política imigratória do governo. Seus diversos artigos eram assinados por membros do próprio Conselho, homens ligados a questão de imigração e colonização, médicos, psiquiatras.

deve fazer-se para as zonas férteis e produtivas, que permitam a estabilidade dos contingentes humanos, mediante a entrega de tratos de terra onde culturas se façam com mais seguro rendimento²³⁶.

Havia também uma grande preocupação presente na Revista de Imigração e Colonização com a situação dos nordestinos em relação ao seu deslocamento para as demais regiões do país, principalmente para os atuais Sul e Sudeste. Com o fim do subsídio a imigração o governo federal passou a dirigir o deslocamento, sendo um dos responsáveis o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), órgão diretamente relacionando ao presidente da República. Desta forma, o Conselho a fim de evitar o desabastecimento de mão de obra para o Brasil a determinadas regiões, solicitou a colaboração do Departamento Nacional de Imigração, para localizar os destinos, empregos e empresas para onde se dirigiam estes trabalhadores. Sendo que o CIC teria também como funções dar suporte às populações nordestinas que sofriam constantemente com as secas e a tentativa de fixá-las em suas terras. Desta forma,

O êxodo de gente do campo vai-se efetuando, entretanto inevitavelmente. Nas condições atuais, os próprios senhores rurais se vem desinteressando dos campos de cultura, onde a vida é rude e as amenidades ínfimas. Sem a elevação do padrão de vida das populações do interior, será sempre ilusória a fixação do homem no nosso hinterland²³⁷.

Para atender aos problemas dos nordestinos, o Conselho de Imigração e Colonização tomava diversas medidas para tentar, primeiramente, controlar o deslocamento dessas pessoas e posteriormente, fixá-las em suas áreas ou outras regiões que necessitavam. Inicialmente o presidente da República, Getúlio Vargas, ordenou o auxílio aos retirantes que se concentravam em Montes Claros e Pirapora no estado de Minas Gerais, que se destinavam a São Paulo, cidades em que a CAIC também possuía agências para o angariamento de nacionais. Para realizar tal ação foi solicitado um crédito de 200:000\$000 destinado ao CIC para a organização de hospedarias, serviço médico e transporte para as cidades citadas. Desta forma, o governo federal buscava restringir e controlar o deslocamento desordenado de migração pelo país, com isso o CIC constituiu uma Comissão composta por representantes do próprio órgão, do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério da Viação e Obras Públicas e da Inspetoria de Obras contra as secas.

No ano de 1939, após o fim do subsídio a imigração, foi introduzido no estado de São Paulo o primeiro grupo de nordestinos sob a orientação da Inspetoria Federal de Obras contra

²³⁶ NEIVA. Arthur Hehl. Getúlio Vargas e o problema de imigração e colonização, Revista de Imigração e Colonização. Ano III, n.1, Abril de 1942. Rio de Janeiro, p.50

²³⁷ Relatório do Conselho de Imigração e Colonização. Revista de Imigração e Colonização. Ano V, n.1. Março de 1944. Rio de Janeiro. p.13

as Secas e com o auxílio do exército. Neste período também foi proposto pelo governo federal à concessão de quatro mil vistos aos seringueiros nordestinos que se deslocassem tanto para o Acre como para a Amazônia²³⁸.

Segundo um dos membros do Conselho de Imigração e Colonização, Arthur Hehl Neiva que escreveu o Relatório da Revista de Imigração e Colonização:

As migrações internas de trabalhadores nordestinos vinham merecendo a atenção do Governo desde maio de 1940, oportunidade em que Excelentíssimo Senhor Presidente da República em despacho exarado em exposição de motivos do Ministério da Agricultura, houve por bem autorizar as administrações do Lloyd Brasileiro e da Amazon River a concederem 4.000 passagens gratuitas em favor de trabalhadores nordestinos que se destinavam aos seringais da Amazônia e do Acre. Posteriormente, como consequência de uma solicitação do Conselho de Imigração e Colonização o Excelentíssimo Senhor Presidente da República concedeu autorização idêntica, em benefício de trabalhadores domiciliados em Manaus e que, por iniciativa da Associação Comercial do Amazonas, também se destinavam a zona dos seringais. Ocorreu então, o que era de esperar-se: a migração interna de trabalhadores para a Amazônia se processou de forma irregular e inconstante, sem qualquer organização sistemática, sem qualquer atenção à localização dos migrantes, à sua assistência em transito e as condições de trabalho nos seringais²³⁹.

O governo federal realizava tentativas de organizar o deslocamento de pessoas da atual região Nordeste para os seringais da Amazônia, ou em alguns casos, como os citados, para o estado de São Paulo, entretanto mesmo com a ação ordenada de órgãos a nível federal, tal deslocamento se pontuou muitas vezes como desordenado e irregular.

Dentre dos diversos projetos propostos por Getúlio Vargas durante seu governo estava à colonização e o desbravamento da Amazônia, que segundo o próprio Vargas poderia ser realizado pelos cearenses que se viam obrigados, no período analisado, a saírem de suas terras devido aos constantes problemas com a seca.

Saíram da terra flagelada, transferiram-se para outra, onde havia abundância de água, onde a própria planície verde parecia encharcada pelo rio-mar. E o cearense adaptou-se a nova vida, avançou através da mata virgem, foi o pioneiro na Amazônia, afrontando-se perigos sem conta, audaz, heroico, persistente. Embrenhando na floresta, foi ter aos confins do Brasil, reivindicando para a Pátria e incorporando a soberania nacional cerca de 200.000 quilômetros quadrados- todo o território acreano.²⁴⁰

Através deste pronunciamento de Getúlio Vargas na Revista de Imigração e Colonização podemos notar primeiramente a exaltação do trabalhador nacional, neste caso do cearense, agora atribuindo a estes diversos adjetivos e não mais características pejorativas,

²³⁸ Relatório do Conselho de Imigração e Colonização. Revista de Imigração e Colonização. Ano III, n.1, abril de 1942. Rio de Janeiro.

²³⁹ Relatório do Conselho de Imigração e Colonização. Revista de Imigração e Colonização. Ano IV, N.1, Março de 1943. Rio de Janeiro, p.29

²⁴⁰ NEIVA. Arthur Helh. Getúlio Vargas e o problema da imigração e colonização. Conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política em 1941. Revista de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro. Ano III, n.1, Abril de 1942. p.61

além disso, o então presidente do país demonstra a difícil missão nacional destes retirantes no “desbravamento” da região amazônica, local onde não se dirigiam quantidades elevadas de estrangeiros, cabendo ao nacional esta tarefa. Os estados que mais forneciam braços eram Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia, regiões em que ao longo da história do Brasil forneceram uma grande quantidade de trabalhadores tanto para empresas particulares, como a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização para atender as demandas dos fazendeiros paulistas, como para outras partes do país.

Para a introdução destes trabalhadores na região amazônica deveria ocorrer segundo as ordens do governo federal uma inspeção médica, o que era muito comum com todos os trabalhadores que entravam em território brasileiro, inclusive nacionais. Além disso, os contratos seriam realizados pela Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, ou seja, não ficando a cargo nenhuma tarefa a nível estadual. Na Revista de Imigração e Colonização encontramos um exemplar do contrato²⁴¹ que era assinado por estes trabalhadores, entretanto não menciona o valor que receberiam pelo trabalho a ser realizado.

Com o fim do subsídio à imigração por parte de São Paulo, com o Governo centralizador de Getúlio Vargas, muitos trabalhadores deixaram de ser encaminhados por empresas particulares para o estado paulista e o governo federal dirigiu este contingente nacional para a região amazônica. Desta forma, partes dos nacionais foram direcionadas ao interior, trabalhando nos seringais ou abrindo estradas, enquanto ainda permanecia no estado de São Paulo um número elevado de trabalhadores brasileiros procedentes de outras partes que foram em grande maioria introduzidos anteriormente por empresas privadas e que realizavam as mais diversas funções no meio agrícola.

Inicialmente o nacional realizava algumas funções diferentes dos imigrantes, geralmente trabalhos mais árduos e que os estrangeiros se recusavam, tanto nas regiões antigas de exploração do café, como nas novas plantações situadas na região oeste de São Paulo, os livres tiveram até o advento da grande imigração internacional, uma participação acessória e ocasional no processo produtivo²⁴². Desta forma, o trabalhador nacional neste momento ainda realizava tarefas que o colocavam como uma posição marginal. Cabe destacar que no período em que o oeste paulista começou a utilizar em grandes números o imigrante, segundo Beiguelman a lavoura agrícola funcionava com nacional relegado às funções de derrubada de mata, o imigrante para a realização das tarefas do trato do cafezal e o

²⁴¹ Sobre o exemplar do contrato ver: Revista de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro. Ano III, n. 2, Agosto de 1942, p.15-18

²⁴² TESSARI. Cláudia Alessandra. Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo: Alameda, 2012. p.70

escravizado com o estabelecimento da lavoura.

Com efeito, os agricultores da zona próspera do Oeste, embora se desinteressasse do braço nacional para a cultura, solicitavam intensamente trabalhadores nacionais em todos os pontos da província, principalmente para os serviços mais árduos e menos compensadores das derrubadas e do preparo da terra²⁴³. Desta forma, trabalhos como camaradas ou jornaleiros, eram realizados pelo nacional, entretanto na documentação consultada da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização referente aos trabalhos realizados em algumas fazendas, a função “camarada” estava indicada também para estrangeiros. Além disso, o desmatamento, a queima e a limpeza dos terrenos onde se plantaria também era obrigação do trabalhador livre pobre.

Segundo Tessari autores que estudaram documentação de fazendas, jornais, processos judiciais, relatórios oficiais e documentação cartorial perceberam que, na prática estes homens estavam inseridos quer nas grandes plantações, quer na média e pequena propriedade dedicada à agricultura para exportação ou na agricultura comercial voltada ao mercado doméstico.

Para Alba Maria Figueiredo Morandini que analisa a mão de obra nacional no estado de São Paulo entre os anos de 1920 a 1923, acredita que os nacionais que se dirigiam a agricultura cafeeira eram realocados para trabalharem na frente de expansão e nos locais em que a produção cafeeira já havia sido começada ainda no século XIX.

Com relação àqueles que se dirigem a frente de expansão, sua principal atividade será efetivada nas funções de preparo de terra, funções essas que envolvem os trabalhos de roçada, derrubada, queimada e descoivamento. Dsempenham aí papel importante visto o colono europeu entrar nas plantações, segundo afirma grande parte da documentação e da bibliografia, somente após o preparo do terreno. Acredita-se que nessas frentes esteja situado o desenvolvimento de outra visão ideológica sobre o caboclo brasileiro, além das já pontadas: aquela referente à sua extrema mobilidade²⁴⁴.

Além de trabalhar na agricultura, o nacional também era utilizado na construção de ferrovias, que diretamente auxiliavam primeiramente o processo de colonização, como também o desenvolvimento agrícola. Além da sazonalidade da agricultura, que regulava a oferta e demanda de trabalho, a expansão da malha ferroviária também afetava – mas de modo contraditório – a questão da mão de obra. Se, por um lado, as ferrovias contribuíam

²⁴³ BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. Editora Edusp. 2005. p.145

²⁴⁴ MORANDINI, Alba Maria Figueiredo. O trabalhador migrante nacional em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade Pontifícia de São Paulo, 1978, p.123

para reduzir a demanda de mão de obra, liberando trabalhadores engajados no antigo sistema de mulas, por outro, elas contribuíam para aumentar a necessidade de trabalhadores ao ampliar a fronteira agrícola, favorecendo a incorporação de novas terras para cultivo. Além disso, as ferrovias demandavam um grande número de trabalhadores para a sua construção. Para os trabalhadores engajados na construção das ferrovias, no entanto, as oportunidades oferecidas pelo setor pareciam se harmonizar com os interesses da agricultura de exportação²⁴⁵.

Para a construção das ferrovias era utilizado o sistema de empreitada, onde empregava-se diretamente os trabalhadores no desenvolvimento desta rede sendo pagos pelos empreiteiros que os contratavam. Segundo Lamounier os autores que abordam a temática das ferrovias, estes alegam que as ferrovias eram bem abastecidas de mão de obra, possivelmente pelos salários que eram mais bem pagos. Desta forma, O trabalho de construção da ferrovia veio representar mais uma fonte importante de emprego para milhares de brasileiros pobres que, mesmo tendo acesso a terra, cultivando lotes próprios ou de outros, necessitavam complementar a sua renda, e para milhares de outros que provavelmente tinham de deixar as fazendas no período de entressafra. Por sua natureza, o trabalho de construção oferecia um emprego temporário e obrigava os trabalhadores a mudar de um lugar para outro. Os trabalhadores "viajavam" com a linha à medida que a construção progredia e, caso tivessem sorte, conseguiam uma sucessão de contratos temporários²⁴⁶.

O deslocamento de nacionais se manteria ao longo de vários anos, principalmente durante a década de 1950, que se caracterizou por um período de diversas mudanças no Brasil, como o desenvolvimento da industrialização estaria relacionado com o crescimento do nível de desigualdade social e o aumento das grandes cidades, ocasionando uma distribuição dessas pessoas por meio do processo de migração.

O trabalhador nacional inicialmente foi amplamente empregado nas diversas partes da então província de São Paulo sobre este recaia até as primeiras décadas do século XX inúmeros estereótipos que dificultavam que os fazendeiros os vissem como bons empregados, com isso empregando em maior número os imigrantes. Nas primeiras décadas do século XX observamos uma mudança na imagem do trabalhador brasileiro, passando a ser bem visto pela

²⁴⁵ LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estud. Econ.* v. 37 n. 2 São Paulo Abr./Jun., 2007. p. 9

²⁴⁶ LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estud. Econ.* v.37, n.2 São Paulo Abr./Jun., 2007. p.13

elite intelectual e política, e incentivando a sua utilização na lavoura paulista.

Com Getúlio Vargas no comando do país observamos a imposição e defesa da política do trabalhador nacional, que passou a ser mais valorizado e seus direitos defendidos em face ao imigrante, este último acusado de vir para o Brasil e “roubar” os empregos dos nacionais. Vargas também buscou controlar e dirigir o deslocamento populacional, tomando para si a função de angariar, coordenar as migrações internas, principalmente da atual região Nordeste, deslocando milhares de trabalhadores para a região amazônica que necessitava de mão de obra e não atraía estrangeiros em números elevados.

Acreditamos que a utilização em maiores números do trabalhador nacional na lavoura paulista se deu por alguns motivos, como: a diminuição na entrada de estrangeiros no Brasil causada primeiramente pelos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, da ascensão dos regimes fascistas e nazistas, como também da instauração do Governo Vargas com a adoção de uma política restritiva e seletiva ao imigrante e a utilização da política de defesa do trabalhador nacional. Com isso podemos considerar que o elemento nacional colaborou diretamente para o desenvolvimento da lavoura paulista, sendo até mesmo introduzido por empresas particulares como a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização.

3.2 O angariamento de trabalhadores nacionais pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização

Como parte fundamental para se compreender as ações práticas da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização trouxemos neste tópico os ofícios e as cartas referentes à entrada de trabalhadores nacionais trazidos pela CAIC. Para isso utilizamos a outra parte da documentação, que se encontra depositada no Arquivo Público do estado de São Paulo.

A partir da Primeira Guerra Mundial houve um decréscimo na entrada de estrangeiros, que se acentuou nos anos de 1930, quando ocorreu um aumento no número de entrada de nacionais. Depois de 1930 apareceram novos padrões de migração; a imigração internacional diminuiu e quase se anula, por causa, do impacto causado pela grande depressão e, devido ao fim do programa de subsídio para imigrantes e ao estabelecimento de um sistema restrito de cotas para futuras imigrações: pela primeira vez na história brasileira, grandes migrações internas ocorrem do Nordeste e do Leste do Brasil para São Paulo e para outros estados do Sul, substituindo, primeiramente os imigrantes e seus descendentes que abandonavam

rapidamente as plantações de café nas áreas rurais.²⁴⁷

Por meio da documentação consultada da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização percebemos que esta se viu obrigada a introduzir trabalhadores nacionais, sobretudo, em 1935. Entretanto a CAIC não se mostrava favorável à introdução dos nacionais, reclamando das péssimas condições que estes trabalhadores apresentavam, além disso, notamos essa contrariedade pelo tom que a própria empresa empregava para falar dos nacionais.

Os contratos entre a Companhia e a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo iniciaram no ano de 1935. Segundo Marco Antônio Villa houve uma intensificação da migração nordestina para o estado de São Paulo. A adoção, por parte do governo estadual, de um sistema de contrato com companhias particulares para a introdução de trabalhadores nacionais – quando a gestão de Armando de Salles Oliveira – teve, principalmente o objetivo de alocar mão de obra à expansão agrícola das zonas da Alta Paulista e da Alta Araraquarense. Em 1935, do total de 52.747 migrantes, 19.784 foram introduzidos por iniciativa estatal. Para efeito de comparação, basta ver que, dos trabalhadores estrangeiros entrados no estado no mesmo ano, um total de 19.846, somente 429 tiveram apoio governamental, os outros 19.471 estão entre os considerados espontâneos.²⁴⁸

Segundo Castro Neves²⁴⁹ as secas que se fizeram presentes durante o Governo de Getúlio Vargas apresentaram um diferencial se comparadas com as suas anteriores, trata-se de uma maior ação por parte do governo federal, onde este agiu de forma coordenada e centralizadora. O contexto político, econômico e social em que se desenrolou a seca de 1932 foi diferente em relação às anteriores, em termos políticos a Revolução de 1930 nos demais estados brasileiros retirou do poder as oligarquias vistas como tradicionais, que no momento passou a ser ocupado pelas oligarquias dissidentes e pelos tenentes. Posteriormente, a Revolução de 1932 de São Paulo trouxe à tona a necessidade de dar uma “solução” para o problema característico da seca, onde medidas para o auxílio das pessoas que sofriam com a seca foram tomadas diretamente por meio do Ministério da Viação e Obras, sem precisar das autoridades locais do sertão. Além disso, foram criados diversos “campos de concentração”²⁵⁰,

²⁴⁷ GRAHAM. Douglas H.; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. Migrações internas no Brasil: 1872-1970. 1871, p.47.

²⁴⁸ VILLA. Marco Antônio. Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para São Paulo. Rio de Janeiro: Leya, 2017. p.30

²⁴⁹ NEVES. Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 107-131. 2001.

²⁵⁰ Sobre os campos de concentração do nordeste ver: NEVES. Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, n.29. pp.93-122. 1995.

para abrigar os diversos retirantes que perambulavam em busca de comida e trabalho pelas cidades vizinhas.

O Governo Vargas iniciou um novo programa no auxílio aos retirantes, que passava pela construção de poços artesianos, até o envio destas pessoas aos diversos locais do país. Inicialmente muitos retirantes seriam realocados para o estado paulista por meio de ação de companhias particulares ou em alguns casos por conta própria. Destaca-se que na próxima seca, ocorrida no ano de 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, muitos retirantes além de irem para o atual Sudeste, seriam deslocados para a Amazônia.

A solução, mais uma vez, foi à migração. Agora, todavia, dentro de um novo contexto, em que o “discurso do Poder reduz brasilidade a parâmetros geográficos e econômicos” e que a grande tarefa imposta pelas novas condições da realidade nacional seria “eliminar os ‘vazios demográficos’ e fazer com que ‘as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas’”, conforme discurso do presidente Vargas em Manaus, em 1940, pregando uma “cruzada” para a Amazônia nos moldes da “Marcha para o Oeste” que se efetivava então no centro-sul do País. O momento favorável permitiu a formação de um “Exército da Borracha”, formado para lutar no front dos seringais amazônicos e arregimentar do nas áreas secas do semiárido nordestino, especialmente do Ceará²⁵¹.

Antes de iniciarmos a análise da documentação e dos contratos realizados pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização devemos mencionar que a empresa organizava diversas agências em várias partes do país com o objetivo de auxiliar no angariamento de trabalhadores nacionais, como também no caso dos imigrantes, na Europa.

Desta forma, o primeiro contrato²⁵² que tivemos a oportunidade de encontrar foi referente ao ano de 1935 entre a CAIC e a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo para a introdução de 10 mil nacionais, para tal ação a CAIC organizou agências em diversas partes do país. A primeira organização foi no porto de São Luís que ficaria responsável pelos estados do Maranhão e Piauí. A segunda organização estava localizada em Fortaleza para atender os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, totalizando 10 embarques com 542 pessoas referentes a estas agências.

Também foi criada agência em João Pessoa para atender as famílias da Paraíba e das regiões limítrofes do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Entretanto, segundo a CAIC, estava

²⁵¹ NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 107-131. 2001. p.119

²⁵² Contrato entre a CAIC e a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 22 de novembro de 1935.

tendo forte oposição do governo Paraibano acerca da saída de seus nacionais, desta forma, entre os anos de 1935-1936 a Companhia não havia conseguido angariar trabalhadores dessa região. A hipótese para a contrariedade referente à saída destes nacionais se deve possivelmente o fato de o estado da Paraíba alegar a falta de mão de obra nessa região, que acabaria por prejudicar os grandes proprietários de terras e detentores do poder no período.

Em Maceió também foi estruturada uma agência para o embarque de pessoas dos estados de Alagoas, sul e oeste de Pernambuco e norte do estado de Sergipe. Desta agência obtiveram os seguintes números que se encontram na tabela.

Tabela 3.1: Trabalhadores angariados pela agência de Maceió em 1935

Mês	Embarques	Quantidades
Maio	01	27
Julho	02	81
Outubro	06	224
Novembro	10	763
Dezembro	10	1.380
Total	29	2.475

Fonte: Contrato entre a CAIC e a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 22 de novembro de 1935.

Segundo a tabela exposta acima os períodos que tiveram o maior número de embarque foram os meses de novembro e dezembro, totalizando 20 embarques com 2.143 pessoas trazidas para São Paulo. Apenas neste curto período de dois meses a empresa trouxe um número considerável de nacionais, sendo de uma única agência, o que nos possibilita acreditar que os negócios acerca da entrada de nacionais estavam apresentando resultados satisfatórios.

Na cidade de Juazeiro, no estado da Bahia, foi organizada uma agência com alojamento e serviço de inspeção médica para concentração e para facilitar as famílias de trabalhadores do sertão dos estados do Nordeste do país, o percurso seria pelo rio São Francisco ou a saída pelo mar. Logo que foi criada, a agência conseguiu embarcar 199 trabalhadores para a lavoura paulista. Restavam ainda concentradas aproximadamente mil famílias prontas para o embarque.

No mesmo ano a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização por meio do vapor Itaquicé introduziu no estado de São Paulo um total de 33 trabalhadores agrícolas oriundos do Rio Grande do Sul, recebendo o valor de quatro contos, novecentos e vinte e

quatro mil e oitocentos réis pelos trabalhadores angariados. Além disso, 25 trabalhadores eram maiores de 12 anos cujo valor pago por pessoa foi de 146\$400, totalizando 3:660\$000, três trabalhadores de idade entre 7 e 12 anos e cinco trabalhadores menores de 3 anos cujo total pago foi de 134\$800.

A CAIC também organizou seus serviços em outras partes do país, além do Nordeste, uma agência foi montada em Campos que atenderia os trabalhadores do Rio de Janeiro, sul do Espírito Santo, sudoeste de Minas Gerais. No ano de 1936 a agência embarcou um total de 1958 pessoas.

Em Porto Alegre a Companhia estruturou uma agência para auxiliar no embarque de trabalhadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no total foram embarcados 662 trabalhadores.

Segundo o contrato da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, abaixo se encontram as remessas de trabalhadores referentes ao ano de 1936.

Tabela 3.2: Trabalhadores e agências referentes ao ano de 1936

Agência	Agricultores
São Luís do Maranhão	13
Fortaleza	542
Natal	44
Recife	17
Maceió	2.475
Juazeiro da Bahia	199
Campos	1.958
Porto Alegre	662
Diversas procedências	212
Total	6.122

Fonte: Ofício da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização a Secretaria de Agricultura de São Paulo. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 1936, nº da ordem 06.

Pelos dados expostos acima, a CAIC conseguiu criar e estruturar agências não apenas na atual região Nordeste, mas em outras regiões como no próprio Sudeste e Sul do país. Cabe destacar que a única agência que a Companhia teve resistência por parte do governo estadual foi João Pessoa, não é mencionado no contrato os motivos que levaram o governo estadual a não cooperar e autorizar o angariamento destes trabalhadores. Para Odair da Cruz Paiva que

analisou os processos de pedidos de trabalhadores nacionais, a condição para a liberação dos trabalhadores era expressa não apenas por sua vontade de migrar, mas por serem ou não necessários economicamente na região²⁵³. Desta forma, acreditamos que em algumas regiões o êxodo de trabalhadores rurais poderia afetar os negócios dos produtores locais, o que dificultava a vinda destes nacionais para de São Paulo.

Um dado merece destaque acerca da relação da Secretaria de Agricultura com as empresas que ela contratava, evidenciando, assim, sua atuação ambígua. Embora formalmente contratasse empresas para a inserção dos trabalhadores no interior do Estado, por outros caminhos abria espaço para a busca direta dos mesmos pelos proprietários, ao mesmo tempo em que se demonstrava sensível com relação à ação de agentes que cobravam menos pela inserção dos mesmos²⁵⁴.

Em alguns casos havia divergências em relação aos números de nacionais introduzidos pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, como exposto acima no contrato analisado anteriormente o saldo de trabalhadores nacionais angariados foi de 6.122 pessoas, entretanto em outro documento destinado ao Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo o total referente ao ano de 1936 foi de 6.279²⁵⁵.

Por meio das contas de transporte de trabalhadores nacionais encontrados nos arquivos consultados, elaboramos a seguinte tabela referente ao ano de 1936.

Tabela 3.3: Transportes e Trabalhadores introduzidos em 1936

Transporte	Data	Origem	Quantidade	Valor
Vapor Itaquicê	25/02/1936	Porto Alegre	33	4:924\$800
Vapor Itaimbé	18/03/1936	Fortaleza	45	9:904\$200
Estrada de Ferro Leopoldina Railway Company	11/02/1936	Rio de Janeiro	296	47:846\$900
Estrada de Ferro Leopoldina Railway Company	09/03/1936	Espírito Santo	598	48:745\$400
Estrada de Ferro Leopoldina Railway	19/03/1936	Rio de Janeiro	320	34:083\$500

²⁵³ PAIVA, Odair da Cruz. Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950). Bauru, SP. EDUSC, 2004.

²⁵⁴ PAIVA, Odair da Cruz. Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950). Bauru, SP. EDUSC, 2004. p.127

²⁵⁵ Ofício destinado ao Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, Dezembro de 1936.

Company				
Vapor Itapê	10/02/1936	Fortaleza	63	14:970\$800
Vapor Itaquicê	03/02/1936	Fortaleza	44	10:526\$200
Vapor Itaquicê	21/02/1936	Porto Alegre	38	4:924\$800
Total			1.437	

Fonte: Tabela confeccionada através dos relatórios das contas de transportes de trabalhadores nacionais. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, ano 1936, n° do processo 91, 15 folhas.

Pela tabela acima referente ao período de Fevereiro e Março de 1936 foram introduzidos pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização 1.437 nacionais de diversas procedências do país, como dos atuais estados do Nordeste e também do Rio de Janeiro e Espírito Santo, sendo que os maiores números foram primeiramente do Espírito Santo e depois do Rio de Janeiro, o que demonstra que a CAIC também agia em outras partes do país, não se concentrando apenas nas províncias do Nordeste, mas também atuando no Sudeste.

Além disso, outras informações relevantes são trazidas neste contrato como o pagamento pela introdução de agricultores nacionais que deveria ser efetuado pelo Tesouro do Estado dentro do prazo de 60 dias da data de entradas na Hospedaria dos Imigrantes. E novamente a CAIC continua, realizando reclamação sobre os atrasos de pagamentos que estava recebendo da Secretaria de Agricultura, tendo atraso de 6 meses destes pagamentos. Para isso a empresa alegava que:

Para executar o serviço de introdução de trabalhadores nacionais no Estado, a nossa Companhia calculou os seus preços baseado no recebimento nos prazos contratuais e qualquer demora absorve a pequena margem de lucros que nos reservamos preços que ofereceu ao Governo, baseados no recebimento dos respectivos créditos, aproximadamente no prazo de 60 dias, conforme, aliás, sempre aconteceu no passado, desde o início da imigração subvencionada para São Paulo²⁵⁶.

Com isso observamos que eram recorrentes as reclamações da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização em relação à Secretaria de Agricultura no que tange aos pagamentos, diversos documentos relatam isso.

Além destas reclamações a CAIC também tecia algumas críticas entre seus membros sobre como estava sendo o angariamento de trabalhadores e suas regiões, em carta destinada do Sr. Attilio Fávero ao então diretor da empresa,

Apesar de continuarmos com a ideia de que o melhor seria deixar que cada introdutor trabalhasse com liberdade em toda parte do país, não há duvida de que a diretriz que esta sendo dada por você (Heitor) na divisão em zonas de influências de

²⁵⁶ Ofício destinado ao Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, Dezembro de 1936. p.01

cada um, é também uma boa solução, assim como aquela de deixar Juazeiro e São Salvador para um trabalho em comum a favor de todos os introdutores. Mandaria a justiça de que São Salvador ficasse reservado a CAIC porque fomos nós que conseguimos (com o auxílio do Dr. Silveira e o Inspetor de Santos que você mandou a Bahia para isso) estabelecer um regime aprovado pelo Governo da Bahia para embarques livres naquele porto. Mas enfim, como é para conciliar os interesses de todos²⁵⁷.

Desta forma, em alguns momentos os interesses dos membros da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização não eram similares, o Sr. Attilio Fávero sempre se mostrou bastante otimista com os assuntos relacionados à imigração e colonização, tentando restabelecer o serviço de imigração quando a seção teve que ser paralisada pelo fim do subsídio, com isso compreendemos que seus ideais eram diferentes em relação aos demais membros.

No ano de 1937 a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização conseguiu angariar diversos trabalhadores nacionais pelo vapor Itaquicé saindo de Fortaleza. Abaixo se encontra uma tabela²⁵⁸ trazendo os dados relacionados:

Tabela 3.4: Trabalhadores Nacionais no ano de 1937

Mês	Quantidade
Janeiro	2.123
Fevereiro	715
Março	219
Abril	518
Maior	719
Junho	590
Julho	2.161
Agosto	1.622
Setembro	1.542
Outubro	1.057
Novembro	60
Dezembro	16
TOTAL	11.342

Fonte: Trabalhadores nacionais introduzidos pela nossa Companhia. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP.

Pela tabela acima o ano de 1937 trouxe uma grande quantidade de trabalhadores nacionais introduzidos pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, sendo os

²⁵⁷ Carta destinada ao Sr. Heitor Freire de Carvalho. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, número do processo 128, 03 de abril de 1937, p.01

²⁵⁸ Trabalhadores nacionais introduzidos pela nossa Companhia. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP,

maiores números durante os meses de Janeiro e Julho, decaindo numerosamente a partir de Novembro e Dezembro.

A CAIC para introduzir um trabalhador nacional no território paulista ela deveria seguir alguns critérios de seleção para contratar esta pessoa

Os trabalhadores deverão ser obrigatoriamente de profissão agrícola, constituídos em famílias, tendo cada família no mínimo três pessoas validas de 12 a 50 anos, entre pais e filhos, sendo pelo menos duas dessas pessoas aptas para o trabalho agrícola²⁵⁹.

Os trabalhadores deveriam ter idade entre 12 e 50 anos, algo que pela documentação consultada não foi seguida corretamente, pois observamos a entrada de vários menores de 12 anos. Apresentar boa saúde física e psicológica, critérios baseados em ideias eugênicas. Além disso, a empresa reclamava da situação em que se encontravam estes trabalhadores, não sendo mencionado o modo, mas são constantes as reclamações, tendo vários empregados “devolvidos” para suas terras de origem. Acreditamos que a “devolução” deveu-se ao não atendimento dos critérios de seleção, algo que a própria Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo deixava nítida em seus contratos.

Entretanto ocorreu novamente a suspensão do subsídio à imigração e a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização ficou proibida de angariar trabalhadores nacionais. Desta forma, acreditamos que o fim do subsídio nada mais foi que um modo do governo federal tomar para si alguns assuntos demasiados importantes para o país, como o deslocamento de pessoas, no caso da migração de nordestinos e de outras partes do país para o estado de São Paulo.

Além disso, cabe mencionar que os números referentes à introdução de trabalhadores nacionais são distintos se compararmos os dois Arquivos consultados nesta pesquisa. Ou seja, nos Relatórios da CAIC, que se encontram no Centro de Memória da Unicamp, entre os anos de 1934 e 1937, a empresa angariou 8.960 trabalhadores nacionais, sendo que em 1938 conseguiu introduzir 1.011, totalizando 9.971 pessoas. Números diferentes dos encontrados na documentação do Arquivo Público do estado de São Paulo – contratos e cartas – que quantificou 21.951 pessoas.

Analisando os números de nacionais angariados pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização parecem serem poucas se comparados aos números totais que encontramos na tabela abaixo, principalmente no período de 1936 a 1940, anos em que a CAIC atuou com maior intensidade no angariamento de trabalhadores:

²⁵⁹ Contrato entre a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo e a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. . Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 07 de abril de 1938, p.01

**Tabela 3.5: Imigração Estrangeira e Nacional para o Estado de São Paulo-
Período de 1820 a 1960**

Períodos	Totais	Estrangeiros	Nacionais	Percentagem Nac,	Percentagem Est.
1820-1900	974.177	973.312	965	99,90	0,10
1901-1905	205.297	193.732	11.565	94,39	5,31
1906-1910	200.487	190.186	10.301	94,86	5,14
1911-1915	356.045	339.026	17.019	95,22	4,78
1916-1920	128.539	100.098	28.441	77,87	22,13
1921-1925	279.548	222.711	56.837	79,67	20,33
1926-1930	409.086	155.821	253.265	61,91	38,09
1931-1935	275.446	119.204	156.242	43,28	56,72
1936-1940	350.320	56.448	293.852	16,12	83,88
1941-1945	148.826	4.763	144.063	3,20	96,80
1946-1950	445.389	61.030	384.359	13,70	86,30
1951-1955	973.586	210.879	762.707	21,66	78,34
1956-1960	676.984	156.360	517.624	23,54	76,46
1820-1960	5.423.730	2.883.934	2.539.796	53,17	46,83
Em 1961	152.732	26.562	126.173	17,40	82,60
1820-1961	5.576.465	2.910.496	2.665.969	52,20	47,80

Fonte: NOGUEIRA, Oracy. O desenvolvimento de São Paulo: Imigração estrangeira e nacional e índices demográficos- Demógrafo- Sanitários e Educacionais. Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí. 1964. p.28

Ao longo do capítulo foram mencionados vários contratos acerca de 10.000 nacionais anualmente, entretanto não obtivemos retorno da documentação, então chegamos aos números de 21.951 brasileiros. Como percebemos por meio dos arquivos e da historiografia, uma das características da sociedade nesse período foram os deslocamentos populacionais das conhecidas zonas velhas ou pobres para as áreas mais desenvolvidas. Para Oracy Nogueira,²⁶⁰ esse fenômeno é explicado por alguns fatores. Primeiramente, a questão da ocupação da terra no território brasileiro, onde um número pequeno de proprietários detinha o controle de grandes áreas. Segundo, os fenômenos naturais que assolavam a terra e ocasionavam problemas nas condições de vida, fazendo com que haja uma elevada quantidade de pessoas se deslocando. E por fim, o alto índice de crescimento vegetativo da população brasileira. Além disso, aqueles que defendiam uma política migratória destinada a imigrantes europeus

²⁶⁰ NOGUEIRA, Oracy. O desenvolvimento de São Paulo: Imigração estrangeira e nacional e índices demográficos- Demógrafo- Sanitários e Educacionais. Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí. 1964.

brancos, sempre reconheceram a importância dos trabalhos realizados pelos caboclos, mestiços e negros na agricultura. Com isso para Oracy Nogueira as chamadas zonas novas apresentava como função a absorção dessa grande população que se deslocava do campo e das zonas mais antigas de café.

Um dado nos chama a atenção, de forma contrária ao que foi exposto acima por Nogueira, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização dentre os seus diversos objetivos estavam o envio de imigrantes e principalmente nacionais para as zonas mais antigas e posteriormente, a compra e venda de terras desta região aos estrangeiros. O que segundo a documentação da companhia, não deixaria desabastecida de mão de obra essas áreas.

Além disso, como Nogueira exemplifica, havia certo preconceito com os caboclos, mestiços, negros, colocados em segundo plano na questão de colonização, o que implicava o imigrante como o trabalhador ideal. Entretanto, trabalhos como o de Alberto Torres passaram a criticar a política imigratória nacional, principalmente na predileção do estrangeiro em face ao nacional. Roquette-Pinto²⁶¹ também tecia alguns comentários acerca da tão pronunciada “falta de braços” que era constantemente reclamada pelos fazendeiros, alegando que a política de povoamento do Brasil inicialmente explorou os índios e os exterminou, utilizou os negros africanos, não os adaptando a liberdade quando conseguiram, trouxe milhares de imigrantes oferecendo terra, ferramentas, casa e esquecendo-se de quem era realmente importante: o nacional.

Entretanto, esse cenário acerca do nacional se modificou. Segundo a tabela acima, a partir do período de 1926 a 1930, obteve-se um número maior na entrada de nacionais para o estado de São Paulo, apresentando um saldo de 253.265 pessoas. Tal atitude se tornaria frequente até o ano de 1961, sendo que entre 1936-1940, período também em que a CAIC atuou com maior intensidade na introdução de trabalhadores, a quantidade de nacionais foi de 293.853, enquanto o de imigrantes, apenas 56.448. Desse total, foram angariados por conta da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização 21.951 nacionais no período de quatro anos, sendo a sua grande maioria de origem dos atuais estados do Nordeste.

Diversos fatores contribuíram para que houvesse um aumento no número de nacionais para São Paulo. Esse processo migratório esteve relacionado a várias alterações econômicas, sociais e culturais que ocorreram a partir dos anos de 1930. Desta forma, segundo Odair da Cruz Paiva, houve uma longa e conflituosa trajetória que desencadeou, nos anos pós-ascensão

²⁶¹ PINTO, Edgar Roquette. *Ensaios de Antropologia Brasileira*. São Paulo: Editora Nacional. 1933.

de Vargas, na efetivação da política de subsídios à mão de obra. Esta se constituiu em diferentes níveis que foram desde um embate mais amplo entre a nação agrícola e a nação industrial, a construção de uma representação negativa do Nordeste e sua gente e a política de nacionalização da mão de obra, até questões relacionadas à dinâmica das transformações econômicas mais restritas ao Estado de São Paulo²⁶².

Neste contexto de deslocamento populacional, ou seja, de migração, muitos vinham da atual região Nordeste, sendo o principal polo que enviava mão de obra para o Centro-sul auxiliando no seu desenvolvimento econômico. Além disso, tal atitude não alterava as relações de poder no Nordeste, que através deste deslocamento colaborava com os diversos problemas que enfrentavam a região, ao mesmo tempo em que auxiliavam com os interesses econômicos de São Paulo.

Merece dar uma atenção à imagem do Nordeste neste período, que passou por um processo nos quais interesses externos forjaram elementos para seu entendimento a partir de uma lógica exógena àquela realidade. Construiu-se uma representação do Nordeste como realidade a-histórica, portadora de características culturais, sociais e econômicas negativas²⁶³. Desta forma, o Nordeste passou a ser visto como sinônimo de atraso, de pobreza, tendo seus habitantes à necessidade de ajuda constante por parte do governo, além disso, muito se relacionava a situação complexa do Nordeste com o fato da região ser assolada constantemente pelas secas. Entretanto para Odair da Cruz Paiva, a imagem de atraso do Nordeste não foi construída apenas pela região ao qual faz parte, mas também pelo sul do Brasil, com os interesses dos grandes proprietários e industriais de São Paulo.

Além disso, essa imagem de atraso do Nordeste também foi relacionada com a sua população. Os fazendeiros e os representantes da Secretaria de Agricultura constantemente mencionavam a situação precária das pessoas dessa região quando chegavam a São Paulo, o que dava a este estado o caráter de ação humanitária, de auxílio aos retirantes. Merece atenção ao fato da própria Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização reclamar das condições em que chegavam os trabalhadores em São Paulo, como também os fazendeiros da região oeste paulista.

Com o grande contingente de nordestinos chegando a São Paulo tornava-se necessário rever a política migratória brasileira, ou seja, modificar o discurso acerca do nacional e ao mesmo tempo exaltá-lo, algo que já analisamos neste trabalho. Além disso, como notamos na

²⁶² PAIVA, Odair da Cruz. Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950). Bauru, SP. EDUSC, 2004. p.178

²⁶³ PAIVA, Odair da Cruz. Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950). Bauru, SP. EDUSC, 2004. p.198

tabela “Imigração Estrangeira e Nacional para o Estado de São Paulo- Período de 1820 a 1960”, a partir de 1925 o número de imigrantes decaiu e o de nacionais se elevou. Com isso aumentou-se a utilização da mão de obra nacional que juntamente fez-se remodelar as diretrizes da política migratória, pois com o Governo Vargas e o contexto político e econômico mundial diminuía-se a entrada de imigrantes- no país ao mesmo tempo em que incentivava-se a defesa do trabalhador nacional. Desta forma, os nordestinos seriam portadores de uma brasilidade que o sul havia perdido com o processo imigratório. Os migrantes cumpriram a função bandeirante do reforço da brasilidade através da retomada das terras aos e pelos nacionais²⁶⁴.

Com isso acreditamos que a adoção de uma política migratória a partir dos anos de 1930 com características que atenderiam aos interesses tanto dos proprietários agrícolas e industriais de São Paulo, como da elite nordestina, juntamente com o Governo Vargas e o contexto político e econômico europeu possibilitou para que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização utilizasse em maiores números os nacionais, no caso introduzindo um total de 21.951 brasileiros em um período caracterizado pela entrada total de 293.852 pessoas. Ou seja, colaborando com aproximadamente 7,5% deste montante. Mesmo que pareça um número reduzido se comparado com o total, tal fato não deixa de demonstrar a importância da CAIC no angariamento de trabalhadores.

Pelo que foi exposto neste tópico a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização apresentou diversas dificuldades para angariar trabalhadores nacionais. Teve que lidar com a política centralizadora e autoritária de Getúlio Vargas, que buscava coordenar e organizar o deslocamento de pessoas, criando órgãos que realizassem as funções que antes eram feitas pelas companhias particulares, o que acarretou com que as empresas perdessem sua autonomia e conseqüentemente, parassem de realizar suas funções. Cabe destacar também, que a CAIC, entre os setores de imigração que envolvia os nacionais, e o de colonização, tendeu mais para o último setor, pois era o que dava mais lucro à empresa e auxiliava nos objetivos da Companhia Paulista de estradas de ferro. Apesar de a CAIC não ter apresentado tanto êxito na introdução de nacionais, ela também buscou angariar imigrantes, principalmente europeus de diversas nacionalidades, destacando países que antes não apresentavam grandes levas.

²⁶⁴ PAIVA, Odair da Cruz. Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950). Bauru, SP. EDUSC, 2004. p.242

3.3 A ação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização na introdução de imigrantes

Dentre os diversos objetivos da CAIC estava o angariamento de imigrantes europeus inicialmente para a lavoura paulista, e posteriormente, para as demais partes do país. Entretanto, as ações da empresa se destacaram principalmente no estado de São Paulo.

Compreender como a CAIC angariava imigrantes, os contratos, as seleções, as nacionalidades auxilia a entender como esta empresa privada agiu no período em que teve que lidar com vários acontecimentos históricos importantes tanto no Brasil como no mundo. Eventos que impactaram diretamente as ações da empresa, pois dependia da mão de obra tanto para a lavoura como para a colonização. Para a realização deste tópico utilizaremos a documentação da CAIC encontrada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, na qual tivemos acesso a várias cartas, ofícios e contratos.

No período em que esse angariamento foi realizado, ou seja, a partir da década de 1930, mais precisamente a partir dos anos de 1934, a política imigratória brasileira passava por algumas modificações, se tornando mais restritiva e seletiva, além de manter e priorizar o imigrante europeu branco. Desta forma, por meio destes documentos entendemos que Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização teve de seguir as diretrizes da política imigratória imposta por Getúlio Vargas, recusando certos imigrantes por esses não estarem de acordo com as regras da política imigratória brasileira.

O então diretor da Seção de Imigração, Attilio Fávero, se mostrava bastante otimista e esperançoso com a possível vinda de milhares de imigrantes europeus através da empresa. Segundo Giani Vendramel de Oliveira, Fávero, escreveu uma carta ao Sr. Agameron de Magalhães, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio requerendo a autorização para a introdução de trabalhadores europeus para poder atender às necessidades da lavoura, que requeria cada vez mais trabalhadores²⁶⁵.

Em novembro de 1934 informou ao diretor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro que estava em negociação com o Governo de São Paulo para fazer a introdução de 6.000 trabalhadores nacionais no período de um ano e 30.000 agricultores estrangeiros no prazo de três anos. Logo após firmar o contrato com o Governo, a CAIC entrou em contato com a Companhia de Navegação Lloyd Brasileira para tratar da negociação dos preços das

²⁶⁵ Documentação não encontrada no Centro de Memória da Unicamp. In Carta enviada ao Sr. Agamenon de Magalhães, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, 06/11/1934, in CAIC, livro copiador de correspondência N° 01, p. 256.

passagens para os transportes dos possíveis imigrantes que ela pretendia trazer para São Paulo²⁶⁶.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização deveria cumprir as exigências impostas pelo Governo Vargas, como também a Lei de Cotas, instituída pela Constituição em 1934. Além disso, para a CAIC conseguir introduzir imigrantes no estado paulista deveria obter preliminarmente, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a permissão citada no artigo 10, do Decreto Federal nº24.215 de 19 de maio de 1934. Quanto às exigências do artigo 10, do regulamento que baixou com aquele Decreto, serão oportunamente satisfeitas pelo Governo do Estado, que determinará a quantidade e a nacionalidade dos imigrantes a serem introduzidos²⁶⁷.

Segundo o artigo 10 do Decreto citado acima nenhuma empresa poderia promover a imigração sem a autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Ou seja, a Companhia para poder angariar trabalhadores para o estado de São Paulo primeiramente deveria ter a autorização do Ministério e posteriormente, seguir as exigências quanto à quantidade e nacionalidade da corrente imigratória imposta pelo estado paulista.

Além dessas exigências que a CAIC deveria seguir, havia também alguns critérios em relação à seleção do imigrante. Em um contrato realizado pela Secretaria de Agricultura e a Companhia para a introdução de 30 mil imigrantes num período de três anos, contando a partir de 1934,

Os imigrantes serão agricultores, constituídos em famílias, tendo cada uma pelo menos 3 pessoas aptas para o trabalho, homens ou mulheres, de 12 a 50 anos; considerando-se excepcionalmente como trabalhador apto duas crianças cuja idades somadas alcancem mais de 15 anos. Serão aceitas famílias e solteiros de profissões uteis a agricultura, na proporção de 5% das famílias agricultoras, estabelecida pelo artigo 44 do decreto nº2.400²⁶⁸.

Os itens contidos no contrato tratam das características propostas pela política imigratória de Vargas, ou seja, imigrantes destinados à agricultura, de preferência em famílias e com idade compatível com o serviço a ser realizado. Observamos que nos contratos não eram mencionados a introdução de imigrantes com alguma profissão apta para a indústria, ou seja, não era requisitado pela CAIC o trabalhador ser profissional especializado destinado à indústria brasileira, isto também se deve ao plano colonizador que a própria empresa

²⁶⁶ OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o processo imigratório no estado de São Paulo (1928-1961). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá. 2010. p.100

²⁶⁷ Ofício do Gabinete do Secretário da Agricultura a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 06 de novembro de 1934.

²⁶⁸ Contrato entre a Secretaria de Agricultura e a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 1934, nº de ordem 01, p.02

empregava.

Além dos critérios citados acima, a CAIC era obrigada a não transportar imigrantes considerados indesejáveis ou perigosos à ordem pública, pelas leis do governo do Brasil. O preço para o transporte de cada imigrante seria de dezessete libras esterlinas, E finalizando o contrato teria o valor de duzentos contos de réis. Cabe destacar que neste contrato²⁶⁹ não é mencionada a nacionalidade que seria introduzida, o que podemos acreditar que seria o governo paulista a escolher a origem do imigrante.

Dentre da documentação consultada encontramos um único ofício que relata a “devolução” de uma família por não atender os critérios estabelecidos pela política imigratória do período. O ofício²⁷⁰ era entre a CAIC e a *Hamburg-Suedamerikanische* uma empresa transportadora marítima, referente ao ano de 1935. Abaixo se encontra a tabela que confeccionamos sobre os dados da família.

Tabela 3.6: Família recusada pela Secretaria de Agricultura

Sobrenome	Nome	Idade	Relig.	Prof.	Parentesco	Nacion.	Última Residência
Friska	August	50	Evangélica	Agrícola	Chefe	All.	Dambek
Friska	Josefa	48	Evangélica	Agrícola	Esposa	All.	Dambek
Friska	Walter	11	Evangélica	Agrícola	Filho	All.	Dambek
Friska	Karl	7	Evangélica	Agrícola	Filho	All.	Dambek
Schults	Erich	23	Evangélica	Agrícola	Genro	All.	Dambek
Schults	Wanda	21	Evangélica	Agrícola	Filha casada	All.	Dambek
Schults	Hildegard	1	Evangélica	Agrícola	Neta	All.	Dambek

Fonte: Ofícios entre a CAIC e a Hamburg-Suedamerikanische. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, número da ordem 126, 07 de outubro de 1935.

A tabela acima não deixa muito nítido os motivos que levaram a recusa da Secretaria da Agricultura em recusar a família, pois a parâmetro da idade corresponde ao que foi estipulado pelos contratos entre a CAIC e a Secretaria de Agricultura. Quanto à profissão, que era um dos principais pontos, todos alegaram serem agricultores desta forma, acreditamos que talvez alguma exigência baseada em ideia eugênica ou até mesmo com a documentação que não foi correspondida.

Logo que a CAIC foi reorganizada entrou em acordo com a Secretaria de Agricultura,

²⁶⁹ Contrato entre a Secretaria de Agricultura e a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 1934, n° de ordem 01, p.03

²⁷⁰ Ofícios entre a CAIC e a Hamburg-Suedamerikanische. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, número da ordem 126, 07 de outubro de 1935.

mais precisamente com Adalberto Bueno Neto sobre a introdução de 30 mil estrangeiros, de nacionalidade europeia durante o período de 3 anos, sendo a proporção de 10 mil por ano. A seleção deveria corresponder a pessoas aos seguintes critérios: a partir de 12 anos pagaria por uma passagem inteira, no valor de dezessete libras, e criança menores de 03 anos seriam as passagens grátis. Este contrato valeria duzentos contos de réis. Não são mencionadas as nacionalidades dos imigrantes, apenas que se tratava de europeus.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização também recebeu autorização do governo do estado de São Paulo para introduzir, como experiência, 100 famílias espanholas. Um ofício²⁷¹ encontrado na documentação retrata a vinda destas famílias, ou seja, demonstra o acordo entre a CAIC e a companhia responsável pelas famílias espanholas a *Société Generale de Transports Maritimes a Vapeur*, entretanto os eventos políticos que estavam ocorrendo na Espanha, como o início da guerra civil estava dificultando o embarque dessas corrente imigratórias. Os espanhóis eram vistos como imigrantes desejáveis para o governo brasileiro, pois se comparando com os italianos, portugueses e alemães, eram os que mais se caracterizavam como trabalhadores agrícolas (na condição de colono ou de pequeno proprietário), dando preferência às áreas de ocupação mais recentes na época, onde as oportunidades de acesso a terra eram mais amplas²⁷².

Ainda sobre a imigração espanhola, encontramos outra carta²⁷³ da *Société Generale de Transports Maritimes a Vapeur* direcionada a Companhia acerca do embarque da vinda de 100 famílias espanholas para o estado de São Paulo no ano de 1936, segundo o documento o embarque destas pessoas seria realizado em vários momentos, e obedecendo a legislação brasileira.

Encontramos também vários ofícios e relatórios sobre a vinda de teuto-russos para o Brasil, primeiramente o termo “teuto-russo” refere-se à pessoa descendente de alemão, que ao ter nascido ou vivido em território russo, apresenta nacionalidade russa. O que conseguimos compreender é que o maior deslocamento dessas pessoas do território soviético em direção a novos locais se deu durante o governo de Josef Stálin, geralmente por diversos motivos como: o receio de prisão e execução por parte do governo, a má qualidade de vida nas aldeias, a contrariedade em inserir seus descendentes no regime soviético, que pregava o comunismo, e que poderia acabar por gerar conflitos ideológicos entre as famílias.

²⁷¹ Ofício da Companhia Comercial e Marítima a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 10 de janeiro de 1936, nº de ordem 18.

²⁷² TRUZZI. Oswaldo; PALMA. Rogério da. A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso. Contemporânea, v. 4, n. 2 p. 461-480, Jul.-Dez. 2014, p.07.

²⁷³ Carta da *Société Generale de Transports Maritimes a Vapeur* a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 29 de agosto de 1936, nº da ordem 07.

O primeiro ofício acerca dos teuto-russos foi escrito por um fazendeiro, N. Schiefferdecker, “com referência as 600 famílias de teuto-russos em viagem para o Brasil, e desejando colocar na Fazenda ‘Flor Roxa’ de minha propriedade, situada em Marília, umas 30 destas famílias”²⁷⁴.

A primeira leva de teuto-russos chegou a São Paulo através do Vapor Monte Oliva na data de 23 de novembro de 1935, contabilizando 62 imigrantes constituídos em 10 famílias, que posteriormente, seriam enviados para as fazendas Figueira e Flor Roxa em Marília. Após um período em que o grupo permaneceu nas propriedades, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização recebeu uma carta informando diversas queixas acerca dos teuto-russos na Fazenda Figueira.

Com referência aos colonos teuto-russos que foram para a minha fazenda, em Marília, conforme as notícias que recebo, a permanência daqueles colonos não nos é mesmo de conveniência na Fazenda, porquanto são famílias muito grandes e com poucas enxadas, sendo há eles muito difícil de manter, em virtude de serem bem poucas as pessoas que trabalham de cada família. Além disto, reclama de tudo, tendo até no terceiro dia de trabalho, feito já uma espécie de greve, juntando-se todos e largando o serviço pelas 15 horas, alegando que tinham muito mato no café²⁷⁵.

Pelo relato acima a convivência dos teuto-russos nas fazendas da cidade de Marília não foi algo tão simples. Na carta, o administrador da Fazenda, o Sr. Armando Pederneira, solicitava da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização que retirasse estes imigrantes da fazenda, chegando ao extremo de realizar queixas acerca da CAIC à Diretoria de Terras Colonização e Imigração, alegando que os representantes da empresa estavam incentivando os teuto-russos a serem insubordinados. Não encontramos nenhum documento que demonstre que este grupo foi removido da propriedade.

Além disso, dentre a documentação encontramos um relatório²⁷⁶ referente à vinda destes teuto-russos para o Brasil, no qual apresenta informações relevantes, como a questão de estarem a bordo do navio pessoas doentes, mais precisamente a senhora Bertha Bush com reumatismo e duas crianças com sarampo. Sendo que ao chegarem ao Porto de Santos foram examinados pelo médico da Imigração, que informou a São Paulo para que fossem buscar tais crianças e as colocassem em isolamento na Hospedaria dos Imigrantes. Após o período do almoço, exceto a senhora e as crianças, todos os demais foram conduzidos de caminhões até a Estação da S.P.R. Posteriormente, através de vagão levados até a Estação do Brás e seguindo

²⁷⁴ Carta de N. Schiefferdecker a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 26 de Junho de 1933.

²⁷⁵ Carta do Sr. Armando Pederneira a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 21 de setembro de 1936, nº da ordem 111.

²⁷⁶ Relatório sobre a chegada dos imigrantes teuto-russos. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, número da ordem 133, 23 de novembro de 1935

a viagem caminhando para a Hospedaria.

Na Hospedaria foram todos examinados por um médico, tendo que tomar novamente as vacinas, pois havia cinco pessoas que não apresentavam terem tomados às vacinas necessárias. No dia seguinte foi demonstrado o contrato de trabalho a estes estrangeiros, tendo os chefes de família assinado e tal documento fixado no Departamento Estadual de Trabalho. Entretanto acabaram tendo alguns problemas com a família Szitkowski que se recusava a assinar o contrato e pretendia ficar na capital, ação que não era permitida perante o que foi estipulado. Após longas conversas a família compreendeu que deveria seguir viagem com as demais pessoas²⁷⁷.

Não encontramos mais dados na documentação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização referentes aos pagamentos dos trabalhadores rurais nas fazendas. Os dados bibliográficos referentes ao salário pago a estas pessoas trazem bastante informação variada onde os pagamentos diversificavam conforme as regiões, além da influência do preço do café que estaria no mercado. Os salários na agricultura não sofreram grandes variações entre 1884 e 1914. Entre 1902 e 1910 ocorreu um leve aumento na remuneração em decorrência de um número menor de imigrantes que entraram em São Paulo e do aumento dos que saíram do Estado. De modo geral os salários pagos em 1914 eram praticamente o mesmo de 40 anos antes²⁷⁸.

Nos documentos consultados, principalmente em cartas trocadas entre a CAIC e os representantes de outros países da Europa era recorrente a fala da empresa de que auxiliaria no que fosse preciso o imigrante caso ele precisasse durante sua estadia na fazenda, entretanto não encontramos maiores informações se realmente isso ocorreu. A bibliografia consultada considera que o governo, como também as companhias particulares não poderiam fazer nada em relação aos acordos feitos entre fazendeiros e trabalhadores estrangeiros, também não influenciava os imigrantes a realizarem greves ou motins, como no caso dos teuto-russos.

No mesmo ano, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização solicitou a autorização da Secretaria de Agricultura de São Paulo para a introdução de 10.000 imigrantes de nacionalidade europeia, entretanto sem o subsídio do governo estadual. Neste documento encontram-se os mesmos critérios de seleção abordados acima, sendo o valor de trezentos e cinquenta mil réis por passagens destinadas a Europa e Estados Unidos e de duzentos mil réis

²⁷⁷ Relatório sobre a chegada dos imigrantes teuto-russos. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, número da ordem 133, 23 de novembro de 1935

²⁷⁸ OLIVEIRA, Giani Vendramel de. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o processo imigratório no estado de São Paulo (1928-1961). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá. 2010. p.103

para os países meridionais da América do Sul. Desta forma, observamos que as nacionalidades exigidas pelo estado de São Paulo tratavam-se da europeia, dos Estados Unidos e de alguns países da América do Sul, como Equador, Peru, Bolívia, Venezuela. Além disso, a empresa receberia uma bonificação do governo para esta ação de 350\$000 mil réis por estrangeiro adulto.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização continuava a assinar contratos para a introdução de trabalhadores imigrantes. Um destes contratos trata-se da introdução de 10 mil imigrantes europeus, neste documento é discriminado a quantidade e as nacionalidades exigidas pela Secretaria de Agricultura, sendo Romenos 2 mil, Húngaros 300, Austríacos 1.000, Iugoslavos 1.000 e espanhóis e italianos a quantidade de 5.700.

Sobre a imigração de Húngaros, que se trata de algo “novo” para a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, como também apresentou poucos números até o contexto da Segunda Guerra Mundial. Anteriormente à Primeira Guerra Mundial, originários, sobretudo da área rural, caracterizada por graves problemas sociais e pobreza, o fluxo de húngaros para a América e vários países europeus foi estimulado pela depressão econômica na Hungria, cujo movimento cresceu em escala geométrica, com 2.500 pessoas por ano durante o período 1876 a 1880, até atingir 110 mil pessoas por ano durante o período 1901 a 1911. Entre os anos de 1908 e 1928 entraram no estado de São Paulo 56.716 húngaros, sendo que 30 mil estavam domiciliados neste mesmo estado²⁷⁹.

Nos anos 1930, quando a depressão econômica se agravou e leis severas foram decretadas contra os judeus, ampliou-se a demanda pela emigração, ao passo que o número de retornados (húngaros residentes em outros países) se tornou maior do que o de emigrantes. Em 1935, o advento do Nazismo e do antissemitismo reforçou a pressão para sair do país, mas mediante o estabelecimento de restrições à saída dos judeus se impediu sua emigração em massa, até o início de sua deportação, em 1941.

Durante a Segunda Guerra Mundial uma nova modalidade de migrante se colocou em movimento, o migrante forçado “colocado em marcha contra a sua própria vontade” com a aprovação do governo. Uma parte desses migrantes forçados pereceu nos campos de concentração, vítima de trabalhos forçados e outras vicissitudes. Outra parte deixou o país para se empregar na produção de guerra alemã e ao final da guerra não retornou a Hungria, na época ocupada pelo exército russo. Convertido a deslocado de guerra, foi conduzido aos

²⁷⁹ SILVA. Diego Gil Melo da; Bastos. Sônia Regina; SALLES. Maria do Rosário Rolfsen. A presença húngara em São Paulo no pós Segunda Guerra Mundial. TRAVESSIA - Revista do Migrante - Nº 79 - Julho - Dezembro / 2016. p.75

campos de refugiados, onde pessoas de distintas nacionalidades, religiões e classes sociais eram acolhida²⁸⁰.

Com isso compreendemos que determinadas nacionalidade que não apresentavam números expressivos em suas imigrações começaram a se fazer presentes a partir da década de 1930, devido aos problemas políticos e econômicos que enfrentava a Europa. Nota-se também novamente neste contrato a tentativa na introdução de espanhóis que anteriormente apresentou problemas para a CAIC devido ao contexto mundial, sendo que espanhóis e italianos, neste contrato, foram os que apresentavam números mais expressivos, por serem consideradas nacionalidades bem aceitas pela política imigratória brasileira.

Na documentação da CAIC encontramos uma pasta destinada apenas aos dinamarqueses, como cartas, ofícios trocados entre a empresa e os representantes do governo da Dinamarca. Inicialmente o Consulado da Dinamarca em outubro de 1935 solicitou informações através de um ofício²⁸¹ acerca da CAIC e relatórios da Companhia Paulista, cujo interesse era o envio de dinamarqueses para São Paulo.

A Companhia enviou os documentos solicitados ao Consul da Dinamarca e também se propôs a expedir as propagandas de lotes de terras para os colonos dinamarqueses, entretanto foi informada de que o Governo deste país proibia propagandas de imigração e colonização de outras regiões. Em resposta ao ofício do Consul Real da Dinamarca, a Companhia primeiramente descreve os objetivos da empresa:

Foi organizada com o intuito de introduzir imigrantes europeus no Estado de São Paulo, destinados a agricultura, e proporcionar-lhes, após o estágio necessário em fazendas adequadas, a aquisição de lotes de terras de cultura com uma pequena entrada de pagamento e o restante a longo prazo. Há três categorias de imigrantes a introduzir neste Estado: os que dispõem de recursos, para, logo de início, se tornar proprietários; os que têm, mas ainda insuficientes para tal aquisição, necessitando completa-los trabalhando durante certo lapso de tempo na lavoura; e finalmente, os que chegam de todo desprovidos de recursos e por alguns anos devem trabalhar na agricultura, até a obtenção do pecúlio necessário²⁸².

A CAIC ao realizar a sua propaganda de vendas de terras mencionava que havia três tipos de imigrantes para se introduzir em São Paulo: os que apresentavam recursos financeiros para imediatamente adquirirem um pedaço de terra, os que não tinham recursos suficientes e precisavam de meios para completa-los como o trabalho na lavoura paulista por determinando

²⁸⁰ SILVA. Diego Gil Melo da; Bastos. Sônia Regina; SALLES. Maria do Rosário Rolfsen. A presença húngara em São Paulo no pós Segunda Guerra Mundial. TRAVESSIA - Revista do Migrante - Nº 79 - Julho - Dezembro / 2016. p.76

²⁸¹ Ofício do Consul Real da Dinamarca a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 28 de outubro de 1935, nº da ordem 28, p.1

²⁸² Carta ao Consul Real da Dinamarca. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 29 de outubro de 1935, nº da ordem 25, p.03.

tempo e aqueles que não tinham nenhum recurso financeiro e que por tal motivo deveriam trabalhar por vários anos na agricultura, até que conseguissem adquirir dinheiro suficiente para conseguir ter sua própria propriedade.

A empresa também menciona motivos que seriam de interesse do governo dinamarquês sobre o envio de seus nacionais para o Brasil, como:

A Europa inteira travessa uma crise de falta de trabalho, motivada, sobretudo pela política de restrições de produção e de comércio, e vários países procuram meios de colocar alhures os desempregados, cuja manutenção tem sido extraordinariamente dispendiosa. Muitos deles facilitam por todos os modos a saída dos sem trabalho, custeando-lhes o transporte e fornecendo-lhes elementos para o seu estabelecimento no estrangeiro. Auxílios semelhantes ou de idêntica natureza são prestados pela Alemanha e pelo Comitê Nansen, de Genebra. A nossa Companhia vem colaborando com esses governos, de modo a facilitar não só a vinda de tais elementos, mais ainda dando toda a assistência aos que aportam a este Estado. Com a este respeito, a nossa empresa tem caráter semioficial, estamos em condições de obter a entrada de imigrantes, agricultores, de qualquer país da Europa, sem nenhuma cota de restrição motivada pela sua nacionalidade e sem nenhuma exigência de depósito de dinheiro para a entrada no país²⁸³.

Desta forma, segundo o que foi exposto em Carta, acreditamos que algum dos motivos do interesse da empresa em angariar imigrantes dinamarqueses deve-se primeiramente ao fato de serem europeus brancos, e segundo como a própria empresa menciona a toda a Europa no momento passava por crises econômicas que afetavam tanto a questão de disponibilidade de empregos como de alimentos.

Do que foi exposto pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização nesta carta endereçada ao Cônsul da Dinamarca à empresa se mostrou bastante interessada em introduzir os imigrantes dinamarqueses que estivessem desempregados, alegando para isso que auxiliaria no que necessitassem, entretanto mais uma vez mencionamos que não encontramos nenhum documento que alegue que a CAIC ajudaria os estrangeiros que angariava em território brasileiro. Outro ponto a ser esclarecido trata-se da menção a que não existiria cotas de restrição, como também já abordamos aqui, a empresa deveria seguir todas as leis que faziam parte da política imigratória brasileira, ou seja, ela deveria seguir as cotas de entrada, o que poderia acontecer especificamente no caso da Dinamarca, seria um aumento na sua cota, algo que o próprio Conselho de Imigração e Colonização chegou a realizar, para facilitar a entrada desta nacionalidade.

Todos os países, exceto Portugal, apresentariam uma cota de entrada, de acordo com a tabela de cotas²⁸⁴ a Dinamarca possuía o valor de 56,18 para cota, sendo destinado como já comentado acima, 80% para agricultores o que indica um valor de 44,9440 e 20% para

²⁸³ Carta destinada ao Consul da Dinamarca. Arquivo Público do estado de São Paulo, CODASP, número da ordem 25. Pasta sobre imigração de Dinamarca. 24 de outubro de 1935, p.04

²⁸⁴ Revista de Imigração e Colonização. Ano I. N.1. Janeiro de 1940. p.163-164.

demais profissões, com o valor de 11,2360, ou seja, um valor baixo devido aos poucos números que a imigração dinamarquesa representava no Brasil. Desta forma, possivelmente a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização não estava seguindo todas as diretrizes da política imigratória brasileira. Sobre a introdução de dinamarqueses no estado de São Paulo, não é mencionada a quantidade ou o período da possível vinda destes agricultores. Cabe destacar também que na carta destinada ao governo da Dinamarca, a empresa buscou realizar, como era de costume, a possível venda de suas terras aos interessados.

Sobre os portugueses, este foi um grupo que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização tentou introduzir no território paulista no ano de 1936, entretanto segundo o representante do município de Anadia:

Verifica-se não permitirem as nossas leis de emigração o angariamento de emigrantes; mas mesmo que assim não acontece-se também era difícil juntar o número de famílias indicadas com as condições exigidas visto que aparece hoje uma e não se sabe quando outra²⁸⁵.

Como foi exposto a CAIC ao entrar em contato com certa localidade de Portugal não conseguiu a autorização do angariamento de trabalhadores portugueses, além disso, os portugueses foram uma nacionalidade que eram bem aceitos, em termos de estrangeiros no país, possuíam quase os mesmos direitos que os nacionais. Podemos citar como exemplo que o periódico a Revista de Imigração e Colonização trazia todo ano em seus números meios para se incentivar a imigração de portugueses para o Brasil.

Um grupo que merece destaque nas ações da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, são os refugiados, encontramos três cartas acerca da possível vinda de refugiados para o estado de São Paulo, trata-se de cartas endereçadas ao Escritório Internacional Nansen para Refugiados, um órgão autônomo que estava sob a autoridade da Liga das Nações, sendo autorizado a funcionar em 1930, a fim de concluir os trabalhos do Sr. Fridtjof Nansen, que trabalhou como Alto Comissário da Liga das Nações para Refugiados de 1921 a 1930. Este Escritório foi o sucessor do Alto Comissariado para Refugiados.

Podemos compreender por meio destas duas cartas é que o Escritório Internacional entrou em contato com CAIC para a introdução de refugiados no estado de São Paulo. “Por nossa parte, estamos também certos de que, de nossas conversações, poderá resultar uma mais estreita e perfeita colaboração entre o Office International Nansen e a CAIC, no sentido de ativar a vinda de refugiados e o seu consequente estabelecimento em terras de São Paulo”.²⁸⁶

²⁸⁵ Carta entre Arcos-Anadia e a CAIC, Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 04 de fevereiro de 1936.

²⁸⁶ Carta da CAIC ao Conselheiro da Legação Suíça no Rio. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 10 de agosto de 1935, nº da ordem 33.

No período em que a carta foi escrita ainda não havia iniciado a Segunda Guerra Mundial e o Brasil não apresentava até o momento, uma política imigratória destinada aos refugiados, tal política foi mais bem elaborada assim que se iniciou o conflito, inclusive com a própria ajuda do Conselho de Imigração e Colonização.

Na segunda carta encaminhada ao Escritório Internacional Nansen a CAIC esclarece algumas diretrizes da política imigratória e as exigências sobre a entrada desses refugiados. Trata-se de critérios e exigências iguais a destinadas aos demais imigrantes, constituídos em famílias, aptos ao trabalho agrícola, com jornada de trabalho que poderia ultrapassar 8 horas diárias e que se fixem em propriedade agrícola por no mínimo um ano, o que facilitaria a nacionalização deste estrangeiro.

Na última carta ficamos sabendo que os refugiados tratavam-se de 15 famílias russas que se encontravam na Índia, totalizando 50 pessoas. Segundo a CAIC:

A nossa companhia não cogita, em absoluto, de trazer qualquer leva de nenhum país fora da Europa e muito menos, de uma região tão longínqua como a Índia, porém apresso-me a declarar que estou pronto a atender o seu apelo, aceitando a introdução dessas 50 pessoas. Ficando, porém bem entendido que as nossas despesas não ultrapassem £10 por inteira, considerando como tais as pessoas maiores de 12 anos, como meia passagem de 3 a 7 e grátis a de menos de 3 anos. Há certa prevenção aqui contra imigrantes vindos de países fora da Europa, e como não dispomos de nenhum agente que possa inspecionar este embarque na Índia, estou certo de que dará as providências necessárias para que se verifique tratar-se realmente de pessoas agricultoras, em perfeitas condições sanitárias e de toda a idoneidade moral²⁸⁷.

Como comentado na última carta, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização não atuava em outras partes que não fossem a Europa, possivelmente na Índia a CAIC não teria autorização do governo estadual e federal para agir. Além disso, podemos notar uma atenção da CAIC em seguir as diretrizes da política imigratória brasileira ao mencionar que havia uma “certa prevenção contra a imigração de fora da Europa”.

O Escritório Nansen continuou a enviar pedidos para a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização para a introdução de estrangeiros, neste ofício o Escritório Nansen se mostra interessado em enviar para o território paulista suíços refugiados no ano de 1936. A CAIC se mostrou bastante interessada alegando que “o momento atual parece-me de grande oportunidade, além disto, a excelente vantagem de ser o governo constituído por elementos de primeira ordem com os quais mantemos as melhores relações²⁸⁸”.

Continuando com a questão de fugitivo, a Companhia de Agricultura, Imigração e

²⁸⁷ Carta da CAIC ao Conselheiro da Legação Suíça no Rio. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 18 de dezembro de 1935, nº de ordem 23.

²⁸⁸ Ofícios da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização para Sr. Redar, Conselheiro da Legação Suíça no Rio. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, número da ordem 33, 10 de agosto de 1935.

Colonização logo que foi reorganizada realizou uma proposta²⁸⁹ à União da Atividade dos Germânicos da Rússia e da Polônia para a introdução de três mil famílias camponesas de fugitivos da Rússia e da Polônia.

As famílias seriam localizadas em propriedade particulares que apresentassem o cultivo de café, cereais, algodão, laranjas, cana de açúcar, onde permaneceriam pelo prazo de um ano para se adaptarem aos costumes e língua brasileira. Após este período os trabalhadores receberiam um lote de cinco alqueires por cada família e uma casa de tijolos.

As famílias seriam compostas de cinco pessoas, tendo em média 04 integrantes aptos para o trabalho na agricultura. A CAIC se encarregaria do transporte dos imigrantes de terceira classe dos pontos de Hamburgo ou Bremen a Santos. A alimentação e o necessário para sobrevivência destas famílias seria custeado pela Companhia até o momento em que estes trabalhadores conseguissem emprego remunerado²⁹⁰.

A CAIC ainda teria que apresentar ao Departamento do Trabalho uma relação dos imigrantes para ser autorizado o visto nos passaportes pelo Governo, o que isentaria tais grupos do depósito de 3:000\$000 e da cota de imigração. Abaixo temos uma tabela com a relação detalhada de algumas famílias oriundas da Rússia e da Polônia:

Tabela 3.7: Famílias da Rússia e da Polônia

Sobrenome	Nome	Idade	Religião	Prof.	Parentesco	Nacion.	Ult. Resid.
Spitzer	Gustav	50	Evang.	Agric.	Chefe	Sem. Nac.	Penzlin
..	Emma	53	..	..	Esposa	..	..
..	Waldemar	21	..	..	Filho	..	..
..	Erich	15	..	..	..	..	..
..	Emma	12	..	..	Filha	..	..
Neuman	Oskar	26	..	..	Sobrinho	Alemã	..
Drager	Ludwig	38	..	..	Genro	..	..
..	Lydia	26	..	..	Filha cas.	..	..
..	Wilhelm	7	..	..	Neto	..	..
..	Helmut	5	..	..	..	..	..
..	Christel	4	..	..	Neta	..	..

²⁸⁹ Proposta da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização a União de atividades dos fugitivos da Rússia e da Polônia. 23 de novembro de 1934, nº da ordem 60, p.1-03.

²⁹⁰ Proposta da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização a União de atividades dos fugitivos da Rússia e da Polônia. 23 de novembro de 1934, nº da ordem 60, p.1-03.

..	Hertha	½	..	..	..	..	..
Wudtke	Rudolf	23	..	..	Genro	..	..
..	Adina	19	..	..	Filha cas.	..	..
..	Heinrich	¾	..	..	Neto	..	..
Hinz	Rudolf	27	..	..	Chefe	..	Wiesenthal
..	Helene	26	..	..	Esposa	..	..
..	Waldtraut	3	..	..	Filha	..	..
..	Margot	1	..	..	..	..	..
Littman	Pauline	17	..	..	Sobr. Do chefe	..	..
Busch	Robert	27 ½	..	..	Chefe	Sem. Nac.	Dom. Fischhausen
..	Berta	28 ½	..	..	Esposa	..	..
..	Erhart	2 5/6	..	..	Filho	..	..
..	Elly	2	..	..	Filha	..	..
Lange	Olga	25 ¾	..	..	Irmã da esp.	..	..
..	Hulda	35	..	..	..	..	..

Fonte: Tabela detalha de famílias oriundas da Rússia e da Polônia. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 15 de outubro de 1935, nº da ordem 125.

Através da tabela notamos alguns dados referentes à idade, que seriam entre menores de um ano a 53 anos; religião, sendo todos evangélicos; de profissão agrícola; a maioria se apresentando como sem nacionalidade e sua última residência na Alemanha. Desta forma, famílias apresentavam todas as características favoráveis para a sua introdução no Brasil.

Em 1937 o Ministro da Grécia encaminhou uma correspondência²⁹¹ a Companhia sobre o possível envio de refugiados agricultores da Trácia e da Ásia Menor que se encontrava em território grego, no total havia 1.500.000 refugiados, sendo que por parte da Grécia havia o interesse de enviar parte desse número para o estado paulista, desta forma, o Ministro solicita informações sobre a empresa e os critérios para o angariamento de trabalhadores. Nos documentos analisados não há outra menção a estes agricultores. Desta forma, notamos que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização também recebia diversos pedidos de refugiados para virem ao território paulista e, posteriormente, adquirem uma propriedade, sendo recorrente a menção de que eram agricultores. Embora não tenhamos encontrado mais

²⁹¹ Carta do Ministro da Grécia endereçada a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 26 de outubro de 1937, nº de ordem 39.

documentos que demonstrem se a empresa aceitou ou não tal pedido, acreditamos que não haveria motivos para a recusa a estes estrangeiros.

Na documentação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização encontramos uma carta de um dos diretores da empresa acerca da imigração de judeus, segundo este:

Depois da minha volta, estive dois dias no Rio de Janeiro expondo aos dirigentes do Departamento de Imigração o resultado da minha viagem a Europa, tendo nessa ocasião feito proposta para introduzir no país, para começar, 100 famílias israelitas. Infelizmente já existe no Brasil certa prevenção contra os judeus, não obstante as vantagens, que todos reconhecem, que adviriam da introdução de imigrantes judaicos no país²⁹².

A imigração de judeus para o Brasil ao longo da história trata-se de uma temática bastante complexa e muitas vezes contraditória, estes estrangeiros foram considerados indesejáveis a partir da década de 1930, onde a percepção do judeu enquanto fator de conspiração, de ameaça e de perigo para a sociedade brasileira tornou-se mais nítida e obsessiva após o fracasso comunista de novembro de 1935, atingindo o auge em 1937, no período em que a Ação Integralista Brasileira (AIB) havia-se projetado nacionalmente na expectativa de importar-se conquistando o poder político²⁹³.

Desta forma, de acordo com a política imigratória brasileira havia certa restrição à entrada de judeus no país, pois eram consideradas capitalistas, pessoas que não iriam e não se adaptariam ao meio agrícola. Entretanto se analisarmos os números de entrada deste grupo perceberemos que eles continuavam a vir para o país, muitas vezes com uma rede de ajuda, que envolviam grupos específicos, diplomatas.

Para Jeffrey Lesser os intelectuais e formuladores políticos consideravam os judeus culturalmente indesejáveis, mesmo acreditando que eles mantinham um relacionamento especial e hereditário com o poder econômico e que poderiam, dessa forma, auxiliar o Brasil a desenvolver-se industrialmente²⁹⁴. Ou seja, apesar dos judeus serem indesejáveis o seu poder econômico poderia auxiliar no desenvolvimento do país, o que fica nítido na fala citada acima do diretor da CAIC acerca das vantagens que os judeus poderiam trazer ao território brasileiro.

²⁹² Carta do diretor da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 22 de abril de 1939, nº da ordem 20.

²⁹³ MILGRAM. Avraham. Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos-não arianos- da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942). Rio de Janeiro. Imago. 1994. p.73.

²⁹⁴ LESSER. Jeffrey. O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995. p.23.

Segundo Giani Vendramel de Oliveira²⁹⁵ em 1939 a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização solicitou autorização juntamente ao Conselho de Imigração e Colonização para a introdução de 50 a 100 famílias de refugiados judeus através de um pedido realizado pela Jewish Colonization Association, pois tal associação estava interessada em adquirir propriedades da CAIC para realocar estas famílias. Ainda, a empresa mencionou que não venderia nenhuma terra sem a prévia autorização do CIC. Cabe destacar que a Jewish Colonization Association, foi fundada em 1891 com o propósito específico de auxiliar as comunidades judaicas pobres da Europa Oriental e dos Balcãs, através de estabelecimento de colônias agrícolas judaicas nas Américas. Entre 1904 e 1924, a ICA formou duas colônias agrícolas judaicas na fronteira do Rio Grande do Sul. Os colonos judeus da Europa oriental que se estabeleceram no Brasil nunca totalizaram mais do que alguns milhares de pessoas²⁹⁶.

A autora não menciona se a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização teve uma resposta do CIC, entretanto pela historiografia e pelo debate acerca da imigração de judeus no período, acreditamos que a CAIC não obteve uma resposta exitosa do Conselho de Imigração e Colonização.

Próximo ao término novamente do subsídio à imigração, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização introduziu na lavoura paulista famílias da região Banat, que fica situada atualmente entre os países Romênia, Hungria e Sérvia. Dentre os motivos que na história levaram a imigração de romenos para o Brasil podemos destacar que em 1920 com a unificação da região da Bessarábia pela Romênia, evento ocorrido posteriormente a Primeira Guerra Mundial, iniciou-se uma forte nacionalização nesse território, exigindo a assimilação das minorias étnicas que viviam naquele espaço. Por aproximadamente vinte anos a região da Bessarábia viveu sob o domínio romeno, sendo que os cidadãos que nascessem nesta área durante o período eram considerados automaticamente romenos.

As diversas políticas implantadas na região implicaram também reformas agrárias que aumentaram a taxação de impostos para a população rural, não romena, e dificultaram a obtenção de terras para a lavoura. Nessas condições, o governo romeno tinha interesse direto em expatriar vastas populações não romenas dos territórios recém-anexados, através da organização do fluxo migratório para os países sul-americanos, e, sobretudo, para o Brasil²⁹⁷.

²⁹⁵ A documentação abordada não foi encontrada para a realização deste trabalho, mas trata-se de: Carta enviada a Secretaria de Agricultura, 11/05/1939, in CAIC, livro copiador de correspondência N° 08, p. 239-240.

²⁹⁶ LESSER. Jeffrey. O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995. p.40

²⁹⁷ RUSEISHVILI. Svetlana. Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a Revolução Bolchevique de 1917. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016, p.110.

Desta forma, o governo da Romênia considerava o território brasileiro como um possível local para enviar sua população indesejável. Porém para a política migratória brasileira, estes imigrantes eram vistos como desejáveis, por serem europeus brancos, e com isso aceitos no estado de São Paulo.

Em 1936 a CAIC recebeu uma carta do Sr. Kiril Lebedenco, morador da colônia Letônia no estado de São Paulo. Sobre a imigração de letos A presença dos imigrantes letos em terras brasileiras não pode ser entendida como uma história da imigração e da colonização no Brasil, nem pela sua expressão numérica nem tampouco pelo seu impacto na vida e nos rumos do processo do qual fez parte. O processo migratório que envolveu esse grupo decorreu do conturbado cenário político-institucional vivido pela pequena República Báltica da Letônia no início do século XX, no breve período de sua existência enquanto república independente, e também das características culturais que moveram um pequeno contingente de pessoas à busca da terra prometida²⁹⁸.

Segundo o relato encontrado na documentação da CAIC, tratava-se de um imigrante russo da região da Bessarábia, que morava no estado de São Paulo há mais de 25 anos, onde adquiriu terras e tinha interesse em trazer para o estado paulista mais moradores dessa região,

Porque no ano passado (1935) não houve colheita de trigo, e me escreveram de que quase todos os lavradores terão um final triste, morrer de fome. Estão dispostos a tudo, trabalhar de graça até que não seja paga a passagem, ou aceitam outra qualquer que seja condição, somente para sair deste país de miséria²⁹⁹.

Também encontramos um ofício referente à Romênia

Onde o número de imigrantes europeus que proponho introduzir, a título de experiência é de aproximadamente 1.000 imigrantes. O meu trabalho de angariamento destas famílias será desenvolvido no Banath (Romênia-Hungria) onde irei angariar de 20 a 25 famílias para experiência de serviço³⁰⁰. As condições de seleção para estes trabalhadores em geral, eram as mesmas para todos os contratos de introdução de imigrantes realizado pela Companhia. De acordo com os arquivos consultados o total de famílias romenas introduzidas foi de 70 pela CAIC³⁰¹.

A relação das famílias romenas introduzidas pela Companhia encontra-se em anexo, onde consta o nome e sobrenome, idade, nascimento e grau de parentesco. No ano de 1940, com o decorrer da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética retomou o domínio da região da Bessarábia, e cedeu a área para a Ucrânia e Moldávia, desta forma, os habitantes deste local buscaram na imigração uma saída para se livrar dos governos comunistas.

²⁹⁸ SILVA, Henrique M. Adaptação pioneira dos imigrantes da Letônia na terra prometida. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003. p.02

²⁹⁹ Carta do Sr. Kiril Lebedenco a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 19 de janeiro de 1936. nº da ordem 09, p.01.

³⁰⁰ Ofício da Companhia de Agricultura Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 15 de janeiro de 1937, nº do processo 28.

³⁰¹ No anexo encontram-se as tabelas referentes as famílias introduzidas.

Quando analisamos a imigração do Leste Europeu nos deparamos com uma grande dificuldade: a falta de historiografia. A historiografia aponta como uma das causas principais a fuga do governo que se fazia presente nos países reformulados, como também os problemas econômicos e políticos causados com o fim da Primeira Guerra Mundial. Nos arquivos que tivemos acesso encontramos diversos ofícios acerca da entrada de imigrantes do Leste Europeu estacam-se húngaros, lituanos, russos, teuto-russos.

No ano de 1936 a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização enviou uma carta³⁰² ao fazendeiro Sr. João Theodoro Souza, proprietário da Fazenda Santa Quitéria, no atual município Porangaba (Linha Mogiana), sobre o pedido deste fazendeiro acerca da vinda de 30 a 40 famílias húngaras, desta forma, a CAIC exigia que o proprietário fornecesse a lista das famílias para que a Companhia pudesse realizar o transporte destes estrangeiros. Não encontramos uma resposta do fazendeiro a empresa.

Na documentação também encontramos ofícios e cartas sobre a vinda de russos para o território paulista. Os primeiros russos que vieram para o território brasileiro chegaram aos anos de 1870, sendo camponeses pobres que buscavam meios para uma vida mais digna. O fluxo em larga escala de emigrantes do Império Russo para o Brasil em 1890-1891 foi possível por razões externas e internas. As razões externas para a Rússia incluem a introdução de medidas de imigração do governo brasileiro: bilhetes gratuitos de navio a vapor, alocação de terras, pagamento de salários, incentivos às empresas de navios a vapor para entregar migrantes acima de um determinado número, e o trabalho ativo de entre a população russa. Causas domésticas para a Rússia incluíram a crise econômica; a fome causada pelas colheitas pobres de 1889 e 1891; a alta proporção de sem-terra e pobres camponeses; o subdesenvolvimento da indústria fabril e os baixos salários. A fome causada pelas colheitas pobres de 1889 e 1891; a alta proporção de sem-terra e pobres camponeses; o subdesenvolvimento da indústria fabril e os baixos salários³⁰³.

Para Alexandre Vorobieff ocorrem três momentos da imigração russa para o Brasil. O primeiro se inicia com o movimento revolucionário de 1905 o que acarreta de vinda de várias pessoas para o interior paulista, principalmente para Nova Odessa. O segundo momento foi devido aos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa e vai levar ao êxodo membros do exército branco, leais ao Tzar Nicolau II, opositores do novo regime,

³⁰² Carta enviada a João Theodoro Souza pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 16 de março de 1936, nº da ordem 02.

³⁰³ RYAZANTSEV. Sergey V; SMIRNOV. Alexey V; TRUZZI. Oswaldo Mario Serra; RUSEISHVILI. Svetlana. *Emigration from the Russian Empire to Brazil in the late XIX and early XX centuries*. Published in the USA. Blye Gody. 2023. 18(2): 842-857. p.854.

grandes proprietários de terra, empresários de diversos setores econômicos, integrantes da elite intelectual e do clero³⁰⁴. E o terceiro momento ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, de 1945 até 1950, aonde vieram para o país os russos que estavam na China, seja pela construção da estrada de ferro Transiberiana ou os que estavam fugindo da Revolução de 1917 e foram para a China e agora fogem da Revolução Chinesa.

Um grupo de imigrantes da União Soviética conhecidos como “deslocados de guerra” teve sua chegada ao Brasil a partir do final da Segunda Guerra Mundial, momento em que a URSS predominou sua influência no Leste Europeu. O grupo composto de diversos russos, sendo imigrantes do período Pós-Revolução e prisioneiros de guerra que estavam exilados nos diversos países do Leste da Europa decidiram ao invés de voltarem para a URSS, muitos optaram por se deslocarem para outras partes do mundo, como no caso o Brasil. Sendo pessoas sem cidadania pela IRO (Organização Internacional de Refugiados). As estatísticas do Museu do Imigrante mostraram que o maior número de imigrantes russos, na segunda metade do século, ocorreu no ano de 1921 quando foi registrada a entrada de 1.526 russos. De 1917 a 1941, vieram ao país 12.210 russos³⁰⁵.

No final do século XIX, quando se iniciou a chegada de russos para o território brasileiro, sendo predominantemente formado por camponeses que se dirigiam para os estados que necessitavam de colonização, como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nestes locais eles cultivavam trigo, milho, feijão, batata, beterraba devido ao solo propício para este tipo de plantação. Os jornais estrangeiros recorrentemente escreviam sobre os fatos negativos de emigrar para as terras brasileiras, o que trazia uma péssima imagem para o Brasil:

A questão da emigração não é colocada em bases legais no Brasil... A taxa de mortalidade, especialmente entre crianças, é enorme. Os colonos que chegam... são colocados em quartéis...eles dormem em quartos apertados, em barro pisos, sem mesmo palha para cama... A qualidade da terra é muitas vezes tão ruim que muitos emigrantes abandonam e se voltam para a mendicância; as meninas que crescem se tornam prostitutas, e aquelas que são capazes, sendo completamente arruinado, voltar ao seu país natal³⁰⁶.

No mesmo ano a Sociedade de Imigração Russa para a América do Sul localizada na

³⁰⁴ WEBER. Regina; GRITTI. Isabel Rosa. Imigração russa no sul do Brasil: esboço de interpretação. Antíteses, Londrina, v.15, n.30. p.263-291, jul-dez 2022. p.268

³⁰⁵ BYTSENKO. Anastassia. Imigração da Rússia para o Brasil no início do século XX: visões do paraíso e do inferno. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006, p.11

³⁰⁶ RYAZANTSEV. Sergey V; SMIRNOV. Alexey V; TRUZZI. Oswaldo Mario Serra; RUSEISHVILI. Svetlana. Emigration from the Russian Empire to Brazil in the late XIX and early XX centuries. Published in the USA. Bylye Gody. 2023. 18(2): 842-857. p.851.

Lituânia enviou uma carta³⁰⁷ a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização sobre a possibilidade de colocar em terras brasileiras imigrantes russos agricultores sem terras e posteriormente, imigrantes da Letônia e Estônia.

Também encontramos na documentação imigrantes lituanos, outro grupo de estrangeiros que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização introduziu no estado paulista. Sabemos que a primeira leva de imigrantes da Lituânia que se dirigiu a São Paulo veio em 1926, sendo a grande maioria composta por camponeses que fugiam dos efeitos causados pela Primeira Guerra Mundial. A segunda leva de imigrantes lituanos veio no contexto da Segunda Guerra Mundial, sendo que era composto de profissionais qualificados.

Desta forma, as constantes crises econômicas e as mudanças em que estavam passando a Lituânia colaboraram para que milhares de pessoas emigrassem para outras partes do mundo. Inicialmente até as primeiras décadas do século XX o destino dos imigrantes lituanos eram os Estados Unidos, entretanto a América do Sul já se demonstrava como um possível destino, principalmente a Argentina.

Segundo Erick Reis Godilauskas Zen, as medidas restritivas à imigração impostas pelos Estados Unidos fez com que os lituanos vissem um possível destino no Brasil, Argentina e Uruguai. Ou seja, a imigração destes para os países da América do Sul se destacou no momento em que os números de entradas de imigrantes europeus sofriam decréscimo. Ao mesmo tempo em que países como Itália e Espanha deixavam de apresentar os mais elevados números e aumentava-se a entrada de estrangeiros do centro oriental do continente europeu. Para Zen os lituanos e os poloneses apenas se tornaram uma opção para a América do Sul quando diminuiu-se o número de correntes imigratórias consideradas tradicionais³⁰⁸.

Os lituanos passaram a ser identificados pelos registros brasileiros a partir de 1918, data da independência daquele país. De acordo com o IBGE, ingressaram no Brasil 28.334 lituanos. Nas “entradas calculadas” constam 78.635. Os dados de São Paulo registram o ingresso de 20.918 lituanos sendo 16.625 classificados como católicos e 4.293 como acatólicos³⁰⁹.

³⁰⁷ Carta da Sociedade de Imigração Russa para a América do Sul a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 31 de outubro de 1936, n° da ordem 04.

³⁰⁸ ZEN. Erick Reis Godliauskas. *Identidade em conflito: os imigrantes lituanos na Argentina, Brasil e Uruguai (1920-1955)*. Tese de doutorado.. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2012.

³⁰⁹ ZEN. Erick Reis Godliauskas. *Imigração e Revolução: lituanos, poloneses e russos sob a vigilância do Deops*. São Paulo, Editora da USP. 2010. p.47

Nos documentos consultados encontramos o primeiro ofício³¹⁰ datado em 1935 e escrito pela Companhia Báltico-Brasileira de Comércio e Colonização acerca do transporte de 300 famílias da Lituânia para o Brasil. Em novembro de 1935 a CAIC respondeu o ofício e enviou uma carta³¹¹ a Companhia Báltico-Brasileira concordando com o transporte destes imigrantes e descrevendo todas as exigências referentes à seleção destes estrangeiros para a lavoura.

Por meio de um ofício no ano de 1936 havia mais uma leva de imigrantes da Lituânia, sendo que em Hamburgo, com destino ao estado de São Paulo. Possivelmente este transporte compreenderá 22 famílias, 12 de nacionalidade lituana e 10 de nacionalidade alemã (teuto-russa). O embarque foi feito de acordo com o combinado no contrato de 500 famílias³¹². Mais uma vez notamos a presença de nacionalidades que até o momento não se destacavam com números expressivos na história da imigração para o Brasil.

Eram recorrentes os desentendimentos da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização com a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo, a maior parte dos conflitos se referia ao atraso dos pagamentos, entretanto também encontramos alguns desentendimentos referentes aos contratos que a CAIC realizava com este órgão, mais precisamente com o artigo XII do contrato, que dizia o seguinte trecho:

O introdutor ficará responsável pelas despesas de volta ao ponto de origem, dos imigrantes que não quiserem se localizar na lavoura, o que constitui infração ao decreto federal n.24.258 de 16/5/1934, e cuja pena é o repatriamento que será feito por conta do fiador³¹³.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização se mostrava contrária ao fato de ter que arcar com os custos do repatriamento dos imigrantes que ao chegarem a São Paulo não quisessem ir para a lavoura, fato que acabou por acontecer com os teuto-russos, entretanto após inúmeras conversas a empresa conseguiu convencê-los a se dirigirem ao meio rural, mais precisamente a cidade de Marília.

A CAIC alegava para isso diante da Secretaria de Agricultura que ela não era introdutora, mas agente do governo do estado de São Paulo para a realização do angariamento e seleção de imigrantes europeus. Além disso, menciona que em contrato anterior não foi

³¹⁰ Ofício da Companhia Báltico-Brasileira de Comércio e Colonização a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 27 de setembro de 1935, nº da ordem 12

³¹¹ Carta da CAIC a Companhia Báltico-Brasileira de Comércio e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 14 de novembro de 1935, nº da ordem 17.

³¹² Ofício de Theodor Wille e Companhia a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 14 de julho de 1936, nº da ordem 136.

³¹³ Ofício entre a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização e o Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, número da ordem 11, 29 de outubro de 1935.

estipulado que deveria repatriar os estrangeiros, sem contar nos altos custos que ficariam ao seu cargo. Para resolver tal situação a CAIC aconselha que

Para evitar abusos, ou melhor, a vinda de imigrantes não agricultores está em tornar devidamente severa e rigorosa a fiscalização pelo comissário do Governo no porto de embarque. Outros recursos há para evitar tais contratemplos, basta citar a faculdade reservada a V.Excia. de rescindir o contrato, ou cassar a autorização no caso de não serem agricultores, em porcentagem bastante elevada, os imigrantes introduzidos³¹⁴.

Em relação às correntes imigratórias introduzidas pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização ao longo da década de 1930, observamos um contrato para a entrada de 10.000 imigrantes por ano no prazo de três anos, o que totalizaria 30.000 trabalhadores. Além disso, foram angariadas famílias espanholas, teuto-russas, romenas, húngaras, iugoslavas, italianas, russas, polonesas, romenas, lituanas. Infelizmente não sabemos os números totais exatos de todas essas nacionalidades, mas pelo que foi exposto, trata-se de um valor superior aos relatados nos Relatórios da empresa. Um dado chama nossa atenção, todos provinham da Europa, tal fato pode ser explicado, pois a política imigratória foi organizada pela camada dirigente do país, relacionada culturalmente a Europa, devido à idealização que se buscava nas pessoas.

Realizando uma comparação dos saldos de nacionais e estrangeiros que vieram para São Paulo na década de 1930, temos:

Tabela 3.8: Entrada de imigrantes e Trabalhadores Nacionais no estado de São Paulo

1930-1939	Total	%
Nacionais	435.564	68,75
Japoneses	101.666	16,04
Portugueses	36.284	5,72
Italianos	12.429	1,96
Alemães	10.397	1,64
Poloneses	7.921	1,25
Espanhóis	6.584	1,04
Argentinos	2.407	0,38
Lituanos	2.401	0,38
Romenos	2.237	0,35
Libaneses	2.159	0,34
Sírios	1.672	0,26

³¹⁴ Ofício entre a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização e o Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, número da ordem 11, 29 de outubro de 1935.

Austríacos	1.323	0,21
Húngaros	1.041	0,16
Russos	1.027	0,16
Suíços	792	0,13
Iugoslavos	771	0,12
Tchecoslovacos	681	0,11
Uruguaios	597	0,10
Diversos	5.683	0,90

Fonte: Boletim do Departamento de Imigração e Colonização, 1951, n.6

Com base na tabela acima podemos notar que durante a década de 1930, período também em que a CAIC atuou com maior ênfase no angariamento de imigrantes e nacionais, ocorreu um aumento do número de nacionais para São Paulo, muitos se deslocavam por meio de empresas particulares ou até mesmo por conta própria passando por condições complexas durante a viagem. Podemos notar que a partir da década de 20 se tornaria recorrente o aumento de nacionais e uma queda no número de estrangeiros, principalmente, como já comentado, pelas condições políticas e econômicas que a Europa enfrentava, como também a ascensão do Governo Vargas.

Acerca dos imigrantes, observamos o aparecimento de nacionalidades que a própria CAIC atuou na introdução em São Paulo, como os Romenos, que a empresa trouxe um total de 2.000 pessoas, sendo o saldo da tabela de 2.237, o que indica que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização teve um grande papel no auxílio da vinda destas pessoas para a região. Podemos comprovar este fato também pelos saldos dos estrangeiros lituanos (2.401), embora a documentação não mencione a quantidade exata desta nacionalidade, sabemos que a empresa firmou contrato para sua introdução. Também tivemos Austríacos (1.323) onde a CAIC trouxe um total de 1.000 trabalhadores, Húngaros (1.041) com 300 pessoas angariadas pela empresa, Russos (1.027) com o saldo de 10 famílias, não sabemos o número exato dessas pessoas e Iugoslavos (771) que, segundo a documentação, a Companhia angariou 1.000 estrangeiros. Chama nossa atenção um dado sobre os Iugoslavos, pois como já analisado neste trabalho a empresa trouxe para São Paulo um número superior ao que consta na tabela. Além disso, há algumas nacionalidades que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização introduziu que eram bastante conhecidas como italianos e espanhóis, onde no contrato menciona um total de 5.700 para essas duas nacionalidades. Entretanto acreditamos que o número de espanhóis tenha sido inferior, pois como a documentação nos mostrou a CAIC encontrou dificuldades para trazer estes estrangeiros para

o Brasil.

Desta forma, todos com números próximos aos valores que a CAIC trouxe para o país. Sabemos que este valor encontrado na tabela não se deve apenas a Companhia, mas podemos considerar que esta teve um grande papel para a introdução de trabalhadores imigrantes e nacionais em São Paulo, principalmente colaborando para o angariamento de nacionalidades que até o momento não tinham grande destaque para a política imigratória brasileira, como do Leste Europeu.

Finalizando este capítulo, em que analisamos as ações da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização no que tange ao angariamento de trabalhadores, a criação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização esteve relacionada ao momento em que o Estado de São Paulo demandava cada vez mais mão de obra para lavoura. Desta forma, por ter sido uma empresa em que a maioria dos seus idealizadores eram fazendeiros, seu objetivo era atender as necessidades desses proprietários por meio do fornecimento de mão de obra para a agricultura, como também colaborar com o processo de colonização.

Entretanto, a CAIC teve que lidar com diversos eventos históricos, políticos, econômicos que acabaram por afetar profundamente seus trabalhos no setor de Imigração, além disso, ao longo de sua trajetória se mostrou uma empresa mais destinada ao setor de colonização, possivelmente para atender aos interesses da Companhia Paulista como também ter uma reserva de mão de obra caso os fazendeiros precisassem.

Na seção de Imigração podemos notar um fato interessante, a CAIC agiu na introdução de imigrantes do Leste Europeu, uma corrente imigratória que apresentava poucos números de entrada no país, mas a partir da década de 1930 despertou o interesse da empresa, possivelmente pela disponibilidade destes trabalhadores de virem para a lavoura paulista fugindo das questões políticas e econômicas, como também dos problemas relacionados à guerra que enfrentavam seus países de origem.

A Companhia se mostrou contrária à entrada de imigrantes do Cabo Verde, da Índia, alegando que se localizavam muito distantes para realizar o embarque, ou possivelmente pelo fato destes estrangeiros não se encaixarem nos critérios estabelecidos pela política de imigração brasileira. Além disso, outro ponto em que podemos notar claramente a influência das diretrizes do governo federal foi acerca da entrada de judeus. Em dado momento Attilio Fávero se mostrou entusiasmado com a possível vinda de judeus, entretanto como sabemos o Brasil apresentava uma política um tanto contraditória acerca da introdução deste grupo no país, para isso ora criando circulares-secretas, inflando o debate acerca destes, ora possibilitando a entrada quando apresentavam recursos econômicos.

Destaca-se a questão do trabalhador nacional e como este foi importante para a lavoura paulista, inicialmente sendo visto como vadio, indisciplinado, uma segunda opção perante os fazendeiros, mas com a diminuição na entrada de imigrantes, este brasileiro se fez necessário para socorrer a agricultura, o que obrigou à readaptação do discurso no sentido de que ele seria um bom trabalhador. Com isso a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização se viu obrigada, mesmo contrariada, a introduzir tais elementos. Desta forma, podemos considerar que em termos quantitativos a CAIC introduziu mais nacionais que estrangeiros, pelos dados compilados.

Além disso, um dado merece destaque. Ao longo da análise dos arquivos, percebemos a existência de dois tipos de documentação, no centro de Memória da Unicamp encontra-se uma documentação mais burocrática destinada a informar o leitor, no caso, os acionistas ou futuramente, pesquisadores, sobre os dados da CAIC, enquanto no Arquivo Público do estado de São Paulo acompanhamos a documentação diária, composta por cartas, ofícios, ou seja, documentos que a empresa recebia no seu dia a dia. Por meio da análise feita nestas documentações percebemos que os números de introdução de trabalhadores tanto imigrantes como nacionais não são os mesmos, desta forma, observamos um número mais elevado na documentação do Arquivo do estado de São Paulo, além de mencionar as nacionalidades nas quais a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização introduziu em território paulista ou trocou correspondência para facilitar o angariamento destes trabalhadores.

Concluindo este capítulo, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização conseguiu cumprir em parte seus objetivos de angariamento de trabalhadores, para isso recorrendo ao braço nacional, como também a estrangeiros que não apresentavam grandes saldos de entrada no país, no caso do Leste Europeu. Entretanto, podemos afirmar, foi uma empresa que acabou por ser afetada diretamente pelos acontecimentos históricos, políticos e econômicos do período, como a política centralizadora de Getúlio Vargas, que colocou fim ao subsídio e tomou para o governo federal a função de guiar os deslocamentos populacionais. Desta forma, o fim o subsídio à imigração foi também um dos grandes motivos que levaram a CAIC a paralisar seus serviços no angariamento de trabalhadores. Afinal os serviços que antes eram realizados pela companhia estavam nas mãos da Inspetoria de Trabalhadores Migrantes e da Secretaria de Agricultura. Além disso, ao longo de sua história, conforme demonstramos nesta pesquisa, a CAIC direcionou-se preponderantemente ao processo de colonização, negócio mais rentável para a empresa do que a imigração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou como objetivos analisar a trajetória da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização entre os anos de 1928 e 1950, enfatizando seus trabalhos nos Setores de Imigração e Colonização, ou seja, como uma empresa particular criada originalmente por um grupo de fazendeiros influentes introduziu trabalhadores imigrantes e nacionais, e como lidou com o processo de colonização, ambos tão importantes para o estado de São Paulo.

No contexto de demanda por mão de obra que era cada vez mais alegada pelos fazendeiros paulistas, com o famoso *slogan* “falta de braços para a lavoura”, que na verdade não ocorria em termos quantitativos trabalhadores, mas por não apresentarem as qualidades exigidas, muitos fazendeiros se uniram e criaram diversas empresas particulares. Tais empresas apresentavam como objetivo angariar trabalhadores para o meio rural, dentre estas empresas se destacou a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização.

Tais empresas desempenharam importante papel para o meio rural, como também para a questão trabalhista, entretanto poucos são os trabalhos que se debruçam a analisá-las e compreendê-las. Acerca da documentação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização são documentos esparsos, não seguem rigorosamente uma ordem cronológica, ou até mesmo seguiam, mas o tempo e o local para onde foram se tornaram o inimigo do historiador. Estes foram os maiores problemas enfrentados com a documentação da CAIC.

Um fato importante acerca da documentação, ambas são distintas, ou seja, os dados que contém, por exemplo, no Centro de Memória da Unicamp não apresentam no Arquivo Público do estado de São Paulo. Com isso acreditamos que os documentos presentes no Centro de Memória da Unicamp tratam-se de documentos mais burocráticos cuja intenção era informar um determinado público, no caso possivelmente os representantes da CAIC, os acionistas, enquanto as cartas, ofícios contidos no Arquivo Público referem-se à documentação que a empresa recebia e trocava no seu cotidiano. Além disso, outro fator merece destaque, os números de introdução de trabalhadores imigrantes e nacionais não são os mesmos, sendo superiores na documentação presente no Arquivo Público do estado de São Paulo. Um exemplo é o fato de que os Relatórios da CAIC não mencionam a vinda de trabalhadores pela empresa no ano de 1937, entretanto no Arquivo Público encontramos os valores de 11.342 nacionais apenas neste período.

Apesar destas dificuldades, que de certa forma, fazem parte de nossa trajetória, conseguimos compreender e analisar como a empresa funcionava e atuava nas questões que

envolviam imigração e colonização. Podemos dizer que a CAIC teve sua criação atrelada ao desenvolvimento da pequena propriedade, onde a empresa comprava as fazendas decadentes, preferencialmente de regiões mais antigas, e as retalhava, para vender propriedades menores aos imigrantes.

A Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, antecessora da CAIC, também tinha o mesmo objetivo. Analisando o histórico da empresa, constatou-se que no curto período de existência, não obteve resultados significativos nos setores de imigração e colonização, conseguindo apenas angariar 3 mil cearenses, além da venda do núcleo colonial da Barrinha, em Sertãozinho, e o povoamento da zona agrícola de Bragantina. Desta forma, podemos afirmar que a CGICB e seu curto desenvolvimento foram resultados dos processos históricos e econômicos que ocorreram no Brasil durante este período. Além disso, a companhia contraiu inúmeras dívidas, não restando alternativa a não ser a venda de grande parte de suas ações à Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Nesta nova fase, agora denominada Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, continuava com os mesmos objetivos audaciosos na questão de imigração e colonização, ou seja, angariar trabalhadores imigrantes e nacionais para as lavouras do estado de São Paulo e realizar a compra e venda de terras aos imigrantes. Sem contar que suas ações também se direcionavam a outros setores, como: a fabricação de adubos, o que atendia os compradores que adquiriram suas terras, como também a venda de pedra britada, negócios que antes não pertenciam a sua antecessora.

O setor de Colonização, foi sem dúvida o que mais trouxe lucros vultuosos para a empresa. Muito colaborou para este setor a Crise econômica de 1929, onde diversos fazendeiros passaram a vender suas fazendas decadentes. Dessa forma, a CAIC conseguiu adquirir terras e retalhá-las. Este setor seria responsável primeiramente pela compra e venda de terras principalmente de áreas decadentes ou zonas mais antigas, e por onde passavam os trilhos da Paulista. Entretanto, de acordo com deslocamento dos trilhos da Paulista para outras regiões, a Companhia de Agricultura também acompanhava na questão de compra de terras. Chama a atenção que a negociação de propriedades destinava-se apenas aos imigrantes, não encontramos menção alguma de nacionais adquirindo terras através da CAIC.

A seção apresentou resultados satisfatórios, acreditamos que foi o setor que trouxe todo o lucro para a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização e o setor que se mostrou extremamente importante. Podemos comprovar isso pelo fato da maior atenção que os Relatórios da CAIC davam aos trabalhos da Colonização e o pouquíssimo espaço para a Imigração. Desta forma, consideramos que a empresa se voltou mais para o setor de

Colonização do que para o outro, mas tal fato se deveu também a diversos fatores: a colonização era algo extremamente importante para o território paulista e de certa forma, dependia e necessitava de braços, de presença física, por isso podemos considerar que o setor de Imigração estava relacionado diretamente ao de Colonização e em muitos casos dependia, mas também fomentava este último.

Além disso, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização atuou praticamente em quase todo o território paulista. Inicialmente, segundo seu programa, a atuação se destinaria as zonas mais velhas, entretanto, a área que mais rendeu compra e venda de terra foi a região cafeeira denominada Paulista e Araraquarense. Um dado nos chamou a atenção, não encontramos menção de atuação da empresa na região Sorocabana.

Destaca-se que a Seção de Colonização da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização foi responsável pela criação de algumas cidades como Santa Fé do Sul, Rubineia, Santa Rita D'Oeste, Santa Clara D'Oeste, Santana da Ponte Pensa e Lucélia, localizadas em zonas agrícolas consideradas mais novas, como a Noroeste. Desta forma, também podemos notar o trabalho importante que a CAIC teve em seu setor de colonização, com a criação de novos municípios.

Se a seção de Colonização obteve bons resultados não podemos dizer o mesmo sobre o de Imigração. Seu idealizador Attilio Fávero sempre foi muito otimista na seção de Imigração, inicialmente foi o fundador da CGICB e depois assumiu o comando do Setor de Imigração na CAIC, e, logo no momento de criação desta nova fase da empresa, buscou realizar contratos com a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. O objetivo inicial era angariar trabalhadores imigrantes da Europa, por atender as demandas da política imigratória brasileira, que baseada em ideias eugênicas priorizava os estrangeiros agricultores europeus brancos, excluindo e restringindo imigrantes com qualquer deficiência física, psicológica, negros, orientais, judeus.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização como empresa, em que ela mesma alega agente do governo, e não introdutora, deveria seguir as normas tanto do estado de São Paulo, no caso da Secretaria de Agricultura, como também as diretrizes do governo federal no que tange à política de imigração e colonização.

Analisando a Seção de Imigração, esta apresentou objetivos bastante significativos, buscando introduzir no território paulista diversas nacionalidades de estrangeiros, geralmente em idade entre 12 e 50 anos e sendo agricultores, em nenhum momento nos deparamos com a introdução de trabalhadores destinados à indústria, o que demonstrava a preocupação da CAIC com a questão da agricultura e a colonização, e consequentemente, atender aos

interesses dos grandes fazendeiros. Também não encontramos a introdução de trabalhadores imigrantes que não se adequassem aos critérios de seleção, e quando isso acontecia à própria empresa se tornava responsável pelo seu retorno ao local de origem, como ocorreu com uma família do Leste Europeu e com quarenta nacionais.

Durante o Governo Vargas, período em que a CAIC teve sua maior atuação, o governo federal promoveu as demandas dos proprietários rurais, ou seja, atendendo aos interesses dessa classe. Entretanto, Vargas buscou promover mudanças na legislação trabalhista destinada ao campo por meio de decretos. Destaca-se que na documentação consultada a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização estaria disposta a auxiliar o imigrante no meio rural caso ele necessitasse, porém não encontramos nenhuma menção a esta ajuda que a empresa propunha.

Ao longo de sua trajetória, o Setor de Imigração conseguiu angariar diversos imigrantes, principalmente de países em que a imigração não apresentava números volumosos, como o caso da Dinamarca, Romênia, Lituânia, Rússia, Iugoslávia, Hungria sem contar que buscou também introduzir imigrantes do Leste Europeu, o que é um fato um tanto curioso, pois havia no Brasil o constante receio com os regimes de esquerda e tais países apresentavam este tipo de governo. Desta forma, automaticamente consideravam os nacionais destes países como adeptos do regime, mas, além disso, também eram imigrantes europeus brancos, bem vistos pela política imigratória brasileira, e que possivelmente enfrentavam problemas políticos, econômicos em seus países de origem e viam o Brasil como um possível destino para parte de sua população.

Os acontecimentos que envolveram a Segunda Guerra Mundial também afetaram a entrada de imigrantes no país, um conflito mundial em curso dificultou o deslocamento de contingentes migratórios, principalmente da Europa, onde ocorriam os maiores confrontos. Cabe destacar que a guerra também dificultou a saída dos refugiados de seus países. Além disso, o próprio governo brasileiro ao participar do conflito, acabara por cortar as relações diplomáticas com os países do Eixo, como ocorreu com a Alemanha.

Os refugiados também foram grupos de imigrantes que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização trouxe para o Brasil, entretanto contava-se muito a última localização dessas pessoas, regiões como a Índia em que a empresa recebeu um pedido de refugiados russos, esta não pode realizar o angariamento, pois se tratava de uma área que a CAIC não possuía autorização da Secretaria de Agricultura, nem do Governo Federal. Além disso, os judeus foram outro grupo que a empresa se mostrou interessada em introduzir em São Paulo, entretanto devido às diretrizes da política imigratória, esta não pode agir.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil, no momento governado por Eurico Gaspar Dutra, necessitava de mão de obra. Neste momento passou-se a solicitar também trabalhadores qualificados, entretanto ainda eram reduzidos os números de entrada de estrangeiros, tendo que contar novamente com as grandes levas de nacionais que se deslocavam para o estado paulista.

Podemos considerar que desde sempre a lavoura paulista contou, mesmo em segundo plano, com o braço nacional, em alguns momentos em menores números. Com o declínio da entrada de estrangeiros os fazendeiros, ao se verem com a mão de obra reduzida, passaram a utilizar o nacional. A própria CAIC no seu setor de Imigração contou com esses trabalhadores, vindos principalmente da região Nordeste, devido as constantes problemas com as secas, mas também do Sudeste e do Sul. Os trabalhadores nacionais eram trazidos pela empresa para a lavoura paulista sob as mesmas regras e diretrizes aos quais eram relegadas aos estrangeiros, em termos de idade, saúde física e psicológica, números de membros de família.

Também devemos mencionar que foram graças aos contratos realizados com a Secretaria de Agricultura de São Paulo que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização conseguiu angariar trabalhadores imigrantes e nacionais. Entretanto, eram recorrentes os desentendimentos entre estas duas instituições, geralmente por atraso de pagamento por parte da Secretaria ou por itens presentes no contrato, como o fato da CAIC ter que se responsabilizar pelo repatriamento do imigrante caso este não quisesse ir para o meio rural. Um exemplo foi o que quase ocorreu com os teuto-russos para o interior paulista. Apesar dos conflitos a empresa conseguiu assinar diversos contratos, em sua maioria para a introdução de nacionais.

Além disso, outro fato que influenciou a CAIC a angariar nacionais foi à mudança no discurso acerca deste trabalhador e sua defesa perante os estrangeiros, antes visto como vadio, indisciplinado, preguiçoso. Na década de 1920 tentou-se reverter essa imagem, como averiguamos no debate intelectual ou mesmo no Boletim de Trabalho de São Paulo, com estudos pontuais que destacavam os bons resultados que este trabalhador poderia trazer para a agricultura. Destaca-se também outro periódico que, apesar de ser a nível federal, trazia a defesa do trabalhador nacional. A Revista de Imigração e Colonização também mencionava como o governo federal estava lidando com o grande deslocamento de pessoas da região Nordeste, sendo enviadas tanto para a região amazônica como para o estado de São Paulo.

Em suma, analisando a trajetória da Seção de Imigração podemos considerar que esta não teve tanto êxito, como comparado ao Setor de Colonização. Podemos elencar diversos

motivos que concorreram para isso: os acontecimentos na Europa, como a ascensão de regimes fascistas e nazistas, o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, que dificultavam o deslocamento de imigrantes para o Brasil, e, no plano interno, a política centralizadora de Getúlio Vargas sobre a questão de imigração, restringindo e selecionando imigrantes.

Devido a estes fatores, a Companhia de Agricultura teve que buscar outro meio, o nacional, que apresentou melhores resultados para este setor, entretanto, com o fim do subsídio por parte do governo, a CAIC se viu novamente impossibilitada de realizar seus objetivos no que tange ao angariamento de trabalhadores para a lavoura paulista. Cabe destacar que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização não relegava a culpa de suas dificuldades ao governo federal e estadual, mas sim às empresas de navegação, que segundo a CAIC estavam cobrando elevados preços para o transporte.

Apesar de inúmeras tentativas por parte da empresa de tentar reverter à situação da introdução de imigrantes, o setor de Imigração foi paralisado quando se colocou fim à política de subsídio, restando apenas o Setor de Colonização, com a compra e venda de terras. Além disso, com a criação da Inspetoria de Trabalhadores Migrantes o governo federal passou a controlar o deslocamento de pessoas, tomando para si as ações que antes eram realizadas por empresas particulares.

A seção de Colonização também enfrentou problemas, conforme aumentavam as dificuldades econômicas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Desta forma, não restou alternativa para a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização do que ser juntamente pela Companhia Paulista encampada pelo Governo Paulista.

No setor de Colonização, a empresa conseguiu atingir seus objetivos e garantir bons resultados, mas em termos de Imigração pelo que foi exposto neste trabalho, a CAIC teve um curto período para lidar com a introdução de imigrantes e nacionais e não conseguiu angariar todos os trabalhadores que objetivava. Além disso, uma vertente da historiografia assevera o papel da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização em relação à diversificação agrícola, do qual discordamos, pois a CAIC colaborou com o processo de aquisição de terras, não havendo nenhuma relação direta com a policultura do estado de São Paulo.

Desta forma, concluímos que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização foi um bom negócio para seus idealizadores, principalmente no que tange aos assuntos relacionados à Colonização. Inicialmente para os fazendeiros, pois atendia os seus interesses tanto na disponibilidade de mão de obra como na venda de terras, principalmente na questão de aquisição de terras, que no início se localizavam em zonas mais antigas e que não atraíam tanto interesse por parte de estrangeiros e compradores. A CAIC, apesar de não cumprir com

todos os seus audaciosos objetivos, conseguiu realizar em parte aquilo que foi proposto, angariando trabalhadores imigrantes e nacionais, comprando, vendendo e retalhando terras a terceiros. Podemos dizer que ela teve suas ações frustradas por um período conturbado da história mundial e do Brasil, tendo tais ações respingando em sua organização e em seus objetivos. Mas não devemos deixar de mencionar o importante papel da CAIC, como outras empresas similares trouxeram para o estado de São Paulo, principalmente no que tange ao aspecto de colonização.

Em contraponto, seu setor de Colonização foi o responsável por obter todo o lucro da empresa, colaborando com o processo de colonização do estado paulista, abrindo novas áreas, e também ocasionando a criação de municípios no interior paulista.

Desta forma, acreditamos que ao estudar, analisar e compreender empresas como a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização nos ajuda a iluminar algumas das lacunas referentes ao processo de colonização do estado de São Paulo, como também traz informações sobre como era organizada e amparada a introdução de trabalhadores estrangeiros e nacionais realizados por particulares em um período complexo tanto para a história mundial como do Brasil. Ao mesmo tempo em que esclarece quem eram essas pessoas angariadas por empresas particulares como a CAIC e nos auxilia a compreender quais serviços foram prestados e o valor dos salários destes trabalhadores.

Enfim, ao longo de sua trajetória a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, apesar dos problemas enfrentados, auxiliou no processo de colonização do estado de São Paulo, que foi o aspecto mais importante da empresa, como também conseguiu trazer, conforme suas possibilidades, imigrantes e nacionais destinados ao interior paulista, colaborando com o suprimento de mão de obra para a lavoura paulista.

FONTES

1. Arquivo Público do Estado de São Paulo

Processo de Introdução de trabalhadores na lavoura (1934-1939):

CODASP 1-2

CODASP 5-9

CODASP 12

CODASP 15-32

CODASP 35-42

CODASP 45

CODASP 47

CODASP 49-61

CODASP 63-68

CODASP 70

2. Centro de Memória da Unicamp (CMU)

Relatório Nº 1 para a Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 1935

Relatório Nº 2 para a Assembleia Geral Ordinária de 30 de março de 1936

Relatório Nº 3 para a Assembleia Geral Ordinária de 30 de março de 1937

Relatório Nº 4 para a Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 1938

Relatório Nº 6 para a Assembleia Geral Ordinária de 16 de maio de 1940

Relatório Nº 7 para a Assembleia Geral Ordinária de 20 de janeiro de 1941

Relatório Nº 8 para a Assembleia Geral Ordinária de 03 de março de 1942

Relatório Nº 9 para a Assembleia Geral Ordinária de 15 de março de 1943

Relatório Nº 10 para a Assembleia Geral Ordinária de 16 de março de 1944

Relatório Nº 11 para a Assembleia Geral Ordinária de 19 de março de 1945

Relatório Nº 12 para a Assembleia Geral Ordinária de 28 de março de 1946

Relatório Nº 13 para a Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 1947

Relatório Nº 14 para a Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 1948

Relatório Nº 15 para a Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 1949

Relatório Nº 16 para a Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 1950

REFERÊNCIAS

- AMARAL. Antônio José Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: **Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**, 1929. Atas e Trabalhos, Rio de Janeiro, 1929, v. 1, p. 327-340.
- ANDRADE, José H. Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 48, n. 1. Brasília, jan./jun. de 2005
- AQUINO. Ítalo de. Apontamentos sobre a história do café em São Paulo: das origens a 1930. In **História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. 1 ed- São Paulo: Editora UNESP. pp.61-82. 2010.
- BRAVO. André Luiz M. Z. **O milhão restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)**. Dissertação (Mestrado em História) – CPDOC, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2014.
- BEIGUELMAN. Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. Editora Edusp. 2005.
- BYTSENKO. Anastassia. **Imigração da Rússia para o Brasil no início do século XX: visões do paraíso e do inferno**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006,
- CARNEIRO. Honório de Souza. **A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961**. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.
- CARNEIRO. J. Fernando. **Imigração e Colonização no Brasil**. Rio de Janeiro, 1950.
- CARVALHO. Leonardo Dallacqua de. **Imigrantes indesejáveis: a visão da eugenia no processo de restrição à imigração no Brasil**. Anais do VI Congresso Internacional de História. Setembro de 2013.
- CAVALCANTI. Lira. Aspectos psicológicos na imigração após-guerra. **Revista de Imigração e Colonização**. Ano VII, n.2. Junho de 1946.
- CHALHOUB, Sidney; RIBEIRO, Gladys Sabina; ESTEVES, Martha de Abreu. Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8-9, p. 85-116, 1984-1985.
- COELHO. Tiago da Silva. **Migração Nordestina no Brasil Varguista: diferentes olhares sobre a trajetória dos retirantes**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2012.
- COSTA. Emília Viotti da. **Da senzala a colônia**. 5 ed- São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- COSTA. Júlio Cesar Zorzenon. **Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)**. Tese de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2007.
- COSTA. Júlio Cesar Zorzenon. TESSARI. Claudia Alessandra. Política de mão de obra em São Paulo e as políticas federais de deslocamento populacional do Primeiro Governo Vargas: processo gradual de adequação. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 40, n. 81, p. 67-96, mar. 2022.
- CYTRYNOWICZ. Roney. —Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo

- e Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44. São Paulo, 2002
- DEZEMORE. Marcus. O mundo rural e a Era Vargas: o papel do campo e dos trabalhadores rurais para a nação. In **A era Vargas: (1930-1945)**/ Marco Antônio Vannuchi, Luciano Aronne de Abreu organizadores- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p.106-145.
- EL-DINE. Lorena Ribeiro Zem. Eugenia e seleção imigratória: notas sobre o debate entre Alfredo Ellis Junior, Oliveira Vianna e Menotti Del Picchia, 1926. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**. 2016, vol.23
- FALEIROS. Rogério Naques. **Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)**. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas. 2007.
- FERLINI. Vera Lucia Amaral; GONÇALVES. Paulo Cesar; MONT SERRATH. Pablo Oller. Panorama dos fluxos migratórios no Brasil (séculos XVI-XIX). In **Diásporas globais e migrações contemporâneas** / organização José Jobson de Andrade Arruda ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo : Alameda, 2019.
- FONTES. Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- FURTADO. Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional. 2005.
- GADELHA. Regina Maria D'Aquino Fonseca. **Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo**. Tese de Doutorado. São Paulo, 1983.
- GERALDO. Endrica. **O Perigo Alienígena: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945)**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- GONÇALVES. José Sidnei. A agricultura paulista: a ação estatal na construção da modernidade. **São Paulo em Perspectiva**, 7 (3): 100-106, julho/setembro 1993,
- GONÇALVES. Paulo Cesar. A Grande Imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In **História da imigração no Brasil**. Luís Reznik (org). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. Pp.91-132
- GONÇALVES. Paulo Cesar. **Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2002.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. Presença portuguesa no Brasil: uma abordagem histórica dos conceitos de colono, imigrante e emigrante. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias (orgs.). **Deslocamentos: desafios, territórios e tensões**. São Paulo: e-Manuscrito;PIPEq, 2018, p. 41-66.
- GONÇALVES. Paulo Cesar; OLIVEIRA. Lélío Luiz de. MONT SERRATH. Pablo Oller. São Paulo e os sentidos da Colonização. Dossiê História da Colonização em Terras Paulistas: Dinâmicas e Transformações (Séculos XVI a XX). **História (São Paulo)**, v.39, 2020,
- GRAHAM. Douglas H; HOLANDA FILHO. Sérgio Buarque. **Migrações internas no Brasil: 1872-1970**. Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da cidade de São Paulo. 1984.
- GRANDI. Guilherme. **Estado e capital ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre 1930 e 1961**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2010

HOLLOWAY. Thomas H. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo: 1885-1915; **Estudos Econômicos**, São Paulo v. 2 n. 6 p. 145 dezembro 1972.

HOLLOWAY. Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo**: tradução Eglê Malheiros- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JACINO. Ramatis. **O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição-1912/1920**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012

KOIFMAN. Fábio. Política imigratória no primeiro Governo Vargas (1930-1945). In. **História da Imigração no Brasil**/ Luís Reznik (Organização)- Rio de Janeiro: FGV Editora, pp.159-206. 2020.

KOWARICK. Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1994.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação e serviços de 1879**. Campinas/SP: Papirus, 1988.

LAMOUNIER. Maria Lúcia. **Ferrovias e Mercado de Trabalho no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

LANZA. André Luiz. **De Braços para a Lavoura a Proprietários Rurais? Imigrantes e o Acesso à Terra em São Paulo, 1886-1920**. Tese de Doutorado. São Paulo. 2021,

LEME. André Betim Paes. Contribuição para o estudo da adaptação dos cearenses como colonos como colonos nas lavouras de São Paulo. **Boletim do Departamento Estadual do Trabalho**. São Paulo. Ano IX, n.34 e 35, 1º e 2º Trimestre de 1920.

LESSER. Jeffrey. **A invenção da brasilidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LESSER. Jeffrey. **Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas**. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro do original em inglês publicado In Luso Brazilian Review 31:2 (inverno 1994).

LESSER. Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LESSER. Jeffrey. Repensando a política imigratória brasileira na época Vargas. In **Políticas Migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI**. Orgs: Teresa, Malatian; Boucault, Carlos Eduardo A. Renovar. 2003.

LESSER, Jeffrey. Um Brasil melhor. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2014.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX, **Topoi**, Rio de Janeiro, v.6, n. 11, jul.-dez, p. 89-326, 2005.

LINDEN. Marcel Van der. **Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. São Paulo. Editora Unicamp. 2013.

LINHARES. Maria Yedda; SILVA. Francisco Carlos Teixeira Da. **Terra prometida**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LUNA. Francisco Vidal. **História econômica e social do estado de São Paulo, 1850-1950**/Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein: tradução Laura Teixeira Motta- São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2019,

- MARQUES. Guilherme dos Santos Cavotti. **Um Homem de Letras e de Ação: a trajetória de Artur Hehl Neiva no campo imigratório do Brasil entre as décadas de 1930-1950.** Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Formação de Professores. 2023.
- MARTINS. José de Souza. **Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista.** São Paulo: Editora Unesp, 2023.
- MARTINS. José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo. Hucitec. 1996.
- MATOS. Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.** 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- MATTOS, Hebe. Prefácio. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MENDES. José Sacchetta Ramos. **Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945).** Coleção Portugueses no Mundo. Porto: Fronteira do Caos. CEPESE, 2010,
- MENDES. José Sacchetta Ramos. O sistema de cotas nas Constituições de 1934 e 1937 e o ideal de integração étnica dos estrangeiros no Brasil. In. **De colonos a Imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil.** José Jobson de Andrade Arruda/ Vera Lucia Amaral Fcrlini/ Maria Izilda Santos de Matos/ Fernando de Sousa (orgs.) São Paulo: Alameda, 2013.
- MENEZES. Lená de M. Discursos em oposição: Imagens e representações do imigrante no Brasil (1850-1945). **Confluenze. Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna** v. 9, n. 1, p. 6-24, 2017.
- MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Maria Izilda Santos de. **Gênero e Imigração: mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX).** São Paulo: E-Manuscrito, 2017.
- MILGRAM. Avraham. **Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos-não arianos- da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942).** Rio de Janeiro. Imago. 1994.
- MILLIET, Sérgio. **O Roteiro do Café. Contribuição para o estudo da História Econômica e social do Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1982.
- MONBEIG. Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- MONSMA. Karl. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914.** São Paulo: EduFscar, 2021.
- MORANDINI. Ana Maria Figueiredo. **O trabalhador migrante nacional em São Paulo (1920-1923).** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade de São Paulo. 1978
- MOTTA. Candido. Localização dos trabalhadores Nacionais. **Boletim do Departamento Estadual do Trabalho.** Ano VI, n.22, 1 trimestre de 1917,
- MOURA, D. A. S. **Saindo das sombras. Homens livres e pobres vivendo a crise do trabalho escravo. Campinas, 1850-1888.** Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP. São Paulo. 1996.
- NAXARA. Maria Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional 1870/1920.** Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1991.

- NEIVA. Arthur Helh. Getúlio Vargas e o problema da imigração e colonização. Conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política em 1941. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro. Ano III, n.1, Abril de 1942.
- NEVES. Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 107-131. 2001.
- NOGUEIRA. Oracy. **O desenvolvimento de São Paulo: Imigração estrangeira e nacional e índices demográficos- Demógrafo- Sanitários e Educacionais**. Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai. 1964.
- NOVAIS, Fernando A. Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. **Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História**. São Paulo, 1969,
- OLIVEIRA. Antônio Xavier de. Nova contribuição ao estatuto do problema imigratório no Brasil. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro. Ano V, N.4. Dezembro de 1944.
- OLIVEIRA, Giani Vendramel de. **A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961)**. Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010.
- PAIVA. Odair da Cruz. **Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)**. Bauru, SP. EDUSC, 2004.
- PAIVA, Odair da Cruz. Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. Navegar: **Revista de Estudos de E/Imigração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 59-76, 2016.
- PAIVA. Odair da Cruz. Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950: Apontamentos. **Travessia** / Maio - Agosto / 00.
- PALMA. Rogério da; TRUZZI. Oswaldo. Imigração e racialização: branquitude e poder no interior paulista (1888-1950). In. **Migrações internacionais no interior paulista: contexto, trajetórias e associativismo**. São Carlos: EduFScar, 2021.
- PRADO. Antônio. Notas sobre a colonização em São Paulo. **Revista do Brasil**. São Paulo, Vol. XXV- número 99, Ano VIII- Março de 1924,
- RYAZANTSEV. Sergey V; SMIRNOV. Alexey V; TRUZZI. Oswaldo Mario Serra; RUSEISHVILI. Svetlana. Emigration from the Russian Empire to Brazil in the late XIX and early XX centuries. Published in the USA. Bylye Gody. 2023. 18(2): 842-857.
- REVORÊDO, Júlio de. **Imigração**. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais. 1934.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz e FIORI, Neidi (2009), —Migrações entre Portugal e Brasil: reciprocidade de preferências 1908-1945, in PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), **Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina**, Outubro 2009, n.º 5, Lisboa: ACIDI.
- RONIS. Oswaldo. **Uma epopeia de Fé: história dos batistas letos no Brasil**. Rio de Janeiro. Junta da Educação Religiosa e Publicações. 1974.
- RUGGIERO. Antônio; CONEDERA. Leonardo de Oliveira. Um novo êxodo: a imigração italiana no Brasil após a Segunda Guerra Mundial (1946-1976). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 51, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2025.
- RUSEISHVILI. Svetlana. **Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a Revolução Bolchevique de 1917**. Tese apresentada ao

Programa de Pós-Graduação e Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016.

SAES, Maria Sylvia Macchione. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1997.

SALLES. Maria do Rosário R. Imigração e política imigratória brasileira no pós segunda guerra mundial. **Cadernos CERU**, série 2, n.13, pp.99-124. 2002.

SEYFERTH. Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado Brasileiro. Trabalho apresentado no **XVII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

SILVA. Diego Gil Melo da; Bastos. Sênia Regina; SALLES. Maria do Rosário Rolfsen. A presença húngara em São Paulo no pós Segunda Guerra Mundial. **TRAVESSIA - Revista do Migrante** - Nº 79 - Julho - Dezembro / 2016.

SILVA. Henrique M. Adaptação pioneira dos imigrantes da Letônia na terra prometida. **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – João Pessoa, 2003.

SILVA. Márcio Douglas de Carvalho e. OS PAUS DE ARARA: a migração de nordestinos na década de 1950, sob o olhar das fotorreportagens da revista O Cruzeiro. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO** (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 40, Jul-Dez, 2022.

SKIDMORE, T. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

SOUZA. Fernando de. Os portugueses. **DE COLONOS A IMIGRANTES: (E)MIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL**. José Jobson de Andrade Arruda / Vera Lucia Amaral Ferlini / Maria Izilda Santos de Matos / Fernando de Sousa (orgs.) São Paulo: Alameda, 2013

SOUZA. Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **Hist. cienc. Saúde Manguinhos**. 2016, vol.23.

SOUZA. Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jul | dez 2008.

STOLCKE, Verena & HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 6, 1983.

TESSARI, C. A.; COSTA, J. C. Z. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 513–540, 2019.

TESSARI. Cláudia Alessandra. **Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)**. São Paulo. Alameda. 2012,

TRUZZI. Oswaldo; PALMA. Rogério da. A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso. **Contemporânea**, v. 4, n. 2 p. 461-480, Jul.–Dez. 2014.

VALE. Ana Lia Farias; LIMA. Luís Cruz; BONFIM. Maria Geovaní. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos & Debates** nº 07.

VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura: imigrantes e caipiras na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)**. Tradução de Thei de Almeida V. Bertorelli. São Paulo: Hucitec, 1991.

VILLA. Marco Antônio. **Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para São Paulo**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WEBER. Regina; GRITTI. Isabel Rosa. Imigração russa no sul do Brasil: esboço de interpretação. **Antíteses**, Londrina, v.15, n.30. p.263-291, jul-dez 2022.

WELCH. Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016.

WERNECK. Lacerda. **Anais da Assembleia Nacional Constituinte**. Vol. XI. Organizado pela redação dos Anais e documentos parlamentares. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1935.

ZEN. Erick Reis Godliauskas. **Identidade em conflito: os imigrantes lituanos na Argentina, Brasil e Uruguai (1920-1955)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2012.

ZEN. Erick Reis Godliauskas. **Imigração e Revolução: lituanos, poloneses e russos sob a vigilância do Deops**. São Paulo, Editora da USP. 2010.

ANEXO

Famílias romenas introduzidas pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização ao longo de 1937³¹⁵.

Nome	Grau de Parentesco	Idade	Data de nascimento
Ivan D. Mitev	Chefe	37 anos	17/08/1898
Dominicia	Mulher	36	01/06/1889
Dimitri	Filho	16	13/01/1919
Ivan	Filho	14	19/10/1921
Stepan	Filho	5	02/12/1930
Varvara	Filha	3	18/03/1932
Zenova	Filha	1	17/05/1935
Michail I. Velchev	Chefe	54	08/10/1881
Parasconia	Mulher	51	05/04/1884
Pelazia M.	Filha	18	02/02/1917
Michail	Filho	16	24/03/1919
Nicolai	Filho	14	17/02/1921
Omma	Filha	9	08/03/1926
Stepan	Filho	29	15/06/1906
Maria	Nora	24	05/08/1911
Varsila	Neto	3	17/05/1932
Elias I. Todolov	Chefe	26	17/01/1909
Dimitri V. Dimitrov	Chefe	27	17/02/1908
Alexandra	Mulher	28	21/12/1907
Maria	Filha	04	21/06/1935
Giorgi A. Dinov	Chefe	35	17/11/1900
Varilisea	Mulher	27	10/10/1898
Dimitri	Filho	10	17/10/1925
Michail	Filha	5	26/05/1930
Milana	Filha	2	17/08/1933

³¹⁵ Relação de pessoas chamadas pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 1937. N. de ordem 02.

Maria D. Onchiva	Sogra	75	17/06/1860
Stepan. T. Cherques	Chefe		1908
Maria	Mulher		1910
Stepan	Filho		1930
Vasila	Filha		1933
Dimitri T. Punev	Chefe	44	12/04/1891
Maria	Mulher	44	19/03/1891
Stepan	Filho	9	23/11/1926
Pilagia	Filha	11	05/08/1924
Michail	Filho	8	11/11/1927
Maria	Filha	6	29/04/1929
Constantino	Filho	21	06/08/1914
Maria	Filha	23	12/03/1912
Dimitri T. Dimitrov	Chefe	40	26/11/1895
Irina	Mulher	31	01/03/1904
Ivan	Filho	15	14/06/1920
Giorgi	Filho	13	12/03/1922
Maria	Filha	6	01/06/1929
Dimitri	Filho	3	14/11/1932
Maria	Filha	1	01/10/1934
Elias N. Atonossov	Chefe	29	30/06/1906
Stepanida	Mulher	29	06/03/1906
Stepan	Filho	11	30/11/1924
Radion	Filho	09	10/05/1926
Elias	Filho	5	20/06/1930
Ivan	Filho	1	01/10/1934
Ivan F. Dimitrov	Chefe	50	25/03/1885
Stapanida	Mulher	45	06/05/1890
Ivan	Filho	20	10/05/1915
Fiador	Filho	15	01/08/1920
Dimitri I. Dimitrov	Chefe	27	07/10/1908
Alexandra	Mulher	29	11/02/1906
Stepan	Filho	02	17/03/1933

Elias I. Ivanov	Chefe	27	15/01/1908
Natalia	Mulher	25	25/01/1910
Elias	Filho	7	21/11/1928
Domnícia	Filha	5 meses	25/05/1935
Michail I.	Irmão	15	18/01/1920
Dimitri I. Diordier	Chefe	39	20/04/1896
Maria	Mulher	38	16/10/1897
Fiador	Filho	18	17/12/1917
Stejanida	Filha	15	06/10/1920
Maria	Filha	13	19/04/1922
Ivan	Filho	11	17/06/1925
Alexandra	Filha	7	05/05/1928
Dimitri	Filho	2	17/06/1933
Nicolai Gior Setravcov	Chefe	30	20/05/1905
Maria	Mulher	30	15/05/1905
Nicolai	Filho	4	20/07/1931
Olga	Filha	1	24/07/1934
Ivan N. Caracax	Chefe	37	26/04/1898
Domnícia	Mulher	36	20/12/1897
Parascovia	Filha	15	16/03/1920
Fiador	Filho	7	02/03/1928
Dimitri	Filho	5	13/09/1930
Michail S. Michov	Chefe	37	13/10/1898
Maria	Mulher	39	07/04/1896
Anna	Filha	16	02/01/1920
Michail	Filho	9	02/11/1926
Stepan	Filho	3	18/08/1932
Ivan	Filho	1	11/11/1934
Stepan M. Stanev	Chefe	25	21/06/1910
Ginovia	Mulher	24	01/11/1911
Anna	Filha	1	19/01/1934
Dimitri N. Giorgier	Chefe	41	21/06/1894
Stevanida	Mulher	40	05/03/1895

Andrev	Filho	15	22/08/1920
Anna	Filha	11	17/06/1933
Afanacei N. Giorgiev	Chefe	28	19/10/1907
Anna	Mulher	26	22/06/1909
Ecatarina	Filha	5	28/08/1930
Vassilissa	Filha	2	17/06/1933
Vassili V. Dimov	Chefe	20	09/09/1915
Parascovia	Mulher	21	26/05/1914
Pelagia	Cunhada	18	09/09/1917
Ivan D. Stoanov	Chefe	24	03/08/1911
Alexandra	Mulher	22	10/10/1913
Dimitri	Irmão	20	13/12/1915
Nicolai Gio Zdrancon	Chefe	31	
Maria	Mulher	31	
Nicolai	Filho	4	
Olga	Filha	1 ½	
Miguel	Irmão	15	
Nicolai D. Dimov	Chefe	48	
Anna	Mulher	48	
Maria	Filha	19	
João	Filho	9	
Stepan C. Dimirov	Chefe	36	
Theodora	Mulher	37	
Stepan	Filho	14	
Dimitri	Filho	12	
Maria	Filha	10	
Nicolai	Filho	8	
João	Filho	4	
Maria	Filha	2	
Theodoro S. Dimitrov	Chefe	46	
Elena	Mulher	42	
Nicolai	Filho	25	
Dimitri	Filho	18	

Maria	Filha	16	
Ponzilan N. Ivan		24	
Olga		13	
Maria		13	
Vasili B. Velev		25	
Stefanida		23	
Radion		16	
Nicolai P. Dimitrov		24	
Parascavia		25	
Vasili		4	
Maria		1	
Ajanasi Doicev		27	
Stijanida		27	
Andrei		6	
Dimitri		3	
Nicolai		1 ½	
Vasilira		13	
Mikail I. Dunev		47	
Anha		44	
Mikail		22	
Anha		17	
Stepan		15	
Domnícia		11	
João M. Demirov		29	
Elena		30	
Mikail		8	
João		5	
Mikail Stolanhov		15	
Dimitri Stanheu		38	
Calinha		38	
Nadegda		16	
Andrei		11	
Anna		7	

Theodor		5	
Elias Iv. Doicev		33	
Domicia		31	
Dimitri		13	
Anna		8	
Maria		5	
Theodor		1	
Sava As. Grecov		45	
Scaterina		42	
Nadegda		21	
Nicolai		14	
Stepan		8	
Alexandri		4	
Dimitri		1	
Cerger I. Stepan		28	
Maria		26	
Maria		7	
Vasili		4	
Irinha		1	
Zinóvia M. Mikova		16	
Matjei A. Zanev		36	
Elenha		36	
João		12	
Matjei		10	
Stepan		3	
João P. Parjirov		29	
Nadegda		26	
Siminion		5	
Vasili		2	
Elenha		57	
Maria		31	
Stepan G. Armantow		39	
Elenha		37	

Alexandre		16	
Mial G. Arnautov		13	
Cristina		8	
Dimitri		2	
João I. Diceu		28	
Maria		28	
Nicolai		10	
Domnícia		4	
Peotri		1	
Ignat		13	
Maria		70	
Teodor St. Stonhev		41	
Domincia		40	
João		16	
Stepan		12	
Pelagia		8	
Elenha		1	
Damian M. Nedelcov		34	
Maria		32	
Teodora		14	
Teodosia		11	
Anna		9	
Zenovia		5	
Maria		2	
Mikail R. Stanhev		64	
Anna		57	
Dimitri		18	
Stepan		26	
Zinovia		26	
Anna		2	
Zaharei D. Nedov		30	
Maria		30	
Nicolai		10	

Baris		8	
Gnecordi		6	
João		2	
Nicolai Stancov		41	
Elenha		40	
Maria		18	
Peotri		15	
Stepenida		14	
Constantin		8	
Elenha		6	
Elexandra		2	
Nicolai St. Stacnov		39	
Parascovia		37	
Stepan		4	
Nicolai Cercer		14	
Repan		13	
Pavel		28	
Domnícia		27	
Radion		8	
Pelagia		4	
João		1	
João I Radov		26	
Maria		21	
João		1	
Vasili I. Conric		40	
Anha		41	
Maria		18	
João		14	
Teodor		5	
Vasili		3	
Mikail Iv. Riboglov		43	
Vasilira		40	
Maria		17	

Stepanida		15	
Melania		14	
Vasili		12	
Teodor Tranajaci		38	
Maria		42	
Elena		15	
Petri		12	
Maria		8	
João		4	
Ajanaci Vasilian		35	
Elena		30	
Vera		8	
Domnacia		7	
Stepanida		5	
Nadegda		3	
Ajanaci Ducov		40	
Parascovia		43	
Stepanida		15	
Dimitri		12	
Elena		9	
Maria		7	
Ajanaci		5	
Pedro		3	
João		1	
Elia D. Vasilian		27	
Olga		28	
Pedro		6	
Dimitri		4	
João		1	
Stepanida		59	
Stepanida		16	
Nicolai P. Gelascov		32	
Elena		34	

Dimitri		12	
Maria		8	
Elena		6	
Domnacia		3	
Vasilira		1	
Mikail M. Stanev		43	
Maria		47	
Andrei		16	
Mikail		14	
Ecaterina		12	
Domnacia		8	
Pelagia		5	
Dimitri		2	
Ivan M.Mitev		27	
Teodora		26	
Calina		6	
Dimitri		1	
Teodor		12	
Irijon M. Bigi		46	
Stefanida		46	
Maria		19	
Stepan		14	
Mikail T. Nofal		31	
Elena		31	
Sofia		5	
Maria		2	
Eva		12	
Dimitri S. Stalanov		29	
Domnacia		31	
João		2	
Nicolau		12	
Nicolai D. Peicev		35	
Anna		39	

Evdocia		17	
Nadegda		8	
Ecaterina		5	
Stepan		2	
Stepan I. Carnev		59	
Maria		59	
João		19	
Vasilira		12	
Dimitri I. Dimitrov		26	
Stepanida		25	
Dimitri		2	
João		1	
Elias		16	
Elias P. Diordev		41	
Agafila		44	
João		13	
Elias		10	
Maria		7	
João I. Dimitrov		25	
Maria		27	
Vasili		3	
Marinia		14	
Nicolai G. Mitev		56	
Nadegda		44	
Zinovia		13	
Nicolai		24	
Nadegda		23	
João		1	
Stepan Dimitrov		45	
Stepanida		46	
Cristina		20	
Melania		18	
Domnicia		16	

Dimitri		13	
Vasilira		3	
Jorge P. Cortov		34	
Elena		36	
Teodor		16	
Peotri		14	
Jorgi		10	
Stepanida		7	
Mikail		4	
Maria		2	
João D. Gancev		50	
Erina		50	
Varvania		16	
Erina		7	
Stepan G. Dimitrov		28	
Maria		29	
Ana		10	
Stepan		6	
Maria		2	